

EPIÍGRAFE

EDIÇÃO QUATRO
2017



Revista de Graduação em História
Edição Quatro
Ano 5 | Agosto de 2017
Brasil – São Paulo

A revista *Epígrafe* é uma publicação eletrônica de caráter científico organizada por estudantes de graduação em História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). Pretendemos que a revista seja um instrumento sustentado pelos alunos, direcionado especialmente à publicação de artigos, ensaios e resenhas na área de História, que tenham sido desenvolvidos essencialmente por graduandos. Além disso, almeja-se que haja um espaço para a apresentação de traduções de textos essenciais às disciplinas de graduação, bem como entrevistas realizadas com grandes historiadores.

EQUIPE EDITORIAL

COMISSÃO EDITORIAL

Anna Maria Greco de Carvalho
Beatriz Nowicki Galera
Catherine Elisabeth Brenner Galli
Jean Gomes de Souza
José Bento Camassa
Lucas da Costa Mohallem
Luccas Eduardo Castilho Maldonado
Luiz de Lucca Neto
Mariana Silva Silveira
Paulo Roberto Marques de Oliveira
Rafael Carlos Lima Oliveira
Renata Furió
Vinícius Quintas Massimino

CONSELHO EDITORIAL

Andréa Slemian - Universidade Federal de São Paulo, Brasil

Eduardo Natalino dos Santos - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil

Flávio de Campos - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil

Gabriela Pellegrino Soares - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil

Henrique Soares Carneiro - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil

João Paulo Garrido Pimenta - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil

Marcelo Rede - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil

Márcia Regina Berbel - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil

Maria Lêda Oliveira Alves da Silva - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil

Miguel Palmeira - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil

Rafael de Bivar Marquese - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil

Rodrigo Monteferrante Ricupero - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil

EXPEDIENTE

Revisão: Luccas Eduardo Castilho Maldonado

Diagramação e Capa: Luiz de Lucca Neto

Foto da capa: *Ventania*, autor: Athos Bulcão, Ano: 1960, Técnica: Pintura em azulejo.

Fonte: <https://www.flickr.com/photos/senadothecommons/20348983866/>

Universidade de São Paulo

Reitor: Prof. Dr. Marco Antonio Zago

Vice-Reitor: Prof. Dr. Vahan Agopyan

Pró-Reitoria de Graduação

Prof. Dr. Antonio Carlos Hernandes

Pró-Reitoria de Pesquisa

Prof. Dr. José Eduardo Krieger

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Diretor: Profa. Dra. Maria Armanda do Nascimento Arruda

Vice-Diretor: Prof. Dr. Paulo Martins

Epígrafe – Revista de Graduação em História

www.revistas.usp.br/epigrafe

revepigrafe@gmail.com

www.facebook.com/RevistaEpigrafe

Twitter - @RevistaEpigrafe

EDITORIAL	_05
ARTIGOS	
<i>A revista argumento (Brasil, 1973-1974) e o vazio cheio intelectual nacional</i> Cairo de Souza Barbosa	_09
<i>Trabalho e mobilidade geográfica: as contradições dos debates sobre a questão migratória na contemporaneidade</i> Camilie Cardoso	_25
<i>A Religiosidade no Campo e a Festa do Divino Espírito Santo: das Origens Pagãs às Resignificações Sorocabanas</i> José Roberto A. Collaço e Lucas L. C. Pastre	_45
<i>Contribuições para a análise da educação básica brasileira durante a ditadura civil militar: resultados preliminares</i> Bia Paixão Vidal e Isabel Nogueira Vieira	_71
<i>Entre o perdão e o alijamento: a prescrição da excomunhão por Martín Pérez na Castela do século XIV</i> Rodolfo Nogueira da Cruz	_89
<i>As adaptações de João Ribeiro em “História do Brasil”</i> Joabe França Mendonça	_107
<i>Para além da repressão e da resistência: uma leitura dos lugares de memória da Ditadura civil-militar no Brasil</i> Grazielly Soares da Silva	_125
<i>Paraibaneidade: olhares sobre a escrita da história da Paraíba e a construção de uma identidade local</i> Thiago Acácio Raposo e Rafael Nóbrega Araújo	_149
<i>Anita Malfatti como retratista: Análise das relações entre a pintora e os retratados nos anos 1930-1940</i> Morgana Souza Viana	_167
<i>Longevidade da vida: Entre a medicina e a alquimia</i> Mayara Aparecida de Moraes	_185
ENTREVISTAS	
Luiz Alberto de Vianna Moniz Bandeira	_207

Paulo Roberto Marques de Oliveira

Comissão Editorial da Revista Epígrafe

Desde sua fundação no ano de 2013, a Revista *Epígrafe* vem positivamente se modificando. Não porque vem se aperfeiçoando, tendo em vista a acepção produtivista de nossos fugazes tempos atuais, mas sim, por causa de sua razão de ser. Por estar intrinsecamente atrelada a pessoas que estão passando por um momento bastante significativo em suas vidas – o curso de graduação –, ela acaba, frequentemente, se renovando ao acolher, como a própria universidade, os(as) recém-chegados(as) ao mundo universitário. Sua comissão editorial modifica-se seguindo esse movimento, alterando, dessa forma, os sujeitos que a compõem e que por ela respondem.

No final do ano de 2016, a revista acolheu seis novos(as) membros(as), que estão passando, assim como aqueles(as) das gerações anteriores e os(as) autores(as) que aqui estão publicados(as), pelo referido período de profundas modificações. Como representantes de um conjunto de artificialismos fabricados compartilhados no interior da comissão¹, os(as) integrantes mais antigos(as) tiveram de familiarizar os(as) recém-chegados(as) com as práticas e com os usos e sentidos associados a esse conjunto. O objetivo do processo de familiarização foi permitir que, a partir do conhecimento desses elementos, o sujeito pudesse apropriar-se deles e fazer irromper o novo, o inesperado, dando sua contribuição singular à revista se assim o desejasse.

Entre os últimos meses de 2016 e o primeiro semestre de 2017, tivemos diversas contribuições de nossos(as) membros(as), como: I- o seminário “Por que estamos no mesmo

¹ Tecemos essas reflexões tendo como ponto de partida o conceito de “mundo” empregado por Hannah Arendt e os termos a ele relacionados. Um exemplo disso é o termo “artificialismos”, que estabelece relação com o fato de o “mundo” ser fabricado pelo ser humano na tentativa de romper com o ciclo vital. Para uma explicação detalhada do conceito de “mundo” em Hannah Arendt e sua oposição à vida (em acepção biológica), vide CUSTÓDIO, Crislei de Oliveira. Artificialismo humano por meio da reificação. In: _____. *Educação e mundo em comum em Hannah Arendt: reflexões e relações em face da crise do mundo moderno*. 134 p. Dissertação de Mestrado em Educação. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2011, p. 16-24.

prédio?”, que foi realizado em conjunto com a comissão editorial da revista *Paisagens* do Departamento de Geografia – publicação também organizada por graduandos(as) –, com o objetivo de discutir as relações entre as áreas de Geografia e História e como elas podem ser aprofundadas entre os respectivos departamentos; II- a roda de conversa “Da graduação à pós”, realizada em parceria com a revista *Angelus Novus* – publicação organizada pelos(as) pós-graduandos(as) dos programas de pós-graduação em História Econômica e Social do Departamento de História da FFLCH –, a fim de proporcionar um espaço no qual graduandos(as) pudessem trazer suas dúvidas em relação a mais um período crítico de suas trajetórias acadêmicas, que é a transição para o curso de pós-graduação; III- as três edições do “Seminário Permanente *Epígrafe: os caminhos da pesquisa*”, que contaram com as participações de docentes do Departamento de História – os professores Jorge Grespan e Rafael Marquese e a professora Maria Lêda Oliveira; IV- a formulação e organização de eventos futuros, que pretendemos realizar ainda em 2017; e V- a realização de entrevistas com sujeitos singulares que ainda iluminam nossos caminhos no ofício de historiador. Porém, nem só de alegrias foram os dias transcorridos do presente ano. Alguns seres foram acometidos pelo tempo em sua face devoradora e não mais se encontram fisicamente entre nós. Falamos de pessoas como Antonio Candido de Mello e Souza, Antônio Carlos Belchior, Ecléa Bosi, Jan Vansina, Luciana Pallestrini, Ricardo Benzaquen de Araújo, Tzvetan Todorov, Ulysses Telles Guariba Netto e Zygmunt Bauman. Sujeitos que, enquanto inscritos no ciclo vital, fizeram irromper o novo, acreditando que valia a pena apostar no mundo e dar sua contribuição ativa e singular. Alguns(mas), mais frequentemente que outros(as), são nossos(as) interlocutores(as) e continuarão sendo enquanto lhes conferirmos nossa confiança, salvando suas ações e reflexões da ruína do tempo.

Nesta edição, temos o prazer de oferecer ao público leitor, textos sobre os mais variados assuntos. Há, aqui, trabalhos que se debruçam sobre as reflexões e as utilizações de pensadores, como Malthus, Ravenstein, Sorre e João Ribeiro; artigos que estabelecem a relação de práticas festivas com um profundo legado que é atualizado e ressignificado, ao mesmo tempo, pelos sujeitos do presente; textos que exploram o domínio privado da relação entre sujeitos singulares conhecidos do público e seus amigos e familiares; escritos que

buscam analisar algumas contribuições historiográficas para o questionamento da construção das identidades regionais e até das memórias legadas, que em nada se dissociam do processo de familiarização ao qual nós seres humanos passamos durante nossos anos de formação; dentre outros.

Não podemos nos esquecer dos trabalhos que se voltaram à análise de temas circunscritos aos tempos sombrios da ditadura pela qual nosso país passou na segunda metade do século passado. Mesmo nesses tempos, houve iluminações proporcionadas não só pelas ações de sujeitos, mas também pela busca por critérios para se refletir sobre aquela realidade crítica. Quando nossas relações com a tradição estão abaladas, não podemos nos deixar guiar de forma alguma por nossos preconceitos. É necessária a reflexão, pois, só assim, poderemos evitar a adesão irreflexiva a determinadas posições que deixarão marcas negativas em nossas vidas. Até nosso entrevistado nesta edição não foge a esse comentário.

Luiz Alberto de Vianna Moniz Bandeira não só viveu tempos cuja relação entre as pessoas e a tradição estava abalada, mas também refletiu a respeito desse embate. Suas obras até hoje nos oferecem critérios que podem iluminar nosso caminho no presente, sobretudo, se quisermos analisar a relação Brasil-Estados Unidos e suas implicações históricas. Dentre seus títulos, encontram-se os conhecidos *Presença dos Estados Unidos no Brasil (Dois séculos de história)* (original de 1973, mas conta com edições posteriores); *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)* (original de 1977, mas possui edições posteriores); *Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul – Da Tríplice Aliança ao Mercosul* (original de 2003); *Formação do Império americano: da guerra contra a Espanha à guerra do Iraque* (original de 2005); *A Segunda Guerra Fria: Geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos – Das rebeliões da Eurásia à África do Norte e ao Oriente Médio* (2013); e *A Desordem Mundial: O espectro da dominação – Guerras por procuração, terror, caos e catástrofes humanitárias* (2016).

Moniz Bandeira foi agraciado pelos prêmios João Ribeiro e Juca Pato, além de, no ano de 2015, ser indicado pela União Brasileira de Escritores (UBE) ao Nobel de Literatura e, em 2016, ser homenageado pela UBE e pela Universidade de São Paulo por meio dos seminários:

“Seminário 80 anos de Moniz Bandeira” e “Moniz Bandeira, 80 anos” respectivamente. Aceitar e receber homenagens e prêmios, como já dizia nossa principal interlocutora neste editorial – Hannah Arendt² –, é, ao mesmo tempo, fortalecer sua posição de sujeito no mundo e aceitar seu compromisso em relação a ele. Não só nosso entrevistado soube muito bem arcar com isso, como permanece em atividade atualmente, respondendo pelo mundo (em acepção arendtiana) de forma a ser ouvido pelas gerações que lhe sucederam por nascimento.

Gostaríamos de, por fim, agradecer a todos(as) pela confiança em nossas atividades e dizer que temos orgulho de entregar mais uma edição ao público, que, sem sombra de dúvida, exigiu um grande esforço coletivo. Desejamos uma ótima leitura!

Julho de 2017

² Essa ideia é desenvolvida pela pensadora em seu discurso por ocasião da aceitação do Lessing-Preis da cidade de Hamburg em 1959. Para ter acesso ao texto completo, vide ARENDT, Hannah. Sobre a humanidade em tempos sombrios: reflexões sobre Lessing. In: _____. **Homens em tempos sombrios**. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 13-36.

A revista *Argumento* (Brasil, 1973-1974) e o *vazio cheio* intelectual nacional

Cairo de Souza Barbosa*

Resumo: O ano de 1964 representou um marco, um corte definitivo na história brasileira. A ditadura civil-militar, dando prosseguimento ao projeto de aprofundamento da ordem capitalista no país, manteve a forma de intervenção política presente em outros momentos: o Estado de exceção, isto é, a supressão de direitos civis fundamentais, além de uma aliança entre burguesia, capital multinacional e associado e dispositivos militares, levando à frente um projeto de modernização conservadora. Entretanto, no campo das artes e da produção intelectual em geral, um "*vazio cheio*" se fez presente, em alguns casos em franca reação à censura. Aqui é ressaltado o papel da Revista *Argumento*, um periódico publicado entre 1973 e 1974, que serviu como campo de elaboração teórica e busca por soluções coletivas para os problemas postos, denotando o teor crítico e fecundo de parte da produção intelectual da época.

Palavras-Chave: ditadura-civil militar; *Argumento*; intelectuais; "*vazio cheio*"

No ano de 1971, o jornalista Zuenir Ventura publicou um artigo na revista *Visão* no qual procurava discutir a possível crise da produção artística e intelectual no país desde a outorga do Ato Institucional n.5 (AI-5), em dezembro de 1968. Em meio à ditadura civil-militar que assolava o país, ele descreve um possível "*vazio cultural*" presente no seio da produção cultural nacional. A reação de uma parcela do público leitor foi clara: um grande incômodo, a partir do qual se ergueu uma defesa da vitalidade da nova e ainda invisível produção cultural do Brasil de então. Ventura então optou por escrever um novo artigo, em 1973, também publicado na *Visão*, no qual rebatizava o suposto vácuo/vazio com a expressão "*vazio cheio*"¹,

* Cairo de Souza Barbosa: Graduado no curso de História na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: cairosbarbosa@gmail.com

1 Os artigos publicados por Zuenir na revista *Visão*: "O vazio cultural", de julho de 1971, e "A falta de ar", de agosto de 1973, estão reproduzidos em GASPARI, Elio. *Cultura em Trânsito: da repressão à abertura*. Rio de

representando, de forma geral, uma reelaboração, em um tom qualitativo, sobre o estado da arte da produção intelectual e cultural, tendo em vista a germinação cultural – apenas no âmbito poético, os quatro números do *Jornal de Poesia*, encartados no *Jornal do Brasil*, e o evento da *Expoesia I*, na PUC-RJ, ambos em 1973, revelavam a existência de um vasto surto de produção poética em todo o Brasil –, ao lado da importância de um público relativamente amplo, um sistema de produção cultural que não se desmontaria sem graves efeitos econômicos, as buscas de saída para os impasses da criação².

Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo mostrar, a partir da *Revista Argumento* (1973, 1974), uma das facetas da produção crítica nacional/transnacional que se movia, no campo intelectual, em oposição à ditadura e, conseqüentemente, ao aprofundamento da modernização conservadora e à existência de um regime/Estado de exceção no Brasil³. Para isso, é necessário pensar como a *Revista*, a partir da ideia de uma reflexão conjunta entre intelectuais brasileiros e não-brasileiros, se tornou um lugar importante para o registro e a elaboração de algumas problemáticas nacionais e latino-americanas, pautando também a busca de possíveis soluções coletivas para os problemas postos à época. Deste modo, e em consonância ao tom colocado por Zuenir, a hipótese é de que a *Argumento* corrobora a tese do *vazio cheio* da produção intelectual e cultural nacional nos anos 1970.

Revista *Argumento*: terreno de elaboração intelectual e resistência

A *Revista Argumento* foi um periódico publicado por apenas quatro números, entre Outubro de 1973 e Fevereiro de 1974, contendo, dentre outras coisas, ensaios, resenhas,

Janeiro, *Aeroplano*, 2000.

2 VIEIRA, Beatriz de Moraes. “As ciladas do trauma: considerações sobre história e poesia nos anos 1970”. In: Teles, EDSON; SAFATLE, Vladimir. (Org.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 151-176.

3 O conceito é fruto do debate posto por AGAMBEN, Giorgio. *Estado de Exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004. Para uma discussão relacionada à ordem desse trabalho: Cf. VIEIRA, Beatriz de Moraes. *Sem Argumento: um projeto intelectual quase esquecido* (*Revista Argumento*, Brasil, 1973). *História* (São Paulo. Online), v. 35, p. 1-21, 2016.

A revista *Argumento* (Brasil, 1973-1974) e o *vazio cheio* intelectual nacional

informes, entrevistas, poemas e depoimentos. Sob a Direção geral de Barbosa Lima Sobrinho (jurista, jornalista e político brasileiro), circulou por bancas de jornal nas principais cidades do país, com uma tiragem inicial de cinco mil exemplares⁴. O Conselho Consultivo era composto por nomes como Erico Veríssimo, Florestan Fernandes, Paulo Duarte, Sérgio Buarque de Holanda, Simão Mathias (Brasil); Aníbal Pinto, Octávio Paz, Torcuato Di Tella (América Latina); Alberto Hirschman, Brian Von Arkadie, Dudley Sears (Europa e EUA). Na Comissão de Redação, atuavam Anatol Rosenfeld, Antônio Cândido de Mello e Souza, Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Correa Weffort, Leôncio Martins Rodrigues, Luciano Martins, Paulo Emílio Salles Gomes.

A Revista foi palco da exposição de textos, que, posteriormente, se tornaram clássicos do pensamento brasileiro e latino-americano. Podemos subdividi-la internamente em quatro grandes blocos, a saber: política, economia internacional (mundo), economia nacional e cultura. Seus artigos falavam do cenário político e econômico da época, da conjuntura internacional, do estado do cinema, do subdesenvolvimento e das representações construídas pela literatura, por exemplo. A organização se dava em torno dos conselhos consultivo e comissão de redação, sendo também amparada por responsáveis pela iconografia, publicidade e estruturação física da revista, demonstrando certa complexidade editorial. Seu último número não chegou a circular por conta da censura da ditadura civil-militar brasileira, em um momento em que a América Latina passava por importantes mudanças nas relações entre liberdades individuais, direitos políticos e civis a partir da implementação dos regimes políticos autoritários⁵.

Seu nome, *Argumento*, e seu slogan central, "Contra fatos há argumento", representam sua opção por se lançar ao público como um instrumento de (contra)argumentação com relação aos "fatos" apresentados pelo regime, ou seja, a Revista deveria representar um local

4 Informações obtidas a partir de entrevista, realizada no dia 08 de dezembro de 2014, com Marcus Gasparian, filho do responsável editorial e mantenedor da Revista *Argumento*, Fernando Gasparian.

5 É importante ressaltar que nos anos de 1970, década que abrigou parte da produção que aqui é analisada, Argentina, Peru, Uruguai, Chile, dentre outros países, também viviam sob a égide de ditaduras.

onde o intelectual pudesse se (re)enraizar para conceber seus pensamentos, em um diálogo claro com a discussão presente em *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, que procura pensar como o intelectual brasileiro foi sempre desenraizado/exilado em sua própria terra natal. Com forte apelo ao engajamento político, às questões ligadas ao regime ditatorial, à percepção do subdesenvolvimento, da dependência e das demais noções que permeavam as críticas à condição do Brasil, suas discussões valorizavam “a análise que buscasse o contexto, o todo, e, nesse sentido, recusava a arte não-engajada (...) e a neutralidade comum à época, e, ao mesmo tempo, proclamava sua morte” (COTA, 2001, 33). Vejamos um trecho do editorial de abertura da Revista.

A natureza social tem horror ao vácuo cultural e tende a preenchê-lo de uma forma ou de outra. Uma das formas de fazê-lo é utilizando a dependência, a acomodação, o arrivismo.

A nossa pretende ser a outra forma, a que se definirá no percurso de nosso grupo. Este é vário na idade e na posição, mas que unifica no entendimento em um veículo novo para o que há de vivo, independente na circunstância cultural brasileira; e um ponto de encontro com o pensamento de outras terras notadamente as do continente.

Contra fato há argumento. [*Argumento*, ano 1, n.1, outubro 1973]

Na parte supracitada, a discussão é claramente em torno da situação da cultura brasileira, que, para os intelectuais da Revista, deveria ser analisada em uma perspectiva independente, de confrontação indireta, por palavras, letras e versos. Por isso, conclamam a todos a definirem o caminho a ser seguido nas páginas da *Argumento*: em uma visão latino-americana, a missão era debater as mazelas da vida social sem perder de vista as circunstâncias nas quais cada texto estava sendo escrito. Em outro trecho:

os obstáculos que eventualmente encontraremos e os estímulos que recebemos serão igualmente indicativos da utilidade de nossa função. Muito intelectual brasileiro foi arrancado de seu mundo e é preciso que encontre um terreno onde possa novamente se enraizar. A limitação de nosso campo poderá ainda ser restringida, *mas sempre haverá um papel a ser cumprido pelo intelectual que resolva sair da perplexidade e se recusar a cair no desespero.*

Nascemos sem ilusões e não está em nosso programa nutri-las. A independência custa caro e não encoraja as subvenções. Não temos

A revista *Argumento* (Brasil, 1973-1974) e o *vazio cheio* intelectual nacional

propriamente o que vender, mas nos achamos em condições de propor um espaço de lucidez. Esta não é artigo de luxo ou de consumo mas em qualquer tempo é alimento indispensável pelo menos para alguns. Sua raridade é, aliás, sempre provisória; tudo o que a lucidez revela tende a se transformar em óbvio.

Contra fato há argumento. [*Argumento*, ano 1, n.1, outubro 1973]

Eis um terreno privilegiado para o registro das “dores sociais” peculiares às realidades brasileira e latino-americana, registro esse que se dava de modo especial, pelo avesso, na forma de crítica e resistência, pois que toda elaboração intelectual é representação de uma realidade que, às vezes, como no caso da ditadura civil-militar brasileira, se pretende efêmera e é fugidia, capaz de desfazer memórias e lembranças deixando, antes, sequelas indeléveis. O editorial da Revista, portanto, nas palavras de Maria Lucia de Barros Camargo (2004), representa uma espécie de declaração de princípios, na qual ela é definida, de um lado, como o espaço de atuação para intelectuais expurgados pela ditadura de seus espaços institucionais, algo como um espaço “compensatório”, mas também um ato de resistência ao próprio expurgo; e, de outro lado, a revista se define como um “outro” modo de preencher o “vácuo cultural”, o que supõe preenchimento, não-vácuo. Ela surge, portanto, como forma de resistência em um momento de forte repressão. (CAMARGO, 2004: 906)

Esse momento da história brasileira, os anos 1970, década que marcou fortemente a convergência entre política, cultura, vida pública e privada, foi absolutamente impactante do ponto de vista intelectual. Marcelo Ridenti (2001) diz que tais características podem ser observadas em sociedades que adentram definitivamente na modernidade urbana capitalista - conforme pensamento de Perry Anderson - onde há a interseção de uma ordem dominante, de caráter “semi-aristocrático”, e uma economia capitalista semi-industrializada e um movimento operário insurgente. Isto significa dizer que o modernismo brasileiro (em termos mais amplos, um ensaísmo que fazia uma crítica à modernização do país) caracterizava-se por alguns fatores: primeiro, pela resistência ao academicismo nas artes, indissociável de aspectos pré-capitalistas na cultura e na política, em que as classes aristocráticas e latifundiárias dariam o tom; segundo, pela emergência de novas invenções industriais de

impacto na vida cotidiana, geradora de esperanças libertárias no avanço tecnológico; e, por último, pela proximidade imaginativa da revolução social, fosse ela mais “genuína e radicalmente capitalista” ou socialista. (RIDENTI, 2001: 04). Contudo, havia um lado sombrio dessa marcha. Naquele momento, estava a todo vapor um projeto de conjunção de múltiplos projetos: por um lado, o aprofundamento de um processo de modernização conservadora; por outro, a imposição de um Estado de exceção.

Modernização conservadora e Estado de Exceção

De acordo com Francisco de Oliveira (1988), após 1930, com o advento da chamada “revolução burguesa não clássica”⁶ – posto que não houve ruptura com a estrutura agrária anterior e o processo foi levado à frente pelo Estado, a sociedade brasileira viu emergir um período que acelerou o processo de industrialização do país, passando, anos depois, por sua consolidação estrutural, fechando, no período conhecido como milagre econômico (1968-1974), o ciclo da modernização capitalista nacional do século XX. A entrada do Brasil na “modernidade capitalista” atendeu a um caminho calcado, basicamente, naquilo que entende como uma dialética interna do uso do setor “moderno” do país com relação ao setor “atrasado”, isto é, a existência de dois polos, um dinâmico e um atrasado, onde o caminho se dá em retroalimentação entre eles. Assim, a originalidade nacional está no fato de que “a expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo” (OLIVEIRA, 1988: 36), configurando uma relação não apenas desigual, mas combinada⁷.

6 Em termos gerais, a leitura de Francisco de Oliveira aponta para os processos de revolução burguesa pós-Revolução Francesa, mas que, diferentemente do “originário”, não foram levados a cabo graças a guerras ou enfrentamentos mais amplos, ou seja, sem a violência como sistemática de enfrentamento.

7 Para um melhor aprofundamento sobre a questão, Cf. LÖWY, Michael. *A teoria do desenvolvimento desigual e combinado*. Outubro, n. 1, 1998, p. 73-80

Ao contestar a tese cepalina⁸ de “substituição de importações”, Francisco de Oliveira procura mostrar como o desenvolvimento brasileiro se deu através da possibilidade de acumulação de capital, salientando os seguintes fatores: a regulação das leis de relação entre trabalho e capital; a intervenção do Estado na economia; o papel da agricultura; a formação do setor industrial; e o inchaço do setor terciário como modo de acumulação do espaço urbano. Assim, o desenvolvimento capitalista pós 30 e o processo de acumulação, estendido até 1950, podem ser entendidos como o período de “destruição” das antigas bases da acumulação que se assentavam na extroversão, ao passo que, simultaneamente, se criavam condições para um desenvolvimento endógeno, dentre as quais está a força de trabalho assalariada industrial, forjada sob o predomínio do pacto populista, permitindo, igualmente, a estabilização de um dos fatores essenciais para pôr em marcha o processo de expansão urbano-capitalista (OLIVEIRA, 1988: 38),

Observou-se, por isso, a intensificação da expansão capitalista e o aprofundamento de suas contradições – no Governo Kubitschek e, sobretudo, na economia pós-1964. Ou seja, as redefinições ocorridas sob o regime civil-militar não caracterizavam uma revolução econômica burguesa, pois indicavam muito mais a continuidade de processos de contrarrevolução (como a dependência externa, a concentração de renda e a reprodução das relações de subordinação política e pessoal no campo, entre outros). Pode-se falar, conquanto, em uma “modernização conservadora”, que representa um programa dirigido, que, décadas antes, se ancorou na conjunção entre elites agrárias e seu interesse na agroexportação e as elites industriais, que eram responsáveis por garantir o baixo custo da força de trabalho através do controle político, sobretudo através do sindicalismo. A proposição era clara: modernizava-se, mas sem conceder uma liberdade real (DOMINGUES, 2002: 478).

8 A CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) é um órgão criado em 1948 pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas cujo objetivo é incentivar a cooperação econômica entre os seus membros. Reunindo grandes nomes do pensamento desenvolvimentista latino-americano, postulava especialmente a ideia de que a industrialização era o principal caminho para superação do subdesenvolvimento dos países da América Latina.

Contudo, a própria modernização parecia ter feito emergir uma nova gama de subjetividades contrárias às próprias distorções desse processo, como nos fala Demian Bezerra (2013) sobre a crise orgânica pré-64, quando se fortaleceu a ação política da classe trabalhadora brasileira. A ditadura tinha um caráter contrarrevolucionário preventivo, cujo objetivo era completar, via medidas autoritárias e antipopulares, o modelo econômico brasileiro iniciado na grande crise do capitalismo mundial dos anos 1930. Esse processo intensivo de industrialização e urbanização contribuiu para a construção e para o desenvolvimento das relações sociais burguesas em um país periférico, delineando o quadro do processo de “modernização” econômica levado à frente pela ditadura do qual, segundo a leitura de Marildo Menegat, desdobram-se as relações sociais marcadas por violência, por frieza tipicamente burguesa, por diversas formas de perversidade, afetando profundamente a construção de subjetividades, levando à configuração de um quadro social que se pode chamar de barbárie (MENEGAT, 2008). Fica evidente, portanto, que uma das faces mais cruéis da ditadura se liga diretamente a este avanço capitalista que permeou as mudanças e continuidades nas estruturas econômica e social do país.

Em alguns artigos da Revista *Argumento*⁹ isso é bastante analisado a partir de uma forma social “mais acabada”, qual seja, a violência do regime instaurado em 1964, período em que se denota que “o projeto repressivo baseado numa ‘operação limpeza’ violenta e longa estava presente desde os primeiros momentos do golpe”, em que “o AI-5 foi o amadurecimento de um processo que se iniciara muito antes, e não uma decorrência dos episódios de 1968, diferentemente da tese que sustenta a metáfora do ‘golpe dentro do golpe’” (FICO, 2004: 34). Esse “corte” de 1964, na leitura de Paulo Arantes (2014), representa uma ruptura irreversível, isto é, uma quebra do padrão evolutivo no qual as elites acreditavam se encontrar. Citando Edson Teles, ele diz que

a ditadura por assim dizer localizou o *topos* indecível da exceção, a um tempo dentro e fora do ordenamento jurídico, tanto na sala de tortura quanto

9 Destacam-se, neste mote, os textos “Literatura e subdesenvolvimento”, de Antonio Candido; “O mito do desenvolvimento”, de Celso Furtado; “Cinema: trajetória e subdesenvolvimento”, de Paulo Emílio Sales Gomes; e “Reforma Universitária e mudança social”, de Florestan Fernandes.

A revista *Argumento* (Brasil, 1973-1974) e o *vazio cheio* intelectual nacional

no desaparecimento forçado, marcado também, este último, por uma espécie de não lugar absoluto. Esses os dois pilares de uma sociedade do desaparecimento. A Era da Impunidade que irrompeu desde então pode ser uma evidencia de que essa tecnologia de poder e governo não pode mais ser desinventada. Seja como for, algo se rompeu para sempre quando a brutalidade rotineira da dominação, pontuada pela compulsão da caserna, foi repentinamente substituída pelo Terror de Estado delinquente de proporções inauditas (ARANTES, 2014: 284).

Aprofundava-se um conjunto de transformação das relações entre liberdades individuais, direitos políticos e civis, algo estendido à quase totalidade dos países da América Latina. As chamadas ditaduras de Segurança Nacional implementavam o Terror de Estado, isto é, uma operacionalidade estatal que imputava, ao mesmo tempo, modalidades repressivas legais e ilegais, dentre as quais se destacavam o uso de tortura e os desaparecimentos. No caso da América do Sul, foi criada uma complexa rede de transmissão de novas técnicas e formação de novos especialistas - a chamada Operação Condor - capazes de realizarem as tarefas repressivas em “comum acordo” em cada país do continente, ainda que se “respeitasse”, de algum modo, as especificidades locais. Assim,

ao legitimar uma maior desigualdade social, produto de uma lógica econômica cada vez mais injusta e excludente, o Estado (dos países do cone sul assolados por ditaduras) precisou eliminar o espaço político onde o contraditório, no interior da democracia burguesa, poderia aflorar (PADRÓS, 2005: 114).

A esse momento corresponde a noção de “estado de sítio”, no qual uma comunidade política, utilizando-se do discurso do medo à desordem pública, é temporariamente submetida à existência de um regime jurídico excepcional, ao passo que se “conferem poderes extraordinários às autoridades governamentais, ao mesmo tempo em que se restringem ou suspendem as liberdades públicas e certas garantias constitucionais” (ARANTES, 2007: 155). Assim, autoriza-se a suspensão da legalidade. Em outros termos, passa a vigorar um “estado de exceção”, no qual uma medida “ilegal” – posto que não é um dispositivo prévio constitucional – em nome da “ordem” ou da situação de emergência, que passa a ser perfeitamente “jurídica e constitucional” ao se calcar na criação de novas normas ou em uma nova ordem jurídica baseada na noção de restrição de direitos legais. Ou seja, há

um deslocamento de uma medida provisória e excepcional para uma técnica de governo, que transpõe um patamar de indeterminação entre democracia e soberania absoluta, entre legal e ilegal, entre jurídico e extrajurídico. Esta estratégia, com o tempo e o uso reiterado por parte dos Estados modernos e contemporâneos, espalhou mundo a fora, sobretudo na América Latina, a possibilidade de intervenção em nome da “liberdade”. Segundo Giorgio Agamben, “As medidas excepcionais encontram-se na situação paradoxal de medidas jurídicas que não podem ser compreendidas no plano do direito, e o estado de exceção apresenta-se como forma legal daquilo que não pode ser legal”¹⁰. O autor explica que o estado de exceção é um vazio de direito porque é um espaço anômico, onde se configura uma indistinção que denota o paradoxo da soberania: a exceção como regra. Em suma,

o estado de exceção é, nesse sentido, a abertura de um espaço em que aplicação e norma mostram sua separação e em que uma pura força-de-lei realiza (isto é, aplica desaplicando) uma norma cuja aplicação foi suspensa. Desse modo, a união impossível entre norma e realidade, e consequente constituição do âmbito da norma, é operada sob a forma de exceção, isto é, pelo pressuposto de sua relação. Isso significa que, para aplicar uma norma, é necessário, em última análise, suspender sua aplicação, produzir uma exceção. Em todos os casos, o estado de exceção marca um patamar onde lógica e práxis se indeterminam e onde uma pura violência sem logos pretende realizar um enunciado sem nenhuma referência real. (AGAMBEN, 2004: 63).

Desdobra-se disso que, à época, uma palavra era muito utilizada para dar sentido à experiência violenta que se vivia: perplexidade. Um exemplo claro, inclusive, encontra-se no próprio editorial da revista aqui analisada. Sinônimo de irresolução, tal condição corresponde a uma afetação do corpo e da mente que dificulta a produção de sentidos por parte de um corpo individual ou coletivo.

Em outras palavras, quando o “centro-complexo” é atravessado, sua cadeia de sentidos é desestabilizada e desviada, configurando um processo social de desencadeamento e dificuldade de dispor da própria vida. Esta afetação do plexo pode explicar que os sinônimos de perplexidade girem em torno das ideias de indecisão, hesitação e ambiguidade, sob as quais se ocultam as noções de falta de diretriz e desequilíbrio. Nessa experiência dolorosa e

10 AGAMBEN, Giorgio. *Estado de Exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004, p 12.

A revista *Argumento* (Brasil, 1973-1974) e o *vazio cheio* intelectual nacional

problemática da ditadura, na qual traumas se evidenciam na falta de recursos interpretativos, analíticos e mesmo imagísticos etc (VIEIRA, 2013: 58)

A *Argumento* como *vazio cheio*: o papel da crítica intelectual

Não é de espantar que se encontre com frequência a palavra “crise” nos textos da época que tentavam analisar os acontecimentos contemporâneos. Todavia, é a noção de “perplexidade” que mais chama a atenção, por se apresentar logo no editorial de abertura da Revista. Frente a essa experiência dolorosa sobrava “a angústia de existir cerceado política e culturalmente, bem como a tensão de ‘viver na corda bamba’, entre a impotência cimentada pelo Estado e o desejo pulsante de agir no e sobre o mundo” (VIEIRA, 2006: 2). Mais do que isso,

a dificuldade de se compreender e definir o que se vivia e sofria, de resto comum para quem está imerso em seu momento histórico, tornava-se particularmente densa perante os disfarces ideológicos do governo e seu grupo de apoio, as artimanhas jurídicas e eleitorais, os discursos invertidos (como defender os Atos Institucionais que suprimiam direitos políticos em nome da “democracia”), além dos prazerosos efeitos imediatos do “milagre econômico” (cuja crise se desdobrou posteriormente por duas décadas, senão até hoje), e de uma certa incapacidade por parte de setores menos intelectualizados e politizados da população de sequer imaginar o horror que passava nos “porões” da ditadura (VIEIRA, 2013: 57).

Ao anunciar que se pretendia como meio de resistência ao processo vigente, a Revista *Argumento* era, também, lugar de elaboração destas dores sociais, de fuga desta perplexidade que congelava e “imobilizava”. Segundo Maria Lucia de Barros Camargo (2004), há resistência quando em um processo histórico enfrentam-se dois ou mais códigos, um dos quais é hegemônico e se identifica com a razão, a verdade, a universalidade, a lei e o centro, e põe o outro fora da lei e da razão. O menor, o subalterno, o outro, está excluído dos canais políticos e de enfrentamento e, na impossibilidade de ocupar o poder, deve sobreviver na lei dominante, que conhece mas não reconhece, e apela a um tipo de produção significativa que consiste na construção de duplicidades e divisões: cada voz une os dois códigos, o do outro e o próprio, e constrói a máscara de uma aliança de subordinação, mas os códigos não

convergem nem se complementam segundo a figura da aliança, mas se contradizem e se negam entre si (Ludmer *apud* Maria Lucia, 2004: 196).

Por isso, a *Argumento* enquanto lugar de elaboração intelectual mostra que

o “vazio cultural” estava repleto de questões, criações tateantes, indagações sobre ruínas do que havia sido e o que poderia vir a ser. Tratava-se de um “vazio cheio”, como admitiu o próprio Zuenir no artigo de 1973, numa boa imagem para explicar a metáfora asmática da “falta de ar”: o mal-estar advém de um excesso mal processado, e não de uma ausência propriamente (VIEIRA, 2004: 05)

À colocação de Zuenir Ventura podemos associar, portanto, o papel que exerceu a *Argumento*, aqui considerada um espaço de relutância à aceitação da censura e oposição à ditadura. Isto é, a metáfora do *vazio cheio* é fundamental para entender como se apresentava uma conjuntura onde a produção intelectual era absolutamente assoberbada pela via da exceção e da modernização conservadora. A grande sapiência do termo, nesse sentido, é que ele procura demonstrar que quantitativamente a produção não era pequena¹¹; por outro lado, tratava-se de uma produção acalorada, tentando se engajar, mas que sofria com as impossibilidades e limites impostos pela ditadura, isto é, uma tentativa de, na ação, buscar saídas para a perplexidade do “corte de 1964”. Assim,

a sensação de um contexto asfixiante radica na combinação de uma esfera política autoritária-repressiva com um processo de consolidação do capital monopolista e da ordem burguesa correspondente, resultando no estreitamento do modo de existência à vida privada, mas uma vida privada que também é crescentemente atingida por dinamismos danificadores das relações humanas (VIEIRA, 2010: 161)

A Revista *Argumento*, portanto, servia como um instrumento intelectual que ia a contrapelo¹² desse processo de aprofundamento do modo de existência privado, pautando, o

11 Pode-se ressaltar, dentre outras coisas, a MPB, a poesia marginal, a música, a expansão da televisão, o teatro crítico, a poesia etc.

12 Em referência a Walter Benjamin, que propõe uma contraposição à versão oficial da história, contando a tradição dos oprimidos, na luta contra o ‘progresso inevitável das coisas’. Cf. LOWY, MICHAEL. Uma leitura das teses “Sobre o conceito de História” de Walter Benjamin. In: Walter Benjamin: aviso de incêndio. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005. e BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994

quanto mais, a formação de sentidos coletivos capazes de dar conta de mais uma camada da constante experiência dolorosa brasileira. Seja no âmbito cultural, político ou econômico, o papel cumprido pela publicação, à época, era o de servir como suporte material às ideias enclausuradas no seio da sociedade civil e da produção intelectual. Mas não somente isso: pelo folego e pela densidade da Revista, fica clara a tentativa de uma virada no cenário político do país através da circulação de ideias e leituras possíveis sobre a realidade nacional e latino-americana. Em suma, como disse José Arthur Giannotti em um dos artigos publicados na última edição, “se a hora é de tomada de consciência, cabe tomá-la a partir da situação peculiar em que nos encontramos, notadamente de nossas próprias condições de trabalho”¹³. Foi assim que a *Argumento* serviu como importante veículo de “contra-opinião” aos “fatos” apresentados pela narrativa oficial da ditadura civil-militar.

Referências Bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de Exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.

ARANTES, Paulo. *Extinção*. 1º ed. São Paulo: Boitempo, 2007. v.1. 315p.

_____. *O novo tempo do mundo*. 1ª. ed. São Paulo: Boitempo, 2014. v. 1. 460p.

BENJAMIN, Walter. “Sobre o conceito de história”. In: _____. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994

CAMARGO, Maria Lucia de Barros. “Resistência e crítica. Revistas culturais brasileiras nos tempos da ditadura”. *Revista Iberoamericana*, Pittsburgh, v. LXX, n.208-209, p. 891-913, 2004.

COTA, Débora. “‘Argumento’: literatura, crítica e cultura de resistência”. *Boletim de Pesquisa NELIC*, Florianópolis - SC, v. 5, p. 31-37, 2001.

DOMINGUES, José Maurício. “A dialética da modernização conservadora e a nova história do Brasil”. *Dados - Revista de Ciências Sociais*; volume 45, número 3, páginas 459-482. 2002.

FICO, Carlos. “Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n.47, p. 29-60, 2004.

13 GIANNOTTI, José Arthur. O contexto e os intelectuais. *Argumento*, n. 4, fev. 1974.

GASPARI, Elio. *Cultura em Trânsito: da repressão à abertura*. Rio de Janeiro, Aeroplano, 2000.

GIANNOTTI, José Arthur. "O contexto e os intelectuais". *Argumento*, n. 4, fev. 1974.

LÖWY, Michael. "A teoria do desenvolvimento desigual e combinado". *Outubro*, n. 1, 1998, p. 73-80

LOWY, Michael. "Uma leitura das teses "Sobre o conceito de História" de Walter Benjamin". In: *Walter Benjamin: aviso de incêndio*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005

MELO, Demian Bezerra de. Crise orgânica e ação política dos trabalhadores: a primeira greve nacional da classe trabalhadora brasileira (1962). Tese de Doutorado em História – PPGH-UFF, Niterói, 2013.

MENEGAT, Marildo. "Sem lenço nem aceno de deus: formação de massas em tempo de barbárie, como a esquerda social pode enfrentar esta questão?". *Praia Vermelha (UFRJ)*, v. 18, p. 146-177, 2008.

OLIVEIRA, Francisco de. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. Petrópolis, Vozes/Cebrap, 1988.

PADRÓS, Enrique Serra. Como el Uruguay no hay: terror de Estado e segurança nacional Uruguai (1968-1985): do pachecato à ditadura civil-militar. Tese de Doutorado em História – PPGH-UFRGS, Porto Alegre, 2005.

RIDENTI, Marcelo. Cultura e política: enterrar os anos 60?. *Anais da ANPOCS*: 2001.

VIEIRA, Beatriz de Moraes. *A Palavra Perplexa: experiência histórica e poesia no Brasil nos anos 1970*. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 2011.

VIEIRA, Beatriz de Moraes. As ciladas do trauma: considerações sobre história e poesia nos anos 1970. In: Teles, EDSON; SAFATLE, Vladimir. (Org.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. 1º ed, São Paulo: Boitempo, 2010, p. 151-176.

VIEIRA, Beatriz de Moraes. "Sem Argumento: um projeto intelectual quase esquecido (Revista Argumento, Brasil, 1973)". *História* (São Paulo. Online), v. 35, p. 1-21, 2016.

_____. "As ciladas do trauma: considerações sobre história e poesia nos anos 1970". In: Teles, Edson; Safatle, Vladimir. (Org.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. 1ed.São Paulo: Boitempo, 2010, v. , p. 151-176.

_____. "Milagre, vazio, asfixia, chumbo: para ler a experiência histórica no Brasil nos anos 1968-1974". In: XI Encontro Regional de História/ANPUH-RJ, 2004, Rio de Janeiro. Democracia e Conflito. *Anais do XI Encontro Regional de História/ANPUH-RJ*. Rio de Janeiro: ANPUH-RJ, 2004. p. 153-153.

A revista *Argumento* (Brasil, 1973-1974) e o *vazio cheio* intelectual nacional

_____; BARBOSA, Cairo de Souza. "Nuances e Perplexidades: observações históricas e historiográficas sobre o período ditatorial (anos 1960-80) e seus desdobramentos". *Maracanan*, v. 0, p. 68-78, 2014.

Esta página
foi deixada
propositalmente
em branco

Trabalho e mobilidade geográfica: as contradições dos debates sobre a questão migratória na contemporaneidade

Camilie Cardoso*

Resumo: No presente artigo, pretendo evidenciar a existência de uma relação matricial entre a ideologia ocidentalista, as políticas restritivas de controle dos fluxos migratórios para os grandes centros globais e a conseqüente marginalização dessas comunidades. Para tanto, elucidarei as teses dos autores Thomas Malthus, Ernest G. Ravenstein e Max Sorre, com as quais procurarei traçar um panorama sobre o ideário que fundamentou ou reafirmou o discurso presente na concepção liberal sobre a mobilidade do trabalho. Partindo de um viés estruturalista e da caracterização da mobilidade geográfica como um processo decorrente das contradições sistêmicas — das quais se originam a desestabilização social, o desemprego em massa e a pauperização de grande parcela da população mundial —, proponho discutir a respeito da articulação entre os movimentos migratórios e as estruturas mercadológicas.

Palavras-Chave: Migração; Mobilidade; Trabalho.

Introdução

Alicerçada pelos ideais iluministas da “liberdade, igualdade e fraternidade”, a ideologia liberal se consolidou como a base das relações sociais, políticas e econômicas do ocidente desde o século XVIII. A princípio, a apropriação desses conceitos se restringiu ao raio de abrangência dos Estados nacionais. A categorização desses territórios como economias centrais do sistema-mundo se revelou como uma condição *sine qua non* da difusão das políticas de caráter liberal, de forma tal que a marginalização das periferias não se restringia apenas à exploração econômica modulada pelo colonialismo, como também pela seletividade com a qual as metrópoles encaravam o ideário burguês. Por um longo período, o discurso

* Camile Cristina Cada Cardoso: Graduada em História na Universidade de São Paulo (USP). E-mail: camilie.cada@gmail.com

progressista dos estados metropolitanos coexistiu com a política neocolonialista, prática de dominação que se perpetua até a atualidade sob os seus arquétipos contemporâneos.

Na conjuntura sistêmica atual, é possível notar a permanência da relação predatória entre os grandes polos e as periferias globais por meio da ressignificação do neocolonialismo do século XIX; da etnofobia, racismo e xenofobia; do intervencionismo imperialista¹; das políticas de controle social, como a restrição das fronteiras aos migrantes oriundos de economias periféricas do globo; e da continuidade da exploração trabalhista das populações oriundas dessas localidades, as quais são submetidas, por diversas vezes, à condições de trabalho análogas à escravidão. Assumido pelos ideólogos liberais como uma expressão da livre circulação, o processo de mobilidade do trabalho é reconhecido por uma considerável parcela populacional como a única possibilidade de garantir a sua subsistência. Tal expectativa indica o impacto da construção imagética de prosperidade dos grandes centros do sistema-mundo, proveniente da efígie do *Welfare State*. A compulsoriedade desses processos migratórios reside na inevitabilidade da dominação de economias historicamente exploradas pelas centrais, relação de poder que tem se manifestado na deflagração de conflitos bélicos envolvendo Estados situados em locais economicamente estratégicos para as potências globais, decorrentes ou incitadas pelas intervenções, ou na exploração econômica dessas populações, processo esse igualmente inevitável, estando elas em seus territórios de origem ou não.

Os fluxos migratórios provenientes de áreas que integram o circuito inferior da economia se manifestam, portanto, como ecos da política exploratória das economias globais e das inevitáveis crises do capitalismo². Com base em uma reflexão pautada nos discursos de Thomas Malthus³, Ernest G. Ravenstein e Max Sorre — autores cujas teses, focadas ou não

1 Intervenção política ou econômica pautada em uma concepção supostamente universalista de direitos humanos, a qual pode ser empreendida pela via diplomática, bélica ou econômica, por meio de sanções.

2 Sobre essa questão, Marx afirma: “Enquanto o caráter social do trabalho aparecer como existência monetária da mercadoria e por isso, como uma coisa fora da produção real, as crises monetárias, independentemente de crises reais ou como seu agravante, são inevitáveis” (1988, p. 41).

3 No caso da teoria malthusiana, o enfoque do estudo é direcionado especificamente ao aumento dos índices

Trabalho e mobilidade geográfica: as contradições dos debates sobre a questão migratória na contemporaneidade

nos estudos sobre a mobilidade do trabalho, foram apropriadas e fundamentaram ou reafirmaram o ideário ocidentalista sobre a questão —, pretendo questionar a aplicabilidade destes conceitos às especificidades conjunturais dos processos migratórios contemporâneos. Uma das premissas desse debate é a existência de uma relação de causalidade entre esse padrão de mobilidade geográfica e as crises de caráter estrutural, fator no qual reside a inconsistência da evocação atual das teses em questão, que pode ser assumida como anacrônica. Vale notar, também, uma incongruência classista presente na pretensão de se aplicar concepções difundidas pelo ideário burguês à realidade de migrantes marginalizados, que comumente se inserem na estrutura social capitalista como trabalhadores precarizados.

Uma das questões que explorarei, aludindo à tese de Thomas Malthus em seu *Ensaio sobre a população*, é a individualização — conceito burguês que assumiu um caráter mercadológico com a consolidação das estruturas sistêmicas do capitalismo, o qual está diretamente relacionado com a difusão de sustentáculos argumentativos das políticas migratórias restritivas. Posteriormente, partirei das teses de Ernest G. Ravenstein e Max Sorre para promover uma discussão sobre a articulação das estruturas de mercado com as especificidades da mobilidade do trabalho na contemporaneidade.

demográficos e suas consequências. Mesmo que a questão da emigração seja brevemente abordada, essa discussão é promovida com base em um recorte sobre as implicações demográficas desse processo — o qual é, por exemplo, referido como uma solução para a frenagem do crescimento de índices populacionais. Por meio de uma análise comparativa das concepções de Ernest G. Ravenstein e Max Sorre sobre a livre circulação nos processos de mobilidade geográfica, observa-se certa consonância no posicionamento de Thomas Malthus com os reais agentes deflagradores de movimentos migratórios de larga escala, questão sobre a qual me estenderei no decorrer do artigo. Segundo o autor, “uma grande emigração envolve necessariamente um ou outro tipo de inconveniência para o país que foi abandonado. Poucas pessoas deixarão suas famílias, suas relações, seus amigos e a terra natal para se estabelecer em regiões estrangeiras, desconhecidas, sem que persistam fortes causas de constrangimentos no país em que se encontram ou sem a esperança de que haja grandes vantagens no lugar para onde estão indo” (1996, p. 251). Pautado por premissas básicas como a necessidade de insumos alimentares para a garantia da subsistência humana e a inevitabilidade da procriação, aludida pelo autor como a “paixão entre os sexos” (p. 255), os apontamentos realizados no *Ensaio sobre a população* podem ser – e têm sido – articulados como argumentos afirmadores de políticas de controle demográfico, as quais abrangem não só as medidas restritivas do aumento de natalidade, como também a contenção dos fluxos migratórios.

A teoria malthusiana e os aspectos fundantes da retórica anti-migração

A fim de afirmar sua legitimidade, é comum que as políticas migratórias restritivas articuladas pelos Estados dos grandes centros globais sejam justificadas por meio de argumentos que retomam os preceitos da tese malthusiana. Com base em análises demográficas, essas teorias apontam para o crescimento populacional como o grande responsável pela marginalização de certos grupos e até mesmo pela deflagração das crises econômicas. É importante pontuar, a princípio, o caráter seletivo da abordagem desse discurso. Em seu *Ensaio sobre a população*, Thomas Malthus promove uma análise comparativa dos índices de crescimento populacional, que ocorre em progressão geométrica, e dos meios de subsistência, que crescem em progressão aritmética (MALTHUS, 1996, p. 249-251). Reciclada até os dias de hoje, a tese malthusiana é comumente evocada sob a forma de um discurso ideológico de conteúdo classista e racista. As recorrentes vítimas da xenofobia, repressão policial e exclusão do mercado de trabalho não são os grupos populacionais que possuem fenótipos europeizados, e sim as massas vitimadas pelas relações exploratórias do sistema capitalista, as quais, em muitos casos, reproduzem a lógica da dominação colonialista. Historicamente construída pelos séculos de domínio das economias centrais sobre as periféricas, que consistiam na sujeição de árabes, negros, latinos e asiáticos pelos homens brancos, essa hierarquização é ideologicamente pautada por sua necessidade de autoafirmação como racionalista, civilizado, progressista, cultural e racialmente superior. A afirmação dessa identidade é promovida com base na contraposição ao “outro”; ou seja, por meio da definição de antipadrões. Dessa forma, assume-se que todas as estruturas políticas, sociais e econômicas que se diferiam dos modelos referidos como universalistas eram anômalas, exóticas ou inferiores, concepção que respalda a caracterização do “outro” como a sua antítese. A noção sobre a superioridade do *homo ratio* e de sua cultura ocidentalista pautada pelos ideais do Iluminismo, a qual pode ser considerada como hegemônica, pode ser reconhecida como a base do racismo — a genealogia do preconceito racial reside em mais uma das afirmações identitárias do homem branco, de sua cultura e suas convicções — e da própria predação promovida pelas grandes economias globais.

Trabalho e mobilidade geográfica: as contradições dos debates sobre a questão migratória na contemporaneidade

Essa concepção ideológica que tem sido articulada há séculos como um mecanismo de dominação revela a origem histórica dos processos de exclusão na sociedade contemporânea. A marginalização dos migrantes oriundos de porções economicamente periféricas do globo, que comumente pertencem a grupos social e racialmente oprimidos, advém do processo de transformação do *exército industrial de reserva* no que Dieter Heidemann alude como “o lixo social de difícil reciclagem humanística” (HEIDEMANN, 2004, p. 28). Essa crescente massa não é, contudo, composta apenas por essas comunidades, tendo em vista que a premissa para se inserir nesse espectro não é a consolidação de um deslocamento geográfico, mas a inserção em um contexto de desestabilização social. Dessa forma, eles apresentam-se como refugiados da miséria que recorrem à migração com expectativa de se salvar dos “pavores econômicos e de suas consequências” (idem, ibidem). Faço notar, entretanto, que a apropriação da tese malthusiana pelos ideólogos neoliberais e pelos mecanismos estatais responsáveis pelo controle das fronteiras — expressos nas entidades alfandegárias, serviços de imigração e forças policiais — é promovida por meio de sua adaptação à lógica da oferta e demanda do mercado de trabalho.

A difusão desse discurso ideológico, corroborada pelo processo de individualização mercadológica, é comumente ratificada por manifestações xenófobas como a articulação de silogismos estatísticos para promover, com um viés alarmista, a caracterização generalista dos migrantes como “ameaças” ou perturbadores da “ordem” local⁴. Analisando a retórica anti-imigratória, Alessandro de Giorgi considera que, nos Estados Unidos, essa concepção é calcada por argumentos associados à competitividade no mercado de trabalho nacional, superpopulação, preservação de uma suposta homogeneidade cultural e pelo que alude

4 É o que observamos em matérias como a *Cologne attacks show Germany unprepared for migration challenge* (Martin, 2016), publicada pela agência de notícias Reuters, em que dados estatísticos — como “dentro os migrantes oriundos do norte da África, 40% foram capturados cometendo crimes no período de um ano” — são utilizados com um viés generalista e sem qualquer tipo de problematização sobre a possível genealogia social dos problemas relatados. Essa abordagem seria essencial para a aceção da complexidade da conjuntura. Como procurarei elucidar posteriormente, a dificuldade de se integrar à sociedade por meio da inserção no mercado de trabalho formal pode levar um migrante a desenvolver atividades marginalizadas pela lógica do sistema liberal, e os crimes referidos pelo dado mencionado abrangem qualquer tipo de violação à lei. Há de ser destacado, também, o caráter falacioso da frequente categorização dos migrantes de origem árabe ou africana como agressores sexuais em potencial com base em preconceitos religiosos.

como *welfare abuse*⁵. Por outro lado, concebe que a *guerra contra a imigração* observada na Europa tem sido hegemonizada, nas últimas duas décadas, pela mitificação dos imigrantes como criminosos e/ou grupos populacionais perigosos. Tal discurso tem sido frequentemente articulado por uma lógica associativa das nacionalidades e etnias com determinados tipos de atividade ilegais, ideia que tem sido perpetuada por partidos políticos e pela mídia a fim de explorar e perpetuar as inseguranças da opinião pública (2010, p. 154). Tais práticas têm sido assiduamente aplicadas nos grandes centros globais; sobretudo após os ataques às torres gêmeas do World Trade Center, em 11 de setembro de 2001, o discurso do medo ganhou ainda mais legitimidade sob a doutrina da “guerra ao terror”, a qual foi impulsionada pelos recentes atentados perpetrados na França, sobre os quais o Estado Islâmico (*ISIS*) reivindicou a autoria. Em 7 de janeiro de 2015, uma invasão ao jornal satírico francês *Charlie Hebdo*, localizado em Paris, resultou na morte de 12 pessoas; nesse mesmo ano, na noite de 13 de novembro, uma sequência de ataques orquestrados culminou na morte de 130 pessoas. Posteriormente, no dia 31 de dezembro de 2015, uma série de roubos e ataques sexuais — dos quais se originou ao menos um estupro — promovidos por cerca de mil homens na cidade de Colônia, na Alemanha, suscitou, por parte de muitos, a caracterização dos migrantes como agressores sexuais ou estupradores em potencial, suspeita corroborada pelas descrições realizadas pelas vítimas, que definiram as feições dos criminosos como “arábicas” ou “africanas”.

Manifestada pelo apoio massivo a grupos políticos conservadores, a assimilação dos discursos oficiais supramencionados por boa parte da opinião pública reforça a ideia de que o processo de individualização mercadológica está intrinsecamente alinhado à polarização entre as populações locais e os imigrantes oriundos das localidades submetidas ao domínio

5 No artigo em questão, publicado em 2010, o autor aponta que podem ser tomadas como exceções as localidades estadunidenses que enfrentam periodicamente o pânico moral evocado pelo contrabando de entorpecentes, tráfico de pessoas, terrorismo global etc. (GIORGI, 2010, p. 154). Contudo, os desdobramentos político-ideológicos observados após a eleição do republicano Donald Trump à presidência dos EUA sinalizam a amplificação de discursos dessa ordem.

Trabalho e mobilidade geográfica: as contradições dos debates sobre a questão migratória na contemporaneidade

econômico. No que se refere à mobilidade do trabalho, o fenômeno social contemporâneo da individualização também está relacionado com a difusão de argumentos inconsistentes pautados pela já citada adaptação da tese malthusiana ao contexto mercadológico — concepção formulada apenas com base no critério demográfico, em que se assume que o aumento quantitativo no exército de reserva de mão-de-obra implica diretamente na diminuição estatística das chances de um trabalhador local se inserir no mercado de trabalho. Todavia, tal argumento ignora a multiplicidade de critérios levados em conta em um processo de contratação formal, dentre os quais o simples fato de ser um habitante local, integrado geográfica e linguisticamente ao espaço, pode ser muitas vezes assumido como um privilégio. Nas condições descritas, a concorrência entre um cidadão local e um migrante torna-se visivelmente assimétrica.

Mercado formal e marginal: a exploração da mão-de-obra migrante

Apontei anteriormente estratégias de controle social que auxiliam a promoção, direta ou indireta, da marginalização de populações oriundas das localidades marginalizadas pela ordem sistêmica. Esse processo comumente se expressa na associação destes a outros grupos marginalizados já existentes ou pela criação de espaços de exclusão específicos de uma ou de um conjunto de comunidades migrantes. Em ambos os cenários é comum a integração ou o surgimento de um mercado de atividades informais ou até mesmo ilegais — o qual subsiste isoladamente, à margem do sistema mercadológico liberal. Vale mencionar que o rechaço formal das instituições liberais a essas práticas exploratórias pode ser questionado pela frequência de casos em que essas mesmas entidades se aproveitam da vulnerabilidade social de tais populações para garantir a ampliação de seus lucros. Frequentemente implementada por empresas privadas, elas comumente consistem em imposições diretas ou terceirizadas de uma relação de trabalho análoga à escravista. Dessa forma, fica evidente que o processo de exploração e marginalização destes trabalhadores

migrantes precarizados se retroalimenta: sua suscetibilidade à opressão trabalhista é proporcional ao nível de exclusão social que as políticas migratórias restritivas impõem.

Debruçando-se sobre as especificidades das relações trabalhistas em meio ao sistema-mundo reconfigurado pela globalização, Alejandro Canales destaca a flexibilização como um dos novos eixos da lógica capitalista contemporânea. Nesse cenário, observa-se uma segmentação polarizada do mercado de trabalho, onde empregos formais coexistem com informais, e funcionários bem remunerados coexistem com trabalhadores que, além de receberem salários baixos, ainda estão desassistidos de quaisquer direitos trabalhistas. Alinhado ao método de produção fordista, esse processo de *informalização* (CANALLES, 2001, p. 230) se constitui como uma estratégia tanto por parte das empresas, que visam a economia dos gastos com a mão-de-obra, como dos próprios trabalhadores, que veem nessa oportunidade uma tentativa de prover pela sobrevivência das

familias empobrecidas por la reestructuración productiva, sino también, y fundamentalmente, un resultado de los patrones de transformación surgidos en las economías formales y los sectores de vanguardia de la economía estadounidense. (...) En ese marco, dicha estrategia de flexibilidad y desregulación laboral, que incide directamente en las condiciones de trabajo y de contratación, parece ser la base de una nueva oferta de puestos de trabajo para la población migrante. (idem, ibidem)

A segmentação do mercado é fundada, portanto, na segmentação do contingente populacional em diferentes estratos, definidos em função de fatores como a distinção cultural, étnica, demográfica, de gênero e de condição migratória. Esses critérios modulam a constituição de grupos vitimados em diferentes níveis pela vulnerabilidade social — aspecto que, por tratar-se de mais um elemento impeditivo na negociação por novos marcos regulatórios das condições vivenciadas por essas populações migrantes, pode assumir um caráter reafirmador. Mesmo quando organizados nas redes sociais compostas por essas *comunidades transnacionais* (idem, ibidem, p. 228), é notório que o capital social dos migrantes assume um papel dual quando, apesar de ser concebido como um mecanismo de resposta,

Trabalho e mobilidade geográfica: as contradições dos debates sobre a questão migratória na contemporaneidade

acaba por perpetuar a marginalização e as condições de subordinação social engendradas pela globalização (idem, ibidem, p. 232).

Impressa tanto em contextos personalistas como em estruturais, tais quais o das relações de poder interpessoais e das instituições sistêmicas com as massas submetidas ao domínio econômico, essa marginalização decorre, inclusive, de uma postura reacionária; trata-se de uma prática arraigada e institucionalizada que visa à manutenção de privilégios civis, políticos, sociais e classistas. A evasiva, contentiva e restritiva reprodução de práticas perpetuadoras do *status quo* está em consonância com a conformidade da concepção liberal dos direitos humanos⁶, com o desenvolvimento capitalista e os arquétipos do colonialismo metamorfoseado (SANTOS, 2014, p. 21). Como alude Boaventura de Sousa Santos,

enquanto discurso de emancipação, os direitos humanos foram historicamente concebidos para vigorar apenas do lado de cá da linha abissal, nas sociedades metropolitanas. Tenho vindo a defender que esta linha abissal, que produz exclusões radicais, longe de ter sido eliminada com o fim do colonialismo histórico, continua sob outras formas (...). O direito internacional e as doutrinas convencionais dos direitos humanos têm sido usados como garantes dessa continuidade. (SANTOS, 2014, p. 17)

Contudo, devo destacar a contemporaneidade do caráter reacionário da exclusão dessas minorias do campo jurisdicional dos direitos humanos. No momento em que seus princípios universalistas eram erigidos e fundamentados, grupos excluídos vitimados pelos

6 Tal dissonância com as demandas dos grupos de migrantes oriundos das periferias globais justifica-se pela abordagem de caráter cívico e político da concepção dos direitos humanos hegemônica no ocidente, cujos preceitos — erigidos em 1789, no contexto da Revolução Francesa — refletem especificidades ideológicas do contexto histórico no qual foram elaborados. Sua genealogia está intimamente ligada aos conceitos emancipatórios burgueses, dentre os quais não se inseriam princípios de dignidade humana que questionassem as estruturas de suas sociedades colonialistas. Como tratado por Boaventura de Sousa Santos em seu *Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos*, a perpetuação desse discurso emancipatório seletivo não foi eliminada com o colonialismo histórico e suas formas de dominação permanecem presentes sob os espectros do “neocolonialismo, racismo, xenofobia, permanente estado de exceção na relação com alegados terroristas, trabalhadores imigrantes indocumentados, candidatos a asilo ou mesmo cidadãos comuns vítimas de políticas de austeridade ditadas pelo capital financeiro” (2014, p. 17). Com base na demonstração dessas permanências do ideário edificador dos direitos humanos e na crítica ao seu caráter teleológico, triunfalista, descontextualizante e monolítico, o autor fundamenta o questionamento dos grupos sociais oprimidos sobre a sua valia como um mecanismo de afirmação da dignidade humana; afinal, eles integram a hegemonia que consolida e legitima a sua opressão. É possível, portanto, que essa linguagem universalista da dignidade humana dificulte ainda mais o processo de lutas das minorias e excluídos.

processos supramencionados não eram sequer considerados como sujeitos históricos: sua abrangência diminuta está em conformidade com o exclusivismo do conceito de *cidadão*. Partindo dessa lógica, a apropriação dos direitos concebidos em função das demandas burguesas dos séculos XVIII e XIX, visando contemplar as necessidades dos migrantes, torna-se não só inefetiva, como inexequível. Logo, na alusão a teses de autores que fundamentaram a concepção liberal da mobilidade do trabalho transparece certo anacronismo e, sob uma perspectiva classista, há dissonância com a realidade dos processos migratórios contemporâneos deflagrados por razões de caráter econômico.

As contradições de discursos paradigmáticos

Para que o fordismo se estabelecesse como um regime de acumulação sólido, fez-se necessário o rearranjo de decisões de indivíduos, corporações, instituições e Estados; as quais foram tomadas, muitas vezes, de maneira impensada e desarticulada das proposições características dos períodos de crise econômica (HARVEY, 1989, pp. 122-123). As décadas que se arrastaram nesse processo foram marcadas por tentativas de se forjar um novo tipo de trabalhador — o qual se conceberia como um novo tipo de homem com a conduta moral e suas perspectivas sobre sexualidade e família moldadas da mesma maneira que suas necessidades de consumo (idem, ibidem, pp. 121-122) —, pela necessidade da intervenção estatal no período da Grande Depressão e por sucessivas tentativas frustradas de se promover a completa racionalização do processo de trabalho. Como fatores impeditivos da propagação do fordismo, figurava-se a dificuldade de se obter a aceitação de um sistema fabril que demandava a instituição de rotinas com longas horas de trabalho, bem como a destituição do controle do trabalhador sobre os processos de decisão concernentes ao projeto, ritmo e a organização da atividade produtiva. Desde o início, Ford priorizava o uso da mão-de-obra migrante, mas a alta rotatividade da força-de-trabalho — associada à hostilidade dos trabalhadores americanos — dificultou a execução do modelo que propunha. Dificuldade essa que, devido às tradições da produção artesanal e à baixa disposição de mão-de-obra

Trabalho e mobilidade geográfica: as contradições dos debates sobre a questão migratória na contemporaneidade

imigrante, era ainda mais marcante para além dos EUA (idem, ibidem, p. 123). A dissolução dessa problemática se deu somente com o pós-guerra, quando se observou, segundo David Harvey, "o equilíbrio de poder, tenso mas mesmo assim firme, que prevalecia entre o trabalho organizado, o grande capital corporativo e a nação-Estado" (idem, ibidem, p. 125). Esse contexto, contudo, marcou-se pela insatisfação do então chamado Terceiro Mundo por uma *modernização* que, apesar de anunciar-se como desenvolvimentista e emancipatória, corroborava com a supressão de culturas locais e a garantia do domínio capitalista sobre populações que já eram historicamente oprimidas em seu território nacional (idem, ibidem, p. 133). Da mesma forma, quando integradas à força de trabalho das grandes economias, essas mesmas populações — agora como imigrantes — se viam atingidas por desigualdades que as inseriam no âmbito dos excluídos que, devido à sua origem étnica, à raça ou ao gênero, não possuíam acesso ao emprego privilegiado.

Essa perspectiva fundamenta um dos questionamentos dos discursos anti-migratórios pautados pela teoria malthusiana. Como aludido por Danièle Leborgne e Alain Lipietz, um bloco social é constituído por meio de "um sistema estável de relações de dominação, de alianças e de concessões entre diferentes grupos sociais (dominantes e subordinados)" (1994, p. 224), modelo no qual o Estado se insere como um mecanismo regulador que visa a obtenção da *regularidade macroeconômica*. Nesse sentido, a legitimidade estatal de ratificar e consolidar os compromissos institucionalizados é responsável por — além de assegurar a unidade da moeda, da legislação e das regras que regem o contato com as demais nações — validar o monopólio do que os autores chamam de "violência legítima" (idem, ibidem, p. 225). Ao lado de outros *compromissos institucionalizados* pelo Estado e da já mencionada estabilidade característica do bloco social, esse fator exerce grande influência nas relações econômicas, inibindo a sublevação dos grupos sociais desfavorecidos pela desigualdade, levando-os a constituírem-se como "uma comunidade em que as relações de poder se perpetuam sem grande contestação" (idem, ibidem, p. 224). Partindo dessa lógica, os trabalhadores migrantes se inseririam na ordem dos grupos subordinados que, por serem

duplamente desfavorecidos pela desigualdade econômica e por sua origem (e.g. étnica, racial ou nacional), não podem ser assumidos como “ameaças” pelo risco da competitividade mercadológica com a população local. Assim como a opção de priorizar o uso da força de trabalho migrante já no início do século XX, feita por Henry Ford, a exploração dessa mão-de-obra no auge do regime de acumulação fordista e mesmo atualmente (décadas após o início da crise desse modelo), não sinaliza algum tipo de privilégio, mas o interesse econômico de explorar a vulnerabilidade desse grupo — decorrente de sua falta de perspectivas, desenraizamento e desamparo legal.

Seguindo a linha da *dimensão demográfica*, também há de ser considerado o decréscimo nos índices totais de fertilidade em populações europeias ao longo do século XX⁷. Utilizando como base a sua pesquisa histórica publicada no artigo intitulado *Low fertility in historical perspective*, Massimo Livi Bacci destaca que nem mesmo durante as duas guerras mundiais a fertilidade chegou a níveis tão baixos na maioria dos países europeus envolvidos no conflito (à época, o índice mais baixo foi de 1.5). Além disso, o autor expressa a possibilidade de que a crise econômica deflagrada no início do século XXI atrase um possível aumento nas taxas de natalidade (2013, p. 81). Nos próximos anos, esse estreitamento da base da pirâmide etária irromperá na diminuição expressiva do *exército industrial de reserva*; logo, as restrições à mobilidade da força de trabalho revela-se como uma alternativa economicamente contraproducente quando se considera o processo de envelhecimento das populações europeias.

Por terem sido motivados e condicionados pelo processo de crise do sistema, os deslocamentos populacionais não podem ser analisados como movimentos naturais e harmônicos. Torna-se inconsistente, portanto, a ideia de que a mobilidade de um trabalhador é modulada por leis que regem o equilíbrio do mercado — concepção presente até hoje no

7 Segundo o autor, somente a antiga Alemanha Oriental atingiu uma taxa de fecundidade total decrescente, chegando a 0.8 entre 1993 e 1994. Na maioria dos países do sul e leste europeu, os índices mínimos foram variam entre 1.1 e 1.2, os quais foram registrados nas últimas duas décadas do século XX. As taxas mínimas da Ásia, por sua vez, variam entre 0.9 e 1.1, e foram registradas em Hong Kong, Taiwan e Coréia (BACCI, 2013, p. 81).

Trabalho e mobilidade geográfica: as contradições dos debates sobre a questão migratória na contemporaneidade

ideário da ideologia liberal, a qual pode ser endossada por teses como a de Ernest G. Ravenstein e Max Sorre. No artigo *As leis da migração*, Ravenstein tenciona definir as condições deflagradoras de processos migratórios esboçando os diferentes perfis de migrantes⁸ e os cenários em que se desenvolvem esses deslocamentos. O estudo em questão é promovido com base em análises comparativas dos índices demográficos do Reino Unido extraídos dos censos de 1871 e 1881, o que evidencia não apenas o viés positivista e pragmático da perspectiva de Ravenstein, como também o caráter generalista da proposta de caracterizar as “leis da migração” — em cujo intento já se expressa a noção de que se trata de um fenômeno modulado por uma lógica previsível e pré-concebida. Na concepção do autor, baseada na ideia de que as estruturas mercadológicas se autorregulam, a mobilidade geográfica se revela como uma consequência natural da urbanização, do desenvolvimento dos sistemas de transporte e da educação. A “migração compulsória”, por outro lado, é evocada como uma exceção que ocorre “em poucos casos, como o dos condenados, dos soldados e dos marinheiros” (RAVENSTEIN, 1980, p. 26). Trata-se de um fenômeno voluntário no qual a população dos condados de dispersão — que são, em maioria, agrícolas — se desloca para os condados de absorção, que “correspondem aos principais centros comerciais e industriais” (idem, ibidem, p. 50). Entretanto, a passibilidade de consolidar fluxos migratórios não é uma condição ontológica humana (HEIDEMANN, 2004, p. 27), trata-se de um fenômeno com particularismos históricos e conjunturais. Como observa Heidemann, “é apenas a sociedade moderna que se caracteriza pela conhecida mobilização geral, total e forçada para as funções do trabalho” (idem, ibidem, p. 28).

8 Ravenstein promove uma tipificação dos migrantes aludindo-os como “locais”, os quais promovem um deslocamento limitado a outra localidade “da mesma cidade ou paróquia de nascimento” (1980, p. 43); como “migrantes de curta distância”, que dirigem-se a “condados fronteiriços” ao de seu condado natal (idem, ibidem, p. 44); como migrantes que se deslocam geograficamente “por etapas”, que viajam, “em busca de emprego, de paróquia em paróquia, radicando-se, por algum tempo, aqui e ali, até que se ache, quando do recenseamento, em local bem afastado do de partida” (idem, ibidem, p. 45); ou como “migrantes temporários”, que constituem uma “população flutuante, que existe em grandes cidades de composição complexa, mas cuja presença é sentida preponderantemente nas instalações navais e militares, estações d’água e de tratamento, cidades universitárias e locais onde existem internatos escolares” (idem, ibidem, p. 46).

Com um viés naturalista, Sorre promove um estudo sobre a migração com base na ideia de que esses movimentos — que podem ser de caráter temporário, rítmico, diário ou sazonal, ou definitivo — são reflexos de um desequilíbrio no *habitat*. Descritas como “casos-limite” (SORRE, 1984, p. 131), as situações que não podem ser explicadas por meio dessas categorias são aludidas como particularidades de grupos étnicos que “não conhecem o *habitat*” e, portanto, seriam “errantes perpétuos” (idem, *ibidem*). Sendo assim, manifestações antissistêmicas como a insubordinação à ordem e à disciplina social passam a ser pejorativamente reconhecidas como particularismos, o que pode implicar não só na criação e fomento de uma cultura discriminatória contra essas comunidades, como também na afirmação de uma visão reducionista — isenta de problematizações — sobre a natureza do sistema que inevitavelmente deflagra crises e impulsiona o surgimento de movimentos migratórios e “casos-limite” (idem, *ibidem*). Logo, os falaciosos conceitos de livre circulação e mobilidade do trabalho não correspondem a expressões reais da autonomia dos migrantes. Mesmo que inconscientemente, esses deslocamentos são impulsionados por uma ilusória perspectiva de ascensão criada pelas — muitas vezes forjadas — imagens de bem-estar social dos territórios de destino. Em um contexto de poucas oportunidades de inclusão social e de inserção no mercado de trabalho, no qual muitos se veem obrigados a prover seu sustento com atividades informais ou ilegais, o conceito de liberdade se apresenta por meio de uma “dupla determinação” (GAUDEMAR, 1977, p. 190):

Para transformar dinheiro em capital, o possuidor de dinheiro precisa encontrar, portanto, o trabalhador livre no mercado de mercadorias, livre no duplo sentido de que ele dispõe, como pessoa livre, de sua força de trabalho como sua mercadoria, e de que ele, por outro lado, não tem outras mercadorias para vender, solto e solteiro, livre de todas as coisas necessárias à realização de sua força de trabalho. (MARX, 1996, p. 287)

A liberdade do trabalhador é um dos pressupostos da existência do capital, de forma tal que a venda de sua força de trabalho ocorra de forma autônoma. Ao mesmo tempo, a impossibilidade de garantir sua sobrevivência por outro método que não a sua própria alienação — decorrência de sua transformação em mais uma das ferramentas do proprietário

Trabalho e mobilidade geográfica: as contradições dos debates sobre a questão migratória na contemporaneidade

dos meios de produção — reflete em sua “liberdade negativa” (idem, ibidem), tendo em vista que “o trabalhador não tem diante de si outra hipótese que não seja vender ou não a sua força de trabalho”. É possível depreender, desse pressuposto, uma das contradições sistêmicas do capitalismo: mesmo que o trabalhador disponha livremente da sua força de trabalho, ele tem absoluta necessidade de vendê-la (idem, ibidem). O sistema que impõe essa obrigação mercadológica aos não detentores do poder sobre os meios de produção é, contudo, o mesmo que — através de suas inevitáveis crises — promove a marginalização da crescente parcela da população configurada hoje como o “lixo social” (HEIDEMANN, 2004, p. 28), condição essa na qual os migrantes estão inseridos. Imersos em uma vala interseccional que compreende os migrantes e a população periférica, suas oportunidades de inserção na estrutura sistêmica como trabalhadores formais, em um contexto de crise, é pouco significativa. Nesse cenário, o provimento de sua subsistência só se torna possível, muitas vezes, por meio do apoio financeiro de programas assistencialistas ou pela realização de atividades marginalizadas pela ideologia liberal. Atividades essas que, a princípio, são comumente interpretadas como manifestações antissistêmicas, na verdade se configuram como um reflexo direto da criação, por parte do próprio sistema, de uma massa crescente de excluídos e invisibilizados. A existência desse mercado marginal se expressa até mesmo como um elemento de reafirmação da ideologia vigente: é desse contexto que se extraem os que são apresentados como contraexemplos aos cidadãos. O ideário que preconiza a subordinação dos trabalhadores migrantes oriundos das porções periféricas do sistema-mundo à ordem e à obediência civil é constantemente reafirmado com base em preceitos morais, discursos do medo e políticas de controle social. Esse cenário sugere, portanto, a existência de uma relação dialética entre o contexto sistêmico e antissistêmico, pois essa negação às estruturas formais do capitalismo não só foi criada por ele mesmo, como também se configura como componente desse sistema.

Conclusões

A acepção do anacronismo na apropriação atual das teses elucidadas no presente artigo — formuladas nos anos de 1798, no caso de Malthus; de 1885, no caso de Ravenstein; e de 1955, no caso de Max Sorre — não caracteriza a aceitação desses discursos como bases do estudo sobre a mobilidade do trabalho em suas respectivas épocas. Formulados com base nos princípios da razão universal, sob os quais reside o germe da genealogia de políticas higienistas, racistas, etnofóbicas e xenófobas, essas concepções revelam-se como pontos de vista unilaterais pouco elucidativas sobre a complexidade dos processos migratórios, indicando que o valor do seu estudo reside mais no propósito do entendimento do ideário ocidentalista (em que despontaram ou perpetuaram) do que de questões relativas à mobilidade do trabalho *per si*. Tratando-se de uma ideologia de caráter universalista que tem afirmado sua hegemonia há séculos, é importante assumir as implicações práticas da sua definição como base nos debates sobre a mobilidade do trabalho — afinal, a percepção da inconsistência de muitos de seus conceitos não incorre automaticamente na desconstrução de um sistema consolidado por uma sólida estrutura ideológica.

Thomas Malthus formulou sua teoria demográfica com base em uma discussão sobre o aperfeiçoamento futuro da humanidade, na qual, como se pode perceber ao longo de seu ensaio, assumiu um posicionamento pessimista. A lógica estabelecida por sua tese tem sido recuperada através dos tempos em diversas conjunturas, dentre as quais se insere o debate da mobilidade do trabalho. Ideologicamente, a adaptação da teoria demográfica malthusiana ao contexto mercadológico contemporâneo fundamenta a marginalização dos migrantes. Esses processos de exclusão podem se pautar por preceitos morais, com base em discursos do medo; pela via política, por meio da negação de seus direitos humanos e cívicos; e socioeconômica, que se expressa na dominação classista e comumente reflete as relações de poder do mercado de trabalho. Com base nesse panorama, denota-se a impossibilidade de que a mobilidade do trabalho seja reconhecida como um fenômeno modulado por leis que regem o equilíbrio do mercado, como propõe Ernest G. Ravenstein. **Ao contrário do que se**

Trabalho e mobilidade geográfica: as contradições dos debates sobre a questão migratória na contemporaneidade

depreende da lógica liberal, os processos migratórios contemporâneos não correspondem a uma engrenagem do sistema global, mas a um desencadeamento de suas contradições — reflexão que nos leva a questionar o conceito de livre circulação no sistema capitalista, o qual, através de suas inevitáveis crises, cria condições para o surgimento de fluxos de migrantes em direção aos grandes centros globais. Esse contexto que impele compulsoriamente, de certa forma, a deflagração de processos migratórios, também corrobora com a irrupção de “casos-limite” (SORRE, 1984, p. 131), como os mencionados por Max Sorre. Contudo, os “errantes perpétuos” (idem, *ibidem*) aludidos pelo autor podem ser reconhecidos como indivíduos que, ou pelo desacordo com os pressupostos da ideologia liberal e/ou pela marginalização promovida pelos mecanismos sistêmicos, optam por não se submeterem às estruturas mercadológicas. Afinal, se associarmos o caráter duplamente determinado da liberdade do trabalhador, expresso na obrigatoriedade de que ele disponha de sua força de trabalho, com a restritividade do mercado — pautada não somente nas condições econômicas conjunturais ou por meros princípios demográficos, mas pelo ideário que atesta a marginalização de migrantes em diversas esferas —, percebe-se **a impossibilidade de que ocorra um processo real de integração dessas comunidades aos seus locais de destino**. Vítimas da “violência universalizada do modelo civilizatório” (HEIDEMANN, 2004, p. 30), os migrantes convivem cotidianamente com ataques dos mecanismos estatais de controle social que reafirmam sua condição de marginalizados, os quais são pautados pelos interesses mercadológicos e comumente alicerçados por políticas excludentes. A solução para as mazelas associadas aos fenômenos de mobilidade do trabalho não parece residir apenas em esforços para promover a integração das comunidades migrantes às sociedades dos polos econômicos do sistema-mundo, mas no questionamento da estrutura sistêmica erigida por políticas exploratórias em contextos estruturais ou conjunturais.

Referências Bibliográficas

- CANALES, Alejandro; ZLOLNISKI, Christian. "Comunidades transnacionales y migración en la era de la globalización". In: *La migración internacional y el desarrollo en las Américas*. Santiago: CEPAL, 2001.
- GAUDEMAR, Jean-Paul de. "O conceito marxista de mobilidade do trabalho". In: *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*. Lisboa: Estampa, 1977.
- GIORGI, Alessandro de. "Immigration control, post-Fordism, and less eligibility: A materialist critique of the criminalization of immigration across Europe". *Punishment & Society*, v. 12. Toronto: Sage, 2010.
- HARVEY, David. "A transformação político-econômica do capitalismo do final do século XX". In: *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 2008.
- HEIDEMANN, Heinz Dieter. "Os migrantes e a crise da sociedade do trabalho: humilhação secundária, resistência e emancipação". In: Serviço Pastoral dos Migrantes. *Migrações: discriminações e alternativas*. São Paulo: Paulinas/SPM, 2004.
- LEBORGNE, Daniele; LIPIETZ, Alain. "Flexibilidade ofensiva, flexibilidade defensiva: duas estratégias sociais na produção dos novos espaços econômicos". In: BENKO, Georges; LIPIETZ, Alain (org). *As regiões ganhadoras*. Oeiras: Celta, 1994.
- MALTHUS, Thomas. "Ensaio sobre a População". In: *Thomas Robert Malthus. Os economistas*. São Paulo: Nova Cultural Ltda, 1996.
- MARTIN, Michelle. "Cologne attacks show Germany unprepared for migration challenge. *Reuters*". Cologne, 28 Jan. 2016. Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/us-europe-migrants-germany-challenges-in-idUSKCN0V6173>>. Acesso em: 8 Fev. 2016.
- MARX, Karl. "Compra e venda da força de trabalho". In: *O Capital: Crítica da economia política*, v. 1, tomo 1. Os economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- _____. "Capital Monetário e Capital Real - III". In:_____, v. 3, tomo 2. Os economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- MASSIMO, Livi Bacci. "Low fertility in historical perspective". In: *Population and development review*, v. 38. New Jersey: Blackwell, 2013.
- RAVENSTEIN, Ernest. Georg. "As leis da migração". In: Moura, Hélio. (Org.). *Migração interna: textos selecionados, tomo I*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos*. São Paulo: Cortez, 2014.

Trabalho e mobilidade geográfica: as contradições dos debates sobre a questão migratória na contemporaneidade

SORRE, Max. "Migrações e mobilidade do ecúmeno". In: Megale, J. F. *Max. Sorre: Geografia*. São Paulo: Ática, 1984, pp. 124-138.

Esta página
foi deixada
propositalmente
em branco

A Religiosidade no Campo e a Festa do Divino Espírito Santo: das Origens Pagãs às Ressignificações Sorocabanas

José Roberto A. Collaço*
Lucas L. C. Pastre*

Resumo: Tomando a festa do Divino Espírito Santo como exemplo de religiosidade manifesta através do catolicismo rústico, bem como sua dinâmica pautada no campesinato e seus modos de ser e viver, procuramos encontrar referências que pudessem, analogicamente, conectar tradições dessa festividade aos antigos elementos de culto pagão. Mediante o agradecimento e/ou pedido de fartura envolto da figura sacralizada do alimento dentro da festa, identificamos a correlação desta última com os remotos cultos da fertilidade da terra. Cada festa possui as suas próprias especificidades. Atentamo-nos para aquelas realizadas na região de Sorocaba – SP. Objetivamos mostrar como a festa sorocabana teve o seu auge no período das tropas e feiras de muares e, atualmente, encontra-se tímida e amplamente ressignificada. Vimos que a essência fundamental à festa do Divino Espírito Santo persiste e resiste, ainda que de forma singela – sem a mesma pomposidade atrelada aos festejos de outrora. Entretanto, no dia de Pentecostes, a comunidade continua a zelar pela gratidão e fartura, referência clara aos alicerces pré-cristãos que embasam a cultura do Divino desde suas origens ibéricas.

Palavras-Chave: Festa do Divino Espírito Santo; Catolicismo Rústico; Religiosidade no Campo; Paganismo; Sorocaba.

* José Roberto A. Collaço: Graduando do curso de Geografia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – Campus Sorocaba. E-mail: jose_roberto_95@hotmail.com

* Lucas L. C. Pastre: Graduando do curso de Geografia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – Campus Sorocaba. E-mail: lucascastroviejo@gmail.com

Introdução

Mediante os processos que alicerçam a religiosidade popular no espaço agrário, analisamos o fenômeno do sagrado manifesto na cultura campesina do interior do estado de São Paulo. Eis que colocamos em pauta uma leitura comparada dos hábitos e dos costumes provenientes de antigas tradições pagãs centradas no culto da fertilidade da terra. Através de remotas festividades é possível estabelecer analogias entre a religiosidade pagã e o catolicismo rústico, sobre o qual discorreremos mais adiante.

Antes de tudo, faz-se necessária a contextualização daquilo que entendemos por “cultura”, para então discorrer sobre seus espraiaamentos históricos, seja na religião ou no campo. A cultura não deve ser entendida somente pelo viés patrimonial, mas também pelo seu movimento – de característica ativa e transformadora. Esta, por sua vez, faz com que cada cultura seja percebida de modo único, apresentando corpo e organização que lhe são particulares. Isto é, símbolos, práticas e materialidades atreladas num conjunto indissociável (CANCLINI, 2001). O entendimento que se faz da cultura está diretamente associado à esfera social / divisão de classes, sendo o epíteto de “popular” uma designação oriunda dessa razão, conforme explica Peter Burke (2008):

O termo ‘cultura’ é ainda mais problemático que o termo ‘popular’. [...] Em geral, é usado para se referir à ‘alta’ cultura. Foi estendido ‘para baixo’, continuando a metáfora, de modo a incluir a ‘baixa’ cultura, ou cultura popular. Mais recentemente, também se ampliou para os lados. O termo cultura costumava se referir às artes e às ciências. Depois, foi empregado para descrever seus equivalentes populares – música folclórica, medicina popular e assim por diante. Na última geração, a palavra passou a se referir a uma ampla gama de artefatos (imagens, ferramentas, casas e assim por diante) e práticas (conversar, ler, jogar). (BURKE, 2008, p. 42-43)

Aqui, entendemos a religiosidade popular como suporte de um vasto imaginário simbólico que sustenta em si o poder da tradição entre as massas e sua influência histórico-social nas comunidades rurais, bem como suas respectivas celebrações. Sabe-se que a religião é um importante aspecto para levantar, discutir e analisar a formação das culturas e sociedades, pois detém papel crucial na construção da moralidade dos povos. Daí a importância de seu estudo e compreensão. Em conjunto com o surgimento da religiosidade

A Religiosidade no Campo e a Festa do Divino Espírito Santo: das Origens Pagãs às
Ressignificações Sorocabanas

dentro da cultura do homem arcaico¹, está o processo de sedentarismo das populações no final do Neolítico², que se deu juntamente com o início das atividades agrícolas e a própria formação das cidades. Dessa forma, cabe destacar amplamente a relevância da relação existente entre o sagrado e o campo desde os primórdios da história das civilizações. Apesar da crescente laicização que vivemos hoje, a religião ainda age como importante recurso de estudo dos diferentes modos de ser e viver, explicando seguramente boa parte de sua índole:

É bem verdade que seres e memórias do sagrado não emergem espontâneos na fala política dos servos da fábrica ou da lavoura. É verdade também que assistimos a um lento processo de racionalização laicizante entre operários da indústria e boias-frias, mais do que entre camponeses. Mas é também verdadeiro que a religião não só entremeia, de um modo ou de outro, o centro de vida social de operários e lavradores, como continua sendo um bom explicador coletivo das razões de ela ser como é. (ZALUAR, 1974, p. 7)

O chamado campesinato, por sua vez, corresponde a um modo específico de produzir e viver em sociedade. O campesinato se fundamenta na relação entre propriedade, trabalho e família. Esta relação de autonomia é, ao mesmo tempo, demográfica, social e econômica. O camponês preza pela subsistência imediata de seu núcleo doméstico e pela reprodução da família através das gerações subsequentes. Da junção destes dois objetivos surge a especificidade do seu sistema de produção e a centralidade do patrimônio familiar (WANDERLEY, 1996), pois:

Para além da garantia da sobrevivência no presente, as relações no interior da família camponesa tem como referência o horizonte das gerações, isto é, um projeto para o futuro. Com efeito, um dos eixos centrais da associação camponesa [...] é a expectativa de que todo investimento em recursos materiais e de trabalho despendido na unidade de produção, pela geração atual, possa vir a ser transmitido à geração seguinte, garantindo a esta, as condições de sua sobrevivência. (WANDERLEY, 1996, p. 4)

1 Entende-se por “homem arcaico” o ser humano pré-histórico oriundo das primeiras manifestações mágico-religiosas atreladas ao “sagrado” – realidade destoante do mundo “natural” –, oposto do “profano” ou “não-religioso”, segundo a conceituação de Mircea Eliade (2010). O homem arcaico vive o máximo possível dentro do sagrado, pois este último é saturado de poder.

2 Período da “pedra polida”, alocado na Pré-História e situado, aproximadamente, entre o décimo milênio a. C. e o terceiro milênio a. C. – cedendo lugar à Idade dos Metais.

Assim, para desenvolver o presente e subsidiar o futuro, o camponês recorre ao passado, que lhe permite construir um saber ancestral transmissível aos seus filhos e descendentes. O campesinato está pautado na tradição. Esta última, então, é a inspiração, entre outras coisas, das regras de parentesco, herança e formas de vida local (WANDERLEY, 1996). A religiosidade popular – mais especificamente o catolicismo rústico – entra neste arcabouço de hábitos e costumes como forma generalizada de conceber o mundo na zona rural. O chamado “catolicismo popular” não se constitui somente de discursos ideológicos, mas também de ações ritualísticas que fornecem chaves para a compreensão de sua lógica em meio aos diferentes costumes do dia-a-dia. Afinal, a prática religiosa no campo se manifesta principalmente na execução de promessas e na realização de festas aos mais variados santos (ZALUAR, 1983).

Os “tipos” de catolicismo se proliferam em vários lugares. Estão relacionados às variações de prática e à forma como a tal religião se desenvolveu aliada, sobretudo, com a falta ou presença da Igreja Apostólica Romana enquanto instituição da comunidade católica (QUEIROZ, 1968). No Brasil, podemos encontrar a fragmentação desde o período colonial, caracterizado pelo catolicismo doméstico praticado pelos colonos e pelo catolicismo universalista, encontrado nas ordens religiosas – especialmente entre os jesuítas. A divisão em questão não foi uma exclusividade brasileira, pois, segundo Maria Isaura Pereira de Queiroz (1968), sempre existiu a oposição entre:

as necessidades religiosas espontaneamente formuladas pela massa da população aliadas à conservação de antigas tradições religiosas e, de outro lado, a estrutura de uma hierarquia sacerdotal, sustentada por um dogmatismo mais ou menos rígido. (QUEIROZ, 1968, p. 104)

Porém, levando em consideração seu processo de formação, observamos duas características no catolicismo brasileiro: a ausência de sacerdotes e a falta de conhecimentos religiosos. Os sacerdotes residiam nas cidades ou nas áreas mais populosas. No campo, tinha-se escassez de sacerdotes. Quando muito, certos lugares recebiam apenas visitas anuais e pontuais. Além disso, a falta de conhecimento fazia com que o dogma e a liturgia fossem

A Religiosidade no Campo e a Festa do Divino Espírito Santo: das Origens Pagãs às Resignificações Sorocabanas

adaptados às necessidades ou ao imaginário das lideranças religiosas locais. Desse modo, o catolicismo popular praticado fora da oficialidade clerical se modificava de acordo com o local, instaurando o chamado catolicismo rústico nas regiões mais afastadas dos centros urbanos³. (QUEIROZ, 1968).

Temos até aqui, portanto, uma singela descrição acerca do perfil humano e sociocultural tratado no decorrer da pesquisa. Tomando a festa do Divino Espírito Santo como exemplo de manifestação expressa e direta da religiosidade no campo, buscamos encontrar referências que pudessem conectar tradições da referida festividade aos antigos elementos de culto pagão. Mediante o agradecimento e/ou pedido de fartura envolto da figura sacralizada do alimento na festa, identificamos a sua correlação com os remotos cultos em prol das colheitas. Cada festa possui as suas próprias especificidades. A pesquisa se atentou para aquelas realizadas na região de Sorocaba – SP. Objetivamos mostrar como ela teve o seu auge no período das tropas e feiras de muares e hoje, com elementos em declínio, encontra-se tímida e resignificada⁴.

Nosso artigo resultou de pesquisas voluntárias orientadas pela Prof. Dr.^a Neusa de Fátima Mariano⁵, docente do Departamento de Geografia, Turismo e Humanidades da Universidade Federal de São Carlos – *Campus* Sorocaba. Trata-se de uma investigação concluída para fins de aprofundamento. Insere-se, principalmente, no campo da história das religiões, ainda que tangencie perspectivas arraigadas à geografia cultural e agrária. Partimos metodologicamente da bibliografia essencial, visando discernir conceitos fundamentais ao estudo da religião. Para tanto, Mircea Eliade, renomado historiador, mostrou-se relevante, dada sua vasta obra dedicada ao entendimento antropológico das múltiplas faces do sagrado. Carlos Rodrigues Brandão, da UNICAMP, deferiu, por sua vez, maior entendimento aos

3 Desse modo, “catolicismo popular” e “catolicismo rústico” – para a autora em questão – não são exatamente sinônimos. O “catolicismo rústico” se insere dentro do “catolicismo popular”, não o inverso.

4 Segundo Néstor García Canclini (2001) a resignificação aparece como um sintoma da cultura híbrida, na qual sujeitos e espaços conferem novas características e significados para os seus objetos.

5 Agradecemos imensamente pela atenção cedida ao nosso interesse, pelas constantes revisões norteadas em sua profunda especialidade e amor à festa do Divino Espírito Santo, bem como pela gentil amizade!

trâmites da religiosidade popular e sua dinâmica no campo. Para a melhor compreensão do paganismo intrínseco ao calendário agrícola, fizemos uso de autores praticantes da referida religiosidade, como Mirella Faur e Gwydion O’Hara. Na categoria de “catolicismo popular”, Alba Zaluar nos trouxe elucidacões importantes. Para adentrar o campo do Divino Espírito Santo, num primeiro momento, recorreremos aos clássicos do folclore – Luís da Câmara Cascudo e Alceu Maynard Araújo – e da geografia – Aroldo de Azevedo.

E, por fim, entre artigos, teses e dissertações, a revisão trouxe à tona especialistas contemporâneos, como Marly T. G. Perecin e Herbert Rodrigues. Ao reduzirmos o escopo espacial da pesquisa para o município de Sorocaba – SP, a obra da já citada Prof. Dr.^a Neusa de Fátima Mariano nos serviu de base e apoio. Para espraarmos as características específicas do interior paulista, recorreremos ao material do Museu Arquidiocesano de Arte Sacra de Sorocaba – Comendador Luiz Almeida Martins, bem como sites e velhos informativos das festas ainda ativas. A curiosidade extrapolou a revisão bibliográfica de tal forma que, mediante rica entrevista, recorreremos ao contato com José Rubens Incão⁶, respeitado pesquisador e diretor da Biblioteca Infantil Municipal de Sorocaba “Renato Sêneca de Sá Fleury”. Tendo em vista sua eminente dedicaçao ao resgate do folclore local, posta numa gama de sólidas pesquisas, não fomos capazes de pensar num outro sujeito mais adequado para tal façanha.

Paganismo e religiosidade no campo

Os Romanos, ao se sobreporem à cultura ibérica – já detentora de panteões próprios –, trouxeram consigo uma vasta quantidade de divindades e espíritos celebrados em diferentes passagens da vida e do ano, seja de forma mais ou menos homogênea ou reservando especificidades regionais do território. Dentre as datas sagradas do ciclo anual de celebraçoes, muitas eram reservadas às colheitas e ao culto da fertilidade da terra. Por

⁶ Dedicamos aqui o nosso mais sincero agradecimento, dada a sua exímia hospitalidade e sabedoria que nos cedeu amplo discurso falando sobre a festa, os costumes e as suas percepçoes.

A Religiosidade no Campo e a Festa do Divino Espírito Santo: das Origens Pagãs às
Ressignificações Sorocabanas

exemplo, no dia 27 de Janeiro ocorria a celebração romana de *Sementivae Feria*, dedicada às Deusas dos grãos e da colheita, entre elas, Ceres (FAUR, 1999), sobre a qual falamos detalhadamente mais adiante, por conta de sua grande influência na festa do Divino Espírito Santo em Portugal.

As chamadas “festas maias” que aconteciam durante a Primavera no Hemisfério Norte visavam garantir a purificação e a fecundidade do solo, assim como pedir aos Deuses um ano de boas colheitas, frutas sadias e animais saudáveis nos campos. Tais celebrações que aconteciam entre Março e Maio, tinham por grande importância o culto da Deusa Ceres, divindade romana da fertilidade da terra, da agricultura, dos cereais, dos grãos, das lavouras e das plantas. Ceres também é a Deusa protetora das mulheres, da maternidade e da vegetação (FAUR, 1999).

Tanto Ceres como Deméter, sua correspondente grega, expressam na mitologia a força da natureza, do crescimento e da nutrição. Suas celebrações incluíam rituais de limpeza da terra e incentivo à abundância. Dois grandes festivais eram dedicados a Ceres. No primeiro, Cereália ou “Jogos de Ceres” (*Ludi Ceriales*), celebrava-se definitivamente a chegada da Primavera no final do mês de Abril. As sacerdotisas corriam alegremente pelos campos carregando tochas em suas mãos. O festival durava cerca de uma semana e era regado por diferentes atividades e corridas de biga que, com êxito, encerravam-se no dia 19 (FAUR, 1999).

No final do mês de Maio, ocorria a Ambarvália que, segundo Ogilvie (1970), envolvia a procissão da população romana pelos campos pedindo por abundância. Lá, também ocorria o sacrifício de um touro, de um porco e de um carneiro, ofertados em determinadas passagens do trajeto. Este rito, chamado de *Suovetaurilia*, era realizado em honra ao Deus Marte para que houvesse a sacralização da terra. Juntamente com tais ofertas, também ocorriam danças e competições esportivas. Em Ambarvália, Ceres era cultuada como a “Mãe do Milho” e honrada com muitos cânticos e festejos. Na sequência, era novamente cultuada no dia 21 de Agosto, na Consuália, a festa da colheita e, depois, no dia 4 de Outubro durante

o *Jejunium Cereris*, dia de jejum em que era lembrada como guardiã de todos os frutos da terra (FAUR, 1999).

O ser humano vê na agricultura uma fonte inesgotável de sagrado no mundo profano. A natureza e suas manifestações diretas no campo impulsionam a necessidade de honrar e respeitar a sacralidade que existe em cada grão, em cada fruto, em cada alimento. O termo pagão é derivado da palavra em latim *paganus* (O'HARA, 2004) que se refere ao habitante da terra, ao camponês ou ao homem rústico. O conceito de paganismo já foi usado para designar múltiplas e diferentes nuances religiosas, inclusive como termo pejorativo. No entanto, a etimologia nos remete, a princípio, a uma íntima relação existente entre o solo e o homem não cristão que, posteriormente, irá resistir e persistir no catolicismo sob outras faces e significados ao longo do tempo e espaço.

No decorrer da história, o cristianismo absorveu muitas tradições de cunho pagão para adaptar certos gêneros de vida à égide cristã. Algumas das incorporações se tornaram universalmente cultuadas através dos católicos, como é o caso das tradições nórdicas de Ostara e Yule, celebrações assimiladas por datas reconhecidamente cristãs: Páscoa e Natal, respectivamente. Do mesmo modo, muitas divindades acabaram sendo transformadas em santos que, por sua vez, foram pouco a pouco substituindo os antigos Deuses – seja em credo ou apenas em face, vide os casos de sincretismo – em meio ao culto popular. Festas como as do Divino Espírito Santo, nada mais são do que recortes ressignificados de antigas celebrações como a Cereália e a Ambarvália – ainda que, ironicamente, sejam hoje consideradas “primitivas” (vide a citação abaixo). Segundo consta na divulgação da “Festa dos Tabuleiros”, em Portugal, é possível que os festejos devotados à Ceres tenham impulsionado a cultura do Divino em tempos posteriores:

A Festa dos Tabuleiros ou Festa do Divino Espírito Santo é uma das manifestações culturais e religiosas mais antigas de Portugal. Segundo os investigadores, a sua origem encontra-se nas festas de colheita à Deusa Ceres. A sua cristianização pode dever-se à Rainha Santa Isabel que lançou as bases do que seria a Congregação do Espírito Santo, movimento de solidariedade

A Religiosidade no Campo e a Festa do Divino Espírito Santo: das Origens Pagãs às
Ressignificações Sorocabanas

cristã que em muitos lugares do reino absorveu as primitivas festas pagãs.
(FESTA DOS TABULEIROS, 2015)

Porém, cabe aqui ressaltar que as especificidades geográficas conferem características distintas a cada uma das referidas manifestações religiosas. No Brasil, por exemplo, aproximamo-nos da estação fria com a chegada do mês de Maio. Sendo assim, a própria alteração do calendário agrícola de um hemisfério para o outro acaba resignificando o sentido da festa. No Hemisfério Sul a festa do Divino Espírito Santo clama, sobretudo, o agradecimento pelo que se obteve no ciclo anterior. Ou seja, a colheita já foi feita e se pede ao Divino a bênção por nova fartura no ciclo seguinte. Não é nossa intenção aqui afirmar que as festas populares católicas são cópias simplistas de antigos festivais pagãos. Muito pelo contrário, reconhecemos a sua legitimidade e a sua complexidade mediante os seus modos distintos de reconhecer as diferentes formas do sagrado no campo, bem como as suas resignificações internas que agem como resistência frente à crescente urbanização do homem contemporâneo.

O camponês, na sua relação fundamentada entre propriedade, trabalho e família, vive de uma tradição que remonta, ainda que parcialmente, o próprio conceito de paganismo. Sendo a festa do Divino Espírito Santo uma herança portuguesa, encontramos na história ibérica os fundamentos pré-cristãos que lhe deram origem. As honrarias prestadas à Deusa Ceres clamavam por fartura e abundância mediante o vínculo do povo com o calendário agrícola. Através da cristianização e da apropriação de tais festividades por parte do catolicismo, surge um novo e complexo sistema que traduz as necessidades do povo rural em sua originalidade. Eis que temos então o catolicismo rústico que, ao invés de Deuses, clama as suas necessidades aos santos. No caso, ao Divino Espírito Santo, mais tarde aderido pela cultura campesina paulista.

A fé no campo surge muitas vezes em meio ao próprio desamparo do povo – leia-se: condições de vida precarizadas; desigualdade; desprovimento de acesso às grandes tecnologias; dependência da lavoura bem-sucedida; etc. Através de práticas devocionais,

santos e divindades – e aqui citamos o Divino Espírito Santo, parte da Santíssima Trindade – vão se alternando mediante necessidades específicas. A popularidade de tais benfeitores sagrados cresce com o advento da repetição, tornando-se tradição. Os ciclos anuais expressos através do calendário agrícola exercem grande influência no tocante ao senso de recorrência, dada a necessidade de firmar a promessa para garantir a colheita. Tal dinâmica culmina, quase sempre, no escalar de padroeiros:

Esse tipo de acordo entre homens e santos, [...] marca a etapa final de uma trajetória corriqueira de concorrências entre santos de devoção, ao longo da qual um deles passa aos poucos de protetor de uma família a padroeiro preferencial de uma comunidade camponesa. (BRANDÃO, 1985, p. 30)

Este catolicismo (*praticado no campo*), por sua vez, [...] ganhou uma configuração muito específica, a qual os antropólogos e sociólogos chamaram de catolicismo rústico, quase sempre votivo às imagens dos santos. Mesmo a figura do Divino, representada por uma pomba, [...] acabou dentro dessa [...] mesma configuração (MEIRA, 2009, p. 47)

Muitas vezes, a religiosidade no campo migra para a cidade em épocas de festa, gerando notável expansão demográfica dentro do perímetro urbano. É o caso das grandes festividades que circundam o território da Igreja Matriz⁷ – a festa do Divino Espírito Santo em Sorocaba, como se mostrou adiante, é um exemplo notável. Portanto, cabe ressaltar que, por mais atrelada que esteja ao campo, essa e outras festas populares católicas também se associam aos fenômenos culturais do espaço urbano, especialmente nos dias vigentes. Os camponeses migram para a cidade a fim de integrar sua fé à centralidade católica. Assim, a cidade também bebeu da cultura campesina para constituir suas próprias tradições. Pois, “sendo o sentimento de pertencimento ao bairro o elemento unificador da sociedade caipira tradicional, o centro geográfico deste quase sempre era a capela ou uma igreja” (MEIRA, 2009, p. 48).

Havendo a impossibilidade de realocação, as festividades também se manifestavam no próprio campo. A incorporação de terrenos via doação para a construção de templos

7 Entende-se por “Igreja Matriz” o templo principal de um município ou região. Centro espiritual ou organizacional responsável por supervisionar e /ou administrar outros de menor tamanho e influência.

A Religiosidade no Campo e a Festa do Divino Espírito Santo: das Origens Pagãs às
Ressignificações Sorocabanas

religiosos consolidam sua predominância na rotina sacra dos camponeses. Além disso, havia a influência da igreja dos grandes fazendeiros. “Os termos do documento de doação são o primeiro testemunho de um controle eclesiástico que determina a legitimidade católica de um lugar de culto sertanejo [...]” (BRANDÃO, 1985, p. 30). Isto é, a predominância do catolicismo no campesinato é imposta, ao menos em partes, pela influência latente das classes mais abastadas.

No catolicismo rústico, as práticas de benzimento e curandeirismo também remetem aos antigos hábitos pagãos. Porém, cabe aqui comentar que a religião dos camponeses não é um aglomerado pitoresco de crendices e práticas mágico-religiosas, pelo contrário, constitui um sistema coerente e complexo de crenças e vivências do sagrado, combinadas com agentes e trocas de serviços. Não é uma criação isolada, pois retraduz para a sociedade caipira dependente, segundo os seus termos, o conhecimento e a prática erudita da religião dominante (BRANDÃO, 1985).

A religiosidade no campo não se vale apenas de questões arraigadas ao catolicismo rústico, vai além disso, pois possui forte ligação com dois fatores. O primeiro deles, como já dissemos anteriormente, é o ciclo das colheitas dentro da economia, sobretudo no Estado de São Paulo. O calendário agrícola foi, desde o princípio, atrelado ao religioso. Em função da constância do referido ciclo, parece-nos também que a manutenção da fé se veicula às mais variadas ocasiões de ambos os calendários – o agrícola e o religioso. Sobre esse fator, Marly T. G. Percin (2006) diz:

outros eventos importantes como Corpus Christi e as festas juninas, também ocorriam por ocasião da grande pausa, entre o término das principais colheitas e o segundo semestre, quando o homem produtor retomava as tarefas da pecuária, do preparo da terra e da sementeira. Todos guardavam relação sócio-econômico-cultural implícita ao calendário religioso, particularmente com a Semana Santa. (PERCIN, 2006, p. 10)

Naqueles tempos, parecia existir um ciclo paralelo ao do trabalho e da produção agrária, o ciclo do aprimoramento da fé que a Igreja abrigou. As suas repercussões no interior do processo social eram mais intensas, pois enquanto se cultivavam as lembranças e as experiências da festa que passou, montava-

se a expectativa da próxima vindoura, arquitetando-se variados projetos de vida. (PERECIN, 2006, p. 10)

Dessa forma, as festividades arquitetadas no decorrer do ano agem como elemento norteador frente ao planejamento do campesinato. Por consequência, o segundo fator é a festa propriamente dita, momentos nos quais se observa a ruptura com o cotidiano, uma cisão de sentido religioso para agradecer, oferecer e retribuir a colheita que se obteve na última temporada, pedindo por uma boa safra na próxima que se segue também. As festas, sobretudo quando realizadas no contexto da colheita, tinham – e ainda têm, nas ocorrências mais puras – como função o reestabelecimento de um mundo sem privações, no qual todas as regras eram quebradas para que a perpetuação da vida completasse seu sentido com alegria. Além disso, a festa se tornava tempo suficiente:

para todo o tipo de experiência, ou seja, para frequentar as vilas e as cidades, para rever as parentelas e as amizades, para o lazer desinteressado ou para reciclar-se socialmente, para estabelecer contatos políticos e negócios de interesse pessoal, ao mesmo tempo em que se exercitava a devoção, cumprindo promessas, renovando os votos, recebendo bênçãos do clero e se ilustrando nas artes e no conhecimento. Esse movimento no interior das sociedades provocava êxodo rural, congestionava o urbano, acelerava a economia, deitava compromissos de toda a ordem, predisponha a novos hábitos e a experiências inovadoras. (PERECIN, 2006, p. 10)

Observamos, portanto, a dimensão da religiosidade no campo em sua importância associada à esfera social do campesinato, numa linha tênue que tangencia fenômenos culturais do espaço agrário e urbano, mesclando-os através da interação entre ambas as partes. Nas próximas páginas, discorreremos em análises acerca dos principais elementos caracterizantes da festa do Divino Espírito Santo, levantando algumas especificidades e tradições em prol da compreensão da cultura que a envolve.

A festa do divino espírito santo

A Festa do Divino é uma celebração religiosa estabelecida nas primeiras décadas do século XIV pela Rainha D. Isabel (1271-1325), casada com o Rei D. Diniz de Portugal (1261-1325). O festejo começou com a construção da Igreja

A Religiosidade no Campo e a Festa do Divino Espírito Santo: das Origens Pagãs às Ressignificações Sorocabanas

do Espírito Santo em Alenquer. A devoção ao Divino rapidamente se propagou e tornou-se um dos mais intensos e populares eventos católicos da história. A Festa do Divino foi trazida para o Brasil no século XVI. O chamado “Império do Divino”, encenação típica da celebração, era constituído de palanques e coretos armados para o assento do aclamado Imperador do Divino: seja ele criança ou adulto, era alguém escolhido para presidir a festa e que gozava de direitos majestáticos, podendo inclusive libertar presos comuns em certas localidades portuguesas e brasileiras. Para a organização da festividade havia a Folia do Divino, um bando precatório que pedia e recolhia auxílios de toda espécie. A Folia constituía-se de músicos e cantores, com a Bandeira do Divino – ilustrada pela Pomba simbólica –, recepcionada devocionalmente por toda a parte. Essas Foliás percorriam grandes regiões, gastando semanas ou meses inteiros. Foram festas de alta receptividade coletiva tanto no Brasil como em Portugal. Atualmente estão decadentes, relativamente às áreas geográficas de sua existência histórica. (CASCUDO, 1988, p. 294. Adaptado)

O trecho acima, ditado pelo “Dicionário do Folclore Brasileiro”, de Luís da Câmara Cascudo (1988), define e sintetiza o que se propaga ao redor da cultura do Divino mediante o senso comum. A partir de agora, faremos uso da entrevista cedida pelo pesquisador José Rubens Incão, diretor da Biblioteca Infantil Municipal de Sorocaba “Renato Sêneca de Sá Fleury”. Recolhemos os dados presentes durante um diálogo informal associado ao material do referido acervo público – levantado previamente pelo nosso entrevistado –, o qual buscamos no mesmo dia para melhor embasar o nosso discurso. As informações foram compiladas em Junho de 2015, através da transcrição de áudio com devida autorização de José Rubens Incão. Adiante, entrelaçamos a revisão bibliográfica aos trechos do discurso adquirido.

A festa do Divino Espírito Santo já exerceu muita influência na sociedade. Ao se tornar independente de Portugal, D. Pedro I seria rei do Brasil. Porém, preferiu a titulação de Imperador, pois graças ao Divino, este termo seria mais facilmente assimilado pelo povo. Nosso entrevistado cita as Vestais romanas para explicar a tamanha importância do Imperador do Divino dentro da festa. As Vestais eram respeitadas sacerdotisas, vozes da própria Deusa Vesta. Ao saírem na rua podiam salvar um condenado se este fosse apontado por uma delas. O mesmo ocorria com o Imperador do Divino, tanto em Portugal como no

Brasil, pois era a vontade do próprio Divino se manifestando. Ser eleito Imperador do Divino era uma honra sem tamanho.

Em Sorocaba, cerne do nosso estudo, a festa contava com a encenação de todos os personagens e costumes típicos da tradição, os quais permeavam a construção do chamado Império do Divino, uma alusão clara e direta à corte lusitana. Sabe-se que tais figuras remetem aos primórdios da colonização brasileira – cuja máxima influência, o Divino em si, revelou-se mesmo no ato da independência (vide a citação abaixo) –, atravessando classes e gerações devotas à sacralidade do dia de Pentecostes, essência vital da festa do Divino Espírito Santo, conforme dita Luís da Câmara Cascudo (1988):

De seu prestígio, basta lembrar que o título de Imperador do Brasil foi escolhido em 1822, pelo Ministro José Bonifácio de Andrada e Silva, porque o povo estava mais habituado com o Imperador (do Divino) do que com o nome do Rei. A festa, a missa cantada, a procissão, o leilão de prendas, a exibição de autos tradicionais, as cavalhadas, etc., positivava um centro de interesse real. Em certas vilas ou cidades, o Imperador do Divino, com sua corte solene, dava audiência, com as reverências privativas de um soberano. A Festa do Divino ainda resiste e vive em muitos Estados brasileiros. Quarenta dias depois do Domingo da Ressurreição é a Quinta-Feira da Ascensão do Senhor (Dia da Hora) e dez dias depois é o Domingo de Pentecostes, o dia do Divino Espírito Santo. (CASCUDO, 1988, p. 294)

Segundo o Museu Arquidiocesano de Arte Sacra de Sorocaba “Comendador Luiz Almeida Martins”, as origens da festa no referido município são de raízes demasiadamente antigas, fato este confirmado pelos livros e registros do clero regional. “Não se erra dizendo que é do começo da paróquia, o que quer dizer também dos tempos da fundação da cidade” (MADAS-LAM, 2002, p. 10). O Divino, assim como as festas juninas, chegou a Sorocaba pelas mãos portuguesas. Segundo José Rubens, em Sorocaba a festa já não ocorre há muito tempo, pois, nas palavras do mesmo, existe sempre a figura de um padre barrando as festividades em prol de atividades estritamente beatas. “A festa do Divino era portentosa!”, diz ele com o saudosismo típico de quem pôde prestigiar os tempos áureos da celebração. “Já houve muita força em Sorocaba, aliás, na maioria das cidades do interior paulista”, conforme o mesmo nos enfatiza.

A Religiosidade no Campo e a Festa do Divino Espírito Santo: das Origens Pagãs às
Ressignificações Sorocabanas

Com relação ao símbolo do Divino Espírito Santo, a pomba branca, José Rubens julga ser “incrível” a necessidade do povo em ter em mãos tal objeto para pegar, visualizar e se aproximar. “A pomba branca vai além de um mero símbolo, com ela tudo fica mais claro. A pomba branca sublima o espírito sagrado de Deus”, nas palavras dele. Trata-se de uma ideia muito complexa que se traduz de maneira muito simples. Através da dita representação, surge a bandeira para abençoar os lares e seus donos. Como já dissemos anteriormente, no Hemisfério Sul, a festa do Divino acolhe para si uma nuance própria em função das particularidades geográficas e das diferenças sazonais: a colheita já foi concluída e o camponês recorre ao sagrado para agradecer os frutos alcançados, bem como pedir um novo e farto ciclo na temporada subsequente. A abundância dos campos é tratada como uma dádiva do Divino. O alimento é partilhado e o sentimento de gratidão une toda a comunidade num único propósito: agradecer.

As festas populares católicas, principalmente a do Divino, a de Santo Antônio e a de São João, estão estritamente relacionadas ao campesinato. Segundo José Rubens, o povo rural precisa se valer do sagrado para garantir a sua safra. A festa do Divino expressa um período em que o camponês já colheu a sua plantação. Sendo assim, são festas de gratidão ao santo. Conforme o calendário litúrgico, a festa do Divino ocorre cinquenta dias após a Páscoa. Em Sorocaba, a festa que ocorria em Maio acabou detendo para si toda a grande afluência do período, pois coincidia com a passagem dos tropeiros. Dessa forma, a arrecadação de donativos tornava a festa mais rica. Havia também uma demanda de dinheiro para dar assistência aos “leprosos”⁸ e necessitados.

Dessa forma, a festa do Divino se cruzava com o tropeirismo favorecendo uma questão prática e econômica. Durante a estadia dos tropeiros que vinham para a chamada feira de muares – período rememorado, atualmente, pela “festa dos tropeiros” – acontecia, concomitantemente, a festa do Divino Espírito Santo. Assim, os tropeiros participavam da

8 Inserimos o termo “leproso” entre aspas a fim de manter a autenticidade do discurso de José Rubens sem, no entanto, ressaltar o desuso da expressão. Refere-se à “lepra” ou hanseníase, doença infecciosa que, até o final do século XX, ganhou conotação negativa embebedada de mitos e preconceitos. Durante muito tempo, a palavra foi sinônima de “sujeito maléfico” ou “extremamente desagradável”.

festa e das cavalhadas – explicadas mais adiante –, mesclando o tropeirismo à cultura do Divino. Tratava-se, obviamente, de uma consequência direta do grande fluxo de pessoas que convergia para cidade nessa época do ano.

O voto de gratidão pela colheita estava impregnado em toda a zona rural, inclusive em Sorocaba. A festa era o momento de pagar as promessas feitas no decorrer do ano. Novamente, notamos íntima semelhança entre a festa do Divino e os antigos festivais dos povos pagãos. Ao indagarmos José Rubens acerca desta semelhança, ele nos diz que a raiz pagã está presente em tudo. Segundo ele, o cristianismo se apropria dessas tradições, citando como exemplo a própria fogueira de São João, a qual remete aos festivais célticos. “Moderna é apenas a nossa presunção”, diz José Rubens, pois as origens desses rituais são antigas e, quase sempre, anteriores ao próprio cristianismo. Esta ideia é complementada por Herbert Rodrigues, conforme segue:

Não há dúvidas de que a festa do Divino é eminentemente religiosa conforme encontramos na liturgia, na devoção das pessoas, nas pesquisas dos folcloristas e em trabalhos acadêmicos. Porém, suas origens estão em camadas mais profundas da história da humanidade, com um passado que nos remete ao *panis gradilis* dos gregos e às comemorações da Páscoa judaica, ligada ao calendário agrícola. (RODRIGUES, 2006, p. 69)

Tal como num culto pagão, o ato da oferenda também se insere na cultura do Divino. Havia, em muitos lugares, grandes e prósperas ofertas. A melhor colheita era oferecida ao santo ou divindade para a qual se agradecia, pois o fruto era uma bênção recebida através do sagrado. Mais do que qualquer outra coisa, o ciclo expresso pela festa do Divino constitui, antes de tudo, a própria memória ancestral em si. A oferta, o agradecimento e o pedido por novas bênçãos ainda refletem o desamparo do povo rural – que desprende seu o maior empenho e conquista em prol da esperança ou manutenção de dias mais afortunados. José Rubens ilustra o fato com a prática medieval dos penitentes amortalhados, comum às festas que ocorrem na região do Médio Tietê. O ato consiste em se enrolar num lençol, deitar-se na rua e aguardar a passagem dos foliões com a bandeira. Ao passar da bandeira, as pessoas saem renascidas dos lençóis, pois o Divino lhes concede uma “nova vida”, livre dos malefícios

A Religiosidade no Campo e a Festa do Divino Espírito Santo: das Origens Pagãs às
Ressignificações Sorocabanas

da anterior. De certa forma, a fartura da festa também clama pela saúde do camponês e de sua família:

As festas do catolicismo popular são momentos de distribuição e equilíbrio de alimentos, constituem-se em cerimônias dramáticas de troca e retribuição, sobretudo de carne. Além disso, muitas pessoas doentes comem o alimento oferecido, pois acreditam em seus poderes terapêuticos na cura de enfermidades. O caipira, conforme Antonio Candido (1982), em capítulo que trata da dieta, é carente de proteínas. Portanto, a distribuição de alimento, não por acaso, é um ritual encontrado na maioria, senão em todas, das festas religiosas. (RODRIGUES, 2006, p. 110)

Segundo a percepção de José Rubens, a utilização do rio em algumas festas possui estreita relação com o batismo e o sentido de purificação da alma. Na verdade, a inserção do rio na programação da festa está intimamente ligada ao quadro geográfico e à própria utilização das águas enquanto vias de transporte e acesso – a exemplo da festa de Laras – SP⁹, uma das mais tradicionais até hoje – que, por sua vez, acaba embelezando a procissão. Em Sorocaba, o rio também era utilizado em tempos passados. O corpo da festa do Divino é constituído pelo próprio povo e, dessa forma, acontecia mesmo quando não havia dinheiro. Em muitos lugares as pessoas comem à vontade sem qualquer espécie de conflito, pois a fé une todos num único ideal. Em cidades maiores, no entanto, tal vínculo passa a se fragilizar.

José Rubens nos diz que, em Sorocaba, a festa foi interrompida justamente por conta dos abusos – brigas, roubos, etc. Da festa em si, permaneceu apenas a bandeira e a distribuição de pães. Entretanto, apesar da escassez eminente de informações, questionamos tal generalização ao partirmos do pressuposto de que a festa, mesmo numa cidade com fortes aglomerações, intensifica – como já dito e reforçado pelos autores de referência – relações em torno da vivência social atrelada à fé. Dessa forma, por certo os abusos não foram os únicos impulsores da profunda redução e o subsequente processo de resignificação – influente nas tradições que restaram. Como buscamos mostrar nas páginas a seguir, a festa do Divino em Sorocaba alçou glória num período em que a vida citadina

9 Para saber mais, ler: MARIANO, Neusa. *Divina luz nas águas do Tietê. A festa do Divino Espírito Santo de Laras / SP*. São Paulo: Paco Editorial, Funarte, 2014.

ainda destoava da paisagem metropolitana vigente. Assim, Elinaldo S. Meira (2009), corrobora o nosso entendimento acerca dessa questão:

A festa ao santo é essencial à vida da sociedade caipira tradicional. Ela une o bairro em torno do objetivo comum, que é a realização do evento. Neste espaço ocasionalmente criado dá-se a dança, dá-se o namoro, reforça-se laços de amizade e, em medida contrária, também distingue-se os de rivalidade. (MEIRA, 2009, p. 51)

Em Itu – SP, a festa do Divino ainda é forte e, para José Rubens, há o “Divino popular” e o “Divino da elite”. Apesar de serem cidades irmãs, Itu resguarda um passado demasiadamente distinto de Sorocaba. Segundo a visão pessoal de José Rubens, Itu vislumbrou uma aristocracia rural bastante acentuada, característica esta que Sorocaba nunca teve. Portanto, o mesmo acredita que sempre houve em Itu uma clara separação entre a “festa dos pobres” e a “festa dos ricos”. Na prática, acreditamos numa divisão social camuflada, visto que o embasamento religioso em prol do culto ao Divino, já mencionado, acaba unindo todas as classes em um só propósito – ainda que, como também mostrado anteriormente, o campesinato tenha as suas próprias demandas.

A cultura do Divino é praticamente hereditária, o pai ensina o filho que ensina o neto. Hoje, a religiosidade no campo vive de resquícios se comparada ao que já foi outrora, a citar como exemplo a festa de Araçoiaba da Serra – SP, que resiste apenas por intermédio da terceira idade ainda perseverante em manter suas tradições. Apesar da crescente escassez do interesse juvenil, não se deve contribuir para um discurso generalizante. A religiosidade não é estática, ela muda e se ressignifica, tal como o próprio campo, a cidade e os modos de ser e viver em sociedade. A festa foi se esvaziando pouco a pouco, não apenas em Sorocaba como em muitas outras cidades, pois, para o nosso entrevistado, o fundo religioso das festividades foi gradativamente se diluindo em detrimento dos interesses de cunho comercial.

José Rubens nos diz com pesar que a bandeira ainda chega em sua residência, porém, de forma “decepcionante”, pois, para ele, resta apenas um amontoado de orações com sentidos bem diferentes do original. Nesse sentido, concordamos com nosso entrevistado,

A Religiosidade no Campo e a Festa do Divino Espírito Santo: das Origens Pagãs às Ressignificações Sorocabanas

tendo em vista que a resignificação é evidente, não apenas em Sorocaba, como também em outros municípios. De fato, a festa se esvaziou de importância e adeptos. Porém, é certo que também assumiu novas demandas e significados. Basta pensarmos que, no meio técnico-científico-informacional¹⁰ ao qual estamos todos submetidos, requer perfis e necessidades distintas daquelas de outrora. Como citamos na introdução, a religião está diretamente associada à índole de um povo. Logo, a religiosidade de hoje – mesmo no campo –, traduz a sociedade contemporânea. Dessa forma, nos tópicos que se seguem, debruçamo-nos sobre a festa sorocabana para mostrar que a “diluição” citada por José Rubens é, na verdade, um conjunto de resignificações que, em momento algum, perdeu-se de suas valiosas premissas religiosas.

Conhecendo o divino em sorocaba

A festa do Divino Espírito Santo pode ser localizada, sobretudo, pelo Estado de São Paulo, apresentando-se em diversas regiões, de forma mais acentuada no Vale do Paraíba e no Alto/Médio Tietê. No que tange às diferenças entre uma festa e outra, Perecin (2006) nos diz que ocorrem conforme as manifestações específicas de cada lugar, desenvolvidas de acordo com uma visão particular de mundo e suas necessidades próprias. Nas festas do Divino Espírito Santo realizadas, sobretudo, na região do Vale Médio do Tietê, por exemplo, a bandeira é transportada por “monçoneiros” que fazem uso das monções¹¹ para levá-la em procissão fluvial. Desse modo, entendemos que a própria paisagem local contribui para diferir as peculiaridades de cada festa, tal como a natureza que influencia o ciclo das colheitas

10 Conceito de Milton Santos (2006), no qual os objetos do espaço geográfico não são mais apenas culturais, são culturais e técnicos ao mesmo tempo. Os espaços passam a se distinguir em função do nível de substituição dos objetos culturais pelos técnicos e mecanizados. Nesse contexto, a divisão do trabalho aumenta exponencialmente. Os objetos técnicos são, ao mesmo tempo, técnicos, científicos e informacionais. A zona rural passa a aderir-los com o advento da informação. Esta, por sua vez, torna-se vetor fundamental das relações sociais e, portanto, o espaço é cada vez mais equipado para a sua circulação. No mundo globalizado os referidos fatores atendem, principalmente, aos atores hegemônicos.

11 O termo remete às expedições fluviais do século XVIII que partiam do porto paulista de Araritaguaba, atual Porto Feliz, no Vale do Médio Tietê, rumo às minas de ouro de Cuiabá, no Mato Grosso. Percorriam cerca de 3.500 quilômetros por diversos rios (SILVA, 2004).

e as conseqüentes celebrações de cunho religioso – arraigadas, como já vimos, a uma ancestralidade essencialmente pagã.

As principais peculiaridades da festa do Divino Espírito Santo em Sorocaba estão pautadas na influência do movimento tropeiro e nas cavalhadas. O município deteve grande popularidade com relação ao movimento das tropas, chegando a ser considerado capital do tropeirismo devido a sua posição geográfica, pois está localizado entre o Sul, São Paulo e a região mais ao norte (Minas Gerais) ou noroeste (Goiás e Mato Grosso). A movimentação nas feiras de muares chegava a números expressivos, dando uma dinâmica completamente diferente à festa (MARIANO, 2013).

As cavalhadas eram celebrações de origem portuguesa que visavam representar a luta entre Mouros e Portugueses durante o período da Reconquista. Formada por trinta e dois ginetes que encenavam em dois times, as cavalhadas apresentavam muita riqueza nas vestimentas e cavalos. O evento que ocorria na festa do Divino Espírito Santo era realizado no Largo da Igreja Matriz de Sorocaba até 1885, quando foi transferido para a Praça Frei Baraúna (MARIANO, 2013). Mas a festa do Divino em si acontecia na Praça da Igreja Matriz, com a presença de todo um aparato simbólico que, juntamente com a bandeira, formava a corte do Imperador e seus súditos:

Oito casais organizavam a festa, um deles coordenava e os demais formavam a corte, ou seja, os vassallos do imperador; sendo que cada casal carregava consigo um bastão que, unidos, formavam um quadrado que protegia o imperador, a pombinha e a coroa com a salva; a bandeira e o mastro do Divino ficavam do lado de fora do quadrado, pois divulgavam a chegada e a passagem do imperador que anunciava o Reino do Espírito Santo na terra. (MARIANO, 2013, p. 230)

Durante o final do século XIX e a primeira metade do século XX, ocorreram vários processos que refletiram na diminuição da proporção da festa do Divino. Primeiramente, podemos considerar o final do movimento tropeiro, substituído pelo avanço das linhas férreas – a última feira de muares foi realizada em 1897 – e, por fim, o término das cavalhadas na programação da festa. Houve diversos momentos de resgate e aumento da popularidade

A Religiosidade no Campo e a Festa do Divino Espírito Santo: das Origens Pagãs às
Ressignificações Sorocabanas

da festa entre a década de 50 e 80, quando após um evento de violência durante a quermesse, a Paróquia de Nossa Senhora da Ponte – Igreja Matriz – optou por retirar as insígnias (cetro, coroa e salva de prata) da procissão. A mudança foi tão drástica que, atualmente, são poucos os que ainda se lembram das festas de outrora. Na citação abaixo, Neusa de Fátima Mariano (2013) relatou um discurso interessante que associa a transformação da festa a uma demanda política:

No ano de 1999, a Festa do Divino de Sorocaba já se apresentava de forma totalmente diferente daquela realizada no tempo das tropas. Sem quermesse, sem cavahada, sem procissão, sem insígnias e sem os personagens da corte. Se antes havia oito casais que organizavam a festa, cada qual representando um personagem, ou melhor, tendo uma função na procissão, articulada com as insígnias, hoje, sem estes objetos, a personificação dos casais não faz sentido. Argumenta a Sra. Maria Regina que hoje se vive em uma República, não havendo sentido se pensar em uma hierarquia da corte, com imperador, alferes, mordomos. A ordem social mudou e a festa teve que mudar com ela. (MARIANO, 2013, p. 231-232)

A celebração do Divino Espírito Santo da Paróquia de Nossa Senhora da Ponte, atualmente, é realizada pelos Arautos de Pentecostes, um grupo de sete casais escolhidos pela comunidade e demais instituições da matriz que visitam as casas dos devotos, fazendo uma fala e orações, recebendo comida, doações, súplicas e agradecimentos. Cada ano é marcado por um tema diferente, sob o qual a fala é direcionada. Temos aqui, portanto, nítida ressignificação intrínseca ao principal elemento da cultura do Divino: a procissão propriamente dita. Antes, associada aos foliões e festejos, visava promover a integração social em torno do fundamento religioso ligado ao campo e à memória ancestral. Hoje, porém, a procissão dá lugar à tímida visita que, distante do Império do Divino, busca apenas resgatar e manter a devoção dos fiéis aos atributos católicos rememorados no dia de Pentecostes.

Cabe observar que os Arautos de Pentecostes, apesar de terem um formato um pouco diferente das Folias do Divino, apresentam-se com a mesma missão: levar o Espírito Santo às residências dos devotos, e, hoje, também aos estabelecimentos públicos e privados. As músicas, embora sejam da liturgia católica, se fazem presentes com muita alegria, ao som do violão. Ou seja, não há aqui músicas caipiras improvisadas como o cururu, bastante presentes em

celebrações do Divino ainda hoje, pelo Médio Tietê, mas sim, aquelas já institucionalizadas pela Igreja. A recepção dos Arautos permanece como nos moldes das Folias do Divino, bem como o ritual: altar para a Pomba Branca, vela acesa, reza, música, bênção do lugar, alimento para todos. (MARIANO, 2013, p. 236)

De fato, a festa do Divino acabou se esvaindo por entre as dissoluções da história, transformando-se e se adaptando incessantemente ao longo do seu percurso rumo aos remanescentes sorocabanos. No entanto, apesar de todas as colocações relatadas, compreendemos que a essência que embasa o fundo religioso, sustentáculo da festa de outrora, na realidade nunca se extinguiu, apenas foi reduzido em tamanho e influência. Além disso, a distribuição de pães ainda leva adiante o pedido de prosperidade tão antigo quanto as próprias origens da festa. Vários outros fatores – como a extinção da corte e das folias, o término das cavalcadas e o distanciamento do movimento tropeiro entrelaçado ao Divino, a redução progressiva das festividades, a metropolização do município e o crescente avanço da violência – nos fazem crer que a festa não se perdeu, mas deu lugar a outras atividades que, hoje, trazem maior sentido à celebração do Divino Espírito Santo. Isto é, o tempo demandou novos significados. Desse modo, as ressignificações trouxeram atualização necessária à cultura do Divino em prol da sua própria manutenção e sobrevivência no contexto vigente.

É preciso levar em consideração que, muitas vezes, para o sujeito capaz de recordar o passado, a sensação de perda é latente. O meio técnico-científico-informacional promove a aceleração de transformações globais que nem sempre são processualmente acompanhadas pelas gerações mais antigas. Dessa forma, saudosismos se contrapõem a novas formas de reverenciar o sagrado no mundo contemporâneo. O que antes era uma “festa portentosa”, segundo as palavras de José Rubens Incáio, hoje sobrevive através de uma nova roupagem, distante do campesinato em termos geográficos, mas que ainda guarda em si a devoção original ao Divino Espírito Santo. Este, por sua vez, persiste através dos séculos como um símbolo que manifesta em sua simplicidade a gratidão por tudo o que se colhe no dia-a-dia, do solo ou não.

A Religiosidade no Campo e a Festa do Divino Espírito Santo: das Origens Pagãs às Ressignificações Sorocabanas

Embora exista uma história a ser estudada em toda e qualquer expressão religiosa, ela não é irreversível como as outras histórias. “A dialética do sagrado permite todas as reversibilidades; nenhuma ‘forma’ é exemplo de degradação e decomposição, nenhuma ‘história’ é definitiva” (ELIADE, 2002, p. 8). Portanto, mesmo em Sorocaba onde a festa praticamente desapareceu, as singelas celebrações do Divino Espírito Santo continuam a zelar pelo agradecimento do que se passou e pela bênção do que virá. Afinal, a fartura é bem-vinda em qualquer lugar, seja no campo ou na cidade, na terra ou em nosso cotidiano. A religiosidade no campo se ressignifica, ganha novas nuances e persiste dentro dos princípios do catolicismo rústico, estando a serviço tanto do camponês que o pratica como do homem urbano que o herda.

Considerações finais

A terra constitui a principal fonte de sobrevivência do camponês e, portanto, age como aporte sagrado de conexão direta com o Divino. O alimento que é cultivado reproduz, sob o ponto de vista do homem religioso¹², o próprio mito da criação, pois imita simbolicamente a obra da divindade. Temos aí o forte elo que une a devoção, a oferta e o agradecimento às expectativas de uma colheita vindoura e saudável capaz de prover todas as necessidades e/ou desamparos do camponês. É em meio a esse processo que vislumbramos a religiosidade no campo, mediante o catolicismo rústico que resgata – ainda que indiretamente – antigas crenças pagãs amplamente revestidas de indumentária cristã. Entretanto, o referido catolicismo rústico vai muito mais além e, pelo viés de sua complexa gama de tradições, alcança a sua autenticidade.

A festa do Divino Espírito Santo, bem como tantas outras, vem para embasar, consolidar e celebrar essa originalidade. O agradecimento é a chave-mestra de tais festividades, pois a

12 Aqui, novamente, referimo-nos ao conceito de Mircea Eliade (2010) que chama de “homem religioso” o sujeito tradicional que, opondo-se ao “homem moderno” – associado ao mundo profano –, vivencia e/ou reverencia o sagrado desde tempos imemoriais, enquadrando-se no que o autor considera ser um comportamento geral da humanidade.

agricultura próspera soa como dádiva do Divino. Sendo assim, a festa deve honrar as graças obtidas através da terra e ofertar os seus votos de caridade ao santo benfeitor que trará novamente a abundância no ano seguinte. Infelizmente, seria impossível exaurir a temática discorrida através do porte pelo qual optamos efetuar o trabalho. Partimos da reflexão conceitual acerca do campesinato e da religiosidade popular, visando enfim adentrar o passado em busca das mais antigas referências que pudemos correlacionar ao entendimento da cultura do Divino.

Admitimos que o salto temporal foi demasiadamente grande, porém, necessário à discussão de certas raízes pouco exploradas por outros pesquisadores. Na tentativa de sugerir novas investigações, caímos no recorte sorocabano que também se mostrou escasso em registros e informações. Vista a dificuldade de aprofundar mais adequadamente certos aspectos da sua história – como a crise da festa e os motivos que impulsionaram o término de alguns elementos –, julgamos necessário, ao menos, compilar o pouco material angariável que se revelou no decorrer da pesquisa. Concluimos o artigo, portanto, dando margem para futuras incursões acadêmicas que, com o tempo, venham a suprir a defasagem circundante ao escopo apresentado.

Pensar na festa do Divino Espírito Santo em Sorocaba é rememorar um passado longínquo que pouco a pouco foi se esvaziando junto com o próprio campo. A urbanização crescente marginaliza o camponês que, afastado da vivência religiosa junto à matriz, leva consigo seus costumes e tradições gradativamente intimidadas e ressignificadas com o advento das novas gerações. No entanto, faz-se necessária a relativização dos fatos, pois, hoje, a multiplicidade de fatores ultrapassa tais argumentos através da presença de outras religiões e do trabalho mais político por parte do próprio campesinato em função do processo de expropriação. Ainda assim, a fé no Divino Espírito Santo é um bem indestrutível que resiste aos tempos e se modifica conforme as novas demandas. Especialmente no dia de Pentecostes, há na Igreja de Nossa Senhora da Ponte uma missa em homenagem ao Divino Espírito Santo, após a qual é feita uma distribuição de pães aos devotos. Novamente, nos

A Religiosidade no Campo e a Festa do Divino Espírito Santo: das Origens Pagãs às
Ressignificações Sorocabanas

deparamos aqui com a presença da comida, talvez uma referência distante à fartura das antigas festas pagãs.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Alceu Maynard. *Poranduba paulista: estudos de folclore – Tomo I: festas*. São Paulo, 1957.

AZEVEDO, Aroldo de. *Brasil, a terra e o homem – volume 2*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Memória do sagrado: estudos de religião e ritual*. São Paulo: Edições Paulinas, 1985. 265 p. (Coleção Estudos e Debates Latino-Americanos).

BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Tradução: Sergio Góes de Paula. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2008.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas: estratégias para entrar y salir de la modernidad*. Paidós, 2001.

CASCUDO, Luis da Camara. *Dicionário do folclore brasileiro*. 6ª Edição. São Paulo: Editora Itatiaia, 1988.

CAVALHEIRO, Carlos Carvalho. *Folclore em Sorocaba*. 1ª Edição. Sorocaba: Terrasgada – Prefeitura Municipal, 1999.

EDMUNDO, Luís. *O Rio de Janeiro no tempo dos Vice-Reis – 1763-1808*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano: a essência das religiões*. Tradução: Rogério Fernandes. 3ª Edição. São Paulo: Ed. WMF Martins Fontes, 2010.

ELIADE, Mircea. *O xamanismo e as técnicas arcaicas do êxtase*. Tradução: Beatriz Perrone-Moisé e Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Ed. WMF Martins Fontes, 2002.

FAUR, Mirella. *O anuário da Grande Mãe: guia prático de rituais para celebrar a Deusa*. São Paulo: Gaia, 1999.

FESTA DOS TABULEIROS. Historial. *A origem*. 2015. Disponível em: <<http://www.tabuleiros.org/historical/>> (Acesso em: 12.07.2015)

FRIOLI, Adolfo. *Sorocaba: registros históricos e iconográficos*. São Paulo: Laserprint, 2003.

- MADAS-LAM (Museu Arquidiocesano de Arte Sacra de Sorocaba – Comendador Luiz Almeida Martins). *Festa do Divino Espírito Santo*. Sorocaba. 2002.
- MARIANO, Neusa F. *O Divino faz festa em Sorocaba (SP)*. In: Cadernos Ceru (USP). Vol. 23. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013.
- MEIRA, Elinaldo da Silva. *No lugar da rua do porto, das poéticas de uma festa do Divino*. 2009. 228 p. Tese (Doutorado em Artes) – Instituto de Artes. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2009.
- O'HARA, Gwydion. *Caminhos pagãos: uma forma de encontrar a espiritualidade na natureza*. Tradução: Getúlio Elias Schanoski Júnior. São Paulo: Madras, 2004.
- OGILVIE, R. M. *The romans and their Gods in the age of Augustus*. W. W. Norton & Company, 1970.
- PERECIN, Marly T. Germano. *A festa do Divino Espírito Santo no Oeste Paulista (Generalizações sobre a Festa da Alegria Religiosa)*. 2006. 20ª Recepção ao Império do Divino Espírito Santo na Casa Xavier de Oliveira. Itu, 2006.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRACICABA. *Festa do Divino Espírito Santo Piracicaba – SP*. Piracicaba: Centro de Comunicação Social – Criação e Artes, 2003.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. “O catolicismo rústico no Brasil”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. Nº 5. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1968.
- RODRIGUES, Herbert. *Entre o espetáculo e a devoção: a festa do Divino Espírito Santo em Mogi das Cruzes (SP)*. 2006. 182 p. Tese (Mestrado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo / razão e emoção*. 4ª Edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- SILVA, Valderez Antonio da. *Os fantasmas do rio: um estudo sobre a memória das monções no Vale do Médio Tietê*. 2004. 123 p. Dissertação (Mestrado em História Cultural) – Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2004.
- WANDERLEY, M. N. B. “Raízes históricas do campesinato brasileiro”. In: *XX Encontro Anual da ANPOCS*. Caxambu – MG, 1996.
- ZALUAR, Alba. *Os homens de Deus – um estudo dos santos e das festas no catolicismo popular*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

Contribuições para a análise da educação básica brasileira durante a ditadura civil militar: resultados preliminares

Bia Paixão Vidal*
Isabel Nogueira Vieira*

Resumo: O presente artigo integra os estudos realizados no projeto de pesquisa intitulado “A Educação Brasileira de 1964 a 1985: impactos da ditadura” e apresenta alguns dos resultados preliminares do mesmo. Neste texto apresentamos um panorama das questões relacionadas à educação básica brasileira no primeiro momento da ditadura, governo Castello Branco relacionando com o olhar das informações do periódico *Última Hora*, periódico de oposição, no último dia de governo João Goulart. Estamos, por esse caminho, iniciando uma discussão que traga à tona elementos capazes de permitir reflexões acerca das formas estratégicas do sistema educacional brasileiro na atualidade.

Palavras-chave: Política Educacional; Ditadura Militar; História da Educação.

Introdução

O objetivo deste artigo é apresentar os resultados preliminares do projeto de pesquisa “A Educação Brasileira de 1964 a 1985: impactos da ditadura”, o qual tem como objeto central aprofundar as questões concernentes à educação básica brasileira durante a ditadura civil-militar (1964-1985) e, assim, produzir elementos para reflexões sobre as formas estratégicas do sistema educacional brasileiro na atualidade. Para isso, o presente trabalho propõe-se a analisar o período ditatorial a partir de duas linhas metodológicas:

* Bia Paixão Vidal: Graduanda em pedagogia na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). E-mail: biavidalhp@gmail.com

* Isabel Nogueira Vieira: Graduanda em pedagogia na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). E-mail: bel.nvieira@gmail.com

Um levantamento das medidas educacionais postas em prática no primeiro momento da ditadura militar, no governo do presidente Castello Branco (1964-1967), com o objetivo de entender esse período;

E ao mesmo tempo identificar no jornal *Última Hora* (1951-1971), destacado como um jornal de grande relevância que não apoiou o golpe militar de 1964 (MACEDO, MELO, s/d), matérias relacionadas à educação e à política educacional vigentes no período pré-golpe, de modo a enriquecer o debate acerca da educação brasileira entre 1964-1985.

Com esses estudos, queremos contribuir para o alcance, de fato, da realidade educacional brasileira entre 1964 e 1985 e de sua influência na educação que vivemos hoje.

Partimos do pressuposto de que o golpe militar, ao se realizar, impediu um movimento de mudanças que estava sendo promovido nos anos 1950 e início da década de 1960, em que as políticas sociais, dentre elas a da Educação, eram a ponta de lança de inúmeros projetos governamentais e privados. As mudanças que identificamos na política educacional tinham como base a recuperação das bandeiras de luta do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932)¹⁶ e, de forma mais ampliada, no Manifesto - Mais uma vez convocados (1959)¹⁷.

16 Redigido por Fernando de Azevedo o texto foi assinado por 26 intelectuais, entre os quais Anísio Teixeira, Afrânio Peixoto, [Lourenço Filho](#), Roquette Pinto, Delgado de Carvalho, Hermes Lima e [Cecília Meireles](#). Esse manifesto defendia uma educação pública, gratuita, obrigatória, laica e única, apesar das inúmeras divergências de seus signatários. Se opunha à educação que considerava tradicional, dizendo-se partidário de uma nova educação. Além disso, os pioneiros acreditavam na educação como um direito de todos, portanto, um dever do Estado. Embora existam inúmeras críticas sobre a escola que seria construída a partir dos ideais deste Manifesto, é necessário entender e reconhecer sua participação fundamental na luta por uma educação pública e gratuita no Brasil, que até hoje persiste.

17 Redigido novamente por [Fernando de Azevedo](#), contou com 189 assinaturas, entre as quais as de [Anísio Teixeira](#), Florestan Fernandes, Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda, Fernando Henrique Cardoso, [Darci Ribeiro](#), Álvaro Vieira Pinto. Nesse movimento o objetivo era resgatar um pouco dos ideais do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, em um momento no qual tramitava no Congresso Nacional o projeto da Lei de Diretrizes e Bases - LDB da educação brasileira. Para a aprovação desta, que ocorreu em 1961, foram anos de debate entre os defensores da escola pública e os da escola privada. Os últimos, em grande parte representados pela Igreja Católica, intervindo pela "liberdade de ensino". Desse modo, o Manifesto "Mais uma vez convocados" representou a união de intelectuais que defendiam que verbas públicas deveriam ser destinadas à educação pública e que as escolas privadas deveriam se submeter à legislação oficial, não impondo seus interesses sobre o setor público.

Contribuições para a análise da educação básica brasileira durante a ditadura civil militar:
resultados preliminares

Desenvolvimento

Os dois manifestos contribuíram para alavancar discussões em favor da democratização do ensino no Brasil. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova se posicionou de modo contrário aos ideais de intelectuais conservadores e o Manifesto - Mais uma vez convocados, em oposição à Igreja Católica, colaborando na criação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei nº 4.024/61. Juntos, os dois documentos impulsionaram movimentos capazes de abalar as estruturas tradicionais em que se encontrava e ainda se encontra a educação brasileira. Mesmo com diferenças internas, entre os pensamentos de seus signatários, e externas, entre um Manifesto e outro, ambos os textos eram partidários de uma escola brasileira que se constituísse pública, gratuita, obrigatória e laica.

Esses anos mostraram o engajamento de educadores, intelectuais e políticos na luta por uma educação pública, gratuita, capaz de reconhecer a diversidade cultural e valorizar as demandas individuais de seus educandos, sem buscar para estes uma orientação, uma verdade científica que reproduza as desigualdades existentes. Podemos afirmar que foi um período fértil para a História da Educação Brasileira, conduzida por nomes que consolidaram esse campo como, por exemplo: Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Carneiro Leão, Armando Hildebrand, Paschoal Lemme, Paulo Freire. Este último, o mais conhecido e também membro do Movimento de Cultura Popular do Recife – MCP, atuou, valendo-se de uma pedagogia que buscava “aprofundar as aproximações e as trocas com os sujeitos dos meios populares, considerando aquilo que orienta seus modos de existir”. (GONÇALVES, 2013).

O MCP foi criado em 1960, em Recife, com apoio de Miguel Arraes durante sua primeira gestão na prefeitura da cidade. Se propunha a alfabetizar jovens e adultos a partir da valorização da cultura e dos conhecimentos populares. Segundo Gonçalves, no MCP¹⁸ os educadores poderiam explorar sua ação. Trabalhavam, investigavam, pesquisavam e, assim,

18 Com o golpe de 1964, o MCP foi extinto após sua sede ter sido alvo de dois tanques de guerra, todos os seus arquivos terem sido queimados e seus integrantes perseguidos por ordem dos militares.

se reconheciam como educadores, como pertencentes a uma cultura, retornando a suas origens. Entendiam, aos poucos, o sentido de sua ação em uma sociedade tão desigual. Trabalhando em conjunto, os educadores do movimento iam construindo relações humanas e sociais (GONÇALVES, 2013) e influenciavam a origem de diversos outros movimentos ligados a educação popular pelo Brasil. Com a chegada de João Goulart - o Jango - à presidência da República, os movimentos citados ganharam força e representatividade no governo, principalmente após o fim do Parlamentarismo:

No período de 1961 a 1964 estes movimentos ganharam corpo e ampliaram sua atuação no cenário social e educacional brasileiro, com o apoio do governo João Goulart (...). João Goulart, por seu turno, manifestava e agia na direção do encaminhamento conjunto tanto das reformas econômicas estruturais como da reforma educacional, por meio do Plano Nacional de Educação, o qual se evidenciava a tentativa de estreitamentos de ligações com os setores populares e, simultaneamente, um distanciamento das elites do país. (GATTI, 2010).

Contudo, esse panorama de fortalecimento da democracia e de uma proposta de ampliação do sistema educacional não impediu - e para alguns foram os motivos - do golpe de abril de 1964. De forma a exemplificar e apontar os impactos das primeiras ações dessa ruptura, analisamos como a mídia jornalística evoca situações que estampam uma trama de redes e acontecimentos sociais, nos dando a possibilidade de entrar em contato com o *modus operandi* pelo qual a política educacional era apresentada ao leitor e à população em geral. Para tal mergulhamos na edição do jornal *Última Hora*, do dia 31 de março de 1964, véspera do golpe civil-militar, e observamos alguns elementos que nos esclarecem questões que se tornaram a base das mudanças posteriores.

Um destaque se apresenta na segunda edição vespertina, da referida data, no jornal *Última Hora*, onde encontramos a matéria intitulada “*O Brasil espera que o Instituto do Livro cumpra seu DEVER*”. O texto assinado por Geir Campos ressalta as advertências relativas ao cumprimento do Decreto-lei de 1937, que marca a criação do Instituto Nacional do Livro - INL. Descreve-se aqui a chamada:

Contribuições para a análise da educação básica brasileira durante a ditadura civil militar:
resultados preliminares

O Instituto Nacional do Livro, criado por decreto-lei em dezembro de 1937, um mês depois de instaurado no Brasil o regime do Estado Novo, ficou com uma série de atribuições que nunca cumpriu a contento, quando seus serviços poderiam ser de maior importância para a afirmação do sentido nacionalista e progressista que o governo vem procurando imprimir ao setor educação e cultura (UH, 31/03/1964 p.2).

Algumas propagandas sobre colégios privados e supletivos também indicam as representações da política educacional apresentadas no jornal a respeito da educação básica e exaltam recursos da política desenvolvimentista. Essas propagandas voltadas para as classes populares indicavam a necessidade de iniciativas do governo para combater a falta de instrução, tais como os exemplos seguintes, do periódico *A Última Hora*:

"Português

Curso completo 9 (nove) trimestres. Das 7 às 21 horas, diariamente. Escolha 3 horários por semana (Cr\$ 9.000,00 por trimestre). Assista a uma aula, como convidado. Direção do Prof. David dos Anjos Reichert... Brasileiro! Aprenda BEM o IDIOMA NACIONAL e convença o mundo a falar Português." (UH, 31/03/1964 p. 09)

"Ginásio em um ano. Oportunidade de recuperação do tempo perdido.

Qualquer que seja a sua idade e sexo você poderá fazer 4 anos de ginásio em apenas 1 ano. Pelo artigo 99, estudando apenas 5 matérias: Português, Matemática, Geografia, História e Ciências - provas realizadas 3 vezes ao ano- Diploma conferido pelos colégios estaduais da Guanabara." (UH, 31/03/1964 p. 10)

Ainda na edição vespertina do dia 31 de março de 1964, temos um discurso transcrito do então presidente João Goulart. A matéria, destaque daquela edição, traz a seguinte chamada na capa: "Presidente e sargentos abrem luta contra a desordem em nome da ordem. Jango: Não queremos o congresso fechado". O discurso, feito pelo Presidente João Goulart, tentando passar uma imagem de segurança e tranquilidade apesar das forças contrárias, preenche cerca de meia página na qual Jango discorre acerca dos seguintes temas:

acusações de ser um falso cristão; o apoio dos sargentos e suboficiais; e a reafirmação das propostas de reformas de base, dentre elas o combate ao analfabetismo.

No discurso, ao reafirmar seu Plano de Reformas, o então presidente aponta a importância da extinção do analfabetismo, tal qual as premissas do MCP, como alicerce da democracia:

Não existe - frisou - sentimento mais democrático do que reformar velhas estruturas, que não mais atendem às reivindicações das grandes massas populares. Não existem sentimentos piores, que mais atendem contra o espírito puro das Igrejas do que abafar as legítimas reivindicações de um povo. A injustiça, a fome, a miséria, o analfabetismo são os maiores inimigos de uma democracia autêntica e verdadeira. (UH, 31/03/1964 p. 2)

Na edição do Última hora que aqui trazemos como análise o destaque é a entrevista feita com Jango, pouco antes de ser deposto pelo golpe civil-militar, o então presidente fala sobre o seu futuro Plano para a Educação Básica, onde ele reafirma que desejaria atacar os “altos índices de analfabetismo” no país.

A proposta do golpe que aconteceu no Brasil em 31 de março de 1964 e depôs Jango, seria consolidar um novo modelo educacional a partir de críticas ao projeto anterior, que nem conseguiu se instaurar. Mesmo defendendo o fim do analfabetismo e a instrução popular, os governos militares não permitiram que se colocasse em prática a reforma educacional proposta pelo governo Jango, a qual oficialmente, utilizaria o Método Paulo Freire¹⁹ por toda a extensão territorial brasileira.

Sabemos que a educação pode apresentar a face de condutora principal de um projeto emancipatório ou ser a base para a conservação de um projeto reacionário. Mesmo em

19 Método de alfabetização de adultos que parte do universo vocabular da comunidade para que seja possível uma alfabetização conscientizadora da posição que esses sujeitos ocupam na sociedade. A partir das leituras de mundo dos adultos são selecionadas palavras geradoras que deem início ao processo de alfabetização propriamente dito. Deve-se salientar que o método faz parte de uma concepção teórico-filosófico que tem como eixo a politização do educando. Paulo Freire obteve sucesso na utilização de tal processo pedagógico no MCP, do qual era membro. A partir daí, também conquistou êxito com experiências em Angicos e Natal, no Rio Grande do Norte, e Osasco, em São Paulo, até seu método ser adotado em 1963 em Brasília, pelo governo federal.

Contribuições para a análise da educação básica brasileira durante a ditadura civil militar:
resultados preliminares

períodos de retração, existe um embate entre as forças hegemônicas e contra hegemônicas que revela o conflito inerente à sociedade de classes (BUTTIGIEG, 1993). Esses movimentos de 1950 e 1960 persistem em formas de resistência durante a ditadura, mas não conseguem se reinventar. É, nesse sentido, onde a História político-pedagógica se faz central, que este projeto se insere com o objetivo de revelar as forças políticas condutoras da educação no período após o Golpe e suas consequências:

É provável que esse tenha sido um dos grandes golpes impostos pela Ditadura Militar e aliados contra os movimentos sociais e populares daquele tempo. As conquistas mais importantes naquele âmbito de problematização e elaboração estavam apenas começando; as dinâmicas de autocrítica e questionamento não tiveram tempo de se consolidarem. Com a dispersão imposta, com o aumento do número de exilados, os movimentos sociais e populares foram sendo retomados, ao longo da Ditadura Militar, como formas de resistência, sem que os achados mais importantes daquele período pudessem ter sido exaustivamente examinados e reinventados. (GONÇALVES, 2013).

O Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, militar cearense nascido em Fortaleza e primeiro presidente do Brasil após o golpe de 1964 em 15 de abril de 1964 através da eleição indireta, teve seu governo como suporte legal para validar o endurecimento cada vez maior da ditadura civil-militar, conforme informações do Arquivo Nacional, no sítio da presidência da república brasileira.

De acordo com os documentos que encontramos na base de dados citada, em seus discursos, Castello disse ter encontrado o campo educacional brasileiro em péssimas condições, dado que, no momento, havia mais de 30 milhões de analfabetos, faltava mão de obra nos setores primário, secundário e terciário, o que se apontava como ocasionado por déficits na educação, que encontramos na Biblioteca Virtual referida anteriormente. Também criticava a falta de especialização pedagógica dos professores e o quanto a escola e o ensino, se distanciaram da realidade dos educandos. A carga horária escolar baixa era mais um dos pontos que incomodavam o ex-presidente (BRANCO, 1965). Todas essas questões levantadas, para ele só existiam por causa da crise constituída, principalmente, nos dois governos anteriores - Juscelino Kubitschek e João Goulart - que não teriam investido de forma

contundente no desenvolvimento da educação brasileira. Sendo assim, o governo representado pelo Presidente Castelo Branco precisava constituir mudanças que, segundo José Willington Germano, se produziam através de um “tripé ideológico [que] era constituído, pois, pela Doutrina da Segurança Nacional, pela Teoria do Capital Humano e por correntes do pensamento cristão conservador” (GERMANO, 1994: 183).

Este modelo ideológico foi base das formulações de todo o período da ditadura que já vinha se formando entre os grupos que forjaram o golpe. A Teoria do Capital Humano, desenvolvida por Gary Becker, surgiu nos Estados Unidos, nos anos 1950 e teve como principal formulador Theodore W. Schultz. Ele a propõe com o objetivo de demonstrar o quanto o “fator humano” pode ser importante para a ampliação da produtividade econômica no capitalismo, o que significa dizer que o trabalho humano era capaz de gerar um considerável aumento nas taxas de lucro do capital. E a educação realizava um papel fundamental nessa lógica. Ela, que nesse caso deveria receber investimentos capitalistas, se tornava um “valor econômico”, já que era considerada o pressuposto do desenvolvimento da economia e também do indivíduo, que se valorizava ao mesmo tempo em que valorizava o capital. A Teoria do Capital Humano, ao ser implementada, provocou um forte individualismo e justificou as contradições do capitalismo, realizando a manutenção das relações de poder e das desigualdades existentes, em uma sociedade na qual as classes dominantes subjugarão as classes populares. Sendo assim, podemos entender, conforme Gatti (2010), também citando Manacorda (1991):

A percepção do valor econômico da educação, pois resulta da ideia de que a educação interfere na produtividade econômica, sendo fator de desenvolvimento econômico, por meio do desenvolvimento tecnológico dos instrumentos e da organização da produção, bem como da necessidade da intervenção estatal como racionalizadora e equilibradora da produção.

Os recursos humanos para a produção são consequências dos investimentos entre os quais a instrução é muito importante e a capacidade produtiva do trabalho é, predominantemente, um meio de produção produzido. A educação, nessa perspectiva, teria duas funções básicas: a de “educar o produtor especializado ou o consumidor desinteressado de cultura (MANACORDA, 1991; GATTI, 2010)

Contribuições para a análise da educação básica brasileira durante a ditadura civil militar:
resultados preliminares

E a Doutrina de Segurança Nacional – DSN, que tem suas origens ligadas à Teoria do Capital Humano, foi elaborada pelos Estados Unidos no período da Guerra Fria. A DSN possuía uma lógica totalitária, a qual não permitia divergências políticas e descontinuidade dos valores considerados mais tradicionais. Assim, com um cunho militar e conservador, acreditava que tudo o que fosse diferente do corpo social, tudo que questionasse este e fugisse de uma sociedade considerada em harmonia pelas economias de mercado, seria uma ameaça para os valores da ideologia liberal e deveria ser extirpado.

A repressão foi fortemente exercida, vigiando professores e suas condutas, observando alunos e expulsando os subversivos. Todos esses atos eram respaldados na ideologia de Segurança Nacional, na qual de certa maneira funcionava como um movimento anti-intelectual em nome de um anticomunismo propositadamente exacerbado (NUNES, 2011).

O Brasil foi controlado pela DSN através do Sistema Nacional de Informações – SNI, órgão responsável por manter a ordem e garantir que os objetivos do capitalismo fossem alcançados. Aqui, todos aqueles que se opunham de alguma forma ao estabelecido pelo governo, seriam vistos como subversivos apoiados por países socialistas que pretendiam derrubar um regime democrático, a Ditadura Militar, que agia para garantir a liberdade.

Sob outros aspectos, todavia, o sistema educacional brasileiro impõe ponderáveis obstáculos à obra de democratização de oportunidades: além dos déficits de atendimento, decorrentes da limitação de recursos imposta pelo subdesenvolvimento, existe um visível desequilíbrio na ação conjunta dos poderes públicos nos três níveis escolares. Como é do conhecimento do país, poucos setores (foram) tão atingidos pelo Estado de coisas anteriores à Revolução quanto o do ensino, onde o Governo pecara não só pela omissão, mas também pelo estímulo a elementos desejosos de implantar a subversão. Na realidade, o ensino fora abandonado e os professores, principalmente nas Universidades, sentiam-se ameaçados na sua autoridade. Programas e planejamentos foram postos de lado, ao mesmo tempo em que um clima de irresponsabilidade conduzia ao aviltamento da educação brasileira. (BRANCO, 1965).

A partir da lógica na qual se insere a Teoria do Capital Humano e a DSN pensa-se numa educação tecnicista, que se pauta na subordinação dos objetivos educacionais aos objetivos da produção, ou seja, no tecnicismo a educação é submetida aos interesses da sociedade.

Seu objetivo é formar mão-de-obra para a indústria que não questiona as relações de poder estabelecidas pelo capitalismo. O conhecimento gerado por esse tipo de educação é totalmente desvinculado da realidade e faz com que a visão sobre o mundo seja parcial. Uma educação tecnicista contribui para que o oprimido (classe dominada) se torne cúmplice do opressor (classe dominante) ao desenvolver naquele uma consciência política essencial para manter as desigualdades que tanto beneficiam este.

Conforme Gatti, na concepção dos militares, a alfabetização era imprescindível para o desenvolvimento econômico que buscavam, alicerçado pelo capitalismo. O analfabetismo deveria ser erradicado, mas a forma como a população seria instruída estava submetida à “manutenção da hegemonia de poder dominante”. Para que isso ocorresse, era preciso que a educação se concentrasse na aprendizagem, discutisse a mesma, os métodos de ensino e a didática. Não podia mais pautar suas discussões acerca dos problemas sociais e não podia mais refletir sobre as relações entre escola e cidadania, escola e realidade:

As principais propostas vinculadas nos planos do Governo Militar, vinculavam diretamente educação e desenvolvimento no sentido da formação de recursos humanos, sendo o investimento em capital humano tomado claramente como fator econômico residual, do desenvolvimento tecnológico por meio de investimentos em Ciência e Tecnologia (C&T), por meio da distribuição de renda; do desenvolvimento humano, por meio dos indivíduos talentosos, mas tudo isso limitado pela ideologia da segurança nacional, na qual participação e cidadania não combinavam com oposição ao regime militar (GATTI, 2010).

A partir dessa reflexão talvez sejam mais perceptíveis os motivos pelos quais os militares, logo após o golpe de 1964, acabaram com o Programa Nacional de Alfabetização - PNA, fundamentado pelo Sistema Paulo Freire (GATTI, 2010), e que tinha como objetivo implantar diversos sistemas educacionais direcionados às classes populares, de modo a alcançar sucesso na alfabetização e conscientização de populações que vivem realidades diferentes, em regiões específicas, e ainda não foram beneficiados pela educação. O PNA foi criado por João Goulart, através do Decreto nº 53.465, de 21 de janeiro de 1964, consagrando o “Sistema Paulo Freire para alfabetização em tempo rápido”. O PNA previa a “cooperação e os serviços” de “agremiações estudantis e profissionais, associações esportivas, sociedades de

Contribuições para a análise da educação básica brasileira durante a ditadura civil militar:
resultados preliminares

bairro e municipalistas, entidades religiosas, organizações governamentais, civis e militares, associações patronais, empresas privadas, órgãos de difusão, o magistério e todos os setores mobilizáveis” (GADOTTI, 2013).

Em 16 de julho, a Portaria Ministerial 195 instituiu, junto ao Gabinete do Ministro da Educação, a *Comissão de Cultura Popular* “com o objetivo de implantar, em âmbito nacional, novos sistemas educacionais de cunho eminentemente popular, de modo a abranger áreas ainda não atingidas pelos benefícios da educação”. Paulo Freire é nomeado presidente desta Comissão. Sua primeira tarefa foi fazer um levantamento nacional do número de analfabetos para subsidiar o futuro *Programa Nacional de Alfabetização*. O número de analfabetos de 15 a 45 anos, em setembro de 1963, era de 20.442.000. (...) Tudo isso cairia por terra com o golpe civil militar de 1964. Dia 14 de Abril, logo após o golpe de estado, o Decreto nº 53.886, um dia antes do General Castello Branco assumir o poder, extinguiu o *Programa Nacional de Alfabetização*. Ranieri Mazzilli, presidente em exercício, por meio deste ato, afirma que extinguiu esse Programa considerando a necessidade de “reestruturar o Planejamento para a eliminação do analfabetismo no país” e para “preservar as instituições e tradições de nosso país (GADOTTI, 2013).

Retornando ao ideário da pedagogia tecnicista no período Castello Branco, é possível constatar que foi nesse sentido no qual o governo propôs, como incremento da educação básica brasileira, o aprimoramento da prática docente, prometendo formar 900 supervisores em centros de treinamento, capacitar 3.500 professores para o trabalho em escolas comerciais, formados em um centro de especialização de docentes especializados, aprimorar cada vez mais o ensino normal, formar e treinar docentes, técnicos administrativos e pesquisadores no campo educacional. “Proceder-se-á ao treinamento e capacitação de 3.500 professores e instalar-se-á um centro para formação de docentes especializados para as escolas comerciais” (BRANCO, 1966: 110).

Foi anunciado também que, no que diz respeito ao ensino primário, seriam criadas mais matrículas através do recolhimento do salário-educação, escolas de fronteira seriam construídas, os resultados obtidos no Censo Escolar realizado em 1964 seriam analisados e apurados e o sistema educacional sofreria uma ampliação a fim de que os déficits de escolarização fossem diminuídos. Para o ensino médio, visto como a mais relevante

modalidade da educação capaz de democratizar as oportunidades de acesso ao ensino superior e ao mercado de trabalho, prometeu a construção de novos ginásios, assistência técnica aos estabelecimentos responsáveis pelo ensino comercial, formação de um maior número de técnicos industriais e auxiliares técnicos através da ampliação do ensino industrial e criação de bolsas de estudo para os filhos de trabalhadores sindicalizados.

Ao ensino médio dar-se-á especial relevância, pois este nível se vem constituindo em sério obstáculo ao processo de democratização de oportunidades e em ponto de estrangulamento ao suprimento de técnicos agrícolas e industriais indispensáveis ao crescimento econômico nacional; o ponto de partida para a ação de aperfeiçoamento do ensino médio será a implantação de um programa especial de bolsas de estudo para os filhos de trabalhadores sindicalizados, original em todos os sentidos e que dará novas dimensões à educação a ao sindicalismo no País (BRANCO, 1966: 110).

Todos esses dados estão sendo analisados para que saibamos sua autenticidade no que diz respeito ao cumprimento dessas propostas feitas pelo ex-presidente Castelo Branco. Para darmos seguimento ao debate, temos pontuado nossas discussões de acordo com os trabalhos que a historiografia brasileira vem promovendo desde o ano 2000, o que implica em reforçar que o uso da expressão “Ditadura Militar” não designa de forma evidente os responsáveis por tal período que acometeu o país, apresentando apenas um lado dos que promoveram o golpe e o estruturaram o governo de 1964 a 1985, os militares. É necessário nomear todos que construíram esse “consórcio” de forças que naquele momento conseguiu o poder com “(...) uma heterogênea aliança, reunindo líderes políticos, empresariais e religiosos, civis e militares, elites sociais e segmentos populares” (REIS,2014). Entender como os grupos contra hegemônicos conseguiram organizar as relações de poder e chegar ao governo, pela força, é ponto crucial para desvelar as políticas educacionais de então (BUTTIGIEG,1993). Esta visão se destaca nas políticas que foram agenciadas por esses governos, em especial na educação, onde o setor empresarial, após fóruns organizados, principalmente pelo Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais – IPES, pensou qual seria a educação que desenvolveria o país de forma a ser alcançada a produtividade e a formação de mão de obra (DREIFUSS,1981). Percebam que o IPES não era apenas formado por empresários, mas também por

Contribuições para a análise da educação básica brasileira durante a ditadura civil militar:
resultados preliminares

professores universitários como Theophilo de Azeredo Santos, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), grande defensor de um ideal, no qual a Educação deveria ser voltada para as necessidades do mercado.

O IPES representou, fundamentalmente, os interesses do empresariado brasileiro associado ao capital estrangeiro e das empresas multinacionais, de uma “elite orgânica” desse bloco histórico (DREIFUSS, 1981) que terá como tarefa principal manipular a apreensão da realidade pela população, fazendo com que seus interesses corporativos apareçam como interesse geral da sociedade brasileira, em uma atuação marcante na superestrutura ideológica da mentalidade nacional. Eram, de fato, os responsáveis pela formação de uma nova hegemonia que legitimava uma intervenção militar na política nacional. (GATTI, 2010).

Tais discussões embasam nossa análise do discurso do referido presidente, centro da análise em questão, pontuando como os empresários foram fortalecidos por cada movimentação da política dos militares. É com essa conjuntura e visivelmente com uma consolidação das forças reacionárias que se deu o golpe em 1964, paralisando os avanços que vinham lentamente se materializando. Nossa proposta é justamente trazer para exame as políticas educacionais desse difícil momento da história brasileira.

Considerações Finais

É importante ressaltar que na fase introdutória de nossa pesquisa nos deparamos com uma enorme dificuldade no acesso à informação já coletadas e expostas aqui. O texto presente é um estudo que teve como base os dados da Biblioteca Virtual *Center for Research Libraries*, onde encontramos todos os discursos e envios de mudanças legislativas dos presidentes da ditadura militar. Para fortalecer nossas análises, fizemos uma busca de cunho biográfico do ex-presidente Castello Branco e, em seguida, cruzamos as informações conseguidas até o presente momento. Assim, nossa análise indicou de forma mais clara a postura adotada pelo governo no período estudado, tendo como objeto central a Educação Básica. Foram identificadas nos instrumentos midiáticos, em especial nos jornais de grande circulação, matérias relacionadas a educação e a política educacional vigente no período

ditatorial. Sendo assim, ao analisarmos principalmente as matérias jornalísticas e as propagandas, que de forma sutil sinalizam os ecos e os silêncios decorrentes do golpe, percebemos por onde essas forças políticas deveriam intervir, como nos foi comprovado através dos discursos do presidente Castello Branco. Logo, a ausência de notícias, de documentação, de registros enfrentada em um primeiro instante são fortes dados que evidenciam a necessidade do modelo político em silenciar as ações que reorganizavam o sistema educacional.

A partir dessas reflexões, podemos afirmar que as diretrizes e práticas se consolidaram pelos paradigmas de Segurança Nacional e Tecnicismo, durante esse período. Tanto a Segurança Nacional quanto o Tecnicismo tiveram como base a Teoria do Capital Humano. Esta, constitutiva de um corpo ideológico e teórico vinculado a disciplina Economia e Educação. De fato, já entendemos que a política de Castello Branco para a educação se pautou em um modelo tecnicista que tinha como base a teoria do “capital humano”, a qual explicaria a modernização como proveniente de bases e determinações materiais, intimamente ligadas ao processo de produção e reprodução do capital, rompendo com o caminho que vinha sendo trilhado pelo presidente João Goulart com íntima perspectiva com os movimentos de educação popular expresso na sua preocupação em entrevista no jornal *Última Hora* citado acima. O que veio após 1º de abril de 1964 foi a:

A crença na capacidade educativa centrada no material instrucional e no aparato tecnológico animou os planos educacionais colocados em ação durante os governos militares. Houve, sem dúvida, uma conveniência entre as propostas que animavam o campo pedagógico no corte tecnicista, com ênfase nos processos de ensino e aprendizagem, e o regime militar e vigor, dado que essa opção deixava em segundo plano os debates em torno da relação escola e cidadania e, por consequência, os debates em torno da democracia. A combinação de um regime político fechado, apoiado internacionalmente, com a estruturação de uma educação que aspirava a neutralidade, em correspondência com a doutrina de segurança nacional, coadunava-se ao processo de modernização conservadora empreendida sob forte controle estatal e a lógica de uma escola que formaria o capital humano necessário para o desenvolvimento econômico brasileiro. (GATTI, 2010).

Contribuições para a análise da educação básica brasileira durante a ditadura civil militar:
resultados preliminares

Reiteramos que neste curto espaço apenas apontamos as questões iniciais de um período da nossa História do Tempo Presente, no qual entender a ditadura em relação à condução da política educacional é essencial.

Referências bibliográficas

BRASIL. Governo Federal. Biblioteca da Presidência da República. Biografia. Humberto de Alencar Castello Branco, Marechal. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/castello-branco>. Acesso em: 30/09/2015.

BRANCO, Humberto de Alencar Castello. Mensagem ao Congresso Nacional. Brasília, 1965. p. 169-171. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1350/>. Acesso em: 20/03/2015.

BRANCO, Humberto de Alencar Castello. Mensagem ao Congresso Nacional. Brasília, 1966. p. 108-110. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1347/>. Acesso em: 20/03/2015.

BRANCO, Humberto de Alencar Castello. Mensagem ao Congresso Nacional. Brasília, 1967. p. 96-105. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1334/>. Acesso em: 20/03/2015.

BUTTIGIEG, Joseph A. (1993) *Educação e hegemonia*. In *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro; Campinas: Ed. Civilização Brasileira; Ed. Unicamp, 2003.

CAMURRA, Luciana; TERUYA, Teresa Kazuko. *Escola pública: Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e o direito à educação*. Primeiro Simpósio Nacional de Educação: XX Semana da Pedagogia. UNIOESTE. Cascavel-PR, 2008. Disponível em: <http://www.unioeste.br/cursos/cascavel/pedagogia/eventos/2008/4/Artigo%2015.pdf>. Acesso em: 03/11/2015.

DINIZ, Lilia. Última hora, 60 anos. In: Observatório da Imprensa. 24/11/2011. Disponível em: http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/lt_i_gt_ultima_hora_lt_i_gt_60_anos. Acesso em 13/03/2015.

DREIFUSS, René Armand. *1964: A Conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

GADOTTI, Moacir. *Paulo Freire: 50 anos de Angicos - Significado para a educação brasileira hoje*. Direcional Educador, ano 9, n.100, mai. 2013, p.08-12. São Paulo,

Unifreire. Disponível em: <http://boletim.unifreire.org/edicao02/2013/09/11/paulo-freire-50-anos-de-angicos-significado-para-a-educacao-brasileira-hoje/> Acesso em: 20/11/2015.

GASPAR, Lúcia. *Movimento de Cultura Popular*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2008. Disponível em: http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=723 Acesso em: 20/11/2015.

GATTI, Décio Jr. *A pedagogia tecnicista no contexto brasileiro do golpe militar de 1964: o projeto educacional do instituto de pesquisa e estudos sociais (1961-1972)*. Cadernos de História da Educação. v. 9. n. 1. jan./jun. Edufu: Uberlândia, 2010. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/7451/4768> Acesso em: 10/10/2015.

GERMANO, José Willington. *Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985)*. 2.^a edição - São Paulo: Cortez, 1994.

GONÇALVES, Luiz Gonzaga. *A Educação de Jovens e Adultos e a arte de pensar por alternativas*. ANPED: Goiânia, 2013.

Jornal *Última Hora*. Arquivo do Estado de São Paulo. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/uhdigita. Acesso em: 20/08/2015.

KUENZER, Acácia; MACHADO, Lucília R. S. "Pedagogia Tecnicista". In: MELLO, Guiomar N. de (org.). *Escola nova, tecnicismo e educação compensatória*. Edições Loyola: São Paulo, 1984.

LIBÂNEO, José Carlos. "Tendências pedagógicas na prática escolar". In: _____ . Democratização da Escola Pública – a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 1992. cap 1. Disponível em: <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAehikAH/libaneos> Acesso em 15/10/2015.

MACEDO, R. G.; MELO, W. F. de. O periódico Última Hora e sua relevância na História da Mídia Impressa Brasileira. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/6o-encontro-2008-1/O%20PERIODICO%20ULTIMA%20HORA%20E%20SUA%20RELEVANCIA%20NA%20HISTORIA%20DA%20MIDIA.pdf> Acesso em: 19/05/2017.

MENDES, Ana Flávia. *Última hora escola de jornalismo e trincheira de defesa da democracia*. Revista Princípios. Disponível em: <http://www.revistaprincipios.com.br/principios/34-noticias/339-jornal-%C3%BAultima-hora-escola-de-jornalismo-e-trincheira-de-defesa-da-democracia.html> Acesso em: 7/08/2015.

Contribuições para a análise da educação básica brasileira durante a ditadura civil militar:
resultados preliminares

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Verbetes Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização). *Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil*. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <http://www.educabrazil.com.br/mobral-movimento-brasileiro-de-alfabetizacao/> Acesso em: 27/01/2016.

“Método Paulo Freire”. In: CUNHA, Luís Antônio - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC): Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/metodo-paulo-freire>. Acesso em: 25/05/2017.

MINTO, Lalo W. *Teoria do Capital Humano*. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_teor%C3%ADa_do_capital_humano.htm Acesso em: 07/10/2015.

NUNES, Renato Costa. *A economia e a educação brasileira: nos governos militares*. Universidade Estadual de Maringá - UEM. Monografia de curso de especialização em Gestão Pública Municipal. Maringá, PR. 2011.

OLIVEIRA, Ramon de. *A Teoria do Capital Humano e a Educação Profissional Brasileira*. Disponível em: <http://www.senac.br/INFORMATIVO/bts/271/boltec271c.htm> Acesso em: 03/10/2015.

PARSINATO, Darciel. “Importância do Manifesto de 1959 para a educação brasileira”. *Revista Semina*. Passo Fundo-RS. v. 10. 2º sem./2011.

RAMEH, Leticia. *Compreensão do movimento de cultura (MCP) em pernambuco antes do golpe militar de 64 e educação popular*. Universidade Federal da Paraíba. Disponível em: <http://www.ipfp.pt/cdrom/C%EDrculos%20de%20Discuss%20Tem%20E1tica/04.%20Pol%EDticas%20I/leticiarameh.pdf> Acesso em: 17/11/2015.

REIS, Daniel Aarão. *Modernização, Ditadura e Democracia*. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2014

Esta página
foi deixada
propositalmente
em branco

Entre o perdão e o alijamento: a prescrição da excomunhão por Martín Pérez na Castela do século XIV

Rodolfo Nogueira da Cruz*

Resumo: o artigo apresentado tem como objetivo analisar a obra *libro de las confesiones* de Martín Pérez focando nas prescrições sobre o sacramento da penitência. O manual de confessores escrito por volta de 1316 é fundamental para a compreensão da relação entre os escritos teológicos, o baixo clero e o público de fiéis, sendo este especialmente direcionado aos clérigos de pouca ciência que atendiam as confissões. Com a mudança de visão a respeito dos sacramentos e do poder jurídico religioso em 1215, no IV concílio de Latrão, a obra de Pérez aparece com uma grande difusão a partir do número de traduções que foram encontradas na península Ibérica, tanto no mosteiro de Alcobaça, em Portugal, como em diversos bispados do reino de Castela. Pretende-se, deste modo, analisar a prática da exclusão dentro de uma sociedade religiosa por meio da relação entre o excluído e o responsável por aplicar a pena. Leva-se em consideração que o a obra será tratada em nossa abordagem por se mostrar um instrumento privilegiado de análise de certas tramas históricas que serviram no processo de ordenação social do século XIV. O afastamento do fiel de sua sociedade afetava toda a vida do excluído, tanto publicamente quanto intimamente, além de reforçar na memória do fiel o jogo social em que estava incluso. O desenvolvimento da escrita em vernáculo aponta para a ideia de que a especificidade da prática existia em âmbito local, apesar da circulação do escrito e da difusão da ideia pastoral da Igreja.

Palavras-chave: Castela; Confissão; Exclusão; Excomunhão; Martín Pérez.

Introdução

Na Castela trecentista, desenvolve-se um campo vasto para a difusão de uma literatura (FORTINI, 1989, p.177)¹ voltada à correção dos desvios dos laicos e religiosos (PITA, 2007, p.

* Rodolfo Nogueira da Cruz: Mestrando pelo Programa de Pós-graduação em história na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, campus de Franca. E-mail: rodolfocruz93@hotmail.com

1 O termo "Literatura" é entendido no seu sentido etimológico proveniente do latim "littera", letra do alfabeto,

513-514). O aumento dos casos de heresias e um maior inquérito sobre os desvios morais do clero passam a fomentar a produção de documentos que refortaleciam o caráter pastoral da Igreja, tornando visível a intenção de vigília e afirmação das regras voltadas aos eclesiásticos. No século XIII, portanto, vê-se que bispos, párocos e autoridades seculares buscavam ressaltar a necessidade de maior regulamentação, tanto para o baixo clero e como para os laicos. Em 1215, durante o IV concílio de Latrão, guiado por dirigentes da Igreja, se pretendeu reunir autoridades de diversos setores do reino, com a finalidade de discutir a relação dos clérigos com os fiéis e organizar os ritos sacramentais (SOTO RABÁNOS, 2006, p.411-4747).² Neste sentido, ficou exposta a preocupação que o clero castelhano passou a ter em relação aos desvios de suas normas. Passa a ter, então, dali para frente, o incentivo para melhor instrução clerical, em especial dos que se estavam a frente do fiel, o confessor.

Esses documentos de caráter normativo, que passam a compor a literatura castelhana a partir do debate sobre o caráter pastoral da Igreja, tinham como foco principal o apontamento dos desvios e pecados e a prescrição de práticas para que fossem corrigidos juridicamente e espiritualmente (PRODI, 2005). Durante um longo período tais documentos e modos de disciplinar clérigos e laicos por meio das práticas de correção se configuraram de diferentes formas. Em meados do século VII, nos monastérios Irlandeses vê-se documentos que prescreviam meios de se aplicar as penitências públicas com a exposição dos pecados e do arrependimento através da aparência com que o pecador se apresentava (FOUCAULT, 20014, p.128). Porém, poucos séculos depois, os debates sobre confissão privada e a importância dada para que pecador não somente expusesse sua culpa e arrependimento, mas também relatasse a um juiz espiritual os pecados e seus motivos, fazem surgir a necessidade de regradar o rito que analisa a consciência interna e transmitia penitências que

significando algo 'escrito com letras', diferenciando, assim, da concepção após o século XIX que compreende literatura com um campo específico do conhecimento e da arte.

2 José Maria Soto Rabanos, em seu livro *Visión y tratamiento del pecado en los manuales de confesión de la Baja Edad Media Hispana*, defende que a partir de 1215, como IV concílio de Latrão, a penitencia passa a ser um grandes Sacramentos tratados nos manuais de confissão tomando grande parte na vida nos cristãos e na preocupação pastoral da igreja.

Entre o perdão e o alijamento: a prescrição da excomunhão por Martín Pérez na Castela do século XIV

ajudassem quem pecou a trilhar um caminho mais virtuoso. Desta forma, entre os séculos VIII e XII, se dá destaque os escritos chamados de **penitenciários** que carregam prescrições a serem aplicadas pelo confessor no confesso, formando “catálogos” de pecados e penas (BECHTEL, 1999, p. 68).

Esse tipo de documento fazia da aplicação da uma penitência um modo tarifado de julgamento dos pecados. Os penitenciais traziam de forma especial descrições a respeito do número de dias para jejum – ou outras penitências –, instruções para o confessor aplicar as penas e uma detalhada lista de pecados como “homicídios, furtos, incêndio, dano as pessoas, animais e coisas” (PRODI, 2005, p. 48). Havia-se então uma separação entre as dívidas que seriam pagas a Deus e aquelas as quais os injuriosos deveriam responder frente a juiz secular. A maneira de listar os erros e suas respectivas punições, mesmo que para autoridades diferentes, era considerado, de um modo geral, atuante em vários foros judiciais. (PRODI, 2005). Tanto no âmbito secular como no âmbito religioso havia a intenção da tarifa e sua função era a mesma: estabelecer uma relação entre o crime/pecado com a pena/penitência. Nesse aspecto, portanto, a Igreja volta-se para o que somente é pecado, tanto pessoal como social (PRODI, 2005, p. 48).

Entretanto, esta forma entra em desuso. Já antes do IV concílio de Latrão os pensadores e teólogos da Igreja passaram a revisar este estilo de escrita tarifada. A tarifa, por mais que facilitasse o momento da confissão e oferecesse ao confessor um mecanismo de julgamento, possibilitava uma livre interpretação das penas por parte do confessor e abria espaço para a venda do perdão que deveria ser divino, distanciando-se assim da prática ritualística prescrita. Para além disso, se entendeu que os pecados e os crimes temporais estavam sendo colocando-os em um mesmo âmbito de julgamento e punição. Alguns dos canonistas e teólogos do final do século XII entenderam por bem defender uma separação das esferas, uma consciência inferior e uma consciência externa, mesmo que as mantivessem em relação.

A consciência interior dos fiéis e os pecados da alma foram postos sob os olhos da Igreja e as mãos dos confessores paroquiais. A regulamentação proposta pelo concílio lateranense de 1215 visava principalmente a organização dos sacramentos, principalmente da penitência. Deste modo, os pecados, agora “exclusivos” ao julgamento pelo clero, pertenciam ao foro interno da sociedade jurídica castelhana trecentista. É neste momento que se desenvolveu uma literatura voltada a servir como manual aos confessores, pautando suas regulamentações em um direito canônico propriamente dito (PRODI, 2005, p. 90).

Juntamente com a regulamentação do setor eclesiástico, a difusão de uma língua vulgar castelhana também conta para o interesse no estudo do tratado de Martín Pérez. Fomentada pelo surgimento de universidades e pela necessidade de ensinar uma sociedade que lia mal o latim – e em sua maioria não sabia ler –, os escritos em vernáculo passaram a trazer conclusões de sínodos eclesiásticos, prescrições morais, crônicas e maneiras de se bem governar. Percebe-se, portanto, pela proveniência dos escritos em língua vulgar, o desenvolvimento universitário em terras ibéricas e a difusão de documentos com teor jurídico escritos dessa forma (PITA, 2007, p. 19). Reforça-se a ideia de que obras como “Concordâncias, questões, glosas, sumas e apostilas” (PITA, 2007, p. 26) eram produzidas por estudiosos de teologia ou direito.

Pouco se sabe sobre o autor de *Libro de las Confesiones*, porém, há momentos, tanto pela dada em que escreve como pelo local – como se verá adiante –, em que se pode mapear a possibilidade de ter sido um clérigo secular vinculado à universidade de Salamanca (GARCIA; RODRIGUEZ; RODRIGUEZ. 1992, p. IX) participando, assim, do momento de desenvolvimento da função universitária de Salamanca.

A obra

A data da escrita do tratado, apesar de não muito precisa, pode ser deduzida da análise das citações e conteúdo do códice. Uma dessas pistas encontra-se nas citações do *dereyto*

Entre o perdão e o alijamento: a prescrição da excomunhão por Martín Pérez na Castela do século XIV

novo, composição das *Constituições de Clemente V* descritas no Concílio de Viena e promulgadas por João XXII, com o nome de *Clementinas*, em 25 de outubro de 1317 (MACEDO, 2006, p.15). Além desses vestígios, o autor do manuscrito faz referência à Eucaristia na época de *Corpus Christis* e à celebração em 1319, além de outras menções voltadas a instruir os confessores (BINGENSIS, 1991 apud MACEDO, 2006, p 127 - 128).

A extensa obra pastoral dedica os temas aos clérigos de pouca ciência e aos que se acham incapacitados para entender as tarefas para a salvação da alma; lição facilitada também pela escrita em linguagem vulgar. Ao dizer que: “[...] rogo a ti, leitor, que se falar em sua ciência e literatura, que não mordas e nem deprecieis esta esmola jogada das letras em língua comum, não para ti, farto delas, mas para os famintos dela [...]” (PÉREZ, 2002, p.3), Pérez demonstra a preocupação em atingir e instruir os dogmas religiosos ao baixo clero, aquele considerado “minguado de ciência” (PÉREZ, 2002, p.3) e aos leigos. O tratadista critica igualmente as sociedades eclesiais que produzem obras apenas em latim que ainda “por estudo das letras não poderiam saber, mesmo que com muitos trabalhos, por muitos anos, muitos mestres e por muitas ciências passassem” (PÉREZ, 2002, p.4) não alcançariam o conhecimento teológico suficiente.

A edição espanhola do manuscrito foi traduzida e comentada pelos autores Antônio García y García, Bernardo Alonso Rodriguez e Francisco Cantelar Rodriguez em 2002. Logo na introdução da edição crítica, demonstram que por não se encontrar a obra completa e ordenada, livre de grandes modificações e reedições anteriores, mostrou-se complexo o trabalho de tradução e interpretação tanto da vida do autor como da obra em si (PÉREZ, 2002, p. XIII-XXXI). Outro problema quanto à edição, tanto castelhana quanto portuguesa, é a dificuldade de se estabelecer o início e o fim dos capítulos dentro das partes, dado o obstáculo que a caligrafia e a rubrica do final dos capítulos nos códices manuscritos impõem.

Como dizem os próprios autores, na introdução e notas (PÉREZ, 2002, p. XIII-XXXI), o livro apresenta um prólogo e três partes divididas em capítulos. A primeira voltada à fala dos pecados comuns e gerais a todos os estados e servindo para introduzir as pessoas que não

têm o conhecimento do latim. A segunda parte trata dos pecados espirituais, em que podem cair especialmente algumas pessoas de alguns estados específicos, como um padre ou bispo; trata também do direcionamento para o momento da confissão. A terceira parte discorre sobre os sacramentos religiosos que todo cristão deve receber e com os quais deve estar em constante contato para, nos últimos dias, poder alcançar a graça de Deus (PÉREZ, 2005-2006, p.5-18). Cada parte, por sua vez, inicia-se com uma tabua, indicando os temas encontrados no livro daquele capítulo. Vale destacar que nenhum dos códices que chegaram às nossas mãos hoje contém o texto original do livro de Martín Pérez.

Muito conhecida também é a tradução feita pelos monges do Mosteiro de Alcobaça em 1399. O mosteiro de Alcobaça teve um papel importante na Península Ibérica a partir do século XI. Mesmo que as traduções ali feitas não tenham se espalhado por toda a Europa, nem seja possível dizer que o mosteiro foi o maior centro de cópias da época, o registro dos mais de 500 códices preservados entre o século XIII e XVIII deixa clara a importância da divulgação cultural livresca na espiritualidade da sociedade que, de maneira direta ou indireta, tinha contato com tais manuscritos (MACEDO, 2006, p. 113-130). Dos diversos números que compõem o acervo do mosteiro na Biblioteca Nacional de Lisboa, livros litúrgicos, hagiográficos, sermonísticos, a respeito da patrística e comentários das escrituras, o número que interessa para José Barbosa Machado e Fernando Torres Moreira são os 45 livros dedicados ao ensino e à disciplina dos monges.

O *Libro de las confesiones* (PÉREZ, 2002), em suma, não se configura somente como um método de penitência, mas uma visão ampla de diversas conjunções sociais presentes na Castela trecentista. Tais especificidades da obra e seu grande número de edições posteriores fazem com que se trate a edição castelhana, preparada por Garcia y Garcia, Bernardo Alonso e Francisco Cantelar, aquela que hoje mais se aproxima da forma do códice original de Pérez.

Entre o perdão e o alijamento: a prescrição da excomunhão por Martín Pérez na Castela do século XIV

A prática do alijamento

A prática da exclusão pode ser observada através do sistema de alijamento de um indivíduo da comunidade que pertence. No século XIV se levava em conta que o pecado e os erros terrenos serviam de mau exemplo para a comunidade. Por conta disso os teólogos falavam de uma possibilidade do pecado se espalhar como uma infecção ou doença. A purificação do espaço é feita, então, por meio do isolamento do indivíduo pecador e infectuoso – pode-se aqui pensar no exemplo da lepra onde os indivíduos infectados eram excluídos para a salvação dos demais –, sendo aplicada quando se exclui aquele que poderia servir de mau exemplo aos outros indivíduos. O homem tendo cometido um pecado considerado grave e demonstrando ser um risco para os demais que com ele conviviam deveria receber uma penitência que o colocasse à margem, ou seja, que se distanciasse de algumas práticas cotidianamente públicas e assumisse um posto na sociedade próprio para a correção (FOUCAULT, 2014, p.190-212). Pérez, em seu tratado, deixa claro que a quem for imposta a pena de excomunhão fica privado de participar dos rituais sacramentais (batismo, confirmação, penitência, eucaristia, matrimônio, ordem e extrema unção) e da “participação com os homens, sem com eles beber, nem lhes deve saudar, nem falar, nem dar a paz e nem estar com eles nas Horas” (PÉREZ, 2002, p.16). Entretanto, ainda que estas fossem aplicadas nos casos mais graves, consideradas “excomunhões maiores” (PÉREZ, 2002, p. 16-39), havia, para os desvios mais brandos, a punição por meio da “excomunhão menor”. Esta tinha como efeito somente interdição do penitente na participação dos ritos sacramentais, ao passo de que poderia permanecer na convivência da comunidade. Nesta última chama a atenção o fato de que sua aplicação, por um juiz, se dava, entre vários motivos, por terem convivido ou ao menos interagido com aqueles excluídos socialmente pela “excomunhão maior”, fortalecendo a ideia de alijamento social.

A relação entre excomunhão e sociedade pode ser analisada por meio do aspecto religioso do pecado. Os desvios dos cristãos, afastando o homem de um caminho considerado virtuosos e digno para a época em questão, se configura em faltas que rompem

com as regras divinas. Atingindo todos ao redor, os pecados, frutos da imperfeição humana, chegam a constituir uma grave desestruturação para a comunidade, um abandono do sentido da fé e da moral e uma contradição da vocação à santidade confirmada no batizado. Há, portanto a necessidade e exigência do homem se purificar internamente e exteriormente guiado por um clérigo capaz de não só lhe perdoar, mas corrigir com a aplicação de penitências – uma correção disciplinar severa por parte da igreja – e em especial por meio da excomunhão (JIMÉNEZ, 2011, p. 245-307).

Martín Pérez, apoiado pelos os códigos canônicos,³ demonstra como a manutenção de uma moral religiosa estava presente nos escritos (PÉREZ, 2002, p.16). Os pecados cometidos pelos homens, conscientes das regras canônicas e seculares, que resultavam em excomunhão poderiam ser, entre tantas: “[...] cair em heresia [...] dizer afirmando que a igreja Romana não é cabeça e nem se deve obedecer [...] quando alguém ferir ou meter a mão em um clérigo [...]” (2002, p. 17). Ainda assim, ao saber as regras canônicas ou seculares que eram aplicadas no reino de Castela, o homem, mesmo participando do círculo de letrados do reino, era cobrado por esse conhecimento sobre como se conduzir diante da virtude e do pecado. As coisas que deveria conhecer e a cobrança por isso, de forma alguma se colocavam como ordens impositivas ou coercitivas. As funções e obrigações dos homens, também no século XIV, eram espelhadas nas leis naturais e divinas, não havendo uma intenção de controle ou opressão de outro setor. Para este caso, Pérez ainda define as funções para o setor eclesiástico ao descrever as penas que poderiam ser aplicadas tanto para o prelado secular como para o prelado religioso. Estes deveriam ser corrigidos “[...] quando algum monge, ou cônego, ou arcebispo, ou o deão, ou o chantre, ou outro qualquer que tinha dignidade, o clérigo misacantano, ouvem as leis ou a física. Estes todas são descomungadas e só o bispo pode absolver” (2002, p. 23). Deste modo percebe-se um discurso proveniente de teólogos e estudiosos da religião a fim de não simplesmente impor uma regra ou doutrinação sobre os

3 Martín Pérez referência alguns códigos do “direito velho”, do “direito novo”, do *Libro Sexto* e das constituições escritas pelo Papa Clemente.

Entre o perdão e o alijamento: a prescrição da excomunhão por Martín Pérez na Castela do século XIV

laicos e iletrados, mas fortalecer uma consciência de moral que era aplicada a todos os setores da sociedade.

No adiantar dos anos, observa-se que as leis e prescrições à excomunhão permanecem em debate por marcarem uma expansão no ambiente de aplicação da penitência (VALERO GARCIA, 1985, p.47-53). Pode-se ver, já no século XV, que a excomunhão aparece nos Estatutos e Constituições da Universidade de Salamanca, mudanças e acréscimos recomendados pelos papas Benedito XIII (1411) e seu sucessor Martin Vº (1422). Assim a pena por excomunhão passou a circular em diferentes meios, sempre com a intenção de isolar um litigioso em prol da comunidade que era também afetada (VALERO GARCÍA, 1985). Porém, de volta ao século XIV, se tem tal penitência aplicada apenas por juízes eclesiásticos durante a confissão sacramental, ainda que direcionada a cargos fora da hierarquia eclesiástica. Pérez prescreve, de acordo com o código antigo, no décimo sexto artigo, que

todos os reitores dos lugares, protestados, cônsules, meirinhos, juízes, alcaides [prefeitos] que fizerem empecilhos ou atos contra as liberdades das igrejas, e os escrivães que as autuar, e todas aquelas posturas que fizerem preservar costumes e usos que sejam contra a liberdade da Igreja, e todos aqueles que por essas leis julgarem, todos os oficiais dos lugares que tais posturas se mantiverem serão excomungados. Este é um caso para o bispo. (2002, p.24).

Nesse sentido, o professor de direito salamanquense, demonstra que o foro interno eclesial se estendia ao julgamento também de autoridades do foro secular. Esta preocupação em atuar sobre os desvios das autoridades da época é vinculada a preocupação em proteger o espaço de julgamento da Igreja. De outra forma, os canonistas buscavam transparecer mais fortemente que os pecados e os casos de consciência só eram julgados dentro do foro interno e sempre tomados à responsabilidade de um confessor.

Ainda sobre esta perspectiva, pensa-se que a divisão em relação entre os foros internos e externos influenciava na forma de exclusão e na aplicação das penas que a propicia (PRODI, 1955). Anterior a essas ordenações canônicas não se tem um direito canônico propriamente dito. São nos finais do século XIII, quando se tem como exemplo o já mencionado IV concílio

de Latrão, que surgem documentos normativos que se inserem em leis dos diferentes corpos sociais existentes, ligando a pessoa ao “*status*” pessoal. Até então, o julgamento secular – que tinha a frente o rei, um senhor ou um protetor e responsável por terras – se confunde em com o julgamento religioso. O afastamento por excomunhão assume, quando há o fortalecimento do foro interno, a função de definir melhor as incisões e o espaço de atuação da doutrina religiosa. Martin Pérez deixa claro a intenção de proteger o setor eclesiástico, suas autoridades e sua jurisdição, quando considera como passível de excomunhão o caso em que

algum leigo fizer, por força ou por medo dos prelados, bagunça em sua jurisdição, em seu poder ou sua jurisdição de leigos á algumas igrejas, ou bens não móveis [...] sem o consentimento e sem licença do papa especial. Alto ou baixo, qualquer que seja, fica descomungado [...] (PÉREZ, 2002, p. 25)

,demonstrando um embate entre autoridades leigas e autoridades religiosas. Pode-se ainda estender a ideia de que os órgãos jurídicos presentes no reino castelhano cumpriam funções diferentes, como a separação do que é pecado e do que crime, ainda que, mesmo em algumas vezes, possa ser visível uma relação de semelhança entre o tipo de punições prescritas pelos setores. Mesmo deste modo a relação entre os foros internos e externos é visível, como no caso em que Pérez afirma ser possível que, em algumas situações, juízes seculares apliquem ou direcionem a pena do réu à excomunhão.

Ao fim e ao cabo, a prática de excomungar um homem tendo como base o grau do pecado, acabou como não só cotidianamente utilizada, mas também absorvida em outros meios durante os séculos seguintes. A excomunhão maior demonstrou ser responsável pela exclusão social e religiosa do penitente. Porém, uma exclusão somente religiosa aparece como ponto chave das prescrições de Pérez. A exclusão social impedia que o pecador disseminasse o fruto do pecado entre os membros da sociedade, pena principalmente direcionada a homens que apresentavam condutas heréticas, apresentado por Pérez no início do antigo código. Enquanto isso, nos casos de exclusão por excomunhão menor, aquela que afasta o fiel do convívio religioso em missas e outros sacramentos, prescreve que o homem

Entre o perdão e o alijamento: a prescrição da excomunhão por Martín Pérez na Castela do século XIV

pode nela cair por “participar com descomungados”, por praticar heresias, falar contra a Igreja, ameaçar ou ferir um prelado ou religioso, ferir a ordem física ou jurídica da igreja ou outros casos de má conduta e mau exemplo à sociedade (PÉREZ, 2002, p. 35). Tem-se então, no século XIV, a intensificação do a imagem e papel do excluído. Este, ao mesmo tempo que isolado da comunidade, exercia a função de disciplinar o corpo da comunidade. O excluído não era, então, um abandonado que deixaria de existir para os outros, mas um partícipe da comunidade que assumia a "responsabilidade" de causar temor enquanto desmontava seu arrependimento por ter pecado. A sociedade a que o penitente pertencia era punida juntamente com ele e, em algum momento, também com ele é perdoada e retomada para as graças divinas.

O perdão e o pecado

Martín Pérez inicia a reflexão sobre excomunhão com a ideia de que o fiel “não poderia ser absolvido de seus pecados se primeiro não fosse absolvido de toda sentença de excomunhão” (PÉREZ, 2002, 16), concedendo especial atenção à necessidade de perdão por meio do sacramento da penitência. Para este perdão sacramental, Pérez traz a lume diversas maneiras com que o clérigo – e por meio desde os fiéis – deveria aplicar a graça divina e absolver com misericórdia o pecado. A chegada do pecador na confissão marca o início do processo de absolvição.

Ao se apresentar diante do confessor recomenda-se ao fiel que, se for a primeira vez que este se confessa com um respectivo clérigo, que o confessor pergunte há quanto tempo não se confessa e que se recorde da confissão passada (PÉREZ, 2002, p.13). Percebe-se, portanto, que o confessor tinha como alvo e objetivo atingir a memória do confesso, tanto para lhe ensinar os dogmas e as virtudes como para exigir-lhe o relato dos pecados (YATES, 2009, p.111.121). Era então preciso que, na hora de se confessar, o fiel se mostrasse arrependido de seus atos pecaminosos e expusesse os erros, ainda que com detalhes de uma forma que não instigasse o confessor a também pecar. Por fim, reprimido por suas falhas, o

fiel deveria estar consciente de que não deveria voltar a cometer os mesmos erros, servindo a memória para guardar as prescrições sobre virtudes e vícios (YATES, 2009, p. 114). Por meio de um exercício de rememoração, os fiéis deveriam aprender os textos e pregações sermonísticas. Somente assim poderia traçar o caminho da virtude (YATES, 2009, p. 111-114).

Neste sentido, Pérez demonstra a importância de se confessar o fiel que já teria se confessado em outras vezes. Dever-se-ia repetir os pecados nos casos em que “a primeira confissão não teria partido de algum pecado mortal [...]” (PÉREZ, 2002, p.14), “[...] se o confessor com se confessou não tinha poder para absolve-lo” (PÉREZ, 2002, p.14) ou “se o confessor era tão minguido que não soubesse aconselhar o confesso” (PÉREZ, 2002, p.15). Mesmo que três dos cinco motivos que Pérez apresenta ser da competência do confessor, ainda o confesso teria a responsabilidade na hora da confissão, sendo convocado a repetir nos casos em que “deixou alguns pecados a confessar” (PÉREZ, 2002, p.15) ou por não ter cumprido a penitência que o confessor, da primeira confissão, havia prescrito. No caso das excomunhões menores, absolvição do fiel podia ser feita através dos religiosos que atendessem a confissão ou a quem o bispo concedesse o poder para tal. Nos casos de excomunhão maior cada caso é dirigido a algum poder eclesiástico. Mas o que aqui importa observar é a obrigação do confessor e do fiel em conhecer seu erro e concordar com a punição.

Quando se fala em concepção de perdão e sua importância para a espiritualidade cristã, tem-se em conta o efeito que este tinha sobre o indivíduo, definindo a penitência como algo que reconciliava o pecador com a Igreja e com a sociedade. Pode se ver o papel corretor e a responsabilidade de encaminhar para a justiça que a comunidade devia ter para com o penitente (GONZALO FLOREZ, 1971). Os pecados que todo cristão poderia cometer configuravam-se em desvios e delitos, formando um grave abalo na ordem cotidiana da sociedade, uma negligência com as exigências da fé, da moral e do credo cristão e negação da vocação à santidade, afirmada nos compromissos feitos durante o batismo. Os delitos, desta forma, frutos da imperfeição humana, necessitavam ser julgados e perdoados, desde suas

Entre o perdão e o alijamento: a prescrição da excomunhão por Martín Pérez na Castela do século XIV

intencões – no âmbito da consciência interna – até os efeitos externos. É nesse sentido que as penitências, ordenadas pela Igreja, agiam como uma aplicação da disciplina. A importância desta correção, quando levado em consideração os prejuízos publicíssimos causados pelos pecadores, pode ser visto quando, em uma carta apostólica dirigida aos Coríntios, relata-se a história de que havia um homem que vivia com a mulher de seu pai e isso, sendo pecado, deveria ser corrigido. A comunidade, sendo abalada pelo pecado do homem, teria a obrigação de corrigir o corpo corrompido e, assim, salvar da alma daquele que se desviara. Excluído da comunidade, o pecador era deixando sob os olhos e cuidados de Deus, enquanto a Igreja o julgava, perdoadando-o ou não, decidindo os termos para sua volta ao convívio social (GONZALO FLOREZ, 1971, p.275-276).

Considerações finais

Há, no século XIV, em Castela, a preocupação de ordenar as regras para a exclusão daqueles que era vistos como pecadores e desviante das normas que circulavam no período. Cada vez mais, na história contemporânea, os pesquisadores se debruçam sobre as questões que relacionam o indivíduo e seu contato com a sociedade (FERNÁNDEZ, 2013, p. 520). Entende-se que a importância que a Igreja concede ao coletivo e à comunidade cristã faz com esta estabeleça uma intenção de com partilhar socialmente uma crença e práticas. Como instituição, se constrói a partir de diversas influências, sendo importante para trabalho destacar os modos que os pensadores do século XII retomam do início do cristianismo: a organização do clero e as críticas a respeito de sua ignorancia (FERNANDEZ, 2013, p.521). Tendo como foco e objetivo compartilhar um conjunto de saberes e práticas para toda a comunidade, ou seja, almejar de certa forma uma onipresença por meio da comunhão com a comunidade, é por meio da excomunhão que se pode mapear a forma mais ríspido e severo de punição e exclusão.

Sabendo que a formação da Igreja, pensada pelos teólogos do século III, é permeada pelo discurso sobre uma universalização do poder divino e em apresentar o cristianismo a

partir da unidade da comunidade, pensa-se que a comunhão é o um dos principais ritos de união do cristianismo. O rito da comunhão, presente no sacramento da eucaristia, é dividido em momentos; ambos afirmam o compromisso do divino com a comunidade cristã, sendo eles: o momento da comunhão sacramental e o da comunitária (FERNANDEZ, 2013). A primeira é a forma com que os cristãos buscaram repetir o momento em que Jesus Cristo se sacrifica e se transfigura, do pão em corpo e do vinho em sangue, milagre este que deveria ligar todos os crentes à figura de Cristo sacrificado. Quando se pensa em comunhão comunitária e se leva em conta a primeira, permanece a ideia de que este é um rito que toda a comunidade se liga ao divino através desse ritual litúrgico. Há, portanto, o convívio horizontal, com os da mesma posição hierárquica, e vertical, os de uma posição hierárquica diferente, sendo acima ou abaixo (FERANDEZ, 2013 p.523). Pode se observar, então, que esta dualidade do rito eucarístico está presente no modo de organização das ferramentas jurídicas (PRODI, 1995). Assim, desde o século XIII, quando se passa a ter uma organização dos foros jurídicos canônicos, há uma conciliação entre os foros internos, que aqui podemos ligar à consciência da responsabilidade do fiel para com a comunidade e o papel desse fiel na sociedade religiosa, e os foros externos, sendo esta a normatização da comunhão sacramental (PRODI, 1995).

A importância de o cristão viver ligado a comunidade, discutida acima, é facilmente observado no documento aqui proposto. Martín Pérez busca demonstrar que a função do fiel cristão, que afirmou o compromisso durante o batismo e novamente no crisma, gira em torno de aprender as virtudes para que seja guiado para a salvação se criar desordem na comunidade. A participação nos ritos sacramentais e a comunhão comunitária direcionam o caminho que o fiel deve tomar para seguir bem os mandamentos religiosos. Vê-se que as diversas recomendações para os clérigos, tem como fim que estes guiem os leigos para agir da melhor forma possível dentro do jogo social. Por diversas vezes se observa que o canonista alumbrava as penas aos penitentes e ensinava ao pecador uma forma de seguirem os exemplos virtuosos.

Entre o perdão e o alijamento: a prescrição da excomunhão por Martín Pérez na Castela do século XIV

Pensou-se aqui nas diversas formas de se excluir homens e mulheres na Castela do Quatrocentos. Diferente de uma mera coerção ou prática temerária, a confissão fazia parte do jogo social da época, um espaço de julgamento. Havia, no cotidiano cristão no século XIV, quando os erros atormentavam a consciência, a necessidade de se expor essas falhas com a finalidade de voltar as graças divinas. A confissão dos pecados e a suas punições, eram comumente aceitas e validadas pelos homens. O problema não era ir confessar, mas sim se aliviar dos problemas que afligiam a consciência no momento da contrição da forma correta. Isto é apontado por Pérez quando, por inúmeras vezes, faz crítica do clérigo ignorante e minguido, que por mal conhecer os dogmas cristãos, realizava de forma errada o rito e muito deixava de salvar. Demonstra, então, que estes deveriam saber suas falhas e buscar corrigi-las através de seu tratado confessional.

Por fim, pôde-se aqui pensar a excomunhão e sua aplicação, bem como o rito da confissão e sua importância para aqueles homens. Observando as práticas, nos é permitido mapear alguns aspectos do cotidiano do excluído. Ao mesmo passo em que alijava o pecador da comunidade e do convívio social, a excomunhão proporcionava o ensinamento das doutrinas cristãs por meio do exemplo e expurgava a culpa da consciência do fiel. Desta forma, Pérez deixa claro que o excluído ainda fazia parte do saber cristão. Delimita para este funções e obrigações a serem cumpridas para fosse novamente aceito pela comunidade, pela Igreja e por Deus. Observa-se que o excluído, para Pérez, também faz parte da comunidade religiosa. Mesmo que sua pena seja o não pertencimento aos ritos sacramentais e, em alguns casos, o isolamento da sociedade laica, aquele que é alijado encena um papel na sociedade cristã, seja de exemplificação para os outros homens ou como sacrifício da própria sociedade à Deus.

Fontes

PÉREZ, Martín. *Libro de las Confesiones. Una radiografía de la sociedad Medieval Española*. Edição crítica, introdução e notas de GARCÍ Y GARCIA Antonio; RODRÍGUEZ Bernardo Alonso; RODRÍGUEZ Francisco Cantelar. *Revista Española de Derecho*

Canónico (Salamanca), vol. 49 n 132, 2002.

PÉREZ, Martín. *Livro das confissões*, Edição de José Barbosa Machado e Fernando Torres Moreira. S/L: Pena Perfeita, 2005-2006. 2v

Referências bibliográficas

DIAZ y DIAZ, Manuel Cecilio. *Para um estudio de los penitenciales hispanos*. In: *Études de Civilisation Medieval* (IX-XII siècles). Mélanges offerts à Edmond-René LABANDE. Poitiers: CESCO, 1985. p. 216-222.

FERNÁNDEZ, Emílio Mitre. *Integrar y Excluir (Comunión y Excomunión en el Medievo)*. *Hispania Sacra, LXV*. Universidad Complutense: Madrid, 2013. P. 520

FORTINI, F. Literatura. In: *Enciclopédia Einaudi*. Volume 17 Literatura – Texto. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1989, p. 177

FOUCAULT, Michel. *Do governo dos vivos: Curso no Collège de France (1979 – 1980)*. São Paulo: Martins Fontes, 2014., p. 177-202; 261-288

JIMÉNEZ, Raquel Torrez. El castigo del pecado. Excomunión, purgatorio, inferno. in: *Los caminos de la exclusion en la sociedad medieval: pecado, delito y represión*. Nájera, de 1 al 5 de agosto de 2011; Esther López Ojeda (Coordinadora de la edición); organizador Asociación “Amigos de la Historia Najerillense”. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos. p. 245-307.

GARCIA, Gonzalo Florez. *La reconciliación con Dios. Estudio teológico-pastoral sobre el sacramento de la penitencia*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1971.

GARCÍA, María Pilar Valero. *La Excomunión: Su presencia en los estatutos de la Universidad de Salamanca (sec. XV)*. *Studia Historica. Historia Moderna*. 1985, p. 47-53

MACEDO, José Rivair. “Os Códice Alcobacenses do *Libro de las confesiones* de Martín Pérez (Ms. Alc. 377-378: Elementos para o seu estudo”. In: *Instituições, Cultura e Poder na Idade Média Ibérica*. Atas da VI Semana de Estudos Medievais/ I Encontro Luso-Brasileiro de História Medieval. Brasília: UNB, 1006, p 113-130.

_____. *Os manuais de confissão luso-castelhanos dos séculos XIII-XV*. Conferencia ministrada no I Encontro Estadual de Estudos Medievais/ RS – Porto Alegre, 23 -26 de junho de 2009.

PITA, Isabel Beceiro. *Libros, Lectores e Bibliotecas em la España Medieval*. Espanha: Nausícaä, 2007.

Entre o perdão e o alijamento: a prescrição da excomunhão por Martín Pérez na Castela do século XIV

PRODI, Paolo. *Uma história da justiça. Do pluralismo dos foros ao dualismo moderno entre consciência e direito*. São Paulo: Martins Fontes, 2005 RÀBANOS, José María Soto. *A espiritualidade da Idade Média ocidental: séc. VIII-XIII*. Lisboa: Estampa, 1995.

RÀBANOS, José María Soto. *A espiritualidade da Idade Média ocidental: séc. VIII-XIII*. Lisboa: Estampa, 1995.

_____. *Derecho Canónico y praxis pastoral en la España bajomedieval. Monumenta juris canonici, series C: Subsidia, Vol. 7* 595-617. Vatican: Biblioteca apostólica vaticana, 1985.

_____. "Visión y Tratamiento del Pecado en los Manuales de Confesión de la Baja Edad Media Hispana". In: *Hispania Sacra, LVIII*. Madrid: Instituto de Historia, CSI, 2006, pp 411- 447

YATES, Frances. *A arte da memória*. Campinas: Editoria da Unicamp, 2009.

Esta página
foi deixada
propositalmente
em branco

As adaptações de João Ribeiro em “História do Brasil”

Joabe França Mendonça*

Resumo: “História do Brasil” de João Ribeiro é de grande importância na história dos livros didáticos, pois foi adotado pelos principais colégios do país no início do século XX, além de ter influenciado diversas gerações. Tal extensão advém de sua capacidade de síntese e da sua interpretação, e é neste último ponto um de seus destaques. Ribeiro afastou-se da história tradicional (que dava ênfase às questões administrativas). Embevecido pelo historicismo germânico, instituiu na história do Brasil o estudo de aspectos socioculturais, o que fez com que seu livro se tornasse um grande sucesso no mercado editorial. O livro foi direcionado para diversos cursos: superior (níveis normal e secundário) e inferior (nível primário). Atualmente muitos estudiosos se debruçam sobre o trabalho de Ribeiro, porém as análises a respeito de suas adaptações ainda são escassas, e as diferenças entre as distintas edições da obra ainda precisam ser analisadas. A presente pesquisa parte, num primeiro momento da significância da obra e do autor destacado, e posteriormente chegamos ao objetivo central: a análise comparativa da adaptação do livro para o curso primário e do “original” para o curso superior. Esperamos com a pesquisa reafirmar a importância de Ribeiro na história dos livros didáticos, além de estudar a obra como um objeto físico.

Palavras-chaves: História do Brasil, adaptações, inovações.

Introdução

A presente pesquisa tem como objeto de estudo o compêndio “História do Brasil” de João Ribeiro, que foi adotado no início do século XX e que influenciou várias gerações. A última edição voltada para escolas, a 19^a edição, data de 1966. Em 2001, no entanto, a Editora Itatiaia reeditou a obra por seu valor documental. Além de seu sucesso editorial, é de se

* Joabe França Medonça: Graduando em História na Universidade de São Paulo (USP). E-mail: joabe.mendonca@usp.br

destacar que o livro foi utilizado nas aulas de História do Ginásio Nacional (“novo” nome republicano para o Colégio Pedro II), colégio modelo para as demais escolas brasileiras.

O valor atribuído à obra “História do Brasil” também se refere ao seu formato sintético e às interpretações. Como veremos, o autor afastou-se da história tradicional, identificada com a história política, especialmente da ênfase às questões administrativas e figuras políticas. Ribeiro através de sua formação europeia, com influência do historicismo alemão (mais especificadamente do movimento “Kulturgeschichte”, que dava aos aspectos socioculturais um lugar de importância na construção histórica), trouxe para o Brasil uma nova forma de se pensar os discursos presentes nos livros didáticos.

O livro “História do Brasil” foi adaptado para diversos cursos: superior (níveis normal e secundário), médio (recapitulação para o ensino secundário e exames preparatórios) e inferior (nível primário). Diversos autores, como Patrícia Hansen, Arlette Medeiros e Carla Villamaina Centeno, debruçaram-se sobre as diversas edições da obra. No entanto, devemos fazer a ressalva de que faltam esclarecimentos a respeito das diferenças entre uma edição voltada para o curso superior e outra dedicada ao curso inferior, questão que nos propomos a discutir.

Ao investigar a obra, destacamos as concepções de ensino e a vida do autor (ainda que de forma secundária), uma vez que esses aspectos influenciaram sua produção. Para analisar comparativamente as adaptações dos livros para os cursos superior e inferior, buscaremos entender brevemente as inovações presentes em “História do Brasil”, utilizando fontes bibliográficas e os próprios livros do autor. Nossa intenção é também analisar o livro como objeto físico: quais as mudanças de uma edição para outra? Como elas dialogam com o contexto educacional do período?

Biografia e meio de inserção social de João Ribeiro

João Ribeiro nasceu em Sergipe (na cidade de Laranjeiras), em 1860. Ficou órfão de pai e mãe muito cedo e, por isso, ele precisou morar na casa de seu avô Joaquim José Ribeiro. Este lhe possibilitou uma educação requintada. Seus primeiros estudos em letras, francês e latim foram realizados em sua cidade natal. Ao final dessa fase transferiu-se para Aracaju, local onde ingressou no Ateneu de Sergipe, como um dos primeiros alunos durante o secundário. No final do século XIX, residindo no Rio de Janeiro, trabalhou em diversos jornais, mas, segundo Múcio Leão, “apaixonado pelos assuntos da Filologia e da História, João Ribeiro desde cedo revelou sua irresistível vocação de professor.” (LEÃO, 1954, p.18). Formou-se em 1894 em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade do Rio de Janeiro depois de percorrer várias áreas que não renderam frutos. Em 1887, prestou concurso para o Colégio Pedro II, com o propósito de ocupar a cadeira de Português, porém, ingressou no colégio apenas três anos depois para a cadeira de História Universal e do Brasil. Dedicou-se a diversos tipos de produções: poesia, ficção, filologia, ensaio, crítica literária, dicionário, autobiografia e história.

Quanto à produção na área de história destacam-se os livros: “História Antiga-Oriente e Grécia”, “Ensaio Cívico”, “História Universal”, “As nossas fronteiras”, “História da Civilização” e “História do Brasil”. Este último foi sua maior obra, já que além de ser um sucesso editorial, conferiu a João Ribeiro o posto de historiador.

“História do Brasil adaptada ao Ensino Primário e Secundário” foi publicada pela Livraria Cruz Coutinho em 1900, e foi bem recebida tanto pelo público quanto pelos críticos. Com isto, diferentes versões viriam atender a demanda do mercado. De acordo com Hansen, as sequências foram imediatas:

A primeira delas seria o seu desdobramento em três versões dirigidas à diferentes faixas de escolaridade. No mesmo ano de 1900, seriam publicadas a História do Brasil para os cursos primários e médios, dirigidas a dois segmentos das escolas primárias, e a História do Brasil. Curso Superior, para os ginásios e escolas normais, todos pela editora Jacinto Ribeiro dos Santos. A versão chamada Curso Superior seria a de maior êxito. Ainda naquele ano a Livraria Francisco Alves publicaria a ‘Edição do Centenário’ que parecia

expressar a vocação daquele livro para transcender o público escolar, e conferia à obra, oportunamente, um caráter comemorativo. (HANSEN, 2000, p.7)

É de se destacar que no início do século XX, o maior mercado editorial era o didático, porém, o público leitor não era formado apenas por estudantes. A própria “elite intelectual” da época consagrou por diversas vezes o autor. Ribeiro foi citado por Gilberto Freire, Euclides da Cunha e Araripe Junior entre outros. Os seus livros inseriam-se num contexto em que a escrita da história começava a ter autonomia em relação ao Estado e a elite intelectual perguntava pela direção da sociedade. As “grandes instituições”, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), que funcionaram como suporte político da Monarquia, perderam gradativamente seu monopólio sobre a produção de conhecimento (HANSEN, 2000).

Ribeiro, no momento em que produziu “História do Brasil”, era professor do Ginásio Nacional. Este era um local de sociabilidade intelectual, no qual o autor desenvolveu muitas relações. João Ribeiro, falando sobre a profissão de professor (Estado de S. Paulo, 26-12-1930), disse:

A atividade única de que não me arrependo foi a de ter ensinado algumas verdades triviais a milhares de inteligências juvenis, todas elas fiéis à estima do velho mestre. E gozo imerecidamente de admirações desconhecidas e humildes, grandes ou pequenas, de operários e de doutores. Stevenson reduzia as profissões decentes a quatro apenas: a de pastor, a de mestre-escola, a de lavrador e de marinheiro. Sinto-me satisfeito nessa distribuição, pois que me dá a idéia de que não fui totalmente inútil. (apud LEÃO, 1954, p.70)

Como já apontamos, Ribeiro atuou em muitos jornais, outro lugar por excelência da efervescência intelectual do período. Conhecemos, assim, por exemplo, o seu discurso de militante republicano e abolicionista desde a sua chegada ao Rio de Janeiro. A rede social criada naquele contexto foi fundamental, pois com isto a obra de João Ribeiro foi lida e discutida não apenas por intelectuais dedicados à área de ensino, como também por historiadores, jornalistas etc. E Ribeiro através destas relações conseguiu diversos favores,

como viagens à Europa, mais especificadamente à Alemanha, que foram auxiliadas pelo governo. Segundo Gasparello,

João Ribeiro parece ser um caso exemplar do trânsito de pessoas letradas que não possuíam sólida posição econômica, no círculo de relações de poder político e cultural da sociedade brasileira da época, bem como dos limites existentes à ascensão dessas pessoas. Sua correspondência indica que, graças às amizades e relações que mantinha com pessoas em cargos estratégicos do poder público, conseguiu exercer funções e realizar viagens comissionadas ao exterior. (GASPARELLO, 2004, p.4)

De acordo com Hansen (2000), João Ribeiro está inserido num grupo cujas expectativas e experiências comuns possibilitaram afirmar a existência de uma geração, esta de 1890, que tinha como alguns de seus objetivos “rearticular o campo intelectual em novas bases, mais afastadas dos engajamentos políticos e das questões culturais que assolaram as décadas de 70 e 80 do século passado.” (GOMES apud HANSEN, 2000, p.23).

As posições adotadas por João Ribeiro foram, de certa forma, externadas em “História do Brasil”, o que resultou em um tipo inédito de interpretação de nossa história, assim como novos métodos pedagógicos foram encetados no Brasil.

Inovações

Com a leitura de algumas introduções de “História do Brasil” nota-se que o autor apresenta um tom de modéstia ao dizer: “Quando me propus escrever êste pequeno livro” (RIBEIRO, 1960, p.21, grifo nosso).

Antes de Ribeiro, no século XIX, a disciplina história no Brasil seguia as tendências mundiais, sendo escrita com grande enfoque no senso de objetividade, como podemos perceber a partir da leitura de autores como Von Martius, Handelmann e Varnhagen, que introduziram métodos de narrativa e interpretações de acordo com a cientificidade almejada. Para tanto, as leituras das fontes documentais eram obrigatórias. Mais do que isso, a perseguição pela exatidão na reprodução fiel das fontes, e muitas vezes, completa aceitação

do conteúdo colocado pelos documentos, colocava esta historiografia a serviço de poucos, posto que as documentações privilegiavam temas administrativos e políticos, bem como visões de grupos específicos sobre o decorrer histórico. O pensamento de nossos historiadores, segundo Rocha Junior, era

fortemente marcado pela fórmula de Ranke, o qual afirmava que a História deve gravitar em torno do Estado. Esse tipo de orientação é o que comumente é chamado de 'história política', na qual os ocupantes e a luta pelo poder político estão no centro das atenções. (ROCHA JÚNIOR, 2010)

Salientamos que não buscamos de forma alguma desprivilegiar os autores que seguiam a fórmula de Ranke. Como nos lembra o filho de João Ribeiro, Joaquim Ribeiro:

Todos êsses historiadores possuem, de fato, o mérito incontestável de ter dado à nossa história o cunho de objetividade, indispensável à êsse ramo de estudo crítico do passado. Todos êles procuraram sempre manter-se isentos de preconceitos e orientações tendenciosas. Fizeram, com intencional propósito, trabalho documental, preciso e honesto. E se, num ou noutro ponto, possam ser retificados, essa retificação não invalida o cunho geral da obra realizada (RIBEIRO, 1960, p II).

Uma das grandes inovações de João Ribeiro consiste no rompimento parcial com tal ponto de vista. Como sabemos, Ribeiro estudou alguns anos na Alemanha, e foi nesse país que conheceu o movimento da "Kulturgeschichte". Esse movimento não tinha por base apenas conceitos políticos ou administrativos, ao contrário, a história abrangia aspectos socioculturais. A Kulturgeschichte, segundo Joaquim Ribeiro,

focalizando a cultura, permitiu a identificação dos fatores que concorrem, em sua multiplicidade, para o evento histórico. Deu ao historiador um ângulo de visibilidade que o ponto de vista tradicional não pode oferecer pela estreiteza de sua órbita (RIBEIRO, 1960, p.V).

Os grandes inauguradores desse movimento germânico foram Riehl, Burckhardt e Freytag. Estes autores davam atenção especial para a posição do "povo" na formação da história nacional (RIBEIRO, 1960). E, como eles, João Ribeiro possuía uma crítica ácida aos historiadores políticos, tanto que em um artigo de 1918, intitulado "O Culto da História", expõe o que significa para ele história:

As adaptações de João Ribeiro em “História do Brasil”

A erudição é a maior amiga e pior inimiga da história. A documentação deve ser elítica e separada; como na pintura deve-se sentir a cor e não deixar muito visível o desenho das linhas.

Os nossos historiadores, e Varnhagen é um exemplo modelar, confundem a historiografia e a história, e fazem da vida uma função de arquivos e de cartórios. Este seco e árido materialismo dos papéis velhos embota a imaginação e, armando aos papalvos, com seu cemitério de almas penadas, impede a comunicação com os vivos.

É verdade que os ossos ficam e são por isso mais acessíveis; todavia, o passado não pode ser composto de esqueletos. Há de ser vida ou coisa nenhuma. (apud HANSEN, 2000, p.53)

Embora Ribeiro se refira ao seu livro utilizando-se do adjetivo “pequeno”, ou do substantivo “livrinho” para qualificar o seu trabalho, podemos verificar que ele possui noção de sua inovação na historiografia brasileira. Ademais, na introdução da 17ª edição de “História do Brasil-Curso Superior” o autor expõe sua inovação:

Ninguém, antes de mim, delineou os focos de irradiação da cultura e civilização do país; nenhum de nossos historiadores ou cronistas seguiu outro caminho que o da cronologia e da sucessão dos governadores, caminho seguro mas falso em um país cuja história se fazia ao mesmo tempo por múltiplos estímulos em diferentes pontos.(RIBEIRO,1960,p.23)

Por fim, podemos destacar que Ribeiro reconhecia duas histórias que se inter cruzam na formação da nação: a história interna e a história externa. Sua ênfase era clara nos aspectos internos, sendo que para o autor os principais formadores da nacionalidade eram figuras como os colonos, jesuítas, bandeirantes, índios e escravos negros. Não focaremos aqui a formação da nacionalidade e os papéis das raças neste processo, já que autores como Gasparello (2004) já deram destaque a tal temática.

Se até aqui buscamos chamar a atenção para as inovações interpretativas do autor, agora nos voltaremos para os aspectos pedagógicos de “História do Brasil”. Vale ressaltar que encontramos diferenciações entre as versões voltadas às escolas primárias e superiores. Nas edições para o curso superior há dois “tipos” de letras: padrão e menor (diferenciação nas impressões dos textos). Estas diferenciações são um marco na história dos livros didáticos, e nos facultam interpretações quanto a seus possíveis usos. Essas diferenciações possibilitavam a

leitura de dois públicos: alunos e professores. Nos textos em tipo menor, de acordo com Hansen (2000), “estavam explicações, as ‘causas’ ou ‘princípios gerais’ de fenômenos históricos, e também questões relacionadas às críticas históricas”. Portanto, notamos que este tipo é direcionado ao professor (papel formativo) e aos alunos (acrescenta-se conteúdos). Já o tipo maior é mais factual e expositivo. Esse tipo que compunha o livro das escolas primárias. O tipo menor pode ser encarado como um guia para os professores. Nesta época, a formação de profissionais na área do magistério era inexistente, portanto, o tipo menor empregado por Ribeiro funcionaria como um guia dos professores, o que não lhes tirava a liberdade de adotar outros caminhos. E, como a análise documental era necessária, o autor acrescentava a crítica documental à tarefa do professor.

Quando reparamos na questão dos tipos de letra diferentes utilizados por Ribeiro, concluímos que o autor não seguia muitos dos preceitos da escola moderna. Por exemplo, Comenius (um dos maiores formuladores da escola moderna) propunha uma simplificação dos conteúdos escolares e o manual didático deveria ser simplificado, funcionando como guias rígidos para as aulas. Portanto, João Ribeiro não é tão inovador quanto se supõe quando atentamos para o contexto educacional vivido. Ele não simplificava os conteúdos e possibilitava ao professor flexibilidade interpretativa, ou seja, não seguia os preceitos de Comenius.

“Mil e uma edições”

Como já aludimos, “História do Brasil” foi um grande sucesso editorial, tendo sido os conteúdos propostos por João Ribeiro distribuídos para diversos níveis. A primeira publicação data de 1900 e a última (comercial) é de 1966. Portanto, o volume de edições pode criar a ilusão de abundância material para a investigação. Todavia, não é fácil encontrar exemplares das diferentes edições. Consultamos a Biblioteca dos Livros Didáticos da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo e o Laboratório de Ensino e Material Didático (LEMAD) da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, mas, apesar de encontrarmos

o livro “História do Brasil”, um voltado para o curso inferior e outro para o superior, eles eram de edições distantes no tempo. Mas o conteúdo didático de ambas as obras parte do mesmo ponto (descobrimento do Brasil) e atinge o mesmo objetivo (período republicano).

As edições que comparamos são: “Rudimentos de História do Brasil”, voltada para o Curso Primário (14ª edição, 1936) e publicada pela Livraria Francisco Alves; e “História do Brasil”, para o Curso Superior (5ª edição revista e melhorada, 1914), publicada pela mesma editora. As duas obras podem ser facilmente encontradas digitalmente no site do LEMAD.

Num primeiro momento, podemos pensar que as diferenças entre as duas edições são pequenas. O próprio autor adverte:

A Historia do Brasil do autor foi tratada em três cursos, que não divergem senão pela quantidade da matéria. Este é o CURSO INFERIOR agora revisto e actualizado; contém apenas rudimentos da historia da patria, exigidos nas escolas primarias. Ha ainda o CURSO MEDIO e o CURSO SUPERIOR escripto para Gymnasios e instrucção secundaria.(RIBEIRO,1936, p.5)

Portanto, de acordo com Ribeiro, a única diferença existente entre as edições está na quantidade de conteúdos. Mas consideramos que Ribeiro com este discurso esconde pontos valiosos de sua obra. As mudanças vão muito além do volume dos conteúdos.

Começamos a análise do livro voltado para o curso inferior, pois este apresenta uma estrutura mais simples se comparado ao do nível superior. Arriscaríamos dizer que “Rudimentos da História do Brasil” apresenta poucas novidades didáticas quando comparado com obras publicadas no mesmo período. Vale a ressalva de que, no aspecto interpretativo, Ribeiro segue a sua lógica: o Povo possui papel de destaque na construção da nação, tanto que os índios ganham um capítulo, com sua importância e características delineadas. Porém, estruturalmente, segue um caráter tradicional.

Estruturalmente, o livro é dividido em 32 capítulos. Na abertura há um sumário com palavras chaves, onde o autor guia a leitura para pontos “relevantes”, e uma cronologia. Há

ainda sinopses gerais com datas e fatos dos capítulos anteriores. O livro é desenhado assim para uma preparação rígida dos estudantes.

Adentrando no texto encontramos outros instrumentos didáticos: nomes de personalidades políticas e religiosas e de lugares emblemáticos (principalmente locais de guerras), que são destacados em negrito. Supomos que o destaque é mais um meio de guiar estudante e professor em temas fundamentais no contexto educacional, preparando-os para exames que exigiam numerosas informações. Por conseguinte, acreditamos que João Ribeiro apresenta uma gama considerável de instrumentação pedagógica, e sendo assim discordamos parcialmente de autores, como Centeno, que dizem: “Na verdade, Ribeiro não deu maior importância à parte instrumental ou propriamente didática de suas obras” (CENTENO, 2013, p. 173). Centeno cita utiliza uma fala do autor no manual didático dirigido ao curso Primário para justificar sua análise:

Não tivemos o pensamento de redigir este compêndio em linguagem infantil; pensamos apenas em ser claro sem affectação pedagógica. Aos professores cabe assim mais ampla liberdade de método (RIBEIRO, 1900, Advertência apud CENTENO, p. 173).

Não discordamos da autora quando afirma que “Ribeiro era um intelectual que resistia a modernizações simplificadoras da educação”, porém não podemos ler o discurso de Ribeiro em senso estrito, pois embora o autor afirme não se utilizar de “padecimentos pedagógicos”, notamos meios que facilitam o estudo dos alunos.

Outro fato que vem corroborar o nosso argumento se refere ao conjunto de imagens. A seguir transladamos todas as legendas das figuras presentes no livro do curso inferior, para analisá-las.

Legendas das figuras de João Ribeiro:

1. Pedro Alvares Cabral: monumento inaugurado no Rio de Janeiro por ocasião do IV centenário do Brasil.

2. Índio UAPÉ do Amazonas.
3. Taba de índios
4. Padre Anchieta
5. Planta da Bahia em 1625
6. Pernambuco: o Recife
7. Alcaçar de Boa Vista: Pernambuco
8. Henrique Dias: Cabo dos homens pretos na guerra holandesa
9. Príncipe Maurício de Nassau: Governador do Brasil Holandês
10. Cerco de Recife pelas forças Lusas- Brasileiras (1653)
11. Gomes Freire de Andrade
12. Thomas Antonio Gonzaga
13. D. João VI
14. Independência ou morte!
14. José Bonifácio
15. José Clemente Pereira
16. D. Pedro I
17. Monumento ao imperador (esta imagem não possui legenda)
18. José Bonifácio
19. Padre Antonio Feijó

20. D. Pedro II
21. Duque de Caxias
22. Almirante Tamandaré
23. General Ozorio
24. Batalha de Riachuelo
25. Almirante Barroso
26. Benjamin Constant
27. Marechal Deodoro da Fonseca

Percentualmente poderíamos dividir as imagens de Ribeiro nas seguintes categorias:

Tabela 1. Representações por temas

Temas das figuras	Porcentagem (%)
Personagens políticos e religiosos	77,77
Lugares emblemáticos (guerras)	14,81
Aspectos Culturais	7,4

Estes dados nos possibilitam afirmar que, embora João Ribeiro atribua grande importância a aspectos socioculturais, tal como a vida dos índios, ainda é possível verificar uma alta atenção à história política. Além disso, como é sabido, as imagens são importantes ferramentas de ensino, e aqui estão também a serviço da aprendizagem facilitando a fixação do conteúdo ao se articularem com as palavras destacadas no corpo do texto.

Outra questão a ser destacada é a presença de uma cronologia final, ou seja, pontos “importantes” de nossa história. Esta ferramenta também pode ser caracterizada como mais um tipo de utensílio de cunho pedagógico (embora tradicional, já que muitos autores apresentavam a mesma estrutura em seus livros).

Quanto aos tipos utilizados pelo autor notamos a supremacia do tipo maior, ou seja, com maior destaque a aspectos descritivos/factuais. Porém, nesta edição ainda é possível detectar textos em tipo menor. Estes são detalhes que conversam diretamente com o texto. Concluimos afirmando que a edição, aqui estudada, voltada para o curso inferior, embora não apresente características simplistas como as propostas por Comenius, não deixa de lado ferramentas que facilitam e direcionam aprendizagem dos alunos.

Já na edição voltada para as escolas secundárias, o primeiro ponto a ser destacado se refere à estrutura de “História do Brasil. Curso superior” (5ª edição revista e melhorada de 1914). Em um primeiro momento, notamos um prefácio que contem análise de várias pessoas envolvidas com a educação na primeira metade do século XIX, dentre os quais destacamos Araripe Júnior. Nesta parte é delineada a metodologia e a forma pela qual João Ribeiro constrói sua argumentação. Nesta edição também encontramos uma introdução do autor datada de 1908. Nela Ribeiro expõe claramente sua importância na história nacional, já que afirma que antes dele ninguém havia posicionado o Povo como ator principal na construção de nossa história. Seguindo nossa análise, reparamos numa divisão curiosa dos conteúdos, com a história brasileira dividida em nove conjuntos: O descobrimento, Tentativa de unidade e organização da defesa, Lucta pelo commercio livre contra o monopolio, Franceses e holandezes, A formação do Brasil (história comum), A formação do Brasil (história local), Definição territorial do paiz, O espirito de autonomia, Absolutismo e revolução, O império. Democracia. Já observamos que o simples conjunto de capítulos cronologicamente organizados na edição do curso inferior é substituído por blocos temáticos, cada um dividido em subcapítulos que conversam com a temática principal.

Entre os conjuntos citados há uma sinopse geral e uma lista de datas (isocronismos), porém, isto ocorre apenas entre os três primeiros conjuntos. Centeno, analisando a mesma edição, afirma que:

Essa situação insinua a escassa preocupação do autor com a parte instrumental da obra. O texto longo, rebuscado para a clientela escolar, a falta de questionários, mapas e gravuras também são indícios do que está acontecendo (CENTENO, 2013, p.173)

Novamente discordamos de Centeno. Não negamos que há uma incoerência quanto à disposição das sinopses, o que, a primeira vista, poderia revelar uma despreocupação do autor com datas. Porém, a ausência dos pontos citados pela autora não retira o valor de outros instrumentos pedagógicos na obra de Ribeiro. Dentre eles podemos citar um apêndice final, notas de aberturas dos conjuntos (em alguns deles são trechos de documentos famosos, tal como uma parte da carta de Pêro Vaz de Caminha) e, finalmente a diferenciação de tipos de letras. Já citamos as funções dos tipos anteriormente, porém, na edição do curso superior esta ferramenta pedagógica é mais amplamente utilizada. Estes trechos apresentam “polêmicas” e dados extras, sempre fortemente ligados ao texto. Trazendo essa questão para a contemporaneidade, podemos arriscar dizer que os textos complementares vistos atualmente têm origem no tipo menor de Ribeiro, entretanto, diferente de Ribeiro reparamos que em muitos livros didáticos os textos complementares aparecem como simples acessórios.

Tratando de analisar o descobrimento do Brasil, o autor não dá destaque apenas às questões administrativas. Dois subcapítulos chamam atenção: a terra e os habitantes (7) e a etnologia brasileira (8). No primeiro Ribeiro descreve o território nacional e os primeiros contatos dos indígenas e europeus. O autor trata os habitantes autóctones de “incivilizados”, mas isto não representa algo destoante do momento em que o autor vivia. Não obstante, o autor não se enclausura na dicotomia índio-mau e europeu-bom. Ao contrário, em um dos trechos é exposto que:

Portugueses e índios praticavam-se mutualmente crueldades, porque não se entendiam e nem se podiam entender, atentos aos diferentes graus de civilização. O índio tinha o sentimento da propriedade coletiva (da tribo) mas não o tinha da propriedade privada; o índio não julgava fazer mal, roubando; e assim muitos crimes que o eram para os cristãos, para eles não nada significava (p.49).

Desta maneira, notamos uma inclusão dos indígenas, se não positiva, no mínimo menos vilipendiosa. O subcapítulo oito trata da etnologia brasílica. Nele o autor escreve:

O sentimento mais primitivo e rude que se havia formado sobre os índios é que eles constituíam uma só família, dilacerada em tribos aparentemente diversas, pouco importantes as diferenças de língua e muito menos de civilização e cultura que entre elas se podiam notar. (p.51)

Ribeiro posteriormente põe em perspectiva esse pensamento raso, demonstrando que no Brasil havia pelo menos quatro grandes nações: a Tupi, a Gé, a Nu-aruaque e a Cariba, além de três outras de menor importância. Poderíamos supor que a análise de Ribeiro pararia neste ponto, mas o aprofundamento do tema continua, com um diagrama que possibilita a localização geográfica desses povos. Outro recurso didático é o tipo menor. Utilizando esse recurso apresenta uma descrição étnica de cada povo. Concluimos que o tipo menor não é algo dispensável na obra de Ribeiro, já que ela conversa diretamente com o tipo maior.

Conclusão

Esperamos ter conseguido reafirmar a importância de João Ribeiro e “História do Brasil” em nossa história dos livros didáticos. Apesar de termos percorrido mais de um século da produção da obra discutida ainda vemos influências em produções contemporâneas, fato este que torna imperioso um estudo mais aprofundado do autor.

Em nossa análise comparativa, chegamos à conclusão de que há grandes diferenças entre as edições voltadas para o curso inferior e superior. Chamamos atenção para o fato de que as maiores mudanças residem na parte técnica: existência de imagens, grifos de palavras,

utilização de sinopses, e diferenciação de tipos. Quanto à interpretação, verificamos que o sentido da história é a República e os atores da história é o conjunto Povo, verdadeiro construtor da Nação, porém a força com que o povo aparece é menor nas edições voltadas para as escolas primárias. Com isso não estamos muito distantes da visão de Bittencourt quando a autora afirma:

As interpretações inovadoras sobre a História brasileira de João Ribeiro foram, entretanto, introduzidas precariamente no texto que organizou para as escolas primárias. Na organização dos capítulos, incorporou parcialmente as duas partes essenciais de seu trabalho para as escolas secundárias. Muitas questões sobre a formação espacial e da população brasileira ficam diluídas no trabalho. A inovação maior de seu livro residiu na incorporação de ilustrações, escolhidas com critério, oriundas da iconografia original (BITTENCOURT, 2008, p.220)

Referências bibliográficas

BITTENCOURT, C. *Livro didático e saber escolar: 1810-1910*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

CENTENO, Carla Villamaina. "Manual Didático História do Brasil-Curso Superior de João Ribeiro: Uma análise sob a perspectiva da organização do trabalho didático". *Acta Scientiarum*, Maringá, v. 35, n. 2, p. 169-178, July-Dec. 2013. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/20340>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

GASPARELLO, Arlette Medeiros. *Construtores de identidades: A pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira*. São Paulo: Iglu, 2004.

_____. "Invenção e continuidade: a História do Brasil de João Ribeiro". In: I Seminário Brasileiro sobre Livro e História, Rio de Janeiro: FCRB/PPGCOM. UFF/LIHED, 2004.

HANSEN, Patrícia Santos. *Feições e Fisionomias. A história do Brasil*. Rio de Janeiro: Acess Editora, 2000.

ROCHA JÚNIOR, Roosevelt Araújo da. “João Ribeiro: entre história, gramática e filologia”. *Revista Philologus*, Rio de Janeiro, Ano 12, nº 36. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/revista/36/06.htm>>. Acesso em : 12 out. 2013.

LEÃO, Múcio. João Ribeiro: *Ensaio bibliográfico*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras. 1954.

RIBEIRO, João. *História do Brasil. Curso Superior*. 5ª ed. Revista e melhorada. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1914.

_____. *Rudimentos da História do Brasil*. 14ª ed. Rio de Janeiro. Livraria Francisco Alves, 1936.

Esta página
foi deixada
propositalmente
em branco

Para além da repressão e da resistência: uma leitura dos lugares de memória da Ditadura civil-militar no Brasil

Grazielly Soares da Silva*

Resumo: este artigo tem como objetivo refletir acerca dos lugares de memória da ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985), como esses lugares têm sido ressignificados na atualidade, sob as bases conceituais da repressão e da resistência, e a sua importância, no contexto da chamada justiça de transição, para o aprofundamento da democracia e para o conhecimento da memória política do país.

Palavras-chave: Ditadura civil-militar; Lugares de memória; Resistência; Redemocratização.

Introdução

O Mausoléu Castelo Branco, localizado na cidade de Fortaleza-CE, inaugurado no dia 18 de julho de 1972 - ano do Sesquicentenário da Independência do Brasil e também do quinto aniversário de morte do Marechal Castelo Branco – e para onde foram trasladados os restos mortais do ex-Presidente e de sua esposa Argentina Viana Castelo Branco, destaca-se como imponente monumento em homenagem ao ex-presidente militar.

Não muito longe do Mausoléu Castelo Branco, encontra-se o Memorial da Resistência de Fortaleza. O Memorial da Resistência, por sua vez, foi idealizado de forma a resgatar as memórias dos cearenses que lutaram contra a repressão política imposta pela ditadura civil-militar (1964-1985) e discutir questões sobre democracia e direitos humanos. Localizado no mesmo edifício da antiga sede da Polícia Federal, local para onde eram levados os presos políticos do regime militar na capital cearense, o lugar abriga hoje a exposição “Arquivo das Sombras”, que contém registros fotográficos e depoimentos que retratam as experiências vividas por presos políticos durante os chamados “anos de chumbo”.

* Grazielly Soares da Silva: Graduada em História na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e graduanda em Direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: grazielly.soares.silva@gmail.com

Ao contrário do primeiro, cuja arquitetura e expansão (além de fazer parte do conjunto arquitetônico do Palácio da Abolição, sede do Governo do Estado) não podem passar despercebidos, o Memorial da Resistência é um pequeno espaço, subterrâneo, quase imperceptível, estando constantemente sob a tutela da Secretaria Municipal de Cultura.

Os dois espaços são singulares por seus processos de patrimonialização¹, sua importância histórica ao retratar duas perspectivas diferentes acerca de um período até hoje bastante complexo e controverso da história do país: o contexto da ditadura civil-militar no Brasil. Tais espaços são também chamados *lugares de memória*, conceito que se tornou célebre ao ser usado por Pierre Nora para designar lugares que possuiriam, ao mesmo tempo, dimensões materiais, simbólicas e funcionais. Assim, sendo fruto de construções históricas,

mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o reveste de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o exemplo extremo de uma significação simbólica, é ao mesmo tempo o recorte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, para uma chamada concentrada da lembrança. (NORA, 1993, p.22)

Esses lugares de memória², segundo Pierre Nora, em resposta à suposta aceleração da história, inserida em uma sociedade cada vez mais globalizada, dinâmica, efêmera, seriam

1 A construção do Mausoléu Castelo Branco foi uma iniciativa do governo Plácido Aderaldo Castelo (1966-1971), que resolveu incluí-lo no conjunto de edificações do Palácio da Abolição, sede do Governo do Estado do Ceará, em homenagem ao ex-presidente cearense. Seu projeto de tombamento foi apresentado ao Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural (COEPA) em 2004 e aprovado em 2011, em razão de sua arquitetura moderna de reconhecido valor e de seu caráter de documento histórico. O Memorial da Resistência é uma reivindicação de alguns setores da sociedade, notadamente, daqueles ligados ao coletivo Os Aparecidos Políticos, 64/68, que reúne ex-presos políticos do regime militar e estudantes. Foi implementado por meio do Projeto de Lei 0373/2013, de autoria do vereador Evaldo Lima, do PCdoB, na Câmara Municipal de Fortaleza.

2 Embora não tenha tratado particularmente, na sua ideia inicial, de lugares que foram palco de arbitrariedades contra os direitos humanos, a definição de Nora ganhou grandes proporções, tomando novos usos.

Para além da repressão e da resistência: uma leitura dos lugares de memória da Ditadura civil-militar no Brasil

lugares onde se cristalizam os rastros, os vestígios, as memórias, portanto, locais privilegiados onde ainda se podem encontrar um sentimento de continuidade com o passado. A multiplicação dos lugares de memória seria um dos sintomas da *era da comemoração*, da “obsessão” por preservá-los e fomentá-los. Uma vez que não haveria memórias espontâneas, “é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar datas, porque essas operações não são naturais” (Ibid., p.13) e porque, sem esse movimento, “sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria”. Se, por um lado, os processos de criação de lugares de memória não são movimentos espontâneos, também as reivindicações de quais memórias seriam ali preservadas são, por sua vez, permeadas de conflitos e de lutas, especialmente depois de períodos de autoritarismo político.

Levando em consideração a atualidade dos temas referentes à ditadura civil-militar no Brasil e a importância de políticas de memória que assumem por vezes o caráter de “dever de memória”³, pautando-se em tentativas de reparação de erros historicamente atestados, como a violência do Estado durante o regime civil-militar, este artigo propõe-se a refletir acerca dos lugares de memória no cenário atual do país e de sua importância no contexto da chamada Justiça de Transição, que segundo Paul Van Zyl, é um conjunto de medidas “para a construção da paz sustentável após um período de conflito, violência em massa ou violação sistemática dos direitos humanos” (VAN ZYL, 2009, p. 32).

Para tanto, o presente artigo foi dividido em três momentos: primeiro, pôs-se em questão a discussão sobre os lugares de memória, quais os sentidos e disputas presentes nesses espaços, tomando como exemplos, a ressignificação de lugares como o Memorial da

3 Os documentos e os monumentos relacionados ao contexto da Ditadura no Brasil e que pretendem ser espaços de preservação da memória política do país são gritos de protesto contra o apagamento das memórias, não somente interessados no conhecimento do passado, mas partem de uma preocupação ética com o presente e com o futuro: *para que não se esqueça para que nunca mais aconteça*, como exemplo de tema do projeto “Memórias Reveladas”, Centro de Referência de Lutas Políticas do Brasil, institucionalizado pela Casa Civil da Presidência da República e implantado no Arquivo Nacional, que reúne documentos e informações sobre a história política do Brasil.

Resistência de Fortaleza, o Mausoléu Castelo Branco e o Memorial da Resistência de São Paulo, instituição precursora na dedicação à preservação das memórias políticas do Brasil republicano (1889 à atualidade). Em um segundo momento, partiu-se da constatação de que boa parte dos espaços que foram reconstruídos de modo a proporcionar um resgate das memórias do período da ditadura civil-militar no Brasil utilizam como conceito basilar de seus projetos (direta ou indiretamente) a questão da *resistência*⁴ e problematizou-se o que está em jogo quando tratamos a noção de *resistência* no discurso desses espaços, no âmbito da chamada “guerra de memória”. Finalmente, pretendeu-se argumentar no sentido de uma maior democratização das memórias na construção do discurso historiográfico, para além das explicações dicotômicas de repressão e de resistência, de modo que esses lugares de memória representem espaços efetivamente plurais.

O #OcupeMausoléu ou a ressignificação dos lugares

No dia 10 de dezembro de 2015, dia internacional dos Direitos Humanos, o coletivo Os Aparecidos Políticos, em parceria com outros movimentos de preservação de memória e ligados à defesa dos Direitos Humanos⁵, promoveram o evento #OcupeMausoléu, criado com o intuito de revitalizar e ressignificar o espaço expositivo e arquitetônico que homenageia o ex-presidente Castelo Branco. A atividade foi uma resposta às recomendações da Comissão Nacional da Verdade⁶ e à proposta do gabinete do governador do Ceará de instalar um grupo

4 Podem-se tomar como exemplo, os já citados Memoriais da Resistências de São Paulo e de Fortaleza, bem como os projetos de implantação de outros memoriais como o Memorial da Resistência Carlos Marighella, em Salvador e o Memorial da Resistência Latino-americano às Ditaduras Militares (“Dopinha”, futuramente Centro de Memória Icó Lisboa), em Porto Alegre.

5 Entre eles, a Coordenadoria Especial de Políticas Públicas dos Direitos Humanos, em parceria com o Museu da Imagem e do Som (MIS), a Comissão de Anistia, Comitê Memória, Verdade e Justiça do Ceará, Coletivo Aparecidos Políticos, Centro Dragão do Mar, Estácio Facó e Cine Molotov.

6 A Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi criada pela Lei 12.528/2011 e instituída em maio de 2012 por Dilma. O colegiado foi constituído a fim de apurar as denúncias de violações de direitos humanos entre 1946 e 1988, período que abrange o regime militar. Com 4.328 páginas, o documento consolida o trabalho da CNV, após dois anos e sete meses de audiências públicas, depoimentos de militares e civis e coleta de documentos referentes ao regime militar e aponta 377 pessoas como responsáveis diretas ou indiretas pela prática de tortura e assassinatos durante a ditadura militar, entre 1964 e 1985. Além disso, a CNV recomenda a adoção

Para além da repressão e da resistência: uma leitura dos lugares de memória da Ditadura civil-militar no Brasil

de trabalho responsável pela estratégia de implementação de uma política estadual de memória, que terá por atribuição, também, a tarefa de repensar os logradouros públicos que homenageiam e referenciam personalidades diretamente envolvidas em crimes de lesa-humanidade, como é o caso do Mausoléu Castelo Branco.

O Coletivo Aparecidos Políticos “vêm desenvolvendo intervenções urbanas focadas nos debates acerca da justiça de transição e pelo direito à memória e verdade” (MOURÃO et al., 2011, p. 148). O movimento é também responsável pelo projeto “Conexões Cartográficas da Memória”, que tem o objetivo de trazer um mapeamento dos resquícios físicos do regime militar na capital cearense, pela realização de parte das atividades no Memorial da Resistência de Fortaleza. Essa iniciativa não é uma novidade, mas faz parte de uma proposta de política pública brasileira, encabeçada pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça e por ex-presos políticos que, como membros da sociedade civil e protagonistas de prisões arbitrárias e de torturas, reivindicaram a patrimonialização e ocupação simbólica desses espaços, como forma de manter viva as memórias das vítimas do regime autoritário.

O Memorial da Resistência de São Paulo

Um exemplo pioneiro de iniciativa de ocupação e ressignificação desses espaços que serviram de locais de prisões e torturas é o Memorial da Resistência de São Paulo. Inaugurado em janeiro de 2009, é membro da Coalização Internacional dos Sítios de Consciência, uma rede global de locais históricos, museus e iniciativas de memória de ligação de lutas passadas aos movimentos de hoje para os direitos humanos e a justiça social. Idealizado por professores, arquitetos e ex-presos políticos, o Memorial da Resistência de São Paulo, antiga sede do Departamento de Ordem Pública e Social de São Paulo (DEOPS/SP), tem como objetivo, exposto em seu Projeto Museológico,

de 29 medidas com o intuito de prevenir graves violações de direitos humanos, assegurar sua não repetição e promover o aprofundamento do Estado democrático de direito, dentre elas o fomento à criação de lugares de memória e de debates acerca do período.

evidenciar os vetores da memória, de uma instituição de controle do exercício da cidadania, a partir da musealização dos espaços de resistência e de repressão, como expressões do Estado Moderno; difundir a importância da preservação dos vestígios da memória, a partir da pesquisa, salvaguarda e comunicação das fontes e indicadores dessa herança patrimonial; problematizar os distintos caminhos da memória da repressão e da resistência, enfatizando as estratégias de controle de um Estado Republicano e tendo como referência a ação do DEOPS no Estado de São Paulo a partir dos segmentos 'memórias silenciadas, apagadas, destruídas, exiladas', 'pesquisas sobre a construção da memória', 'memória e herança patrimonial'. Além disso, atualizar as questões relativas à repressão e resistência para os dias atuais. (BRUNO et al., 2009, p. 43)

O Memorial da Resistência de São Paulo, portanto, tem uma proposta bem diferente da de um museu, por exemplo. Não se limita a exposição de fatos e objetos do passado, mas “inverte a lógica da opressão”, dando espaço às memórias das vítimas e convida a refletir sobre um compromisso político com o presente. A historiadora Maria Luiza Tucci explica que o espaço do Memorial da Resistência de São Paulo

também estará aberto para discutirmos estratégias de conscientização de nossos jovens sobre o perigo da persistência das ideias autoritárias, legado das ditaduras varguista (1937-1945) e militar (1964-1983). (...) não podemos deixar que o mundo fique cego e que a memória se apague. (...) rememorar os atos intolerantes nos coloca em estado de alerta contra uma possível reprodução de certas circunstâncias históricas que, em diferentes momentos da história, culminaram com a exclusão contra as minorias étnicas, religiosas e políticas, dentre outras. Mas é preciso lembrar sempre que existem parcelas da sociedade interessadas em silenciar ou, então distorcer os fatos. Precisamos estar atentos a essa produção intencional de silêncios, procurando compreender a razão do não dito, pois nem sempre o silêncio é sinônimo de ‘implícito’ ou de ‘não querer lembrar’. O não-dizer está, na maioria das vezes,

Para além da repressão e da resistência: uma leitura dos lugares de memória da Ditadura civil-militar no Brasil

ligado à história e à ideologia. Portanto, certas ocorrências não devem ser interpretadas como meros acidentes de linguagem, e sim como um 'ato de intenção'. (...). Aqui está o desafio do Memorial da Liberdade: 'quebrar a corrente do silêncio ajudando a lembrar, sempre. (CARNEIRO, 2009, p. 189)

Uma das linhas programáticas do Memorial da Resistência de São Paulo é o programa Lugares de Memória que como o projeto "Conexões Cartográficas da Memória", tem como objetivo o inventário e sinalização dos lugares da memória da resistência e da opressão políticas, neste caso do estado de São Paulo. O programa Lugares de Memória, embora contido no Programa Museológico de 2007, teve início com a inauguração da exposição temporária *Lugares de Memória - Resistência e Repressão em São Paulo*, de janeiro 26 de janeiro de 2011 a 18 de março de 2012. A exposição temporária que estava fundamentada nos relatos de ex-presos, nas pesquisas em arquivos e em periódicos e apresentou uma amostragem com cerca de doze lugares de memória da cidade, além de um mapa do mundo que sinaliza instituições similares ao Memorial da Resistência de São Paulo.

Entre os lugares catalogados e disponíveis para o público em geral no site do Memorial da Resistência estão a Casa do Massacre da Lapa⁷; o Convento dos Dominicanos e a Livraria Duas Cidades⁸; o DOI-Codi, já tombado; a Fazenda 31 de março de 1964⁹; o Instituto Cultural Israelita Brasileiro¹⁰; a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e o Centro

7 Onde em 16 de dezembro de 1976 aconteceu uma operação militar para desmantelamento do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil (PC do B) que ficou conhecida como Massacre da Lapa.

8 Base de apoio aos militantes da ALN, servindo de esconderijo e acolhimento a militantes e perseguidos por religiosos dominicanos.

9 Com um nome em homenagem à data da "revolução" de 1964, disfarçada de centro de exercícios do exército, suas instalações foram usadas como centro clandestino de repressão para tortura e assassinato de presos políticos.

10 Construído em homenagem às vítimas do holocausto. Em suas instalações funcionaram a Escola Scholem Aleichem, a Associação Feminina Israelita Brasileira (AFIB) e o Teatro de Arte Israelita Brasileiro (TAIB), com atividades voltadas para o cultivo da cultura ídiche, e paulatinamente envolvem-se nas lutas da sociedade civil brasileira contra os autoritarismos. O Instituto é um exemplo de lugar de memória de antes do período da Ditadura Militar.

Acadêmico XI de Agosto¹¹; a Rua Maria Antônia¹²; a Catedral e a Praça da Sé¹³; o Presídio Tiradentes e o Presídio Carandiru¹⁴; O Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo¹⁵; o Teatro da Pontifícia Universidade Católica, o Tuca¹⁶; o Cemitério Dom Bosco e Vala de Perus¹⁷; e o emblemático Sítio de Ibiúna¹⁸. A proposta é muito interessante, principalmente no seu intuito de mostrar que os regimes autoritários não usavam de sua influência apenas nos presídios, mas abarcavam escolas, cemitérios, sindicatos, faculdades. Uma grande vitória dessa proposta foi a aprovação, por unanimidade, do tombamento em 2014 pelo Condephaat

11 Localizados no Largo de São Francisco é um espaço significativo que acompanha a história do Brasil Republicano. Durante a Ditadura Militar, foi um importante espaço de aglutinação do Movimento Estudantil que foram marcadas pelos sucessivos embates com a polícia e com os militares.

12 Foi um espaço de mobilização estudantil nos anos 1960. Cravado no centro da cidade, em que estava simbolicamente inscrita uma das palavras de ordem de 1968: “Sejamos realistas, peçamos o impossível”. A Rua Maria Antônia também foi um centro de grande agitação política e cultural, por conta de sua localização que havia duas Universidades de posições opostas em relação ao regime, a Mackenzie e a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências da Universidade de São Paulo.

13 Ao assumir a Arquidiocese em 1970, D. Paulo Evaristo Arns transformou a Catedral em tribuna de denúncia dos crimes cometidos pela ditadura. Ao mesmo tempo, multidões passaram a se reunir na praça reivindicando anistia, melhores condições de vida e eleições diretas para presidente.

14 Casa de correção, depósito de escravos, cadeia pública e cárcere político, o Presídio Tiradentes foi inaugurado em 1852, foi fechado e demolido em 1973, restando hoje apenas o arco de pedra de seu portal. O presídio Carandiru foi inaugurado em 1920 e tendo parte de sua construção demolida em 2002.

15 Fundado em 1937, o Sindicato enfrentou a ditadura do Estado Novo e a ditadura militar participando ativamente das lutas pela redemocratização. O auditório Vladimir Herzog, feito em homenagem ao jornalista assassinado em 1975, tornou-se um importante espaço de reunião de organizações comprometidas com a luta contra a ditadura militar e pela Anistia.

16 Símbolo de resistência cultural, o Tuca buscava a reflexão, a crítica e a possibilidade de transformação social por meio da cultura e da arte. Um dos principais objetivos propostos eram espetáculos a preços populares com a inserção do povo a esses espaços até então frequentados somente por uma minoria abastada. A peça de estreia “Morte e Vida Severina” inaugura não só uma nova estética teatral, mas também o espaço, que passa a ser o palco de inúmeras manifestações culturais e políticas de resistência contra o regime imposto desde 1964.

17 Este cemitério foi, desde sua fundação, o destino de corpos de presos políticos. Em 1990, o caso das ossadas sepultadas numa vala clandestina, mobilizou um processo longo de identificação e novas investigações sobre ocultação de corpos de desaparecidos políticos. No dia 08 de julho de 1991 foram identificados os restos mortais de Sônia Maria Moraes Angel Jones e Antônio Carlos Bicalho Lana (encontrados no cemitério Dom Bosco, fora da vala) e Denis Antônio Casemiro (cujos restos mortais estavam na vala comum). No ano seguinte, em 25 de junho de 1992, foram identificados: Frederico Eduardo Mayr (seus restos mortais foram depositados na vala comum), Helber José Gomes Goulart (sepultado no cemitério Dom Bosco, encontrado fora da vala).

18 Tornou-se destaque nas páginas dos jornais publicados em outubro de 1968 por ter sido escolhido para

Para além da repressão e da resistência: uma leitura dos lugares de memória da Ditadura civil-militar no Brasil

(Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico) das instalações do Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna, o DOI-Codi, órgão do Exército e local de várias mortes e torturas, como a do jornalista Vladimir Herzog em 1971.

Demorou-se um pouco mais no Memorial da Resistência de São Paulo por duas razões: este Memorial foi o primeiro a se dedicar à preservação das memórias políticas no Brasil e serve como um “modelo” tanto museológico como conceitual para as outras propostas de lugares de memória ligados ao período da ditadura civil-militar dos outros estados. Por esse motivo, aproprio-me das características (excetuando, de propósito, as diferenças e singularidades da recepção do regime militar em cada estado do país) que são comuns entre eles, estando presentes na idealização do Memorial da Resistência de Fortaleza; na construção do Guia Memórias de Resistência - Lugares de repressão e de luta contra a Ditadura Militar de 1964–1985, em Belo Horizonte; no projeto de Memorial da Resistência Carlos Mariguella, em Salvador; no Memorial Ico Lisboa em Porto Alegre e muitos outros. Dentre as características comuns entre eles, o artigo pretende, em seu segundo momento, problematizar, sobretudo, dois aspectos: a questão da chamada “guerra de memória” e a questão da resistência.

Memórias da Resistência ou Resistência das Memórias

Tornou-se costumeiro pensar, no que diz respeito à configuração das memórias do período da ditadura civil-militar, em uma “guerra de memória” entre *vencedores e vencidos*, atribuídos a militares e militantes, respectivamente, em que os vencedores, especialmente os oficiais das Forças Armadas, insistem em esquecer esse período da história brasileira, em prol da concórdia nacional. Os vencidos, no entanto, eram imbuídos do *dever de memória*, de relatar as memórias de lutas (armadas ou não) contra a Ditadura civil-militar. Essa dicotomia

abrigar cerca de 700 estudantes no 30º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE). No dia 12 de outubro de 1968, o Sítio foi invadido pela polícia, dando fim ao Congresso, com a prisão de vários estudantes.

serviu de inspiração para vários trabalhos acadêmicos, nos quais os pesquisadores se depararam com uma quantidade considerável de depoimentos de ex-presos, a respeito da repressão militar. Tamanho o horror do autoritarismo, principalmente, da prática da tortura, motivou os pesquisadores a propor, com grande força, uma recuperação da história política do período, com base na relação entre carrascos e vítimas.

Há, no entanto, quem ponha em xeque essa definição de papéis entre vencedores (militares) e vencidos (militantes). Se os militares venceram, em que consistiria essa vitória? Se os militantes são os vencidos, no que eles perderam? Na versão dos militares, a esquerda “esforçou-se por vencer, na batalha das letras, aquilo que perdeu no embate das armas” (MARTINS FILHO, 2002, p.180). Desde a publicação do livro de Renato Tapajós, *Em câmera lenta*, houve um desenrolar das memórias da esquerda, não somente pelas inúmeras biografias de militantes, mas também por produções historiográficas, filmes, reportagens, peças de teatro, até projetos sofisticados e de grande impacto na produção social e acadêmica, como foi a obra *Brasil Nunca Mais*, e a memória sobre a tortura. Vencidos tornaram-se vencedores e vencedores se tornaram vencidos na “batalha da memória”, segundo os militares.

Certamente, uma questão intrigante. Será, no entanto, que essa dicotomia, independente de qual conclusão se alegue, não criaria uma espécie de divisão em “memórias particulares” de determinados grupos, dando a impressão de que no período da ditadura civil-militar os únicos que afetaram (e foram afetados) pelo regime foram os militares e os militantes, excluindo, assim, a complexidade das relações sociais, das influências externas, dos inúmeros outros personagens anônimos, considerando que um regime ditatorial seja um desserviço a qualquer sociedade? Essa chave explicativa não seria ainda uma argumentação saudosista do contexto de Guerra Fria, em sua “confortável” divisão ideológica do mundo (e das ideias) entre capitalistas e comunistas? Ainda mais: Se concordamos com Flávio Tavares, quando afirma que “a tortura destruiu os torturados e aniquilou, também, os torturadores ao transformá-los de combatentes militares em verdugos, tornando-lhes o mundo

Para além da repressão e da resistência: uma leitura dos lugares de memória da Ditadura civil-militar no Brasil

incompreensível” (TAVARES, 2002, p. 199), existe a possibilidade de afirmar que houve vencedores?

Parece ser um ponto pacífico que há, sim, um conflito pela legitimação de determinadas memórias e, conseqüentemente, de um projeto político de um país. No entanto, pode-se indagar se essas memórias, dos vencidos e dos vencedores, da repressão ou da resistência, têm mesmo essa clara e objetiva separação. Se sim, o que seriam essas memórias da repressão e da resistência? Tomemos como exemplo a definição de resistência¹⁹ proposta no espaço multimídia do módulo B²⁰ – *Controle, Repressão e Resistência: o tempo político e a memória*, do Memorial da Resistência de São Paulo:

Oposição ou reação a uma *força opressora*. É a luta contra uma *autoridade governamental*, principalmente aquela que se apossa do poder de forma ilegítima. As formas de resistência variam de acordo com as circunstâncias históricas, as formas de governo ou os regimes a que se opõe. Enquanto conjunto de iniciativas individuais ou coletivas, manifestam-se sob múltiplas formas e ações. *A força da resistência depende* de sua capacidade de organização, mobilização, estratégias de propaganda e da *ideologia defendida* pelos grupos políticos e sociais. (grifo nosso)

A partir desta definição de resistência, pode-se analisar o processo de construção das memórias de resistências, a partir do entendimento que se tem do conceito, nas problematizações das duas principais ideias grifadas no texto: a aparente identificação de força opressora com autoridade governamental e a ideia que a força da resistência depende da ideologia defendida.

19 Dentre os movimentos de resistência explicitados no mesmo recurso multimídia estão a propaganda, a identidade preservada (o ato de preservar a cultura), as manifestações públicas, as manifestações artísticas, as lutas armadas, as mobilizações sociais, o exílio.

20 Na proposta museológica do Memorial da Resistência de São Paulo, o espaço de exposição de longa duração foi dividido em módulos, a saber, Módulo A- *O edifício e suas memórias*, Módulo B- *Controle, Repressão e Resistência: o tempo político e a memória*, Módulo C- *A construção da memória: o cotidiano nas celas do DEOPS/SP*, Módulo D- *Da Carceragem ao Centro de Referência*.

Resistência a uma força opressora. Luta contra uma autoridade governamental. A definição de reação a uma força opressora vem ao encontro da já consolidada ideia de que o fim de toda a associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis do homem, que são a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão, formuladas pela Assembleia Nacional Francesa, na sua Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, que desejara munir-se contra futuros absolutismos. Assim, ao longo das décadas, muitas teorias foram escritas sobre a relação entre o Estado e a sociedade, de seus contratos sociais e de seus confrontos. Cristalizou-se na figura do Estado e nos governos a representação de toda a fonte de opressão e de violência. Este instrumento repressivo é que vai se colocar em cena para proteger a propriedade privada, pela via jurídica, policial e militar.

A referência contemporânea de resistência, no entanto, é mais ligada a outro episódio da história francesa: a Resistência Francesa. Diferentemente das Insurreições de 1789, a Resistência francesa não tinha pretensões revolucionárias, mas caracterizava-se pela luta contra a invasão alemã nazista na França durante a Segunda Guerra Mundial. Com o fim da Guerra e o “exame de consciência” coletivo, *La Resistance* (com R maiúsculo) ganhava cada vez mais espaço na construção da memória francesa, juntamente a fabricação dos heróis nacionais, de Charles de Gaulle aos *partisans*. Essa construção certamente não esteve imune às suas “guerras de memória”, duas forças que defendiam versões (e ficções) dos episódios durante a Segunda Guerra: de um lado, “os gaullistas, descrevendo a epopeia de uma França Livre; os segundos [os comunistas], descrevendo o combate popular pela justiça social e pela glória dos dirigentes comunistas.” (ANSART, 2001, p. 32). Em qualquer dos lados, tornava-se evidente a firme postura dos franceses contra o regime nazista²¹.

21 Muitos franceses nem tinham mesmo como saber completamente o que significou, de fato, a destruição nazista, uma vez que a imprensa, sob o governo de Vichy, possuía grande influência na propaganda de resignação do general Pétain. Décadas depois, o assunto é ainda tratado como tabu: em uma exposição de 2008, da Mostra “Uma visão da vida parisiense durante a ocupação alemã”, pelo fotógrafo francês André Zucca, que trabalhava para a revista de propaganda nazista *Signal*, foram apresentadas 250 fotos mostram parisienses se divertindo, andando de bicicleta, passeando com os filhos, em cinemas, excluindo os aspectos dramáticos desse período. A exposição certamente é polêmica não só porque foi encomendada pelos nazistas, mas pela rejeição da população local de Paris ainda hoje de aceitar uma suposta conformidade da população francesa à ocupação nazista. Parecia “claro” que os franceses não seriam a favor do horror do nazismo e do extermínio dos judeus e das outras minorias. O não parece tão claro é que o “berço” da fundação dos Direitos

Para além da repressão e da resistência: uma leitura dos lugares de memória da Ditadura civil-militar no Brasil

Aprofundar a complexidade a respeito da Resistência francesa não é o objetivo desse texto, mas a parceria Memorial da Resistência de São Paulo e o Musée de La Résistance Nationale, por exemplo, pode ajudar a discutir como esse conceito se tornou importante para entender as propostas dessas instituições, deslocando-se dos particularismos para os chamados conceitos universais. Segundo Noberto Bobbio, inspirado na experiência histórica europeia de oposição ao nazi-fascismo, o termo tende mais a um sentido defensivo que ofensivo, diz mais respeito à reação que à ação. (BOBBIO, 1997, p.1114). Ora, a resistência europeia foi adotada como modelo explicativo das ações de combate à ditadura militar, em especial à luta armada, muitas vezes *ipsis litteris*. O primeiro problema foi o da construção da chamada *resistência democrática*.

A força da resistência depende da ideologia defendida. Não são poucas as vezes que se ouve repetir que devemos prestar homenagens aos que lutaram contra a Ditadura Militar porque devemos nosso regime democrático à ação destes. A causa da repetição é motivada, primeiramente, pelo dever de memória, aos que se posicionaram contra os autoritarismos. Depois, é interessante pensar que a constante evocação dessas memórias dos resistentes é frequentemente acompanhada por um discurso de risco e, talvez, de medo: medo da volta da ditadura, medo de esquecer, medo do fim das conquistas democráticas alcançadas. Sendo também um movimento mundial, em face das Grandes Guerras, dos regimes autoritários, das ameaças da Guerra Fria, esses 'medos' serão cada vez mais "tratados" com a ideia de fortalecimento da democracia.

Assim, na esteira das mobilizações pelos Direitos Humanos ao redor do mundo, a democracia, de regime de governo passa a ser entendida como direito inalienável dos homens. A democracia, embora tenha suas origens com os gregos antigos, em muitos momentos da história, porém, não foi considerada como um sistema incontestável, tendo sido muitas vezes, contestada, rejeitada e esquecida. No processo de abertura democrática

Humanos e da Resistência seja tão frequentemente acusado de estigmatizar seus imigrantes.

no Brasil, as memórias da esquerda também passaram por uma profunda metamorfose no processo de recuperação das lutas contra a ditadura civil-militar, uma vez que as aspirações contemporâneas pela afirmação da democracia englobavam também o modo de compreensão dessas memórias.

Tornou-se comum escritos como palco de homenagem das memórias dos resistentes, que falavam, por exemplo, que “o Memorial da Resistência se propõe, acima de tudo, a ser um tributo a todos o que, imbuídos do ideal de justiça e democracia, lutaram e lutam contra a opressão” (ARAÚJO et al., 2009, p. 75). Ainda em 2009, ano da inauguração do Memorial da Resistência de São Paulo, na temática da Ditadura Militar, foi exibida, de 7 de novembro a 25 de abril de 2010, a exposição Carlos Marighella, que utilizou cartas e materiais inéditos, textos do próprio Marighella, imagens de arquivo, iconografia variada e testemunhos de amigos e familiares editados em um curta metragem, sob a curadoria de Isa Grinspum Ferraz e Vladimir Sacchetta.

Se a força da resistência depende da força da ideologia defendida, de fato, os ideais de Marighella, a força política de suas ideias de liberdade e de resistência à ditadura, empolgaram muitos corações e mentes. No entanto, as ideias de liberdade e de resistência, não eram coincidentes com a abertura democrática reivindicada no fim do regime militar, mas tinha uma proposta de destruição da sociedade capitalista, do imperialismo, no qual “a obrigação de todo revolucionário é fazer a revolução” (MARIGHELLA, 2012, p.7).

Para Daniel Aarão Reis, do ponto de vista das relações entre história e memória, houve, durante o processo de abertura do país, que envolveu determinados setores da sociedade, uma espécie de universalização da resistência democrática, em detrimento aos ideais revolucionários dos grupos de enfrentamento armado ao regime. Segundo Aarão Reis,

As propostas revolucionárias não encontraram respaldo na sociedade. (...). De modo geral, a sociedade não se empolgaria pela luta armada. Os ecos das comemorações pelos gols marcados no México pela seleção tri campeã

Para além da repressão e da resistência: uma leitura dos lugares de memória da Ditadura civil-militar no Brasil

mundial ressoariam mais altos, e cobririam, os gritos dos que estavam nas câmaras de tortura da OBAN e dos DOI-CODIs (...). Enquanto se consumava a destruição das esquerdas revolucionárias, ganhando corpo com a sua completa aniquilação, já se elaboram análises críticas a autocríticas a respeito das propostas de luta armada. (...). Criaram-se assim as condições para que, no interior da luta pela anistia, se operasse uma notável reconstrução: a luta armada ofensiva contra a ditadura militar, com o objetivo de destruir o capitalismo e instaurar uma ditadura revolucionária, ou seja um projeto revolucionário transmudou-se em resistência democrática contra a ditadura. (REIS FILHO, 2004, p. 48)

No processo de recuperação das memórias, poderia se indagar se não seria mais favorável uma representação de Marighella como um democrático, em vez de um homem que se acredita que “ser ‘violento’ ou um ‘terrorista’ é uma qualidade que enobrece qualquer pessoa honrada, porque é um ato digno de um revolucionário engajado na luta armada contra a vergonhosa ditadura militar e suas atrocidades” (MARIGHELLA, 1999, p.2) gerando estranheza ao ouvinte contemporâneo.

Concordando com a denúncia do aspecto mistificador da chamada resistência democrática, Marcelo Ridenti aponta que mesmo assim, essas constatações seriam insuficientes para negar que a luta das esquerdas armadas tenha sido parte da resistência à ditadura militar, uma vez que “importa mais o significado de combate à ditadura do que o de ofensiva revolucionária” (RIDENTI, 2004, p.54). Embora a provocação do sociólogo Marcelo Ridenti seja muito pertinente, pode-se discutir alguns aspectos de sua argumentação. Igualmente entendendo resistência a partir dos referenciais europeus, há pelo menos três questões que podem ser problematizadas na argumentação do autor: primeiro, se importa mais o combate à ditadura que a ofensiva revolucionária, por que então não houve uma união entre as organizações de luta (MR8, ALN, COLINA, POC, POLOP, M3G etc.) mobilizando assim uma ampla frente política em combate à Ditadura?

Em seu livro *O Fantasma da Revolução Brasileira*, também sua tese de doutorado em Sociologia, Ridenti afirma, utilizando-se de entrevistas de militantes que atuaram na luta armada, que houve diversas tentativas de unificação das esquerdas, uma vez que apresentavam pontos em comum, fruto do mesmo processo histórico, mas que apesar dos pontos convergentes, as divergências indicadas tornavam inconcebível às esquerdas uma unificação a curto prazo. Ridenti acredita que a fragmentação dos movimentos de esquerdas advém da perda de suas bases sociais, fruto do “ aumento da repressão, com a recuperação do capitalismo brasileiro e com o refluxo dos movimentos de massa” (RIDENTI, 1993, p.56) e somente um amplo e contínuo movimento de ascensão das massas poderia, eventualmente, gerar uma expressão política unitária. No entanto, “não foi o que aconteceu; pelo contrário, a fragmentação da esquerda vinha na onda da derrota de 1964, não só das esquerdas, mas do próprio movimento popular” (Ibid., p.57).

A análise de Ridenti é interessante na medida em que põe às claras que aquilo que unificaria os grupos armados era a necessidade da revolução (e não a abertura democrática do país), com o apoio das massas, dos diferentes grupos sociais. No entanto, a argumentação de Ridenti parece ser muito mais conjuntural do que propriamente uma exploração daquilo que os diferentes grupos armados pensavam de como se alcançariam a revolução, haja vista a multiplicidade de propostas por parte desses grupos. Pode-se indagar, por exemplo, se a perda das bases sociais, por estes grupos, devia-se de fato ao aumento da repressão ou se as massas não conseguiam reconhecer qual era o projeto que estavam sendo-lhes oferecido.

Segundo, ao tomar o exemplo da *Resistenza* italiana, Ridenti sugeriu que, a exemplo do que ocorreu naquele país, onde os comunistas estabeleceram alianças com partidos burgueses, considerando os inúmeros movimentos de resistência em que havia a proposta de construção de uma sociedade socialista, e que, portanto, para chegar à Revolução era necessário passar pela libertação nacional. Para o autor, também no Brasil a esquerda armada, ao lutar contra a ditadura, colocava-se contra o autoritarismo e a favor da liberdade. No entanto, além de ser problemática a ideia de luta contra um “invasor”, que fosse

Para além da repressão e da resistência: uma leitura dos lugares de memória da Ditadura civil-militar no Brasil

caracterizado como “inimigo nacional”, o engajamento dos comunistas italianos na *Resistenza* foi determinado pelo comando do Partido Comunista Italiano (PCI), que passou a orientar suas seções nacionais a formar frentes únicas anti-nazifascista, diferente da experiência dos grupos armados no Brasil, onde a esquerda armada se opôs à proposta do PCB, entendida como reformista, ao invés de revolucionária²².

Terceiro, a comparação com o caso europeu, pressupõe que, à semelhança do que ocorreu na França, houve no Brasil, um movimento de libertação nacional contra um “inimigo externo”, contra o “invasor”. Será que essa ideia de “invasor” não ajudaria a corroborar a ideia que vários grupos defendem no país, que a ditadura militar nunca teria sido bem-vinda, e que pura e simplesmente, subjugado e reprimido por um regime ditatorial revogado agora como uma espécie de força estranha e externa? Esse discurso não serviria para isentar as relações de identidade, de apoio ou de omissão e de colaboração de parte expressiva da sociedade²³ com o regime militar? A transformação do ditador em tirano seria uma construção posterior? A sociedade entendia o governo Médici como uma tirania? Por que será que o Brasil do milagre econômico e da vibração com os grandes lances de Rivelino foi o mesmo Brasil dos Anos de Chumbo, de maior repressão? Havia uma manipulação completa por parte do regime ou podemos pensar que os regimes autoritários também “expressavam valores e interesses das sociedades que, em dado momento, eram outros que não os democráticos” (ROLLEMBERG; QUADRAT, 2010, p.17)?

Finalmente, a comparação com a experiência francesa não traria também os mesmos “problemas de memória”, no que diz respeito à “heroicização” dos resistentes? Se é certo que

22 Antes mesmo da tomada do poder pelos militares em 1964, o PCB já havia sofrido uma cisão interna, quando em 1962, muitos de seus membros decidem fundar um novo partido, o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), rompendo com a política “etapista” adotada pelo PCB, principalmente após a Declaração de 1958, na qual defendia uma revolução anti-imperialista e antifeudal através de um caminho pacífico e de uma frente ampla, democrática e nacional. A proposta “etapista” pressupunha o desenvolvimento prévio das relações burguesas, como forma de superar as “relações feudais” existentes no país, abrindo caminho para a revolução socialista. Em contrapartida, assim como o PCdoB, depois de 1964, vários grupos armados surgiram apoiados na “teoria do salto”, que vislumbrava uma tomada de poder armada, em uma aliança proletário-campesina, sem a necessidade de passar por etapas intermediárias.

23 Mesmo tendo consciência que esse conceito traga uma definição difícil, uma generalização forçada.

os heróis ou os “super-homens” pouco falam sobre esses homens e mulheres que lutaram contra a Ditadura militar, pouco explicam também porque, hoje heróis, foram no passado fracassados nas suas lutas, principalmente, na luta armada, por que foram delatados muitas vezes por cidadãos comuns e passaram às vezes anos no exílio, sem que houvesse, antes, uma elevada mobilização pela Anistia, pela liberdade.

Pensar a memória política no plural

Portanto, a equiparação (embora a comparação sim, possa ser válida) com o caso europeu deve ser rejeitada como base explicativa da luta contra a Ditadura Militar no Brasil. Descartada a ideia de resistência democrática, pode-se também descartada a ideia de resistência? Não. Se considerarmos que o conceito indica uma reação a um poder ilegítimo e opressor, ele continua sendo válido, não porque a luta contra a ditadura seja mais importante que a proposta revolucionária, mas porque a ditadura tomou formas diferentes da época do golpe, intensificando a repressão, e, portanto, tornou-se necessário uma resistência a esse regime, uma vez que disso dependia a própria sobrevivência desses grupos e dessas pessoas.

Seria essa metamorfose um processo de instrumentalização das memórias ou seria um artifício da memória para que ela própria seja legitimada, estratégia de defesa contra a aceleração da história, muitas vezes *irreverente e iconoclasta*, como afirma Pierre Nora?

Instrumentalizando-se as memórias, percebe-se que na “guerra de memória”, se os vencedores foram os militantes, eles só o foram em parte. Segundo Denise Rollemberg, em suas análises sobre as biografias de ex-militantes, “entre os vencidos que venceram a guerra das memórias, houve uma pluralidade de memórias esquecidas, publicadas sim, mas não conhecidas ou não incorporadas na memória coletiva ou incorporadas como esquecimento.”(ROLLEMBERG, 2006, p. 84) Instrumentalizando-se as memórias esquecemos os assuntos polêmicos, esquecemos *onde não houve tanta resistência*, que não se deve mexer. Se pensarmos, por outro lado, em artifícios da memória, o debate torna-se mais complexo e

Para além da repressão e da resistência: uma leitura dos lugares de memória da Ditadura civil-militar no Brasil

requer que se encaixe nos intensos debates a respeito das relações entre memória, história e esquecimento.

Uma possível estratégia para enfrentar essa questão pode se realizar, pois, em dois sentidos: primeiro, uma necessária historicização também das memórias (e das resistências). O trabalho de Maria Paula Araújo (2006, p. 93-104) e o projeto “Memórias de Esquerda” esclarece que há, pelo menos, duas gerações que participaram da luta contra o regime militar: a geração de 1968 e a geração dos anos 70. A geração de 1968 é extremamente marcada pela luta armada, a militância clandestina, enfrentar a morte, perder amigos, enfrentar a tortura, o exílio. A geração de 1970 é marcada pelo processo de redemocratização, pelas discussões em torno da democracia, pela aliança com setores liberais. A diferenciação dessas memórias pode ajudar a melhor compreender o período, a estimular uma cultura de tolerância com as correntes de pensamento do passado, e evitar a instrumentalização ideológica dessas memórias.

Segundo, a opção pelo palco de homenagens aos “heróis” da democracia pode ser problemática porque deixa de considerar outros aspectos (ou memórias): além do problema já posto da resistência democrática, não se deve considerar somente os sentimentos, mas também os ressentimentos, “é preciso considerar os rancores, as invejas, os desejos de vingança, os fantasmas de morte”(ANSART, 2001, p.15) os quais formariam as memórias “vergonhosas” de cumplicidade, de omissões, em um aprofundamento da *zona cinzenta*, em que o “sub-homem deve interessar-nos mais que o super-homem”²⁴ (AGAMBEN, 2008, p.31). É justamente na percepção dessa zona cinzenta que podemos estar mais próximos da “realidade” dos homens, não se limitando simplesmente à estigmatização ou demonização dos “milicos”, mas entendendo qual a ‘lógica’, as ideias, a concepção de mundo dessas pessoas que até hoje defendem (com convicção) a chamada Revolução de 1964 e, ao

24 O conceito de zona cinzenta é desenvolvido por Giorgio Agamben para indicar, no contexto da Shoá nazista, a supressão da ética e a criação de um lugar, não totalmente determinado, onde as vítimas se tornam carrascos, e os carrascos, vítimas. Um exemplo disso, são os *Sonderkommando*, organizações nazistas que recrutavam judeus para serem algozes de outros judeus. Tal situação de inversão de papéis é, na visão de Agamben, um dos maiores delitos nazistas, pois mostra a face sub-humana dos homens.

contrário do que se possa imaginar, não são “monstros”, psicopatas ou psicóticos, mas homens e mulheres totalmente comuns.

Acreditando na diferença entre historiadores e militantes partidários (embora esses aspectos apareçam muitas vezes perfeitamente juntos), entende-se aqui que a luta contra o autoritarismo e a ditadura não justificam a falsificação das análises e das fontes do período. Portanto, pode-se entender que:

Por muito tempo, a ênfase das abordagens das experiências esteve no poder das forças coercitivas; o ângulo de observação do historiador, o Estado; o objetivo a ser buscado e valorizado, a resistência. O principal problema que as interpretações colocam, provavelmente, é não compreender os regimes autoritários e as ditaduras como um produto social. As explicações que partem das oposições *vítima e algoz, opressor e oprimido*, buscando respostas na repressão, na *manipulação*, no desconhecimento (*nós não sabíamos*), embora sedutoras- explicam tudo sem muito esforço e sem colocar o dedo na ferida-, levam a distorções consideráveis. Apegadas às necessidades do presente, essas distorções acabam por encobrir o passado, o presente, os valores e as referências das sociedades que sobrevivem às rupturas, pontes de continuidade, a sinalizar possibilidades de futuro. (ROLEMBERG; QUADRAT, 2010, p. 11)

Considerações Finais

Frequentemente ligadas aos discursos memoriais e à retórica dos testemunhos, a memória também deve ser objeto de autocrítica, não nas suas funções sociais e judiciárias, mas nos seus usos historiográficos. Nas complexas construções da memória e, principalmente da memória política, Beatriz Sarlo afirma que o testemunho coloca à história um problema, uma vez que este constituiria “uma exceção sobre a qual é complicado (quase

Para além da repressão e da resistência: uma leitura dos lugares de memória da Ditadura civil-militar no Brasil

impróprio) exercer o método historiográfico, pois se trata de experiências extraordinárias, que não podem ser comparadas a outras” (SARLO, 2007, p. 36-37).

A autocrítica é essencial para neutralizar *os abusos de memórias*. Para Todorov (2008), no fim dos tempos de autoritarismo, houve um elogio incondicional da memória e uma condenação veemente do esquecimento, que teriam tomado proporções maiores que a pretensão original. Entre as causas desses excessivos elogios à memória, Todorov aponta certo saudosismo, uma fuga doentia ao passado como forma de exonerar os sofrimentos presentes, e, por fim, entre as suas constatações mais polêmicas, insere-se no âmbito das conquistas políticas, em que o culto à memória daria aos grupos e pessoas protagonistas nesses acontecimentos o estatuto de vítimas para assegurarem privilégios na sociedade. Nem a história deve aprisionar a memória, nem a memória pode “explicar” a história.

É nesse trabalho de questionamento que o historiador procura nas memórias rastros no qual se encontram uma pluralidade de respostas a uma mesma situação-limite, não para uma condenação ou idolatria estéril, talvez preconceituosa (como as teorias dos dois demônios, as “hipóteses revanchistas”, as covardes argumentações em defesa das “ditabrandas”), mas para extrair das experiências, o princípio de ação para novas possibilidades do presente e do futuro. Por outro lado, as memórias também indicam rastros para se pensar o desserviço das ditaduras e dos autoritarismos para uma sociedade e de como os seus “tentáculos” estão também fora das suas prisões, indicando que as discussões a respeito de uma ditadura não dizem respeito somente a vencedores e vencidos. Afinal, não são também vítimas da ditadura àqueles submetidos à “limpeza” nas universidades, com expulsão de professores e de alunos, a imposição de uma educação medíocre e mercadológica que tem consequências até hoje, a mentalidade autoritária nas escolas e nas universidades; o massacre nas comunidades indígenas; a censura aos jornalistas e à informação, oferecendo-nos uma herança do “monopólio” da imprensa; aos anos de atraso democrático, entre tantos outros exemplos?

Ora, em uma pluralidade de memórias, os lugares de memórias também se tornam mais democráticos, mais vivos, porque diz respeito a toda uma sociedade e não somente a determinados grupos. Quando pensamos em lugares de memória, como o Mausoléu Castelo Branco e o Memorial da Resistência de Fortaleza, excetuando as intervenções pontuais dos coletivos e dos estudantes, deparamo-nos com uma situação de abandono. Abandono dos órgãos públicos, mas abandono maior da sociedade que não se vê parte como parte dessa mesma história. Aliás, como aponta Elizabeth Jelin, ainda que se queira “cristalizar en la piedra o en la ruina preservada, aunque la materialidad de la marca se mantenga en el tiempo, no hay ninguna garantía de que el sentido del lugar se mantenga inalterado en el tiempo y para diferentes actores.” (JELIN; LANGLAND, 2003, p.15)

O fomento para a construção de lugares de memória torna-se hoje uma pauta imprescindível para a recuperação da memória política do país e forma visível de combate aos autoritarismos. O convite que se faz é que, nesses lugares, os conceitos (como de resistência) não sejam naturalizados (ou simplesmente importados); que deem lugar às memórias “vergonhosas” ou “subterrâneas”; que se faça uma leitura desse momento da história nacional, considerando o contexto externo, mas levando em consideração a cultura do país, suas conveniências, suas fraquezas, suas lutas. Desse modo, os lugares de memória são instrumentos poderosos de transformação do presente, tomando o passado como referência e aprendizado, não como forma de escravidão, de modo a possibilitar um futuro mais humano, mais democrático, mais plural.

Referências bibliográficas

- AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha (Homo Sacer III)*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- ANSART, Pierre. “História e Memória dos Ressentimentos”. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001.

Para além da repressão e da resistência: uma leitura dos lugares de memória da Ditadura civil-militar no Brasil

____. "Mal-estar ou fim dos amores políticos?". *Revista História e Perspectivas*. Uberlândia, n. 24 e 26-jul./dez. 2001/ jan./jun.2002.

ARAÚJO, Maria Paula. "Estratégias de Resistência e memória de luta contra o Regime Militar no Brasil (1964-1985)". In: João Roberto Martins Filho (org.). *O golpe de 1964 e o regime militar*. São Carlos: Ed.UFSCar, 2006.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; AIDAR, Gabriela. Projeto Museológico de Ocupação. In: ARAUJO, M.; BRUNO, Maria Cristina Oliveira (Orgs.). **Memorial da Resistência de São Paulo**. São Paulo: Pinacoteca do Estado/ Memorial da Resistência de São Paulo, 2009.

BOBBIO, Noberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília, DF : UnB, 1997.

JELIN, Elizabeth e LANGLAND, Victoria (orgs). Introducción. Las marcas territoriales como nexos entre pasado y presente. **Monumentos, memoriales y marcas territoriales**. Madrid :SigloVeintiuno, 2003.

MARIGHELLA, Carlos. Quem samba fica, quem não samba vai embora. Carta dirigida aos revolucionários de São Paulo, dezembro de 1968. In: NOVA, Cristiane; NÓVOA, Jorge (orgs.). **Carlos Marighella**. O homem por trás do mito. São Paulo, SP: Ed. UNESP, 1999.

____. **Manual do Guerrilheiro Urbano**. Joinville: Clube dos Autores, 2012.

MOURÃO et al. "Os Aparecidos políticos: arte ativista e Justiça de Transição". In: *Revista Anistia: política e justiça de transição*, Brasília, n.6, p. 148, jul./dez. 2011.

NORA, Pierre. "Entre memória e história: a problemática dos lugares". *Revista Projeto História*, São Paulo, n.10, dez.1993.

REIS FILHO, Daniel Aarão. "Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória". In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru, Sp: Edusc, 2004.

RIDENTI, Marcelo. "Resistência e Mistificação da Resistência armada contra a Ditadura: armadilha para pesquisadores". In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru, Sp: Edusc, 2004.

____. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: UNESP, 1993.

ROLLEMBERG; Denise; QUADRAT, Samantha Viz. "Brasil". In: ROLLEMBERG; Denise; QUADRAT, Samantha Viz. (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários*.

Legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

ROLLEMBERG, Denise. "Esquecimento das memórias". In: MARTINS, João Roberto Filho (org.). *O golpe de 1964 e o regime militar.* São Carlos: Ed. UFSCar, 2006.

SARLO, Beatriz. *Tempo Passado- cultura de memória e guinada subjetiva.* São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

TODOROV, Tzvetan. *Los abusos de la memoria.* Madrid: El arco de Ulises, 2008.

VAN ZYL, Paul. "Promovendo a justiça transicional em sociedades pós-conflito". *Revista Anistia: política e justiça de transição*, Brasília, v. 1, n. 1, p.32, jan. /jun. 2009.

Paraibaneidade: olhares sobre a escrita da história da Paraíba e a construção de uma identidade local

Thiago Acácio Raposo*
Rafael Nóbrega Araújo*

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo discutir as produções historiográficas sobre a Paraíba colonial e parte do período imperial, problematizando as posturas e proposituras do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP) e de outros grupos que se dedicaram a escrever a história deste Estado. Tomamos aqui por base as discussões suscitadas por Margarida Maria Santos Dias, nos quatro primeiros capítulos de seu livro *Intrepida Ab Origine*, de 1996. O Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba objetivou por construir a história deste estado atrelado a um projeto para a construção de uma identidade local distinta do restante do país, a assim chamada: *paraibaneidade*. Ao longo do trabalho analisamos algumas produções que tratam da história da Paraíba e que desconstróem algumas visões construídas pelo IHGP, no sentido de repensar e refletir acerca dos processos históricos formadores do Estado da Paraíba.

Palavras-chave: Paraibaneidade; IHGP; História local.

Apresentação

Durante muito tempo se acreditou na possibilidade da construção de uma História que trouxesse a verdade factual consigo. Essa verdade histórica seria possível a partir do contato que o intelectual teria com documentos oficiais. Hoje, sabe-se bem que é impossível a escritura da história essencialmente verdadeira e objetiva, pois, se a verdade histórica um dia existiu, essa morreu com o passado. Além disso, a subjetividade humana está presente em

* Thiago Acácio Raposo: Graduando em História pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Orientação de Patrícia Cristina de Aragão Araújo. E-mail: thiagoraposo20@gmail.com.

* Rafael Nóbrega Araújo: Graduando em História pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), pesquisador-bolsista do Projeto de Iniciação Científica "Saberes históricos, currículo e memória: ensino de história e identidade no contexto da diversidade religiosa".

todos os momentos. A narrativa histórica traz consigo, em um movimento presente/passado, uma das tantas versões sobre o fato histórico. É possível ao historiador contar apenas aquilo que os mortos o permitem dizer, pois, aquilo que alguns não querem que seja lembrado ou que não tem mais como ser, tende sempre a ser silenciado ou esquecido.

Tomando como base as discussões levantadas nos quatro primeiros capítulos do livro *Intrepida ab origine*, da historiadora Margarida Maria Santos Dias (1996), o presente texto tem como finalidade discutir algumas produções historiográficas sobre a Paraíba colonial e parte do período imperial, analisando as posturas do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP) e a de outros grupos de intelectuais que se propuseram a escrever a história desse Estado¹.

Para entendermos o processo de fundação e produção do IHGP é necessário recuarmos um pouco no tempo. No ano de 1838 é fundado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), tendo como principal objetivo a construção de uma história do Brasil. Nesse momento, o país se encontrava sob o governo de Dom Pedro II, que via na história um meio para a legitimação de seu governo. O IHGB pretendia evidenciar a continuidade da “civilização” portuguesa no Brasil, negando qualquer ruptura entre o Brasil e Portugal no processo de independência deste primeiro. Este Instituto propôs a elaboração de uma identidade nacional que se caracterizava pela homogeneidade. O maior representante da produção do IHGB foi Francisco Adolfo Varnhagen, como nos apresenta José Carlos Reis (2000).

Em 1889, com a Proclamação da República, surge um maior incentivo à fundação de Institutos locais que seriam responsáveis pela elaboração de suas histórias regionais e que, a partir das diferenças encontradas, legitimassem a unidade da Federação e o governo republicano. Dentro desse contexto de legitimação de uma nova forma de governo, em 1905 é fundado o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP).

1 Na Paraíba, o principal grupo de intelectuais, que vai propor uma escrita da história paraibana distanciada das produções do IHGP, é o Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR), órgão ligado à reitoria da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) a partir da década de 1970.

Paraibaneidade: olhares sobre a escrita da história da Paraíba e a construção de uma identidade local

A fundação desse Instituto representaria o marco do “nascimento” da história da Paraíba – escrita pelos próprios paraibanos –, em que se propunha a construção de uma história que engrandecesse esse estado e o seu povo. Recém-fundado, era composto pela elite paraibana que havia se formado no Liceu Paraibano e/ou na Faculdade de Direito de Recife.

Desde o primeiro dia, o IHGP esteve intimamente ligado ao Estado, tendo como tarefa a legitimação do regime vigente, através da elaboração de heróis e mártires paraibanos e assim construindo uma identidade local. Havia uma consciência das elites paraibanas sobre a importância de se elaborar e “contar” uma história da Paraíba e, para isso, era necessária a catalogação dos vestígios que servissem para glorificar o passado desta terra, movimento que propunha o mapeamento dos “fatos que mereciam ser lembrados”.

O principal objetivo do Instituto Paraibano, de acordo com Dias (1996), era a construção de uma “paraibaneidade”, ou seja, a construção de uma identidade local distinta do restante do país. Sob essa ótica, foram construídas algumas visões que transformavam o povo paraibano em único, pois estes eram: pacíficos, civilizados, patriotas, valentes, independentes de Pernambuco e republicanos (“modernos”).

Segundo o IHGP, a capitania nascera a partir de um acordo de paz firmado entre os portugueses e a parte “boa” dos indígenas². Esse acordo é considerado o marco fundador da capitania da Paraíba e é considerado desvinculado de qualquer participação das capitanias de Pernambuco e Itamaracá. A Capitania da Paraíba se destacaria de todas as outras porque surgira a partir de uma cidade³ e não de agrupamentos desorganizados e “incivilizados” como as outras. A Paraíba já nascera da civilização. É caracterizada pela bravura paraibana frente à dominação holandesa. Elenca-se uma série de heróis paraibanos “responsáveis” pela expulsão dos invasores, destacando-se a diferenciação entre as posturas da Paraíba e de

2 Referência ao acordo de paz firmado entre os portugueses e os índios Tabajaras em 1585.

3 Referência à cidade de Nossa Senhora das Neves (primeiro nome atribuído à atual capital paraibana).

Pernambuco, tendo esta última sido aliada aos “invasores” enquanto a primeira ficou à resistência.

Quando se refere a interiorização do território paraibano, o IHGP o aborda de forma bastante genérica, evidenciando uma clara preferência pelas regiões litorâneas, mais “modernas” e “civilizadas”, em contrapartida aos sertões que eram “rústicos” e “atrasados”.

Outro período bastante complicado para o Instituto é aquele que se refere ao período em que a Paraíba ficou subordinada à tutela pernambucana (1755-1799). Essa situação foi provocada pela crise econômica gerada após a expulsão dos holandeses das terras pernambucanas e paraibanas. Havendo sempre a preocupação de acusar a capitania pernambucana de ser a responsável pelo empobrecimento da Paraíba.

Outra condicionante da escrita do Instituto é o de colocar a Paraíba como uma província que estava fadada à república, lembrando constantemente o posicionamento desta na Revolução de 1817 e pela relativização da participação em movimentos separatistas. Dessa forma, “a proclamação da República é retratada como a consumação desse caminho traçado pela Paraíba” (DIAS, 1996, p. 60). A fundação do IHGP propõe a defesa da república e a exposição do papel desempenhado pela Paraíba no movimento republicano.

Tomando por base tudo o que já foi abordado até então, partamos para uma análise sobre algumas produções que tratam da história da Paraíba e que desconstróem algumas das proposituras elencadas pelo IHGP. O “republicanismo paraibano” será o único elemento que não será analisado aqui, devido ao nosso recorte temporal que se restringirá ao período Imperial. Entretanto, devemos estar sempre atentos para a influência política na construção do saber histórico e identitário produzido pelo Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, tendo em vista que este foi pensado como meio de legitimação para o regime vigente. Será desenvolvida uma análise a partir dos seguintes pontos: (1) *“Invenção” do poder, elite política local e a escrita oficial sobre os nativos*; (2) *A cidade como diferencial na construção da identidade*

Paraibaneidade: olhares sobre a escrita da história da Paraíba e a construção de uma identidade local

local; (3) *Defesa da terra, relações de alteridade e construção de heróis locais*; (4) *A interiorização: o sertão como exceção*; (5) *A desconstrução do discurso da pobreza e da dependência*.

1. “Invenção” do poder, elite política local e a escrita oficial sobre os nativos

As produções historiográficas do IHGP insistem, conforme apresentado anteriormente, em entender que a conquista da Paraíba se deu de forma pacífica, nascida de um acordo de paz entre os portugueses e os índios Tabajaras, e alheia a qualquer participação pernambucana. Entretanto, novos olhares são lançados por historiadores que não estão vinculados a esta Instituição, como é o caso da professora Regina Célia Gonçalves⁴ (2007) no capítulo *Guerra e açúcar: a formação da elite política na capitania da paraíba (séculos XVI e XVII)*, presente no livro *Novos Olhares Sobre as Capitânicas do Norte do Estado do Brasil*, publicado pela editora da UFPB. Gonçalves (2007) faz um movimento para entender como se deu o processo de formação da elite da Capitania da Paraíba e, para isso, precisa recuar para um período anterior à fundação desta.

A Capitania paraibana faz referência às terras brasileiras que mais resistiram à dominação lusa, entretanto, aos poucos, os colonos avançavam sobre seu território. A situação começa a se deteriorar a partir de 1574 com a destruição do Engenho Tracunhaém pelos índios Potiguaras. Essa movimentação indígena provocou uma onda de terror entre os colonos das capitanias vizinhas – Pernambuco e Itamaracá. Em resposta ao ataque indígena, o governo português iniciou uma série de tentativas de “reconquista” do território. O governo percebia a necessidade de conter o levante indígena, impedindo qualquer tentativa de

4 No momento da produção do texto, a historiadora estava alheia a esse grupo, entretanto, desde 2009, ela ocupa a cadeira n. 10 do IHGP, não deixando, todavia, de fazer críticas à posição historiográfica hegemônica no interior do Instituto.

dominação francesa⁵ de explorar o pau-brasil⁶ da região e de se introduzir o cultivo da cana-de-açúcar⁷.

Entre 1574 e 1579 foram enviadas três expedições para conquistar a Paraíba, entretanto todas fracassaram frente a força potiguar ou por falta de planejamento. O ano de 1580 é marcado por despesas elevadas e pela crise na sucessão real portuguesa. O rei estava morto e não havia um herdeiro direto para sucedê-lo, o parente mais próximo era o rei espanhol Filipe II. A coroa portuguesa fica sob o poder da dinastia de Habsburgo, cuja principal possessão era a Coroa de Espanha, iniciando-se o período conhecido por União Ibérica e que se estenderia até 1640.

Novas expedições só foram enviadas em 1582 e estas também fracassaram. Em 1584, a quinta (e última) expedição é enviada, chegando a fundar o Forte São Filipe no mesmo ano.

As ordens eram para que os lugares-tenentes dos donatários de Pernambuco e Itamaracá fornecessem os homens e as armas necessárias para formar uma força terrestre poderosa o suficiente para que os Potiguara e os franceses fossem derrotados no rio Paraíba e para que, ali, fosse erguido um forte que garantisse o início do povoamento branco (GONÇALVES, 2007, p. 33).

As presenças portuguesa e espanhola – vale ressaltar a presença deste último que é tantas vezes esquecida intencionalmente pela historiografia brasileira e, nesse caso, pela paraibana – no território paraibano, ainda sob a dominação indígena, são marcadas pela resistência do nativo e pelas disputas internas entre os dois grupos de colonos (lusos e hispânicos).

O ano de 1585 é marcado pelo acordo de paz acertado entre os portugueses e os índios Tabajaras⁸. Esse acordo significou uma mudança nos rumos da guerra de conquista. Segundo

5 Tendo em vista a aliança formada entre os índios potiguaras e os franceses.

6 Considerado como um dos de melhor qualidade.

7 A introdução dessa cultura tinha como finalidade o incentivo à colonização daquelas regiões, bastante férteis para esse produto, e ao fato da supervalorização do açúcar nos mercados europeus.

8 Índios rivais dos Potiguara.

Paraibaneidade: olhares sobre a escrita da história da Paraíba e a construção de uma identidade local

relata-se, o acordo de paz foi firmado no dia 5 de agosto, dia de Nossa Senhora das Neves, data que marcaria a fundação da Capitania Real⁹ da Paraíba. A paz firmada em 85 estava restrita ao papel, pois na prática, a resistência Potiguara continuaria até pelo menos 1599. Torna-se visível que a conquista desse território não se deu de forma pacífica. O sangue do índio e do colono manchou o solo paraibano.

A conquista do território foi importante para a colonização, porque acabou com, de acordo com o Sumário das Armadas¹⁰,

as guerras do Parahiba com o seu dono e praza a Deus daqui em diante suceda assim o mais assim ao conquistador como ao Parahiba que já hoje tem sincoenta moradores casados Potiguares e outros tantos solteiros postos todos lá a custa de Martim Leitão como também o forão os fortes que fez porque em tudo isto se não gastou hum rial da fazenda de sua Magestade como claramente se pode ver e consta dos livros d'Alfandega de Pernambuco segundo lhe ouvi muitas vezes dizer, e o sei, pelo que podemos sem falta afirmar que Martim Leitão deixou a Capitania do Parahiba conquistada com fortaleza e goarnição e acompanhada e povoada de tanto numero de gentio como para ella desceu que o Ouvidor Geral souve grangear e adquirir e conservar com o que fica com mais gentio, e assim mais segura que todas as Capitánias do Brasil [...] (SUMÁRIO DAS ARMADAS...).

Como já fora citado anteriormente, cabia a Pernambuco e a Itamaracá a concessão de homens e armamentos para a conquista da Paraíba e isso não era feito sem interesses. Os primeiros povoadores que vieram das capitanias vizinhas provinham de diversas camadas sociais. As novas terras se apresentavam como uma oportunidade de enriquecimento para aqueles que não o obtiveram em Itamaracá ou em Pernambuco. Após o estabelecimento desses homens na terra, percebe-se o surgimento de uma “Nobreza da Terra”, desvinculada de qualquer nobreza europeia.

Após a conquista, muitos dos que participaram dela se dirigiram à Coroa para pedir mercês ou outras formas de reconhecimento. Para receber mercês era necessário: “uma bem-

9 Já nascendo sob a tutela direta da coroa.

10 Chamado por muitos de “a certidão de nascimento” da Paraíba, este texto é o primeiro registro mais consistente de fatos ocorridos em terras paraibanas.

sucedida e extensa folha de serviços prestados ao rei e bons vínculos ou relações com as pessoas certas, no momento certo” (GONÇALVES, 2007, p. 47).

As elites pernambucanas estiveram, desde cedo, presentes dentro da capitania da Paraíba. Segundo Regina Gonçalves:

Pelo menos nos primeiros anos da ocupação da várzea do rio Paraíba, as mesmas famílias que detinham o poder político e econômico nas capitanias de Itamaracá e Pernambuco, passaram a detê-lo na nova capitania, a despeito de a mesma ter sido criada como capitania real. [...] no caso específico da Paraíba, governadores, senhores de engenho, proprietários dos principais ofícios, em sua grande maioria, estavam ligados, direta ou indiretamente, aos três principais troncos familiares de Pernambuco, notadamente os Albuquerque, mas também os Cavalcanti e os Hollanda (GONÇALVES, 2007, p. 52 e 53).

Nesse sentido, as teses levantadas pelo IHGP, nas quais a Paraíba nasce desvinculada da capitania pernambucana, tornam-se por demais infundadas. A “nobreza da terra” que se instala nas terras da capitania real está intimamente ligada às elites pernambucanas. Esse equilíbrio entre as elites locais só foi desmantelado durante o período de dominação holandesa, que será tratado mais à frente. Iniciemos, agora, uma análise sobre a fundação da cidade de Nossa Senhora das Neves.

2. A cidade como diferencial na construção da identidade local

O “acordo de paz” selado entre o português Martim Leitão e o índio Piragibe, em 1585, resultou em uma mudança nos rumos da guerra contra o povo Potiguara. Nesse mesmo ano é fundada a primeira cidade da capitania, trata-se de Nossa Senhora das Neves. Esse status de cidade foi utilizada pelo IHGP para diferenciar a Capitania Real da Parahyba das demais, pois já nascera sob esse pressuposto.

No decorrer de sua história, essa primeira cidade paraibana mudou de nome várias vezes: Nossa Senhora das Neves (1585), Filipéia¹¹ de Nossa Senhora das Neves (1589),

11 Nome dado em homenagem ao rei Filipe II, como era chamado na Espanha, ou Filipe I, como era chamado em Portugal.

Paraibaneidade: olhares sobre a escrita da história da Paraíba e a construção de uma identidade local

Parahyba (1599), Frederica (1634), Parahyba do Norte (1654) e João Pessoa (1930). A sua fundação com o status de “cidade” deu-se pelo fato de estar localizada em uma Capitania Real. Ao contrário do que muitos autores do IHGP elencam, a principal influência para a construção da cidade veio dos hispânicos e não dos lusitanos. É característico da colonização hispânica a preocupação com a instalação e construção das cidades. Verificava-se tudo, desde a salubridade do terreno, à segurança e defensibilidade. A preocupação de Martim Leitão com a escolha do local definitivo da sede da capitania não era, como pode parecer, um cuidado pessoal: havia toda uma estrutura burocrática-normativa por trás de seus atos (OLIVEIRA, 2003, p. 40).

Os recursos naturais contribuíram para o estabelecimento no local escolhido: havia disponibilidade de pedra e calcário na região. Após a construção das fortificações, iniciou-se o processo de construção de casas, prédios públicos e da igreja Matriz. Logo em seguida, iniciam as obras das igrejas e conventos beneditinos, jesuítas, franciscanos e carmelitas. Apesar de todo o avanço colonizador, a resistência indígena atormentou os colonos até, pelo menos, 1599 quando se estabelece um acordo de paz com os índios Potiguaras.

Pouco mais de 50 anos haviam se passado e a cidade de Parahyba já contava com seis templos, distribuídos em seis ruas. Ao olharmos para a planta da cidade desse período, constataremos que as localizações das igrejas formam o exato desenho de uma cruz. Pode-se construir o entendimento de que tal conformação “urbana” seria uma demonstração velada da importância dos serviços das ordens católicas para a ocupação das terras ao longo do Rio Paraíba (OLIVEIRA, 2003, p. 43). Parece-nos até que a cidade não poderia existir se não houvesse igrejas.

Com o passar dos anos a cidade inicia um processo de expansão, gerada pelo desenvolvimento da agromanufatura do açúcar no litoral, pelo estabelecimento da pecuária no interior, pela consolidação da ocupação e pela necessidade de expansão da fé católica. O modelo de família patriarcal regia a organização social, tendo na figura do Senhor de Engenho o seu representante central.

Entre os anos de 1634 e 1654, a sede da capitania fica sob o domínio holandês, quando passa a se chamar Frederica, posteriormente chamada de Paraíba do Norte, nomenclatura que perdura até 1930, quando passa a se chamar João Pessoa. As estratégias utilizadas para a expulsão desse “estrangeiro” geraram uma grave crise econômica, culminando com a subordinação da Paraíba a Pernambuco (1756-1799). No próximo tópico analisaremos o processo de dominação holandesa na Paraíba e a construção dos heróis locais.

3. Defesa da terra, relações de alteridade e construção de heróis locais

O IHGP teve como objetivo principal a construção de uma história que engrandecesse a Paraíba e o seu povo. Nesse sentido, era necessário a exposição de “heróis” que representassem a coragem e a bondade de sua população. Como nos apresenta José Murilo de Carvalho (2004), em seu livro *A Formação das Almas*, após a Proclamação da República, viu-se que era necessário a construção de uma história que legitimasse esse regime e para isso era imprescindível a invenção de heróis nacionais, com o intuito de forjar uma identidade nacional. Vale lembrar que o Instituto paraibano é fundado em meio a um período caracterizado pela consolidação da república e, nesse sentido, ele não ficará de fora desse processo de construção de heróis.

A construção da “identidade paraibana” pelo IHGP é caracterizada pelo caráter pacífico, bravo e republicano de seu povo. É no movimento contra a dominação holandesa (1634-1654) que surgem os primeiros heróis paraibanos. Nessa luta, destaca-se André Vidal de Negreiros, o “maior herói paraibano”. Segundo Luiz Pinto (SILVA, 2006, p. 160), Vidal de Negreiros possuía todas as características que um herói precisa ter: cristão, destemido e, acima de tudo, patriótico. Segundo o mesmo autor, o movimento contra a dominação holandesa se configura como uma guerra religiosa e patriótica, em que, para expulsar o povo invasor, foi necessária uma união entre as três raças – a branca, a negra e a indígena – que constituem o povo brasileiro (tese formulada pelo IHGB, especialmente por Varnhagen).

Paraibaneidade: olhares sobre a escrita da história da Paraíba e a construção de uma identidade local

Segundo as narrativas do IHGP, Vidal era um herói destemido e devotado à sua terra e religião e que se destacava nas batalhas contra o “invasor”. André Vidal, que logo se fez destro e valente soldado, não só lutou durante toda a fase da expulsão dos flamengos da Bahia como perseguiu a esquadra holandesa fugitiva até deixá-la fora do seu Estado Natal (PINTO, Luiz. **Vidal de Negreiros: afirmação e grandeza de uma raça**. Rio de Janeiro: Alba, 1960 *apud* SILVA, 2006, p. 162).

No momento em que se dão as primeiras derrotas brasileiras e portuguesas contra o invasor holandês, nosso “herói” – sempre ele – desenvolve táticas de guerrilha para combater e expulsar os inimigos. Graças às estratégias de Vidal, o movimento de restauração adquire a vitória no Maranhão e, como recompensa e reconhecimento, ele é nomeado governador dessa Capitania. Devido a todos os seus feitos, o “ilustre paraibano” se revelou como uma peça central na Guerra de Restauração, chegando a “enganar” o próprio Maurício de Nassau.

Nesse mesmo período, chegava ao fim a União Ibérica e um novo rei português subia ao trono. Entretanto, o país europeu estava mergulhado em graves crises econômicas e para isso era importante pôr fim aos conflitos em suas terras no outro lado do Atlântico. Graças a essa situação, foi proposto um acordo de paz entre as nações europeias envolvidas no conflito. Mas, isso não agradou ao “maior paraibano”, que chegou a mandar uma carta ao rei evidenciando sua insatisfação. André Vidal de Negreiros, homem “destemido” que chegara a participar das duas Batalhas dos Guararapes, não podia aceitar o “humilhante acordo”.

A resistência à dominação holandesa continuou, encabeçada por uma tetrarquia composta por: João Fernandes Vieira (português), André Vidal de Negreiros (mazongo), Henrique Dias (negro) e Diogo Camarão (índio). Ao dispor da tática de guerrilhas e da destruição dos engenhos, os “heróis” acabaram por conseguir a expulsão dos “invasores”. Entretanto, levaram Portugal a assinar um novo acordo em 1661, pagando uma indenização aos holandeses. Vidal não teria concordado, mas nada pode fazer quanto a isso.

André Vidal de Negreiros, natural na Capitania da Paraíba e filho de portugueses, foi, na visão do IHGP, o maior herói já nascido nessas terras. Ele seria o exemplo mais claro de um ideal de homem paraibano e, por isso, foi utilizado na construção de uma identidade que estava calcada no *pacifismo* (do acordo selado entre o português e o índio), na *bravura* (de Vidal) e no *Republicanismo* (pelas participações desse estado em movimentos de caráter republicano em meio ao Império).

4. A interiorização: o sertão como exceção

Devido às táticas utilizadas para a expulsão dos holandeses – destruição dos engenhos – e a concorrência estabelecida nas Antilhas por esses povos derrotados, a América portuguesa entra em um período de crise econômica. Esse momento difícil da colônia, sobretudo da Capitania da Paraíba, levou a sua população a iniciar um movimento de interiorização, buscando condições de vida melhores que as obtidas no litoral.

A interiorização dos sertões foi abordada de forma bastante genérica pelo Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba. Entretanto, trabalhos mais recentes, a exemplo da dissertação de Paulo Henrique Marques de Queiroz Guedes (2006), têm demonstrado a importância deste “adentramento” dos territórios para a expansão da colonização e para a dominação sobre a população indígena.

Oficialmente, data-se o ano de 1654 como o marco inicial da efetiva colonização do sertão. Entretanto, as primeiras Entradas¹² nessas regiões foram efetuadas pelos holandeses anos antes, ainda durante o período em que dominavam parte do território nordestino. Os holandeses estavam em busca de metais preciosos, mas não os encontraram.

Os homens que adentravam os sertões normalmente tinham três objetivos: a caça ao índio, a busca por metais preciosos e o sertanismo de contrato. A conquista do sertão foi

12 Existe certa confusão sobre esse termo, entretanto, sabe-se que as Entradas faziam referência às expedições oficiais a comando do governo e as Bandeiras às expedições particulares. Apesar dessa diferenciação, em muitos momentos as duas se confundiam e até conviviam de forma harmoniosa.

Paraibaneidade: olhares sobre a escrita da história da Paraíba e a construção de uma identidade local

motivada pelo desejo de expansão territorial e pela necessidade de “domesticar” e formar alianças com os indígenas, visando objetivos militares.

Por volta de 1664, chegavam às áreas “virgens” os sertanistas da Casa da Torre. Relata-se que eles foram os primeiros a desbravar tal território. A Família Oliveira Ledo, cujos membros eram prepostos da Casa da Torre, também estava presente na ocupação inicial dessas regiões.

Devido ao alto índice de pedidos de sesmarias e à necessidade de arrecadar fundos, o governo português cria, em 1695, o Foro Sesmerial, limitando a dimensão das sesmarias. Entretanto, essas leis eram por vezes burladas para beneficiar algumas pessoas, prestigiadas por laços de parentesco ou compadrio com homens influentes. Existem vários registros sobre a concessão de sesmarias. De modo geral eram utilizadas como forma de pagamentos aos militares, doadas a padres seculares ou a ordens religiosas, a mulheres e a tantos outros. Qualquer um poderia ser um sesmeiro desde que fosse livre e pudesse produzir na terra recebida. Muitos faziam pedidos de sesmarias, individual o coletivamente, visando pôr fim a sua condição de arrendatário. Outros ocupavam o território desejado para depois efetuar o pedido.

Em uma região onde a principal riqueza era a água, se deu um povoamento de ribeira. Os rios eram tão importantes que serviam como principal meio de orientação no espaço geográfico, utilizando-se dos topônimos indígenas.

A expansão da conquista colonial nos sertões foi marcada por muitas alianças e pela resistência indígena, sendo o auge desse conflito a “Guerra dos Bárbaros”, na qual diversos agrupamentos indígenas teriam se unido contra a dominação lusa. Não existem provas que comprovem alguma aliança entre grupos indígenas, o que existe de fato, são documentos que comprovam a aliança destes com os colonos. Segundo Guedes,

A conquista colonial do sertão colocou em situação de contato os colonizadores e os índios do sertão. Os primeiros tinham por objetivos principais: ocupar as terras indígenas para sua efetiva colonização, em alguns

casos proceder a preação e venda dos índios insurgentes como escravos ou ainda viabilizar o estabelecimento de aldeamentos missionários. Alguns grupos indígenas por sua vez reagiram a este avanço na forma de guerras ou mesmo fugas, fazendo da região a mais belicosa do Brasil colonial à época (GUEDES, 2006, p. 123).

Através das alianças promovidas com os indígenas, os colonizadores adquiriram conhecimentos sobre o clima, relevo, vegetação, rios e as rivalidades indígenas. O colono absorvia algumas das práticas indígenas, por exemplo do uso das trilhas nativas. Por outro lado, os indígenas também reelaboravam suas identidades, absorvendo valores e as formas de pensar do colono. Temos como exemplo mais claro os pedidos e as concessões de sesmarias indígenas.

O colono agia de duas formas no trato ao índio: elaboravam-se aldeamentos daqueles que cooperavam e o cativo dos “rebeldes”. A preação do índio revelou-se um negócio rentável, levando muitos a forjarem a situação de “Guerra Justa”. Já os aldeamentos funcionavam como uma via de inserção do índio no novo espaço permitindo a sua sobrevivência e, ao mesmo tempo, oferecendo um contingente militar ao “homem branco”.

Do ponto de vista dos colonizadores, ter aliados índios no sertão foi a um só tempo uma maneira de dispor de mão de obra e de também contar com um braço armado importante para a manutenção da ordem interna e para a proteção do Império português contra seus inimigos externos (SILVA, 2006, p. 138).

O sertão funcionou como uma saída para os homens pobres que penetravam as regiões desconhecidas para prear índios ou até mesmo para encontrar uma terra boa para iniciar uma criação. Possibilitou a inserção da população indígena na sociedade dominante e proporcionou uma ebulição cultural. Economicamente falando, foi responsável pela criação de animais cuja carne foi exportada para a Europa ou até mesmo para outras regiões da América portuguesa. O silêncio do IHGP sobre essas regiões tão importantes só revela, a nosso ver, uma preferência pelas regiões litorâneas mais “modernas e civilizadas”, que se aproximam de um ideal de mundo europeu.

Paraibaneidade: olhares sobre a escrita da história da Paraíba e a construção de uma identidade local

5. A desconstrução do discurso da pobreza e da dependência.

Por fim, analisemos um tema caro aos historiadores do IHGP: a subordinação da Paraíba a Pernambuco. Tema renegado da historiografia clássica paraibana, entendido como um período em que Pernambuco abusara de sua posição de “responsável” pela capitania vizinha e a empobrecera, absorvendo para si todas as riquezas por ela produzidas. A seguir, tentaremos pôr em evidência os elementos que descontroem os pontos de vista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e, ao mesmo tempo, desbarataremos as leituras efetuadas pelo Instituto *Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano* (IAHGP) que defendem a absorção e dominação da Paraíba por Pernambuco.

A historiografia brasileira baseada nas ideias de *ciclos econômicos* tratou de esconder ou esquecer as contribuições econômicas geradas pelos subprodutos ou produtos secundários. Para entendermos o período em questão é necessário utilizarmos o conceito de *polos econômicos*, que é capaz de captar os vários tipos de produtos de um determinado período e região. A partir disto, poderemos perceber que as atividades econômicas no Brasil não se restringiam a apenas um produto, como por muito tempo se insistiu.

Conforme citado anteriormente, a Paraíba, assim como todo o Nordeste, passou por uma grave crise econômica após a expulsão dos holandeses. Entretanto, em nenhum momento esse estado deixou de produzir. Entre o sertão e o litoral mediava o brejo, um oásis de fartura (ALMEIDA, 1997, p. 57). O Celeiro da Paraíba estava no brejo. Produzia e exportava farinha, melão, açúcar, algodão, couro, etc.

O Brejo funcionava com um celeiro para várias regiões. A farinha produzida nessa região salvou muitas pessoas da fome e da estiagem. Exportava-se tanto para outras regiões que, em muitos momentos, faltavam alimentos para seu povo. Nesses momentos de falta, não era Pernambuco que salvava a região, mas sim a Bahia.

Mesmo produzindo tantos produtos, a Paraíba entrou em um declínio econômico fortíssimo, chegando a ser necessária a sua subordinação a Pernambuco em 1755. O período,

que vai do início dessa tutela até o seu fim, em 1799, é caracterizado pela continuidade do empobrecimento da região. Entretanto é importante ressaltar que, mesmo subordinada, a Paraíba exportava diretamente parte de seus produtos para Portugal que os consumia ou reexportava. É bem verdade que essa exportação direta era bastante rara, mas ela não foi inexistente. Mais comum era o envio desses produtos para as praças pernambucanas para que de lá fossem enviadas para a Europa. Algumas famílias do Brejo paraibano possuíam relações de parentesco com famílias politicamente importantes de Pernambuco, isso incidia, de maneira significativa, sobre questões econômicas e sociais (FERNANDES, 2008, p. 33). Nesse sentido, podemos perceber que os interesses das elites pernambucanas estavam ao alcance de seu poder.

Ocione do Nascimento Fernandes (2008) nos apresenta outra perspectiva sobre as relações entre Pernambuco e Paraíba no período em questão. Segundo este autor, havia uma dependência mútua. Os produtores paraibanos preferiam enviar seus produtos à praça doutra capitania para conseguirem uma maior lucratividade. Deixou-se muitas vezes de pagar impostos ao estado subordinado e isso acarretava um esvaziamento dos cofres públicos, aumentando cada vez mais o problema econômico da capitania paraibana.

O que de fato ocorria é que se acreditava que Pernambuco era o ponto extremo das Américas e por isso havia uma preferência pelos seus portos. Devido ao estilo de navegação que optava por partir em comboios a fim de evitar o ataque de corsários e piratas, os navios se agrupavam nos portos pernambucanos para de lá partirem para a Europa. Tudo isso contribuía para o abandono dos portos paraibanos, o que de fato ocorreu.

Apesar de tudo o que foi dito é importante salientar, como bem observa Fernandes (2008), que Pernambuco dependeu das riquezas produzidas no estado subordinado para seu enriquecimento. É possível afirmar, por conseguinte, que economicamente, Pernambuco precisava do envio das mercadorias produzidas nas províncias vizinhas. Nesse sentido, há uma outra noção de dependência econômica (FERNANDES, 2008, p. 44).

Paraibaneidade: olhares sobre a escrita da história da Paraíba e a construção de uma identidade local

Se não fosse pelo envio dos produtos à província vizinha, a Paraíba teria um desenvolvimento econômico bastante considerável. As potencialidades do Brejo – produtor de farinha, couro, açúcar, algodão, entre outros – tornariam possível um enriquecimento do estado.

Considerações finais

As produções do IHGP tiveram como preocupação central a construção de uma “paraibaneidade”, calcada pelo heroísmo, pela bravura e pelo patriotismo de seu povo. Sem dúvida, para o início do século XX tais respostas poderiam ser suficientes para a sociedade. Entretanto, sabe-se que o conhecimento histórico precisa ser constantemente reinventado para não cair nas armadilhas do anacronismo nem nos pressupostos positivistas.

Não pretendemos, aqui, desconstruir a imagem do povo paraibano. Muito pelo contrário, por meio deste, como filhos da terra, procuramos evidenciar alguns dos equívocos sobre a história de nosso Estado a fim de promover uma maior reflexão sobre os processos históricos.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Horácio. *História da Paraíba (Cap. III do Tomo 2)*. João Pessoa: Universitária, 1978.

AQUINO, Aécio Villar de. *Filipéia, Frederica, Paraíba: os cem primeiros anos da vida social de uma cidade*. João Pessoa: Edições da UFPB, 1988, p. 9-36.

CARVALHO, José Murilo. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FERNANDES, Ocione do Nascimento. “Dependência mútua: Parahyba do Norte e Pernambuco, além dos “ciclos econômicos””. In: _____. *A Produção e a comercialização de mercadorias no Brejo da Parahybado Norte (1793 - 1883)*. 2008. 117 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008, p. 37-54.

FERNANDES, Ocione do Nascimento. "Historiografia e História do Celeiro da Parahyba Norte (1793 - 1883)". In: _____. *A Produção e a comercialização de mercadorias no Brejo da Parahybado Norte (1793 - 1883)*. 2008. 117 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008, p. 25-37.

GONÇALVES, R. C. "Guerra e açúcar: a formação da elite política na Capitania da Paraíba (séculos XVI e XVII)". In: OLIVEIRA, Carla Mary S.; MEDEIROS, Ricardo Pinto. *Novos olhares sobre as capitanias do Norte do Estado do Brasil*. João Pessoa: Editora Universitária – UFPB, 2007.

GUEDES, Paulo Henrique Marques de Queiroz. *A colonização do sertão da Paraíba: agentes produtores do espaço e contatos interétnicos (1650 – 1730)*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.

MELLO, José Otávio de Arruda. "Consolidação e defesa da terra: as invasões holandesas". In: *História da Paraíba*. João Pessoa: A União, 2007.

OLIVEIRA, Carla Mary S. "Imagens e traçados: a Parahyba dos primeiros séculos". In: _____. *O barroco na Paraíba: arte, religião e conquista*. João Pessoa: Editora Universitária - UFPB/ IESP - Instituto de Educação Superior da Paraíba, 2003.

OLIVEIRA, Elza Regis de. "A capitania da Paraíba antes da anexação". In: _____. *A Paraíba na crise do século XVIII: subordinação e autonomia*. João Pessoa: Universitária, 2007.

REIS, J. C. Anos 1850: "Varnhagem". In: _____. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000, p. 23-50.

SILVA, Ana Beatriz Ribeiro Barros. "André Vidal de Negreiros: a necessidade de construção de um herói legitimamente paraibano". *Saeculum: Revista de História*. João Pessoa, n. 14, jan./jun. 2006.

SUMARIO DAS ARMADAS que si fizerão e guerras que se derão na conquista do Rio Parahiba. Disponível em: http://paraibanos.com/joaopessoa/doc/sumario_das_armadas.pdf. Acesso em 15 de abril de 2017.

Anita Malfatti como retratista: Análise das relações entre a pintora e os retratados nos anos 1930-1940

Morgana Souza Viana*

Resumo: O artigo procura estabelecer a conexão entre os retratos que Anita Malfatti realizou nos anos de 1930/1940 e as relações pessoais e profissionais que levaram a produção desses quadros. Através da análise e catalogação de documentos no Fundo Marta Rossetti Batista, no Arquivo do IEB-USP, pretendeu-se encontrar dados das relações entre a pintora e os retratados, separando-os em categorias: amigos, familiares e encomendas. Através de catalogação, interpretação e transcrição de documentos, realizou-se análises dos dados e se construiu esquemas de relações pessoais e sociais. Os documentos encontrados trazem diversos dados biográficos sobre estes indivíduos e revelam um projeto de Anita Malfatti para se inserir no mercado de arte de forma mais lucrativa. A partir de influências, como Cândido Portinari, a quantidade de retratos feitos no período demonstram uma relação diferente entre a artista e o mercado de arte da época, um reflexo de sua situação financeira não favorável e uma nova visão sobre uma figura tão martirizada pelos teóricos do modernismo brasileiro.

Palavras-chave: Anita Malfatti, retratos, IEB.

Área de inserção do artigo: História Social da Arte; Sociologia da Arte.

Nesta época tão curiosa, quando já começamos a necessitar de retratos de pessoas, de suas mentes e sua indumentária, um contorno fiel, desenhado sem mestria, porém com honestidade, é bem capaz de ter algum valor. (Virgínia Woolf)¹

* Morgana Souza Viana: Estudante do curso de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP) e membro do grupo de pesquisa Arte e Poder no Brasil, sob coordenação da Profa. Dra. Ana Paula Cavalcanti Simioni. E-mail: morgana.viana@usp.br.

1 WOOLF, V. **V. Woolf – Contos Completos**. 1ª Edição, São Paulo, SP. Editora: Cosac Naify, 2005.

O retrato é um gênero artístico muito presente na produção de Anita Malfatti e começa a se destacar no período de 1914-1918, anos em que a artista realizou os famosos retratos expressionistas *O homem amarelo* (1915) e *A mulher de cabelos verdes* (1915). Também reaparece nos anos de 1930/40, momento em que o foco é retratar indivíduos próximos, como familiares e amigos; identificando-os e, ao contrário da primeira fase, focando na verossimilhança entre a obra e o sujeito².

Este segundo momento de sua produção retratística possui indicações da construção de uma rede de relacionamentos cuja finalidade seria a introdução dos serviços da artista com o retrato para o mercado de arte. Levando em consideração as pesquisas de Pierre Bourdieu no campo da sociologia da arte, em especial a obra “As Regras da Arte”, as relações da artista de convivência profissional e pessoal serão consideradas como essenciais para a construção de um campo em que atuou como artista e produziu sua obra. Como Roger Bastide também propõe³, a sociedade em que o artista está envolvido influencia a sua obra.

Em 1928, quando Malfatti retornou de seu estágio em Paris, financiado pelo Pensionato Artístico de São Paulo, ela buscou atuar em atividades artísticas que lhe trouxessem retorno financeiro, como o ensino da arte e, o mais óbvio para sua profissão, as encomendas de obras. Uma propaganda, encontrada no Fundo Marta Rossetti Batista, anuncia o trabalho da artista com o gênero do retrato e também fornece indícios iniciais de uma aproximação com o fugaz mercado de arte do momento:

“Exma. Senhora, Exmo Senhor,

Anita Malfatti

tem a honra de participar que está realizando uma série de retratos a óleo, próprios para residências de tratamento modernas. O preço é módico e

2 Segundo uma entrevista dada por Malfatti para o artigo *Alguns minutos com Anita Malfatti em seu atelier sobre o Pacaembu* publicado no Diário da Noite em 4 de novembro de 1935, “Retrato naturalístico é aquele no qual o artista teve em mira a fidelidade do desenho, do colorido, reproduzindo o modelo com exatidão. Não concebo a arte do retrato de outra maneira.”. Alguns retratos analisados na seção **Análises** datam deste período em que fez tal afirmação.

3 BASTIDE, R. (1945). *Arte e sociedade*. São Paulo: Martins.

Anita Malfatti como retratista: Análise das relações entre a pintora e os retratados nos anos
1930-1940

tabelado conforme o tamanho e portanto acessível aos interessados. Atendemos pelo telefone das 9 às 11 hs e das 14 às 16hs. Nos dias uteis excluindo o sábado.

Esperando ser atendida cumprimenta

A.M.”⁴

Sergio Miceli, inspirado pela metodologia de Pierre Bourdieu, estudou a produção de retratos de Cândido Portinari em *Imagens Negociadas: retratos da elite brasileira (1920-40)* (1996), analisando como este confeccionou uma rede de apoio financeiro e intelectual com os retratados de seus quadros e, ao mesmo tempo, criou alianças e parcerias com artistas e escritores. No caso de Anita Malfatti, estas relações ainda não se encontram estudadas por fazerem parte de um período não muito valorizado na trajetória da artista e que somente agora estão recebendo novas revisões – no que Renata Gomes Cardoso chama, em seu artigo *Anita Malfatti em Paris, 1923-1928* (2014) de *outras facetas da artista*.

Anita Malfatti e os retratos: formação de uma rede de relações.

Encontrar informações sobre os indivíduos retratados por Malfatti e estabelecer a relação destes com a artista é um processo semelhante à construção de uma colcha de retalhos, em que é necessário juntar pequenos pedaços para se obter um conjunto maior. Da mesma forma, questionar os estereótipos clássicos da historiografia modernista é um processo que reconstrói personagens a partir da fragmentação de imagens consolidadas.

Ao contrário da opinião comum que tende a posicionar Anita Malfatti como personagem frágil e sensível do Modernismo Brasileiro⁵, a sua produção de retratos demonstra a existência de plano para obtenção de renda e, porque não, uma ampliação do

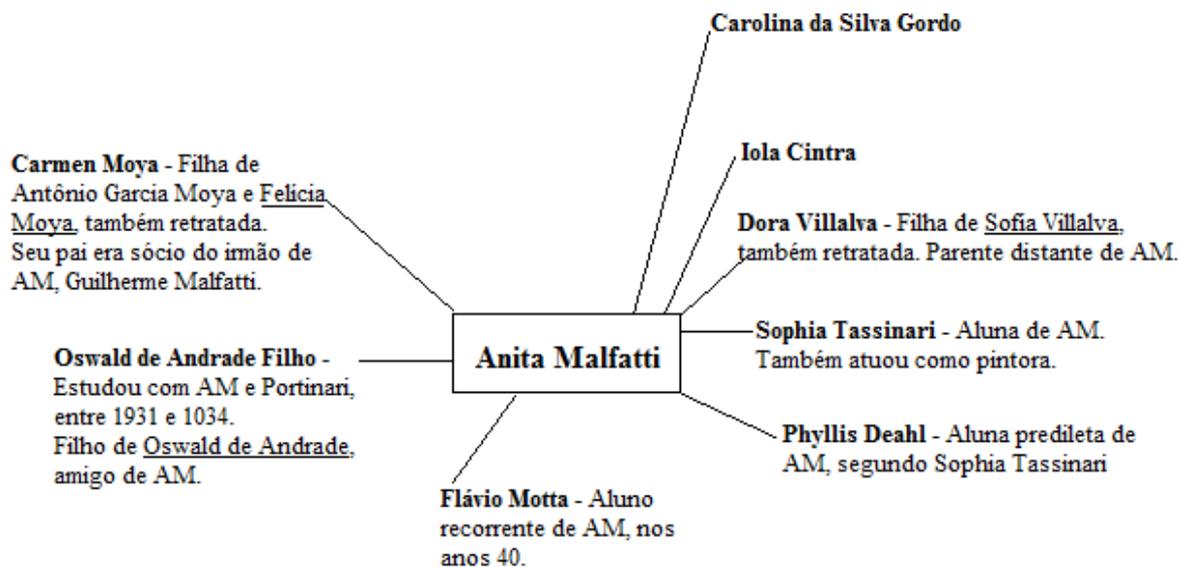
4 Transcrição de documento encontrado no Fundo Marta Rossetti Batista. Não possui data específica, entretanto foi encontrado em uma pasta com documentação sobre Anita Malfatti dos anos de 1930.

5 Descrição encabeçada por Mário de Andrade no artigo “Anita Malfatti” para o *Jornal de Debates*, em 1921. Posteriormente tais opiniões foram difundidas por Mário da Silva Brito em “História do Modernismo Brasileiro” (1958) e Paulo Mendes de Almeida em “De Anita ao Museu” (1961), livros que consolidaram o Modernismo Brasileiro.

mercado para suas obras. A Anita proposta aqui possui uma faceta em que se porta como uma profissional que resolve atuar ativamente para se colocar no mercado dos retratos e, conseqüentemente, sanar seus problemas financeiros.

Três categorias de relações foram determinadas a partir das análises dos dados biográficos dos indivíduos levantados: **Alunos**; **Familiares** e **Amizades**. Estas categorias foram determinadas após análise das biografias dos retratados, estabelecendo assim um campo de relações como Bourdieu propõe. Os três esquemas apresentados em seguida, possuem uma estrutura similar em que, no centro, Anita Malfatti é o foco de convergência das relações pessoais/profissionais/familiares. Ao redor, ligam-se a ela os nomes dos retratados e identifica-se, de acordo com as informações levantadas até o momento, as relações que foram estabelecidos entre ambos.

Figura 01 – Esquema I: Alunos.



Fonte: Autor.

Anita Mafalti como retratista: Análise das relações entre a pintora e os retratados nos anos
1930-1940

Segundo os depoimentos⁶ de Sophia Tassinari, de Flávio Motta e o de Paulo Bomfim, presentes nessa primeira rede de relações, há uma relação próxima de amizade entre a pintora e os seus alunos. Muitos destes retratos foram expostos em salões, provavelmente com a intenção de atrair encomendas, mas também creio que, além desse objetivo, eles também fossem prova de afeição pelos alunos.

Tassinari frequentou as aulas por oito anos e estabeleceu um laço maternal com a pintora, que a chamava de “filhinha”⁷. Em seu depoimento, ela descreve o ambiente e clima das aulas, mostrando um lugar de bastante liberdade e descontração. Ela aponta também a relação entre Phyllis Deahl e Anita, colocando-a no posto de “aluna predileta”⁸. Embora poucas informações tenham sido obtidas sobre Deahl, Marta Rossetti Batista informa⁹ que a mãe de Phyllis foi aluna de D. Betty, mãe de Anita. Assim, tem-se relações de amizade que se estendem por todo o campo de relações da família Malfatti e, conseqüentemente, também nas relações de Anita.

6 Os depoimentos de Flávio Motta e Sophia Tassinari foram encontrados no Suplemento literário d' O Estado de São Paulo, 13/12/1969, p. 54. E o livro *Insólita Metrópole: São Paulo nas crônicas de Paulo Bomfim* (2013) de Ana Luiza Martins traz o seguinte depoimento do escritor Paulo Bomfim, “Quem me apresentou a Anita Malfatti foi minha mãe, que era sua aluna. Lembro-me bem das aulas e dos colegas de mamãe. Carolina Silva Gordo e Sofia Tassinari, e da figura doce de D. Betty, progenitora de Anita, pertencente a uma família de educadores de Campinas. As festas juninas na casa da Rua Ceará eram alegradas pela presença de sobrinhas e amigas de Anita. Na véspera, todos nós principiávamos a preparar a decoração do ambiente. Anita e Evangelina Pereira de Souza, que fora casada com Rubens Borba de Moraes, iam pintando bandeirinhas com temas caboclos [...] É dessa época, 1945, meu retrato feito por essa pintora tão generosa com minha juventude.” (BOMFIM; MARTINS, 2013, p. 193)

7 Segundo o depoimento “Eu era a mais jovem e fiquei logo de casa. Chegava adiantada, tocava a campainha, Anita abria a janela, se arrumava e descia, tôda arranjada e já com suas jóias. E eu tomava café com as três. Às vezes também almoçava ou aparecia nas reuniões, onde D. Bety servia seus bolos americanos e os 'brioches' feitos por Georgina. E ajudava Anita a preparar suas taboinhas, passava o verniz. A casa estava sempre cheia, com o pessoal que vinha para o lanche, ou para o aperitivo: jantavam sempre aí, e as reuniões à noite eram frequentes. Conheci assim todos os pintores da época; via aí sempre o Volpi, o Zanini, o Rebolo e o Penacchi. Muitas vezes, estávamos reunidos pintando e Anita dizia: – Vou dar licença para minha filhinha pintar, pois ela já é artista.” (Suplemento literário d' O Estado de São Paulo, 13/12/1969, p. 54).

8 “Frequentei por uns 8 anos estas aulas (a casa de Anita frequentei sempre a partir daí). Lembro-me de outros alunos: Carolina da Silva Gordo, Dora Vilalva, Oswald de Andrade Filho e de Phillis, sua aluna predileta.” (Suplemento literário d' O Estado de São Paulo, 13/12/1969, p. 54).

9 Os fragmentos transcritos são anotações de uma entrevista com Georgina Malfatti – pelo uso do termo *Baby* para se referir a Anita Malfatti. “Phillis – aluna de Baby os pais mora [sic] aqui - (a mãe foi aluna de D.Betty).”

Dora Villalva e Oswald de Andrade Filho são exemplos disto. A primeira é parente distante da pintora e, além de ser retratada, como a mãe Sofia Villalva, também teve aulas com Malfatti. O segundo é filho de Oswald de Andrade, poeta modernista e amigo de Malfatti. O retratado “Nonê”, como era conhecido, também estudou com Portinari, que estava em ascensão nesse momento.

Este é um aspecto interessante, pois existem muitas semelhanças entre o seu retrato pintado por Anita Malfatti e o estilo presente nos retratos feitos por Portinari. Além de comprovar que a artista conheceu a obra deste artista – que também retratou Mário de Andrade – também indica que ela foi influenciada pelas características marcantes de sua pintura de retrato. Essa semelhança foi percebida por Marta Rossetti Batista, que chama essas influências *portinarescas* em Malfatti, na conferência de 1996 “Anita Malfatti e seu tempo”, publicada em *Escritos sobre Arte e Modernismo Brasileiro* (2012).

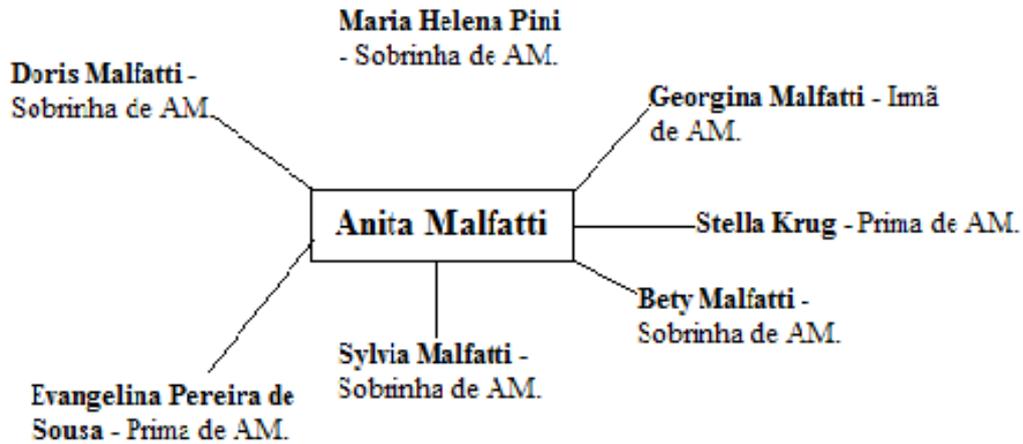
Essas relações de influências artísticas entram na questão de um campo das artes no eixo Rio-São Paulo em 1930 que, de maneira rudimentar, criou um mercado de artes. E, dessa forma, estabeleceu relações entre os artistas que influenciaram a produção do momento. Como Anita Malfatti está inserida neste contexto, nos termos de Bourdieu, o seu campo de relações influenciou essa parte de sua produção com retratos.

Novamente, no esquema abaixo e no seguinte, temos o nome de Anita Malfatti no centro das relações entre pintor e retratado; e, ao redor desta, os nomes dos sujeitos das obras, com informações sobre o grau de parentesco ou dados sobre a amizade. O primeiro apresenta as relações entre a pintora com os retratados de sua família e os amigos e o último apresenta, com uma quantidade maior de obras, indicam uma relação entre encomendas e amizades¹⁰.

10 Entretanto, mais informações sobre esta questão ainda precisam ser levantadas e analisadas.

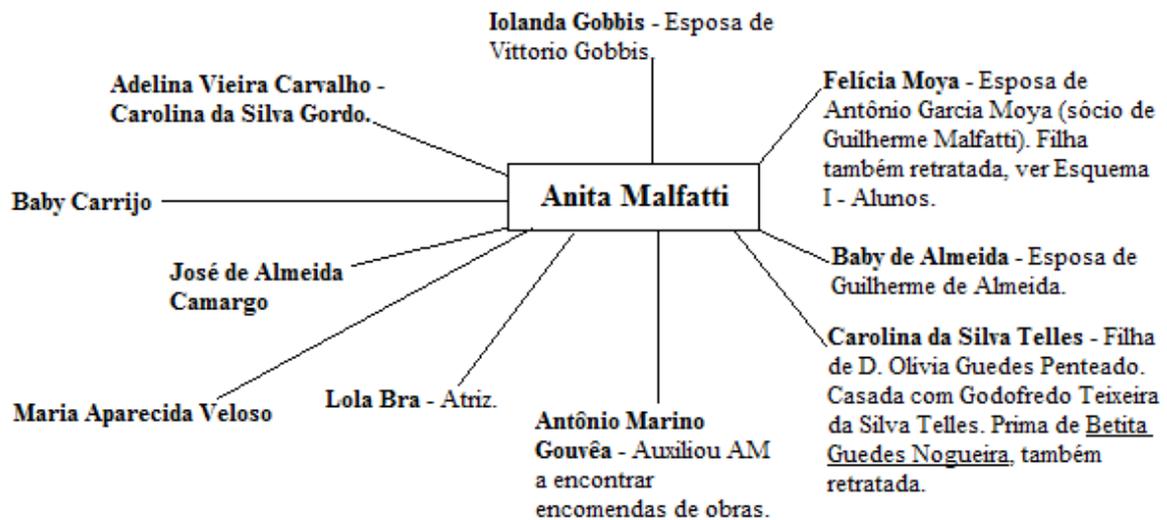
Anita Malfatti como retratista: Análise das relações entre a pintora e os retratados nos anos 1930-1940

Figura 2 – Esquema II: Família.



Fonte: Autor.

Figura 3 – Esquema III: Amizades e possíveis encomendas.



Fonte: Autor.

Os retratos dos membros da família Malfatti se concentram muito mais na figura das sobrinhas da pintora, embora ela também retrata a irmã e primas. Como Paulo Bomfim comenta, as sobrinhas da pintora eram presenças constantes na vida da pintora, participando

de festas e da vida diária na casa¹¹. Assim, da mesma forma que os retratos feitos de alunos são um símbolo de afeição, os retratos dos familiares também trazem essa característica. Ambos refletem partes da vida da pintora e suas relações com essas pessoas.

Entretanto, alguns retratos da categoria de amizades trazem uma certa ambiguidade neste quesito de afeição e apelam mais para um lado com características de encomendas. Como o depoimento de Carolina da Silva Telles demonstra, o seu retrato inicialmente era um presente da pintora e era, inicialmente, muito diferente da obra final. Por influência de D. Olívia Guedes Penteado, mãe da retratada e famosa mecena do Modernismo Brasileiro, ela alterou elementos que, segundo Carolina, mudaram a obra quase que completamente.

Annita fez o retrato de d Carolina por volta de 1928-29, AM tinha dito que queria presentear-la e por isso d Carolina passou a ir posar para o retrato no atelier de Am. D Carolina gosta muito do quadro, mas conta que o quadro era bem diferente, era bastante parecido com ela (como ela era na época), quando estava quase pronto, ela levou a mãe para ver como estava, mas ao chegar ao estúdio, encontrou um quadro totalmente mudado, e o retrato não mais se parecia com ela. Quando ela perguntou o que tinha acontecido, AM explicou que a mãe tinha dado uma orientação na obra. AM era muito meiga, muito tímida, se influenciava demais pelas pessoas, por isso sua obra é tão variada, ao passo que Tarsila, dona de uma personalidade forte, tem uma obra marcante¹².

Creio que neste momento dos anos 1930 – o retrato de Carolina da Silva Telles data de 1932 – Anita Malfatti buscava mais ativamente se inserir no mercado de retratos e isto se revela pela situação acima descrita. Embora Carolina da Silva Telles comente as mudanças como resultado da personalidade sensível e influenciável da artista; de um ponto de vista mais racional, uma negociação com as mudanças que Olívia Guedes Penteado pediu também se encaixa como leitura desse episódio.

11 "As festas juninas na casa da Rua Ceará eram alegradas pela presença de sobrinhas e amigas de Anita. Na véspera, todos nós principiávamos a preparar a decoração do ambiente. Anita e Evangelina Pereira de Souza, que fora casada com Rubens Borba de Moraes, iam pintando bandeirinhas com temas caboclos [...]. É dessa época, 1945, meu retrato feito por essa pintora tão generosa com minha juventude." (BOMFIM; MARTINS, 2013, p. 193)

12 Relato feito por Marta Rossetti de sua entrevista com Carolina da Silva Telles, data não identificada.

Anita Mafalti como retratista: Análise das relações entre a pintora e os retratados nos anos
1930-1940

Figura importante do modernismo brasileiro, D. Olívia era uma pessoa rica e influente da sociedade paulistana da época, adquirindo muitas obras dos artistas, especialmente daqueles tutelados por ela. Possuir o suporte de tal personagem seria importante para um artista que buscava se colocar no mercado de arte da época. Como Miceli mostra que Portinari realizava negociações com as figuras que retrata¹³, o conflito com D. Olívia parece ter colocado Anita Malfatti em uma posição semelhante.

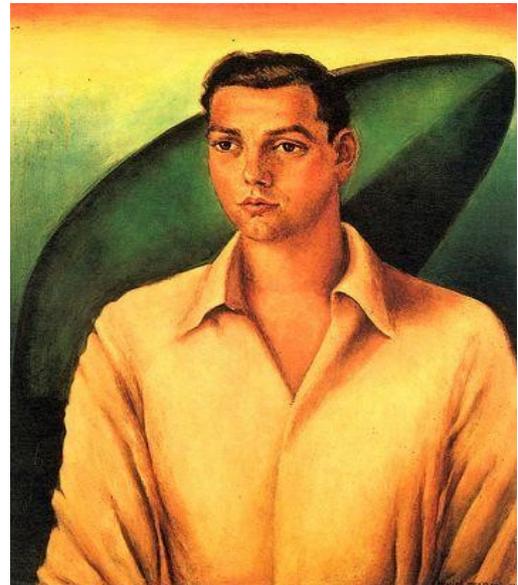
Anita rememorou esta amizade em um discurso no funeral de D. Olívia e o depoimento de Carolina também indica que a mãe possuía outras obras dela. Portanto, há uma relação aqui que se equilibra entre amizade e a relação artista/consumidor. Tais indícios fomentam a ideia de que os retratos ficaram pendendo entre essas duas instâncias da amizade e da comercialidade..

O *Retrato de A.M.G.*, de 1933, possui características visuais similares ao *Retrato de Nonê*. Tem-se uma figura central que cobre quase que o quadro inteiro, com uma cabeça pequena e traços mais delicados. Além disso, a característica mercadológica está presente no fato de que Antônio Marino Gouvêa auxiliou Anita Malfatti, nos anos 30, a encontrar encomendas de obras. O retrato, neste contexto, pode remeter a um gesto de agradecimento por parte dela. Somando-se a isto o fato de que a existência dessa figura do *marchand* também comprovar o desejo dela de se inserir em um mercado de retratos.

13 No livro *Imagens Negociadas* (1996) de Sergio Miceli, a figura de Olegário Mariano, importante político e poeta brasileiro atuante nos anos 1930, retratado por Portinari em diversas ocasiões, como o seu retrato oficial para a Academia Brasileira de Letras, é um exemplo dos benefícios de um "patrono" nas artes brasileira da época.



[imagem 0.1] Anita Malfatti. *Retrato de A.M.G.*, 1933 c. Óleo sobre tela, 95,5 x 90,3 cm. Col. Collection N.B.E., SP (2004).



[imagem 0.2] Anita Malfatti. *Retrato de Nonê*, 1935. Óleo s/tela, 82 x 65 cm. Col. Randolpho Rocha (2004).

Estilos e níveis nos retratos.

Um dos elementos que se destacaram nas análises estilísticas dos retratos foi uma certa influência de Cândido Portinari. Este, como já mencionado, também realizou um trabalho fascinante com o gênero que, por sua vez, atraiu-lhe fama e o fez ser reconhecido pelo estilo *portinaresco*. Anita Malfatti esteve em contato com o pintor no início dos anos 1930, época em que ambos foram parte da comissão organizadora do Salão Nacional de 1931 – com Lúcio Costa, Manuel Bandeira e Celso Antônio.

O *Retrato de Nonê* (1935) é a obra que mais oferece a possibilidade de se ver as influências de Portinari. Um tronco grande que ocupa toda a tela, tornando a cabeça um elemento desproporcional, é um estilo que muito se assemelha ao *Retrato de Mário de Andrade* (1935). A cabeça pequena de Nonê, os olhos grandes e a boca delicada parecem contradizer a monumentalidade que o seu corpo inspira, dando um ar infantil e até mesmo feminino - características talvez mais específicas do estilo de Malfatti.

Anita Mafalti como retratista: Análise das relações entre a pintora e os retratados nos anos 1930-1940



CANDIDO PORTINARI (1903-1962): *Retrato de Mário de Andrade*, 1935. Óleo sobre tela, 73,5 x 60cm. São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros da USP, Coleção Mário de Andrade.

[imagem 0.3] Cândido Portinari. *Retrato de Mário de Andrade*. 1935. Óleo s/ tela. 73,5 cm x 60 cm. São Paulo. Instituto de Estudos Brasileiros – USP.

Outros retratos deste período também parecem invocar este estilo portinaresco. *Retrato de A.M.G* (1933), *Retrato de Dora* (1934) e *Liliana Maria* (1935/37) são obras que também apresentam características semelhantes ao *Retrato de Nonê*. A grandeza do corpo em relação a cabeça, o uso de cenários em alguns, rosto delicado com olhos grandes e boca pequena são alguns dos traços que parecem colocar estes trabalhos em um conjunto estilístico específico do início dos anos 1930.

Figura IV – Seleção de Retratos Portinaresco.



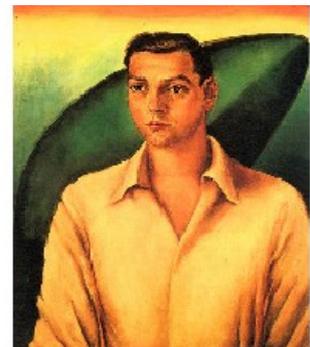
[imagem 0.4] Anita Malfatti. **Retrato de A.M.G.** Óleo s/tela, c. 1933. 95,5 x 90,3 cm. Col. Collection N.B.E., SP (2004).



[imagem 0.5] Anita Malfatti. **Retrato de Dora (Retrato da Senhorinha Dora Villalva)**. Óleo s/tela, 1934. 73 x 60,3 cm. Col. Dora Villalva Carter, RJ. (à venda em leilões, RJ e SP, 1995).



[imagem 0.6] Anita Malfatti. **Liliana Maria (Senhorinha Liliana Maria, Retrato de Lília)**. Óleo s/tela, 1935-1937. 65 x 54 cm. Col. Liliana Maria Assumpção, SP (2004).



[imagem 0.7] Anita Malfatti. **Retrato de Nonê**. Óleo s/tela, 1935. 82 x 65 cm. Col. Randolpho Rocha, SP (2004).

Além desta influência de Portinari, a análise das obras revelou um segundo conjunto de retratos interessantes. As sobrinhas da pintora foram retratadas em vários períodos de suas vidas por Anita Malfatti, entretanto os anos 1940 até 1950 possuem uma série que as retrata em sua juventude. *Retrato de Sylvia* (1944/45), *Retrato de Bety* (1944/45), *Retrato de Doris* (1945) e *Retrato de Helena* (1950) podem ser vistos como uma prova da afeição de sua tia e/ou um reconhecimento dos *anos de debutante* – marcando talvez a apresentação social das jovens e o começo de sua maturidade – esses retratos se destacam por semelhança temática e de estilo.

Figura V – Seleção de Retratos das Sobrinhas



[imagem 0.8] Anita Malfatti. **Retrato de Bety.** Óleo s/tela. 1944-1945. 49,7 x 40 cm. Col. Bety Malfatti, SP (2004).



[imagem 0.9] Anita Malfatti. **Retrato de Dóris.** Óleo s/tela. 1945. 54 x 44, 6 cm. Col. Dóris Malfatti, SP (2004).



[imagem 1.0] Anita Malfatti. **Retrato de Helena.** Óleo s/tela. Anos 50. 49 x 41, 2 cm. Col. Maria Helena Pini, SP (2004).



[imagem 1.1] Anita Malfatti. **Retrato de Sylvia.** Óleo s/tela. 1944/1945. 50, 2 x 42 cm. Col. Sylvia Malfatti e Geraldo Roberto de Sousa, SP (2004).

Os retratos das sobrinhas possuem uma técnica semelhante tanto na figura quanto no fundo da tela. Diferentemente dos retratos de estilo *portinaresco* que possuem mais definição entre o retratado e o cenário, com pinceladas mais incisivas. Os retratos deste segundo grupo possuem características mais específicas de trabalhos anteriores de Malfatti, perceptível pelo conjunto de traços delicados dos rostos – um traço que existe em suas obras desde a sua estadia em Paris, nos anos 1920¹⁴.

14 As obras *La Chambre Bleu* (1925) e *Chanson de Montmartre* (1926) trazem um pouco destas características faciais delicadas.

Anita Malfatti como retratista: Análise das relações entre a pintora e os retratados nos anos 1930-1940



[imagem 1.2] Anita Malfatti. **Chanson de Montmartre.** 1926. óleo s/ tela (73,3x60,2). Col. Roberto Pinto de Souza, SP.

Portanto, percebe-se que a produção de retratos de Anita Malfatti não pode ser vista como um bloco sólido e uniforme de um período em sua produção artística. As análises destes dois grupos demonstram que existem várias camadas de estilo, tema e objetivos por trás destas obras. Enquanto o primeiro grupo indica a influência de Portinari, o que parece indicar o desejo da artista em trilhar um caminho de sucesso então comprovado no gênero; o segundo grupo demonstra um objetivo diferente, a celebração da juventude e maturidade de suas sobrinhas. Ambos são resultados de suas relações pessoais e profissionais, portanto, do campo em que a artista está inserida.

Conclusão

A finalização desta pesquisa traz soluções para algumas das perguntas iniciais, ao mesmo tempo em que também coloca mais questões sobre a produção de retratos de Anita Malfatti. Com relação ao propósito inicial que era encontrar dados que esclarecessem os motivos e a estruturação da produção de retratos após o retorno da artista de Paris, em 1928.

Percebe-se que havia uma tentativa mercadológica por trás deste gênero pois, além de ser um período em que não possuía mais um suporte financeiro da família e do governo, a produção de retratos já havia sido lucrativa para outros artistas do período, sendo Cândido Portinari um exemplo.

Outros elementos que embasam essa teoria é a quantidade de retratos produzidos – trinta e dois no total, muito embora de apenas vinte e cinco retratados tenha sido possível encontrar informações biográficas – que indicam o seu desejo de estabelecer contatos e, ao mesmo tempo, retratar pessoas próximas e familiares. Se a obtenção de encomendas não foi um episódio bem-sucedido financeiramente, pelo menos criou um retrato geral das relações pessoais da artista, do seu campo de atuação na época.

O primeiro conjunto de quadros analisados demonstram que a artista estaria alerta para os trabalhos no gênero e estudou a trajetória de Portinari. Fichários com uma coleção de críticas e artigos de periódicos de toda a carreira artística de Malfatti – encontrados no Fundo Marta Rossetti Batista – também demonstram que os retratos foram as produções mais bem avaliadas pela crítica do momento, um fato que comprova a hipótese de que a artista buscou maiores lucros com o gênero.

Como Pierre Bourdieu propõe, o artista não é gênio individualizado em sua criatividade, ele é o resultado dos ambientes e das pessoas com as quais entra em contato, da sociedade em que vive. Portanto, os documentos recuperados sobre os retratos que Anita Malfatti realizou no período de 1930-1949 reconstruem a teia de relações dela, ao mesmo tempo que mostra como era o campo das artes de São Paulo na época. Assim, para se entender uma obra, os retratos, é necessário olhar para as relações que estão por detrás da sua criação.

Por fim, fecha-se este trabalho com questões que envolvem uma estratificação dentro desta produção de retratos, o que afasta da sensação que inicialmente se tem de que a produção é um bloco único e uniforme. Percebe-se que existem níveis estilísticos refletindo tanto o período em que foram produzidos quanto os objetivos da artista. E como qualquer

Anita Mafalti como retratista: Análise das relações entre a pintora e os retratados nos anos
1930-1940

tema artístico não pesquisado em profundidade, espera-se que esta pesquisa inicial abra maiores caminhos de questionamento sobre a sua produção menos valorizada.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Paulo Mendes de. *De Anita ao Museu*. 1ª Edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976.

ANDRADE, Mário de; (org.) BATISTA, Marta Rossetti. *Cartas a Anita Malfatti*. 1ª Edição. São Paulo: Editora Forense Universitária, 1989.

BASTIDE, R. (1945). *Arte e sociedade*. São Paulo: Martins, 1971.

BATISTA, Marta Rossetti. *Anita Malfatti no tempo e no espaço: Biografia e estudo da obra*. 1ª Edição. São Paulo, SP: Editora 43; Edusp, 2006.

BATISTA, Marta Rossetti. *Anita Malfatti no tempo e no espaço: Catálogo da obra e documentação*. 1ª Edição. São Paulo: Editora 43; Edusp, 2006.

BATISTA, Marta Rossetti. *Os Artistas Brasileiros na Escola de Paris*. 1ª Edição. São Paulo: Editora 43; 2012.

BATISTA, M. R. (Org.); LIMA, Y. S. (Org.). *Coleção Mário de Andrade. Artes Plásticas*. 2ª edição revista e ampliada.. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros / IMESP, 1998.

BATISTA, M. R. (Org.); LIMA, A. P. F. C. (Org.). *Escritos sobre Arte e Modernismo Brasileiro*. 1.ed. São Paulo: Editora 34, 2012.

BAXANDALL, M. Padrões de intenção. *A explicação histórica dos quadros*. 1ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

BRITO, Mário da Silva. *História do Modernismo Brasileiro: antecedentes da Semana de Arte Moderna*. 6ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. 1996. São Paulo: Companhia das Letras.

CASTELNUOVO, Enrico. *Retrato e Sociedade na Arte Italiana – Ensaios de História Social da Arte*. 1ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CHADWICK, Whitney. *Women, Art, and Society (World of Art)*. 2º Ed. Londres: Thames and Hudson; 1990.

CARDOSO, Renata Gomes. "Anita Malfatti em Paris, 1923-1928". 19&20, Rio de Janeiro, v. IX, n. 1, jan./jun. 2014. Disponível em:<http://www.dezenovevinte.net/artistas/artistas_amalfatti.htm>.

CARDOSO, Renata G. "A crítica de arte no entorno de Anita Malfatti e seu reflexo na história da arte brasileira". *Revista de História da Arte*, v. 9, p. 127-148, 2008.

CARDOSO, Renata G. "Algumas considerações sobre a pintura de Anita Malfatti do início do séc. XX". *XXIV Colóquio do Comitê Brasileiro de História da Arte*, 2005, Belo Horizonte. *XXIV Colóquio CBHA – Anais*. Belo Horizonte: C/ Arte Editora; CBHA, 2005. v. 1. p 1-7.

CHIARELLI, Domingos Tadeu. "Tropical, de Anita Malfatti". *Novos Estudos. CEBRAP*, v. 80, p. 163-172, 2008.

DURAND, José Carlos. *Arte, Privilégio e Distinção*. 1º Ed. São Paulo: Editora Perspectiva; 2009.

MANGUEL, Alberto. *Lendo Imagens – uma história de amor e ódio*. 1ºEd. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MICELI, Sergio. *Imagens Negociadas: retratos da elite brasileira (1920-40)*. 1º Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

NOCHLIN, Linda. *Why There Have Been no Gratests Women Artists? Art and Sexual Politics*. New York: Macmilan Publishing Co, 1973, 2ª ed.

SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti Simioni. *Profissão Artista: Pintoras e Escultoras Acadêmicas Brasileiras*. 1º Edição. São Paulo: Edusp; 2008.

TVARDOVSKAS, L. S.. "Teoria e crítica feminista nas artes visuais". *Anais do XXVI simpósio nacional da ANPUH – Associação Nacional de História*, São Paulo, 2011.

VIGUÉ, Jordi. *Great Women Masters of Art*. 1º Edição. New York: Watson-Guption Publications; 2002.

WEST, S.. *Portraiture. Coleção Oxford History of Art*. 1 ed. Oxford: Oxford University

Anita Malfatti como retratista: Análise das relações entre a pintora e os retratados nos anos
1930-1940

Press, 2004.

WOOLF, V. V. Woolf. *Contos Completos*. 1ª Ed. São Paulo, SP. Editora: Cosac Naify, 2005.

Lista de ilustrações (Figuras e Imagens):

Figura 01 – Esquema I: Alunos. Fonte: Autor.

Figura 02 – Esquema II: Família. Fonte: Autor.

Figura 03 – Esquema III: Amigos e possíveis encomendas. Fonte: Autor.

[imagem 0.1] Anita Malfatti. **Retrato de A.M.G.**, 1933 c. Óleo sobre tela, 95,5 x 90,3 cm. Col. Collection N.B.E., SP (2004). Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa8938/anita-malfatti>. Acesso em: 14 de Fevereiro de 2016.

[imagem 0.2] Anita Malfatti. **Retrato de Nonê**, 1935. Óleo s/tela, 82 x 65 cm. Col. Randolpho Rocha (2004). Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa8938/anita-malfatti>. Acesso em: 14 de Fevereiro de 2016.

[imagem 0.3] Cândido Portinari. **Retrato de Mário de Andrade**. 1935. Óleo s/ tela. 73,5 cm x 60 cm. São Paulo. Instituto de Estudos Brasileiros – USP. Disponível em: <http://www.portinari.org.br/#/acervo/obra/3207/detalhes>. Acesso em: 14 de Fevereiro de 2016.

[imagem 0.4] Anita Malfatti. **Retrato de A.M.G.** Óleo s/tela, c.1933. 95,5 x 90, 3 cm. Col. Collection NBE, SP (2004). Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa8938/anita-malfatti>. Acesso em: 14 de Fevereiro de 2016.

[imagem 0.5] Anita Malfatti. **Retrato de Dora (Retrato da Senhorinha Dora Villalva)**. Óleo s/tela, 1934. 73 x 60, 3 cm. Col. Dora Villalva Carte.r, RJ (à venda em Leilões, RJ e SP, 1995). Disponível em: <https://br.pinterest.com/pin/492159065499448603/>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2016.

[imagem 0.6] Anita Malfatti. **Liliana Maria (Senhorinha Liliana Maria, Retrato de Lília)**. Óleo s/tela, 1935-1937. 65 x 54 cm. Col. Liliana Maria Assumpção, SP, 2004. Disponível em: Catálogo Anita Malfatti do Instituto Anita Malfatti. <http://www.institutoanitamalfatti.com.br/>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2016.

[imagem 0.7] Anita Malfatti. **Retrato de Nonê**. Óleo s/tela, 1935. 82 x 65 cm. Col. Randolpho Rocha, SP (2004). Disponível em:

<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa8938/anita-malfatti>. Acesso em: 14 de Fevereiro de 2016.

[imagem 0.8] Anita Malfatti. **Retrato de Bety**. Óleo s/tela. 1944-1945. 49,7 x 40 cm. Col. Bety Malfatti, SP (2004). Disponível em: Catálogo Anita Malfatti do Instituto Anita Malfatti. <http://www.institutoanitamalfatti.com.br/>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2016.

[imagem 0.9] Anita Malfatti. **Retrato de Dóris**. Óleo s/tela. 1945. 54 x 44,6 cm. Col. Dóris Malfatti, SP (2004). Disponível em: Catálogo Anita Malfatti do Instituto Anita Malfatti. <http://www.institutoanitamalfatti.com.br/>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2016.

[imagem 1.0] Anita Malfatti. **Retrato de Helena**. Óleo s/tela. Anos 50. 49 x 41,2 cm. Col. Maria Helena Pini, SP (2004). Disponível em: Catálogo Anita Malfatti do Instituto Anita Malfatti. <http://www.institutoanitamalfatti.com.br/>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2016.

[imagem 1.1] Anita Malfatti. **Retrato de Sylvia**. Óleo s/tela. 1944/1945. 50,2 x 42 cm. Col. Sylvia Malfatti e Geraldo Roberto de Sousa, SP (2004). Disponível em: Catálogo Anita Malfatti do Instituto Anita Malfatti. <http://www.institutoanitamalfatti.com.br/>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2016.

Longevidade da vida: Entre a medicina e a alquimia

Mayara Aparecida de Moraes*

Resumo: o século xiii, entre outros eventos importantes, ficou conhecido como o tempo das instituições especializadas no ensino das artes liberais, das leis e também da medicina, ou seja, o tempo das universidades. Em Paris, por exemplo, criou-se um dos principais polos de ensino universitário que, por sua notoriedade, atraiu pensadores cristãos como o franciscano Roger Bacon, objeto de estudo do presente artigo. Bacon abriu espaço para estudos mais profundos e diversificados acerca da filosofia experimental de Aristóteles, da qual devido a sua amplitude selecionamos a questão da longevidade da vida, proposta pelo frade, em estudos voltados principalmente aos metais, dos quais pretendem retardar o envelhecimento humano. Para compreender melhor essa teoria, foram analisadas: *O Espelho da Alquimia* e *Opus Maius*, tratados escritos por ele próprio que discorrem sobre os diversos procedimentos físicos para conseguir o prolongamento da vida, nomeado por ele como Elixir.

Palavras-chave: Elixir, Roger Bacon, Universidades.

As universidades medievais tiveram seu florescimento entre os séculos XII e XIII – com a reurbanização das cidades e a expansão das catedrais – e abriram espaço para o protagonismo de um grupo que teve influência muito para além destas instituições: os letrados. Esses eram, em geral, mestres que lecionavam as diversas disciplinas, como o *trivium* (Gramática, Retórica e Lógica) ou o *quadrivium* (Aritmética, Geometria, Astronomia e Música). Estas, que descendiam diretamente da Filosofia grega (RUEGG, 1996, p. 337), foram retomadas por Plínio (23-79) e passaram a ser referência não apenas na Faculdade de Artes, mas também na de Medicina e Direito a partir do século XIII.

* Mayara Aparecida de Moraes: Graduada em História pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" Faculdade de Ciências Humanas e Sociais UNESP campus de Franca, e-mail: marryawn@yahoo.com.br

As obras gregas foram traduzidas pelos árabes e introduzidas pela Espanha e Sicília, ganhando rápida difusão pela Europa; obras, por exemplo, como as de Aristóteles, Platão e alguns sábios árabes, como Avicena (980-1037) e Averróis (1126-1198), que deixaram vários tratados sobre medicina, matemática, filosofia, entre outras ciências, e os tratados médicos de Galeno¹ e Hipócrates, que foram usados como currículo básico para o curso de Medicina;² curso esse que foi lecionado por meio de comentários desses textos (RUEGG, 1996, p. 367). Tanto os homens de saber quanto as universidades tiveram maior destaque no século XIII, século que será central nesse artigo.

No período inicial das universidades, as mais importantes foram Paris e Bolonha, ambas decisivas para a constituição das bases do ensino na Europa. Seu modelo foi seguido pelas demais universidades medievais, sendo Paris referência para o Norte, e Bolonha para o Sul. Tomamos como objeto as universidades do Norte, no caso Oxford e Paris, porque buscamos analisar como nelas se forjou um método que priorizava a racionalidade para examinar o mundo da natureza e seus fenômenos,³ ou seja, um método baseado na experiência. Em outras palavras, tratava-se de um método cujo fundamento de verdade era a experiência. Dada a sua complexidade e diversidade, procurou-se selecionar uma das ramificações desse método, a qual foi estudada pelo franciscano Roger Bacon (1214-1292), a saber, a teoria da longevidade da vida.

1 Médico e filósofo de origem grega. Realizou vários estudos na área da medicina que foram referência para o Ocidente por muitos anos. (GRMEK, M. D. *Histoire de la Pensée Médicale em Occident. Seuli*)

2 A coleção, tal como foi montada no século XII (posteriormente foram acrescentados outros textos), consistia em dois tratados de Hipócrates (os *Aforismos* e os *Prognósticos*), um breve tratado de Galeno conhecido por diversos títulos (*Ars medica*, *Ars parva*, *Tegni* ou *Microtechne*), uma introdução à Medicina de Galeno conhecida no Ocidente latino por *Isagoge*, da autoria de Joanício, e pequenos tratados sobre os principais meios de diagnóstico do *physician* medieval, nomeadamente a medição do pulso e a urina. (RUEGG, Walter. *Uma História das Universidades Medievais*. p.367). Desse modo, para o período Medieval é necessário lembrar que há diferença entre o termo *physician* e *physicus*, pois o primeiro remete àquele que possui estudos médicos e da natureza, e o segundo indica sua relação com o estudo apenas da natureza.

3 Trata-se de entender o mundo natural, ou seja, dos homens, e os seus fenômenos naturais como a formação do arco-íris, através do método experimental que agregaria o conhecimento de ótica, matemática e moral.

Para além de examinar a trajetória do letrado, seu gosto pelo saber e seu vínculo com as crenças cristãs, importa esmiuçar as características desse método e em que medida a medicina contribuiu para a construção de sua teoria, na qual poderia contrariar princípios que foram correntes entre os letrados nesse período de florescimento universitário. Em outras palavras, numa época em que o poder eclesiástico se debatia com as práticas heréticas, cabe interrogar como a teoria proposta por Roger Bacon, que propunha pesquisar sobre a pureza dos metais, juntamente com a teoria dos humores presente na medicina, em prol da melhoria da vida humana, foi recebida por seus contemporâneos.

Dado que Bacon atuou tanto em Oxford quanto em Paris, para uma melhor compreensão da formação do pensamento do personagem em questão, cabe uma breve explanação sobre ambas as universidades. A Universidade de Paris, nascida aproximadamente entre 1200 e 1215, teve um histórico de proibição de obras sobre a filosofia clássica desde 1210, quando foi banido o *libri naturales* de Aristóteles nos estudos da faculdade de Artes (KOBUSCH, 2005, p.152). A partir daquela data, devido à participação direta do clero em sua fundação, o que lhe permitiu exercer certa autoridade sobre a instituição, o bispo de Notre-Dame passou a ser mais rígido em vedar a filosofia natural e a Metafísica de Aristóteles; motivo pelo qual, em 1229, os mestres de Paris fizeram greve, retirando-se da cidade, pois muitos já haviam lido esse filósofo e discordavam das medidas tomadas pela Igreja. esse modo, eles foram convidados pelo rei Henrique III da Inglaterra para ensinarem naquele país, onde não havia restrições quanto ao *libri naturales* de Aristóteles. Mesmo quando alguns voltaram da greve, o Papa Gregório IX manteve a autonomia dos mestres, dada em 1215. Não obstante a manutenção da autonomia, o Papa continuou com as proibições ao *libri naturales*, de uma maneira mais atenuada: estas obras seriam toleradas desde que fossem examinadas e expurgadas de qualquer suspeita de erros considerados ameaçadores para o conhecimento humano. Até aproximadamente 1279, Paris assistiu a censuras a certas obras e doutrinas, assemelhando-se, em todo o século XIII, a uma espécie de “prisão dourada” (VERGER, 2001, p. 294) para os mestres, em razão dessa censura

prévia dos livros. A faculdade de Artes era a mais afetada, pois, na tentativa de introduzir a filosofia aristotélica nos materiais a serem estudados, foi logo obrigada a excluir algumas obras de metafísica e da filosofia natural de Aristóteles e também de outros filósofos. No entanto, os mestres persistiam em lê-las e debatê-las, como afirma a historiadora Dulce O. Amarante dos Santos:

[...] autores da Antiguidade, tais como Aristóteles, Hipócrates, Galeno e Dioscórides, e de médicos e filósofos naturais árabes, como Avicena, Averróis, Haly Abbas, entre outros, esses textos compunham os chamados libri naturales, ensinados no curso da Faculdade de Artes (*trivium e quadrivium*), pré-requisito para quem quisesse estudar medicina nas universidades medievais de Paris, Montpellier e Siena. Algumas vezes essas obras foram proibidas pela Igreja católica, em especial na Universidade de Paris, embora continuassem a ser lidas e comentadas por mestres e seus alunos. (SANTOS; FUGUNDES, 2010, p. 334)

Desse modo, essa filosofia natural, trazida pelas traduções do árabe e grego para o latim, ofereciam instrumentos para que os estudiosos pudessem construir o seu entendimento da natureza e do homem, pautando-se no racional. Graças a isso, houve um incentivo para que esse conteúdo fosse inserido no currículo universitário, bem como a astronomia, a medicina e a ética, vindos do mundo islâmico (SANTOS; FUGUNDES, 2010, p.335).

Já Oxford, cujo ensino era inspirado em Paris, pois havia surgido um pouco depois – aproximadamente em meados de 1200-1215 –, tornou-se original por algumas características específicas, como por exemplo: em Paris deu-se prioridade à Lógica, acompanhada da Metafísica; já em Oxford valorizava-se a Filosofia Natural, inspirada nas fontes aristotélicas. Essa Filosofia se baseava no estudo da natureza de forma empírica, ou seja, ela se interessava pelas mudanças do meio e se utilizava da matemática como principal ferramenta para o entendimento dessa filosofia natural que era formada pelas ciências da física, astronomia, medicina e geometria (REEGEN, 2006, p.31). Assim como Paris, Oxford também tinha a faculdade de Artes e mantinha nela o ensino aristotélico, mas sem todas aquelas restrições

impostas pelo clero francês, de modo que, a filosofia natural, vítima de suspeição na França, escapava às condenações em Oxford.

Exemplificando como ocorriam essas trocas de conhecimento, que possibilitavam a heterogeneidade das universidades, podemos citar outras que também adotavam a filosofia natural. É o caso de Salerno, que a usava no curso de Medicina, em que recebia diversos estudantes (inclusive os parisienses) que, quando regressavam ao país de origem, repassavam essa formação “salerniana”, como escreve Walter Ruegg:

A associação da Medicina à Filosofia natural também foi salientada em Salerno: os seus mestres contavam-se entre os primeiros escritores latinos a refletirem a influência de Aristóteles, e as bem conhecidas «questões salernitanas» combinavam temas médicos e de carácter científico geral. (RUEGG, 1996, p. 367.)

Assim, surgiram letrados e mestres, que destoavam daqueles de Paris por terem maior acesso às obras que eram barradas pelo clero parisiense. Desse modo, pensadores como Robert Grossenteste⁴ e Roger Bacon são representativos dessa diferença entre Paris e Oxford, em especial pela influência aristotélica. Ambos dedicaram-se ao estudo desses clássicos, desenvolvendo um pensamento que unia cristianismo e filosofia clássica de forma menos traumática que em Paris.

Roger Bacon, foi escolhido, como foco deste artigo, por ter sido um pensador do século XIII que influenciou de forma marcante os séculos que se seguiram. Franciscano, formado em Oxford, ele viveu parte de sua vida lecionando na universidade de Paris, mas opôs-se à metodologia de vários mestres importantes dali, como Alberto Magno (1193- 1280). Chegou a voltar para Oxford mais duas vezes, a primeira para se tornar franciscano, e a segunda, após seu período de prisão de dez anos em Paris. Bacon teve seus maiores desentendimentos em

4 Intelectual inglês que viveu entre 1175 a 1253. Pressupõe que este personagem foi mestre de Roger Bacon, mas não há documentações suficientes que provam de fato isso. O que pode ser afirmado é que Roger Bacon estudou muito suas obras de características aristotélicas que mostravam o seu interesse no mundo natural. Escreveu livros sobre a astronomia, geometria e ótica. (REEGEN, J. G. *Pensamento Franciscano: Roger Bacon.*)

Paris devido à sua formação oxfordiana, cujas ideias pareciam ameaçadoras para as autoridades parisienses, como explica Jan. G. ter Reegen:

Suspeita aos olhos de muitos é também a sua dedicação ao estudo dos astros, a sua astrologia, que o coloca em oposição direta ao Ministro-Geral, Boaventura. Para este, a afirmação de que a prática é possível e possa até ser útil para a Igreja soa no mínimo ousada e estranha. (REEGEN, 2006, p.21)

Boa parte de seu pensamento partilhava das ideias aristotélicas, tanto que ele tinha uma relação estreita com a obra *Secretum Secretorum* (Segredo dos Segredos), que se acreditava ter sido escrita por Aristóteles ao imperador Alexandre, O Grande; obra que teve uma grande propagação pelo Ocidente entre os séculos XII e XIII. Nesse período, muitas obras que circularam pela Europa Ocidental foram atribuídas a Aristóteles, e esta se apresenta como uma das mais conhecidas (REEGEN, 2007, p. 153). Desse modo, ela foi considerada de origem suspeita, já que vinha do Oriente, passando por Toledo, sendo escrita em língua grega e depois trasladada no árabe, e só mais tarde para outras línguas, como o latim. Porém, mesmo ela tendo essa grande difusão, seu conteúdo causava incômodo e não foi muito bem recebida pelos grandes nomes da escolástica (REEGEN, 2007, p.154), como S. Boaventura (1221- 1274) e Guilherme de Auvergne. Bacon, porém, mostrou grande simpatia por ela, tanto que podemos verificar nas suas *Opus Maius* e no *Espelho da Alquimia* citações diretas ou indiretas ao *Secretum Secretorum*. Não que outros autores não tenham se utilizado dela, como S. Tomás de Aquino (1225- 1274) no seu capítulo VIII do *Sobre o Reino* – para o Rei do Chipre, quando critica a procura da honra e a recompensa por parte do Príncipe como o fim supremo do governo, tese defendida pelo *Secretum Secretorum* (REEGEN, 2007, p.155). Entretanto, tanto Aquino quanto outros autores fazem citações sutis dessa obra, o que nos leva a acreditar em um possível sentimento de temor quanto a uma condenação, dado que o conteúdo da obra, além de conselhos políticos dados ao rei, para que ele se torne um bom governante, trazem em meio a isso cuidados para a salvação da alma, como os conselhos de higiene no capítulo “Regime de Saúde”, abordagens da fisiologia e a utilidade de pedras preciosas, bem como a alquimia.

Tendo por base isso, Bacon, com a gama de conhecimento que tinha – era matemático, astrônomo e teólogo –, realizou constantes estudos, dentre eles sobre a longevidade da vida, conseqüentemente sobre o corpo humano, absorvendo das fontes de Aristóteles e Galeno. Com isso, ele acreditou que havia formado a “boa mistura” da medicina medieval. “Boa mistura” no sentido de continuar com os quatro humores do galenismo – sangue, fleuma, bile amarela e bile escura – juntamente com as quatro causas aristotélicas indicadas por Le Goff: “[...] a causa eficiente é o ato médico ou o próprio médico; a causa material é o corpo humano; a causa instrumental, a lanceta, o escapelo ou qualquer outro meio terapêutico; e a causa final é o estabelecimento da saúde” (GOFF, 2006, p.111).

O franciscano trouxe certo desconforto no meio universitário, dentre vários motivos, por essa “boa mistura” na qual se associavam algumas metodologias alquímicas, que serão exploradas mais adiante. Ele mesmo criticava os debates médicos, como se refere Le Goff e Nicolas Toung:

[...] livresca mais que experimental, e cujos remédios eram sistematicamente os mesmo de Galeno. Essa visão – popularizada pelo filósofo inglês Roger Bacon, que, em *De erroribus medicorum* (1260-1270), fustiga a “multidão de médicos” que se dedicava a “brigar por questões sem fim e com argumentos inúteis”. (GOFF, 2006, p. 114)

Portanto, as questões colocadas na faculdade de Artes, como a modificação do *quadrivium* e do *trivium*, o conhecimento das línguas hebraica e grega, e também o uso do método experimental e o que foi citado acima, propostas por Bacon, foram alvos de intensas críticas que não tardariam a cessar, até sua prisão. Mesmo com a proteção do papa Clemente IV, os bispos de Paris permaneciam inflexíveis quanto às ideias do franciscano, e ele tentou lidar com isso a seu modo, não abdicando do seu conhecimento, escrevendo seu tratado *Opus Maius*, que defendeu o seu método experimental e o *Espelho da Alquimia*, no qual trata do uso dos minerais em benefício do progresso da vida do homem. Exploramos com mais afinco a última obra em seu todo, pois nela se verificaram os processos necessários para a melhoria da Medicina realizada ao se forjar o Elixir que levaria ao prolongamento da vida. Antes, devemos lembrar que, para a medicina universitária, a relação do corpo com alma era

extremamente próxima. Acreditava-se que o corpo só estaria enfermo caso a alma o estivesse. Desse modo dava-se prioridade à cura da alma sobre a cura do corpo. Era comum que os médicos recomendassem ao doente que procurasse um padre antes de qualquer procedimento que interferisse no físico; e também era pedido ao paciente, que não comesse carne em dias santos ou tivesse relações sexuais ilícitas (RUEGG, 1996, p.368). Além do mais, realizavam-se trabalhos constantes com os humores, pois só haveria uma saúde perfeita quando eles estivessem numa proporção impecável de equilíbrio (de qualidade e quantidade) e quando sua mistura fosse perfeita. Caso contrário, se houvesse o conflito dos humores, a doença surgiria.

Bacon buscou entender as causas da abreviação da vida por meio de seu método experimental, que o instigava, em especial os aspectos da natureza, inclusive o humano. Escrevendo em sua *Opus Maius* tais motivos, ele primeiro usou a Sagrada Escritura como uma das bases de seus estudos, tendo em vista que um dos motivos que fez com que ele tentasse mudar o currículo das Artes, em que havia uma valorização das línguas grega e hebraica, foi a de traduzir na íntegra a Sagrada Escritura, para que se resgatasse o que havia sido perdido nas traduções latinas, permitindo que o homem tivesse uma melhor compreensão das escrituras, e tentasse cometer menos pecados. A Sagrada Escritura, em boa parte, foi uma ferramenta essencial para as pesquisas de Bacon; ele percebeu então, que no início a vida era bem mais longa, vide os antigos profetas existentes no Antigo Testamento que tinham uma vida larga, diferente do que se verificava no seu tempo. Como os profetas eram homens de fé implacável, escolhidos por Deus, não eram facilmente seduzidos pelos vícios pecaminosos da vida terrena, fato que fora fragilizado pelas precedentes gerações. Para o frade, Deus havia revelado o remédio que conservava a saúde, e deixava os humores em equilíbrio, abrandando os efeitos da velhice aos santos, profetas e outros, que tinham sua vida maior que o costumeiro. Mas esse segredo foi mantido guardado dos homens, pois estes começaram a abusar de sua sabedoria “[...] colocando a serviço do mal aquilo que Deus concedera para a saúde e plena utilidade do homem.” (REEGEN, 2006, p.142). Em meio a

essas observações, Bacon defendia que seus conterrâneos tinham o corpo “natural”, ou seja, o corpo que tinha a saúde dos tempos da Origem, desde antes de Adão comer o Fruto Proibido, um corpo mais puro, que não havia sofrido tantas corrupções pecaminosas, e gozava de grande vitalidade.

Tendo isso em vista, o franciscano elencou as características da velhice, que incluem os cabelos grisalhos, a palidez, a pele enrugada, o corrimento dos olhos, a diminuição do sangue, a insônia, a distração, a grande quantidade de humor viscoso, o enfraquecimento dos órgãos do sentido, do movimento, da respiração e do corpo inteiro, entre outros males desagradáveis, que fazem com que os dias do homem estejam contados, como se diz nas Escrituras (GETZ, 1998, p.55). Em seguida, ele verificou os benefícios de uma dieta alimentar equilibrada, sobre a qual ele concordava com o livro *De Regimine Vitae* de Aristóteles, em cujos termos o fato de se alimentar, beber e ter hábitos de vida de forma moderada permitiria uma excelente saúde. Entretanto o frade advertiu que as pessoas não se preocupavam com isso logo na infância, e sim no período da velhice devido ao temor da morte, fazendo com que a dieta alimentar não tivesse efeito. Em sua *Opus Maius*, ele escreve:

Sem dúvida, um regime de saúde diz respeito à comida e à bebida, ao sono e à vigília, ao movimento e ao repouso, à evacuação e à retenção, à disposição do ar e às paixões da alma; e tudo isso deve ser cultivado desde a infância [...]. Rarissimamente acontece que alguém cuide satisfatoriamente disso, [...] vez por outra, um entre três mil pensa a respeito quando envelhece e caminha para a morte. (REEGEN, 2006, p. 137)

Além do regime do corpo, existe também o regime da alma, ou seja, o regime de fundo moral. Da mesma forma que os médicos da Idade Média visavam prioritariamente os cuidados com a alma, para depois tratar do corpo, Bacon não deixou essa questão passar em branco. O regime moral se baseou na questão do pecado. Ele é a razão da doença do corpo e da alma, portanto o pecado enfraquece a força da alma de tal forma que ela se tornaria incapaz de manter o controle natural do corpo, o que acarretaria o aceleração da morte. Esse aceleração passaria de pai para filho, chegando até as gerações vigentes (REEGEN, 2006, p. 138). Logo, Bacon concluiu: “Em razão dessas duas causas naturais, então, a

longevidade no homem não conservou a ordem natural do início; por causa delas, pois, a longevidade do homem é abreviada contra a natureza.” (REEGEN, 2006, p.143).

Certificando-se de que a vida do homem foi abreviada, Bacon ainda pesquisou mais uma obra, antes de provar a eficiência do Elixir, proposto no *Espelho da Alquimia*. Ele se dispôs a decifrar os enigmas presentes no livro *Sobre o regime dos Idosos* de Ali ben Rodwon, autor árabe que realizou estudos sobre a velhice humana, do qual cita um fragmento em sua *Opus Maius*:

[...] aquilo que é temperado no quarto grau, o que nada no mar, o que se movimenta no ar, o que é rejeitado pelo mar, a planta da Índia, o que se encontra nas vísceras de animais de vida longa, os dois répteis que são comida para os habitantes de Tiro e da Etiópia, se tudo isso for preparado e usado de modo correto, se acrescentar o calor de um animal nobre, a vida do homem pode ser prolongada, como também mitigados e retardados os achaques da velhice e da idade avançada. (REEGEN, 2006, p.143)

Segundo o frade, o que é temperado em quarto grau é o ouro; o que nada no mar é a pérola; o que se movimenta no ar é a flor de alecrim; o que é rejeitado pelo mar é o âmbar (o esperma dos cetáceos); o animal de vida longa é o cervo; a serpente é a comida dos habitantes de Tiro; e o dragão dos etíopes. Ele enumera esses itens, pois, de acordo com Bacon, todos eles são de uso para retardar a velhice, ditos de remédios, nos quais deveriam ser preparados, purificados e com a mesma paridade em alguma mistura, de modo a não perder a sua individualidade, não havendo riscos de um corromper o outro. Ele demonstrou a utilidade desses ingredientes na *Opus Maius*, explicando que eles já eram usados com fins curativos em certos povos, mas também na própria Europa, como é o caso do alecrim, que era usado para combater a febre. Na Índia, dizia-se que as pérolas eram usadas para curar as doenças dos olhos e casos de febre, e que a planta da Índia possuía fins semelhantes ao alecrim e o âmbar, como nas funções farmacêuticas, ótimos para a conservação da vida. Já a carne de cobra, Bacon diz que Aristóteles afirmava em sua obra *Secretum Secretorum* que essa carne, se for preparada devidamente com ervas aromáticas, é um remédio contra as dores da velhice, contra os problemas da compleição e também contra mordidas de cobra (REEGEN,

2006, p.144). Esse “prato” era chamado de teriaga ou triaga. Conforme explica Jan G. ter Reegen, triaga era um antigo medicamento de origem alquímica, constituído de cerca de 300 elementos, que possuía grande poder curativo contra mordida de animais venenosos; porém Bacon associou a etimologia de teriaga a Tiro, “seguindo o gosto da Idade Média” (REEGEN, 2006, p.145).

Por fim a carne de dragão, que foi vinculada aos etíopes devido ao Salmo 74,14 de Davi⁵ “Vós deste de comida para os povos da Etiópia” (REEGEN, 2006, p.145). O frade explica que os sábios etíopes foram para alguns países europeus em busca de dragões bons e que voavam. Por meio de artes ocultas, esses sábios faziam com que os dragões saíssem das cavernas e os domesticavam, para depois prepararem a sua carne com uma arte especial, como se preparava as carnes da serpente de Tiro. Essas carnes são usadas contra os males da velhice, para prolongar a vida e aguçar o intelecto para qualquer avaliação (GETZ, 1998, p.60).

Essa constante preocupação, não apenas de Bacon, mas dos autores em que ele pesquisou, como Aristóteles, Averróis e Ali ben Rodwon, em manter ou atingir a perfeita proporção dos ingredientes, é devida ao princípio da ideia de equilíbrio, filosofia aristotélica que, por meio da Lógica, defendia a equiparidade ou o justo meio, o qual consistia em viver usando a riqueza de forma prudente, gozar dos prazeres moderadamente e conhecer corretamente o que deve temer. Assim, o homem viveria de forma racional e virtuosa. Seguindo esse raciocínio, esse filósofo confirmou isso no Livro V da *Metafísica*, de que quando as potências ativas se igualam, elas não se corrompem. Tal obra estava presente no currículo universitário.

Com isso, retornamos à teoria dos humores. Se quando estes estão em demasiada desarmonia ocorrem as doenças, o ideal seria que estes se mantivessem puros, sem se misturarem e em quantidades iguais e ideais. Assim, o ouro é considerado pelos alquimistas o maior grau de pureza, não apenas dentre os metais, como também na natureza, o que faz

5 As traduções mais recentes do Velho Testamento não mencionam os etíopes, mas deixou este fragmento: “deste como posta aos tubarões” ou “aos monstros do mar”. (REEGEN, J. G. *Pensamento Franciscano: Roger Bacon.*)

com que Bacon pense que este mineral seja um item principal para o Elixir da Longa vida, pois se o homem ingerir um elemento perfeito, isso fará com que o corpo humano volte a ter saúde, retornando assim ao tempo dos profetas, pois ele fará com que qualquer substância do corpo humano volte a ficar estável.

Deve-se ressaltar a importância da Alquimia em meio a isso tudo, pois para o frade, ela é a responsável por auxiliar no encontro entre medicina e longevidade da vida, ao relacionar os humores com os metais e também com o ato de purificá-los. A Alquimia é a arte de transmutar metais, ou seja, transformar metais pobres ou de baixa qualidade em metais nobres, fazer o ouro e a prata por metais artificiais através da Pedra Filosofal.⁶ Segundo o próprio Bacon, a alquimia foi ignorada pelos seus contemporâneos universitários, e argumentou que essa teoria alquímica é ensinada, cautelosamente, de forma extremamente simplificada, reduzindo o meio de atuação dos humores, deixando-os apenas no corpo humano. Porém, para ele, estes surgem em meio aos elementos, ao longo de todas as coisas que descendem dos elementos originais, desde as pedras preciosas, metais, pigmentos, sais e óleos. Em adição a tudo isso, vem os vegetais, animais e homens que derivam dos humores. Desse modo, ignorar isso, acarretaria a ignorância na teoria médica. A teoria alquímica também trabalhava com a manipulação de substâncias derivadas dos vegetais (ou eles próprios) e de animais, os quais são formados pelos humores como mostra o fragmento a seguir:

Bacon diz que todos os minerais e metais são compostos pelos humores. Ele bebe da teoria de Aristóteles sobre as coisas terrestres, no qual os metais são gerados por duas sublimes exalações: um quente e um seco, e o outro frio e úmido. (HACKETT, 1997, p. 322)

Além disso, para Bacon, o uso da alquimia seria uma ferramenta para deixar as substâncias em seu estado puro, contribuindo para que a medicina pudesse fazer com que o

6 A alquimia é uma arte complexa que tem como base a *Tábua de Esmeralda* referente a Hermes Trimegisto. Essa *Tábua* é constituída por enigmas dos quais apenas os iniciados na arte da alquimia conseguem decifrar. Dentre esses mistérios está a Pedra Filosofal, que além de transmutar os metais em ouro proporcionaria a longa vida. Para os alquimistas existiam três elementos essenciais que compunham outros metais, minerais ou vegetais: o Mercúrio, o Enxofre, o Sal e o Arsênio. (SADOUL, 1970, p.30)

corpo voltasse para as raízes da origem do homem. O uso da linguagem, aliada com a Sagrada Escritura, também ajudam na vida humana, como exprime J. Hackett:

No pedido de expressar as suas ideias da medicina Cristã, Bacon usou o poder da linguagem metafórica comum entre a Sagrada Escritura e os ensinamentos pagãos- redenção ou renovação. A crítica textual poderia “resgatar” os textos corruptos e restaurá-los ao estado original, antes de Babel; a alquimia poderia retornar aos metais base até o puro estado do ouro, e, claro, a própria medicina poderia restabelecer o corpo do estado do prelado [...]. Todos os três temas - crítica textual ou filológica, alquimia, e medicina- são traçados juntos, revelando os trabalhos médicos de Bacon, sendo uma sessão sólida/substancial da *Opus Maius*. (HACKETT, 1997, p. 345)

A partir disso, Roger Bacon começou seu *Espelho da Alquimia* com a seguinte frase: “A Alquimia é a ciência que ensina a preparar alguns remédios ou Elixir, que são projetados em metais imperfeitos, dá-lhes a perfeição ao mesmo tempo da projeção”. Ou seja, Bacon, acreditando que a alquimia tivesse a capacidade de transmutar os metais inferiores e impuros em metais puros e perfeitos, como o ouro e a prata, pensava que esta seria capaz de remover todas as impurezas do corpo (ou corrupções do corpo), conseguindo levar o corpo a viver por muitos séculos, sendo assim um corpo com seus humores/elementos bem equilibrados. Dessa maneira, ele iniciou seu tratado para explicar os princípios naturais dos metais, nos quais vão gerar as propriedades desses minerais.

Todos os metais nascem de dois princípios ou de dois principais: Mercúrio e Enxofre. Porém, quando Bacon explica sobre esses compostos, cita vários filósofos sem nomes, dos quais se pressupõe que na verdade se tratem de alquimistas que intitulavam-se filósofos. Desse modo, a identificação desses filósofos com alquimistas deve-se às suas citações de Hermes Trimegisto⁷ e também por usarem diferentes substâncias, que segundo Glaser esses alquimistas chamavam de “princípios”, dos quais três são ativos: o espírito ou o mercúrio, o óleo ou o enxofre e o sal; e a água ou fleuma e a terra são os passivos. Assim o conhecimento da figura de Hermes Trimegisto, desses filósofos e desses princípios, são elementos extraídos do *Secretum Secretorum*, sobre o qual Bacon tinha grande compreensão. O frade considerava

7 O três vezes grande. Foi uma divindade cultuada pelos alquimistas. (BACON, R. *O Espelho da Alquimia*)

que apenas se adquiria o poder do espírito a partir da matéria obtida por meio de sucessivas operações que resultariam em um medicamento perfeito, chamado pelos filósofos de Elixir. Este medicamento, para ser forjado, dependia de tomar a natureza como fonte inspiradora de como se efetuar as operações com os minerais, especialmente o mercúrio e o enxofre.

Sendo assim, a natureza é a responsável por “moldar” os diferentes níveis de quantidade de Mercúrio e Enxofre em cada metal, devido ao calor a que cada um foi sujeitado nas montanhas. Exemplificando melhor, para Bacon os metais são formados dentro das montanhas. No momento em que eles estão dentro dela, eles começam a sofrer constantemente uma espécie de cozimento, que é consequência do calor emitido pela própria montanha. Entretanto, quando esse cozimento é interrompido, retirando o mineral de forma precoce, são produzidos os metais impuros (chumbo, ferro, estanho e cobre), que não conseguem ter uma quantidade de Mercúrio e Enxofre em proporções iguais e com o devido cozimento. Por exemplo, nesse tratado, Bacon assinala a natureza dos metais perfeitos e imperfeitos, dado os seus diferentes níveis de cozimento com o calor que cada um recebeu, como no caso do ouro e do ferro, que são exemplo da perfeita pureza e da mísera impureza: “O ouro é um corpo perfeito, composto de Mercúrio puro, fixo, brilhante, de cor vermelha e de um Enxofre puro, fixo, vermelho, incombustível. O ouro é perfeito”. Já para um metal imperfeito ele caracterizou como “o ferro é um corpo impuro, imperfeito, composto de Mercúrio impuro, muito fixo, com partículas de terra que contém combustíveis, branco e vermelho, [...] Falta o poder de fusão, a pureza, o peso; tem Enxofre muito fixo e impuro”. Assim, dado as designações de cada metal, a escala de pureza de forma decrescente seria a seguinte: ouro, prata, chumbo, cobre e ferro ⁸.

Se o estudioso tiver o conhecimento dessa natureza de cada mineral, poderá dar o próximo passo, o de identificar onde deve retirar a matéria para o Elixir. Portanto, é necessário que esteja claro a importância do mercúrio e do enxofre na composição dos minerais e entender que ambos devem sempre estar juntos e nunca separados, porque

8 Isso segundo a ordem e características que Roger Bacon nos dá em seu tratado “*O Espelho da Alquimia*”.

segundo o frade, se eles ficarem sozinhos, não conseguem gerar nenhum metal. Por conseguinte, impõe-se a tarefa de extrair ambos os minerais de um mesmo meio, seja no animal, vegetal ou mineral. Se o homem escolher o reino animal, para que ele encontre os dois ingredientes ditos, seria preciso trabalhar com o sangue humano, cabelos, urina, excrementos, ovos de galinha, ou tudo aquilo que se possa extrair dos animais (BACON, p.25), juntamente com o enxofre e o mercúrio para o processo de cozimento desses itens, assim como a natureza o faz nas montanhas, e resultar no Elixir. Entretanto, este método não é viável, visto que demandaria muito trabalho, sem a certeza de se extrair ambas as substâncias.

Já nos vegetais, considerando tudo aquilo que nasce da terra como árvores e ervas, também seria necessário extrair o mercúrio e o enxofre, mas por meio de um longo cozimento desses itens, pois esta também é uma operação a se rejeitar, porque a natureza nos oferece ambos os minerais prontos, e não nos dá a certeza de encontrá-los nos vegetais, mesmo estes que nascem da terra e tem um contato mais próximo com vários minerais que residem nesse meio. Os vegetais, por sua vez, podem absorver tanto o mercúrio e o enxofre como também podem absorver outros metais, o que dificulta o processo de separação desses na composição do Elixir. Já se escolhêssemos os minerais, de modo geral minerais mistos que abrangem as diversas espécies de magnésio, marcassita, óxido de zinco, sulfato de alumínio e sais, seria preciso extrair o mercúrio e o enxofre para cozinhá-los. Se o sábio escolher um desses – nomeados pelo franciscano de sete espíritos- como apenas o mercúrio ou somente o enxofre, ou o mercúrio e dois enxofres que possam ser brilhantes, ou arsênio amarelo ou vermelho; o estudioso com o seu conhecimento anterior, poderia aperfeiçoá-los porque “a natureza somente aperfeiçoa a mistura determinada de dois princípios. Nós não podemos fazer melhor que a natureza” (BACON, p. 25); desta maneira o homem não pode aperfeiçoar os minerais, visto que a própria natureza o faz. Para que este processo de purificação ocorra é necessário levar os dois princípios (mercúrio e enxofre), misturá-los em uma certa proporção imutável, desconhecida para a mente humana (BACON, p.25) e em

seguida cozinhar até que ambos se coagulem em uma massa sólida, de preferência de cor vermelha, porque o Elixir de ouro puro tem essa cor. Se a cor aparecer branca o Elixir já não é puro, pois esta é a cor que domina a prata.

Em meio a isso, para que Bacon pudesse deduzir todo esse processo, ele defendeu o uso do método experimental, pois este seria o caminho mais apropriado no desenvolvimento dos processos de purificação dos metais, já que a alquimia se baseava na transmutação dos metais impuros em puros. No entanto, ela própria desconhecia o peso exato de cada metal para se realizar o seu cozimento em conjunto, e os quilates naturais e artificiais do ouro natural ou transmutado. Sendo assim, a alquimia não tem uma maneira ou receita de como se chegar ao seu ideal do ouro puro. Portanto, o método experimental é a ferramenta que a alquimia tinha, uma vez que ele prega constantes experimentações das substâncias como forma de comprovar aquele determinado experimento. Segundo Bacon, na sua *Opus Maius*, a ciência experimental conseguiu descobrir as graduações do ouro, os quatro quilates naturais e os seus 17 modos (REEGEN, 2006, p.148), como também os artificiais. Ele ainda atesta os quilates de ouro que essa ciência proporcionou:

Quando, porém, esses 24 quilates são encontrados na massa de ouro, então se tem o melhor ouro que a natureza possa produzir; entretanto, houve 24 quilates de ouro e uma parte de prata, ou um quilate, nesse caso, o ouro é de qualidade menor do que o anterior, e, desta maneira, se processa a diminuição do quilate até chegar aos 16, dos quais oito quilates são de ouro misturado com prata. [...] A ciência experimental, porém, através da obra *Secretum Secretorum*, de Aristóteles, sabe produzir ouro, não só de 24 quilates, mas até de 30 e de 40 e de quantos desejar. (REEGEN, 2006, p.148)

Por fim, na preparação do Elixir vermelho e branco, o primeiro é capaz de transformar qualquer metal em ouro puro, de purificar tudo que é impuro, anular qualquer impureza ou corrupção de qualquer corpo; o segundo dá aos metais a brancura perfeita, ou a prata perfeita. Entretanto, saber o grau de pureza dos metais não é uma tarefa vã, pois existem metais muito distantes da pureza e outros mais próximos; é sabido que o Elixir vermelho irá transformar qualquer metal em ouro, mas é prudente que o sábio que queira realizar esse procedimento escolha os metais mais próximos do perfeito, pois assim deixaria a

transmutação do metal mais rápida, se tornaria perfeito mais rapidamente, mais completo que os outros.

Bacon aconselha que se trabalhe com o ferro, uma vez que ele é o mais fácil de ser encontrado, e seguindo o campo da filosofia natural, ele pretendeu imitar a natureza, já que ela é a responsável por gerar os metais. Como as montanhas são as detentoras do ferro, e estas emitem calor proporcionando o cozimento dos metais por longos anos, Bacon propõe imitar o ambiente da montanha a partir de um vaso, cujo material seja vidro ou feito de uma argila tão resistente quanto o vidro. Ele deve ser redondo, com um pequeno colarinho, no qual possa ser lacrado no momento do cozimento do material colocado. Bacon sugere que se use um vaso resistente, pois, como debaixo de uma montanha há uma mina que origina o ferro, então lá se produz constantemente calor, invariável e cuja temperatura nunca cai. Então, o sábio, quando começar a fazer o Elixir, deve ser paciente e perseverante, pois o tempo de criação do Elixir é longo, lembrando que na natureza o mineral leva anos para se formar. Dessa forma, o cozimento do Elixir em um vaso, recebendo calor, é praticamente um catalisador do processo natural.

Assim como nas montanhas, quando o ferro está formando, sua matéria bruta se desseca e coagula de forma espessa e grossa na água das minas, continuando assim dentro das entranhas da terra, e depois de um tempo, transforma-se em mercúrio. Em seguida, as partes de minerais oleosos da terra são cozidos, penetrando nos veios da terra que é uma espécie de corrente fluente que atravessa a montanha; esse material vai resultar no enxofre. Exemplificando tudo isso, dentro dos veios da terra, o enxofre nasceu das partes oleosas dos veios dos minerais, onde se encontra o mercúrio, ou seja, o local da coagulação da água vai ser onde ambos se encontrarão e formarão o ferro.

Os diferentes metais aparecem próximos há um tempo muito longo, porque dentro das minas há uma temperatura constante. Isso fez com que Bacon concluísse que, para que isso ocorresse, as montanhas deviam fechar as minas por todos os lados com rochas, impedindo

que o calor escapasse e permitindo gerar os metais. Se houvesse o oposto, não nasceriam os metais.

Então, como nas montanhas o ferro não está em contato direto com o mercúrio e o enxofre, pois está separado pela terra da montanha, desse modo o ferro deve ser posto em um vaso dentro de outro vaso – os dois formados do mesmo material- e logo se aplicar uma quantidade de calor que atinja todos os lados do vaso. O frade conclui essa etapa dizendo:

É porque Aristóteles diz: “dentro a iluminação das iluminações, o mercúrio deve ser cozido dentro do triplo de vasos de vidro muito duros, ou, o que seria melhor, em terra possuidora da dureza do vidro”(BACON, p.34)

E complementa:

O Elixir é semelhante à criação do homem. Na infância nos alimentamos de comidas leves, em seguida, quando os ossos são fortalecidos, o alimento se torna mais vigoroso, do mesmo o nosso magistério que é primeiro submetido a uma vela acesa com a qual deve sempre agir durante o cozimento. (BACON, p.31)

No final do cozimento é necessário que o sábio se certifique de que o corpo está devidamente cozido, dada a sua aparência brilhante. Segundo Bacon, era preciso ver se havia na superfície do vaso a cor branca, e em seguida se existia a presença de uma espécie de tampa vermelha, na qual o sábio devia extrai-la, de modo que, enquanto este vaso continuasse cozinhando, tudo deveria ficar vermelho. No entanto, entre o vermelho e o branco, uma cor central na qual o ferro iria produzir seria a cor cinza. Mas, isso não seria motivo para que o sábio desistisse, pois esse cinza mais tarde seria liquefeito e o Elixir em seguida estaria pronto. Tudo isso ocorreria , para o franciscano, com a permissão de Deus.

Em meio a tudo isso, retornamos ao objetivo desta pesquisa: como a teoria da longevidade se encontrou com a medicina, podendo até mesmo trazer melhorias para esta, mesmo causando certo alvoroço dentre os letrados? A respeito do que foi pesquisado, Bacon confiava em seu método experimental, e muito de sua carga teórica advinha do *Secretum Secretorum* de Aristóteles, permitindo que ele fosse um homem que não pensasse que a

prática e a teoria fossem itens divergentes, e sim que se completavam, diferentemente do que pensavam grande parte dos letrados do período. Isso garantiu a possibilidade da comprovação de sua teoria. Como Bacon conhecia muito da teoria alquímica, ele havia percebido o quanto ela detinha de métodos empíricos, que poderiam ajudar na descoberta de novos medicamentos para as doenças, devido às técnicas de purificar os metais que envolviam processos de destilação e fusão deles, como também o seu cozimento; já que a medicina universitária preferia exaltar o estudo teórico de autores clássicos a usar das autópsias. Sua afinidade com obras clássicas faria com que, mesmo usando a Sagrada Escritura como ferramenta e não deixando suas raízes cristãs de lado, valorizasse a cultura pagã, chegando a mencionar diretamente fragmentos de obras como *Secretum Secretorum*, fato um tanto ousado para o meio universitário que procurava ocultar muitas das suas próprias descobertas, colocando como autoridades o nome de Galeno, Aristóteles ou de outro autor já inserido no ambiente universitário.

Ao procurar uma maneira de melhorar a saúde do homem, ele aderiu à teoria da longa vida que os alquimistas já pregavam, sendo o dito Elixir semelhante à Pedra Filosofal dos alquimistas, e mais seu profundo conhecimento bíblico, em especial a Genesis inserida no Velho Testamento. O primeiro tinha o corpo de Adão como puro e perfeito, principalmente antes de ele consumir o Fruto Proibido, e o segundo, os registros de longa vida dos profetas. É dessa forma que, além de estudar sobre o corpo e a atuação dos humores, ele vê a alquimia como intercessora da melhoria física do homem, e crê na sua importância na Medicina universitária. Juntar a teoria de Galeno à de Aristóteles foi praticamente unir o universo escolástico com o suspeito pagão, e ao escrever as suas obras, foi uma verificação quase comprovada de seu envolvimento com ambos. E tudo isso confiando na aprovação de Deus, como ele concluiu em seu *Espelho da Alquimia*: “Louvemos nosso Deus sempre admirável na nossa eternidade”.

Portanto, ao propor o uso do método experimental no meio escolástico, o franciscano Roger Bacon abriu espaço para futuros estudos nas diversas áreas do conhecimento, em

especial no campo da natureza. Seu método permitiu que ele abrangesse sua área de estudos, e pudesse comprovar mais facilmente suas inquietações sobre o universo. A Teoria da Longevidade é apenas um dos reflexos da prática do método experimental, que uniu muito bem o pensamento aristotélico com o de Galeno.

Referências bibliográficas.

- BACON, R. *O Espelho da Alquimia*. Biblioteca Nacional da França. 1974.
- BLOCH, M. *Apologia da História ou O Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Editora SAHAR, 2002.
- CARVALHO, M. S. A Idade Média Filosófica Terá Sido Aristóteles?. Universidade de Coimbra, *Humanitas*, v.50, p.489-508. 1998.
- CONDE, J. F. *Los Frailes Franciscanos Protagonistas De La Aventura Intelectual De Los Siglos XIII y XIV*. Universidad de Oviedo. p.133-143. 1996.
- FRESNEDA, F. M.; NAVAS, L. P. *Teologia y Moral Franciscana*. Murcia, Editorial ESPIGAS, 2002.
- GETZ, F. *Medicine in the English middle ages*. United Kingdom: Princeton University Press, 1998.
- GILSON, E. *A Filosofia Na Idade Média*. São Paulo: Editora Ltda, 3º ed., 2001.
- GOFF, J. L. *Los Intelectuales en la Edad Média*. 1º. ed. Barcelona: Editorial Edisa, 1996.
- _____; TROUNG, N. *Uma História do Corpo na Idade Média*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p.111.
- GRMEK, M. D. *Histoire de la Pensée Médicale em Occident*. Seuli, 1995.
- HACKETT, J. *Roger Bacon and the Science: Commemorative Essays*. New York: Brill, 1997.
- KOBUSCH, T. *Filósofos da Idade Média*. 2º. ed. Vale do Rio dos Sinos: Editora UNISINOS, 2005.
- LIBERA, A. *Pensar na Idade Média*. 1º. ed. São Paulo: Editora 34, 1999.
- NASCIMENTO, C.A.R. *De Tomás de Aquino a Galileu*. Campinas: IFCH/ Unicamp, 1995.
- RUEGG, W. *Uma História das Universidades Medievais*. 1996.
- REEGEN, J. G. *Pensamento Franciscano: Roger Bacon*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

_____; LACERDA, R. C. Rogério Bacon e o Conhecimento Da Matemática. *Thaumazen*, Santa Maria, n.8, p.62-72, 2011.

_____. O Segredo dos Segredos do Pseudo-Aristóteles, na versão de Rogério Bacon. *Kairós* (Instituto Teológico-Pastoral do Ceará), v. IV, p. 153-178, 2007.

SADOUL, J. *O Tesouro dos Alquimistas*. São Paulo: Editora LTDA, 1970.

SANTOS, D. O. A.; FUGUNDES, M. D. C. Saúde e dietética na medicina preventiva medieval: o regimento de saúde de Pedro Hispano (século XIII). *Manguinhos*. v.17, n.2. 2010.

SILVI, C. *Science médiévale et vérité*. Paris: Honoré Champion Éditeur, 2003.

TRINDADE, L. S. P. *Destilação: A arte de preparar medicamentos*. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010.

VERGER, J. *Cultura, ensino e sociedade no Ocidente nos séculos XII e XIII*. Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração/ EDUSC, 2001.

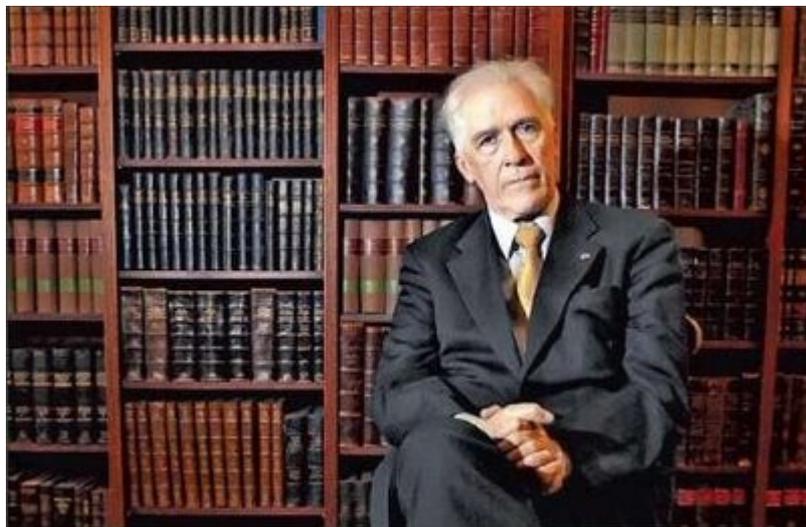
_____. *As Universidades na Idade Média*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista/ UNESP, 1990.

_____. *Homens e Saber na Idade Média*. 1º. ed. Bauru: EDUSC, 1999.

VEYNE, P. *Como se Escreve a História e Foucault revoluciona a história*. 4º. ed. Brasília, UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA SCS, 1998.

Esta página
foi deixada
propositalmente
em branco

Entrevista com
Luiz Alberto de Vianna Moniz Bandeira



Epígrafe_ A opção pela área de Ciências Humanas, certamente, envolve posições muito pessoais. Em sua juventude, quando escolheu o curso de Ciências Jurídicas, quais motivos levaram-lhe até tal decisão? Sua carga de leitura, influências, modo de estudar e outros pontos mais, em suma, àquilo que considera relevante.

Moniz Bandeira_ Minha primeira vocação foi ser oficial de Marinha. Fiz os preparatórios para entrar na Escola Naval e posso dizer que realmente aprendi a lógica da língua portuguesa, o que muito me ajudou como escritor, com o capitão França, cujo nome próprio não recordo. Mas, sempre gostei de ler e escrever (verso e prosa) e o fazia desde meus 14/15 anos. Lia poemas, filosofia, história, teatro e romances. Daí que desisti da carreira naval. Recei não mais ter tempo de ler e escrever e por ter de me dedicar a manejar quadrantes, bússola, canhões e demais instrumentos de navegação e de guerra. Entretanto, nos anos 1950, a Faculdade de Filosofia da UFBA ainda era fraca, não havia perspectiva de emprego para sociólogo e também, aos 15 anos, minha querida prima Isa Moniz de Aragão, para mim como uma irmã mais velha, muito me incentivou na literatura e me levou escrever no jornal *Diário de Bahia*, no qual me responsabilizei pela coluna Letras e Artes, bem como fazer reportagens políticas. Depois passei a colaborar com artigos e poemas no *A Tarde*, de Salvador, e no

Luiz Alberto de Vianna Moniz Bandeira

Correio da Manhã, do Rio de Janeiro. A melhor possibilidade de compatibilizar a leitura e a redação, tudo o que gostava de fazer, era, portanto, estudar Direito.

Epígrafe_ Sobre as áreas de História e Ciência Política, como surgiram os seus interesses sobre elas? O senhor sentiu carência de uma formação metodológica na graduação em História ou em Ciências Sociais quando iniciou as suas pesquisas? Ainda na mesma linha, para os graduandos de hoje, tais orientações poderiam contribuir para a formação deles?

Moniz Bandeira_ Sempre tive interesse em história e gostei de política. Como disse, desde 14/15 anos de idade lia muito e convivi com os escritores baianos, como o poeta simbolista Arthur de Salles e outros, parnasianos e modernos, entre os quais, José Luiz de Carvalho Filho, Elpídio Bastos, João Moniz Barreto de Aragão e Camilo de Jesus Lima. Meus dois amigos de infância – João Eurico Matta e Paulo Fernando de Moraes tinham os mesmos interesses e atualmente são professores renomados da UFBA e da Universidade de Birmingham, respectivamente. Era esse o meu ambiente. E li muito e muito, a lista é muito longa, desde os clássicos da Antiguidade Greco-Romana até os autores mais modernos, tanto do Brasil como de vários outros países. Todos eles – Shakespeare, Byron, Voltaire, Balzac - me familiarizaram igualmente com a história e a política. Meu pai muito me estimulou estudar. E, ao tempo da minha infância e adolescência, também se aprendia Latim, a partir do primeiro ano de ginásio, com a leitura de Cícero, César e outros autores, bem como, no segundo ciclo, Sociologia e Filosofia, com a leitura de Sócrates, Karl Mannheim, Marx, Comte etc., Colégio Estadual da Bahia, onde tive excelentes professores, entre os quais Milton Santos, de Geografia. Sociologia, Filosofia, assim como Latim, foram matérias do vestibular de Direito, e, no primeiro ano da Faculdade, já se estudava Teoria Geral do Estado, disciplina que atualmente se identifica como Ciência Política. Também meu tio, o professor Edmundo Ferrão Moniz de Aragão, com quem morei quando me mudei para o Rio de Janeiro, aos 18/19 anos, foi meu grande mestre. Com ele muito aprendi a arte de esgrimir com a lógica e a dialética, a partir de Hegel, Marx de vários de seus intérpretes, sem preconceitos e discriminação. E não posso deixar de me referir a um antepassado meu – Antônio Ferrão Moniz de Aragão, que estudou em Londres e Paris e foi discípulo direto de Auguste Comte. Sua memória sempre

Luiz Alberto de Vianna Moniz Bandeira

esteve presente na minha família e na minha formação. Tenho nos meus arquivos os originais do manuscrito sobre Sociologia, que ele escreveu em 1870. Os manuscritos das demais obras suas, inéditas, estão digitalizados no Arquivo Nacional e no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Sou também sobrinho-neto e parente de muitos juristas, historiadores e catedráticos de Direito e Medicina. Seu exemplo influenciou muito minha vida. Eram eles um parâmetro e um exemplo para mim. E as leituras dos mais diversos autores contribuíram, decisivamente, para que eu assimilasse a metodologia da história e das ciências sociais. A recomendação que faço aos graduandos, por conseguinte, é a de que leiam e leiam, estudem e estudem tudo o que puderem. Como escreveu o grande poeta brasileiro Castro Alves,

“Oh! Bendito o que semeia
Livros, livros, à mancheia
E manda o povo pensar...”

Epígrafe_ Quais paralelos, no sentido de aproximações e distanciamentos, o senhor estabeleceria entre as áreas de História e Ciência Política? Quais recursos da Ciência Política podem ser enriquecedores para a História?

Moniz Bandeira_ Quando vai examinar um paciente, o médico sempre pergunta pelo seu histórico pessoal, as doenças que teve, e também o histórico da família, a fim de saber e identificar se o problema de sua saúde também tem origem em fatores genéticos. De igual modo, não se pode estudar e compreender um Estado sem conhecer sua história, sem saber como surgiu e se desenvolveu. O Estado é um fenômeno (*Phänomen*) político e, conseqüentemente, não se pode compreendê-lo sem saber como principiou, porque na gênese está a sua determinação. O conhecimento da essência de um Estado, no sentido ontológico, demanda fundamentalmente o conhecimento de sua história, que se identifica e se nega na sua evolução, porque foi na história, no tempo – e o tempo é uno e indivisível –, que o Estado se realizou e se transmudou, como instância superior de ordenação e comando da sociedade. Toda a história é política, expressão da luta pelos meios de sobrevivência e reprodução alimentar e sexual, a razão que sempre moveu a humanidade, desde seus

primórdios. Estudar um Estado, como ator político, entidade *pour-soi*, demanda, por conseguinte, o conhecimento de sua gênese, de como surgiu e se desenvolveu, no curso da história. O passado é a substância real do presente, em que possibilidades e contingências se se delineiam, suprimindo (*aufheben*) e, ao mesmo tempo, conservando e elevando a uma síntese superior (*aufheben/aufbewahren*) as contradições intrínsecas do *processus* histórico. Daí que a ciência política, como ciência social, necessita da história, com a qual se deve identificar, para alcançar a íntima profundidade, o *noum* da natureza do fenômeno que se pretende compreender e explicar. As duas áreas – ciência política, i. e., a teoria geral do Estado e a história interpenetram-se. Uma necessita da outra, pois a teoria é necessária “para ligar os fatos observados, e poder fazer novas observações”, como ensinou meu antepassado, o filósofo Antônio Ferrão Moniz de Aragão, na sua obra **Elementos de Matemáticas**, publicada em 1858.¹ A *praxis* e a teoria sucedem-se, continuamente, uma a outra, e aperfeiçoam-se pelos esclarecimentos mútuos, que se fazem, conforme aprendi em seus escritos.

Epígrafe_ Sua trajetória é envolta de uma grande e importante participação direta na política. Sua militância, tanto no Partido Socialista Brasileiro (PSB), quanto na Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (POLOP), colocaram o senhor em um intenso processo de reflexão conjugado com a prática política. No desenvolver de sua formação como intelectual, no redigir dos seus textos, de que maneira a militância política lhe influenciou?

Moniz Bandeira_ Jean-Jacques Rousseau disse em sua obra *Julie* que é uma loucura querer estudar a sociedade (*le monde*) como simples observador. Quem deseja apenas observar nada observará – acrescentou – “uma vez que sendo inútil no trabalho e um estorvo nas brincadeiras, não está em nenhum dos dois lados”. Dessa arte, conforme Rousseau, só podemos realmente observar ação dos demais na medida em que nós mesmos atuamos e o que aprendemos com a simples observação das coisas é insignificante comparado com o que aprendemos por meio da experiência. A militância política e o trabalho como jornalista, sempre na área de política e política internacional, valeram-me bastante experiência e

¹ MONIZ DE ARAGÃO, Antônio Ferrão. **Elementos de Matemáticas**. Bahia: Typ. e Livraria Pedroza, 1858, p. xvii.

Luiz Alberto de Vianna Moniz Bandeira

conhecimento, também porque nunca deixei de ler e estudar. Aliei a práxis à formação científica, como acadêmico que nunca deixei de ser, formado em Direito, pude entender melhor a ordenação jurídica e a política da sociedade, bem como a história se processava e suas forças motrizes. Como escreveu Pablo Neruda, "*confieso que he vivido*". Sim, vivi. Vivi muitos acontecimentos históricos. E sofri. A partir do golpe militar de 1964, passei dez anos de minha vida entre exilado, clandestino, semiclandestino e preso. Somente a partir de 1974, após ser libertado na véspera do Natal de 1974, pude voltar a São Paulo e retomar minha vida acadêmica, a fazer meu doutoramento na USP e lecionar na Escola de Sociologia e Política, no lugar do meu querido e velho amigo, o professor Maurício Tragtemberg. Nunca, entretanto, deixei de pesquisar e escrever, mesmo na clandestinidade, e sempre entendi que, assim como o químico, o físico e demais cientistas, eu devia produzir conhecimentos que praticamente se desdobrassem e que os resultados de meus estudos contribuíssem, concretamente, para que outros conhecessem as entranhas do *processus* histórico. Como Gramsci disse, "se escrever história significa fazer a história do presente, e um grande livro de história é aquele que, no presente, ajuda às forças em desenvolvimento a converterem-se em mais conscientes de si mesmas e por isto mais ativas e factíveis". Reconforta-me verificar que, sob certos aspectos, obtive êxito, apesar das distorções que as idéias sofrem, ao se corporificarem e adquirirem sua própria vida.

Epígrafe_ É notória a influência do marxismo no interior de sua obra. O senhor poderia nos descrever a sua aproximação com essa corrente de pensamento? Houve pessoas ou livros que o senhor considera fundamentais nesse processo?

Moniz Bandeira_ O primeiro livro que li sobre corrente de pensamento de Marx foi *O Poder de quase Soviético*, do reverendo Hewlett Johnson, pastor da Igreja Anglicana. Pertencia à biblioteca do grande criminalista Edgard Matta, pai do meu amigo de infância, como um irmão, João Eurico Matta, professor e um grande intelectual da Bahia. Edgard Matta fora líder da Aliança Nacional Libertadora e recordo que, em 1945, ocorreram manifestações populares, com retratos de Luiz Carlos Prestes e Stalin, em frente de sua residência que era distante duas casas da minha. O velho Edgard Matta, pessoalmente, nunca me induziu à leitura de

Luiz Alberto de Vianna Moniz Bandeira

qualquer obra de Marx ou de seus intérpretes. Porém, muito me impressionou o livro do reverendo Hewlett Johnson, que vi em sua biblioteca e lhe pedi emprestado. Eu tinha então 15 anos e, a essa época, meu tio Edmundo Moniz esteve na Bahia e, nas conversas que mantivemos, ele me disse que Stalin era “um carniceiro”, havia matado todos os companheiros da Lenin, da Revolução Russa. Depois que voltou ao Rio de Janeiro, onde residia, enviou-me um exemplar de *Minha Vida*, de Trotsky, e outros livros. Daí que tratei a estudar, profundamente, as obras de Marx e Engels e de todos os seus intérpretes, como Lenin, Trotsky, Stalin, Martov, Rosa Luxemburg, Kautsky, bem como a Revolução Russa e os seus desdobramentos. Embora admirasse Lenin e a Revolução Russa me fascinasse, nunca aderi ao bolchevismo e aceitei o regime soviético, tal como evoluiu para o despotismo. Mantive doutrinariamente minha independência teórica.